

SBS
MEMÓRIA



VOLUME I

Organização
Jacob Carlos Lima
Helena Bomeny

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

GESTÃO **2019-2021**

Presidente

Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente

Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente

Iracema Brandão Guimarães, UFBA

Secretário Geral

Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário

Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

2º Secretário

José Miguel Rasia, UFPR

Diretores

Leonardo Damasceno de Sá, UFCE

Marcelo Alario Ennes, UFSE

Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM

Mariana Miggiolaro Chaguri, Unicamp

Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Conselho Fiscal

Maria Carolina Tomás, PUC-MG

Cristiano Fonseca Monteiro, UFF

SBS
MEMÓRIA

RETRATOS

Sociólogos e Sociólogas brasileiras

VOLUME I

Organização:
Jacob Carlos Lima
Helena Bomeny

Equipe:
Ana Luiza Sallas
Lidiane Rodrigues
Rodrigo Bordignon
Cristiano Monteiro
Breilla Zanon

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA



TRIBO
ILHA
EDITORA
2021

© 2021

Organizadores

Jacob Carlos Lima

Helena Bomeny

Capa

Breilla Zanon

Projeto Gráfico e Diagramação

Rita Motta e Ryan Dias

S678 SBS Memória Retratos [recurso eletrônico]: sociólogos e sociólogas brasileiras / organização: Jacob Carlos Lima, Helena Bomeny; equipe: Ana Luiza Sallas ... [et al.]. – 1. ed. – Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021.
V. 1

Formato: PDF

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <https://sbsociologia.com.br>

ISBN: 978-65-86602-27-2 (e-book)

Inclui referências

1. Sociologia – Brasil – História. 2. Sociólogos – Brasil – Biografia.
3. Sociólogas – Brasil – Biografia. 4. Memória. 5. Pesquisa.
I. Lima, Jacob Carlos. II. Bomeny, Helena.

CDU: 316.2

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071



EDITORIA TRIBO DA ILHA

Rod. Virgílio Várzea, 1991 – S. Grande
Florianópolis-SC – CEP 88032-001

Fones: (48) 99122-3860

editoratribodailha@gmail.com

www.editoratribo.blogspot.com

APRESENTAÇÃO	8
PRECURSORES – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO: ANOS 1930-1960	
ABDIAS DO NASCIMENTO	15
ALBERTO GUERREIRO RAMOS	18
ANTONIO CANDIDO	21
CANDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO	24
DONALD PIERSON	27
EMÍLIO WILLEMS	31
EUCLIDES DE MESQUITA	35
EVARISTO DE MORAES FILHO	38
FERNANDO DE AZEVEDO	42
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	47
FLORESTAN FERNANDES	51
GILBERTO FREYRE	54
GILDA DE MELLO E SOUZA	58
HELEIETH IARA BONGIOVANI SAFFIOTI	61
HORACE B. DAVIS	65
JOSÉ ALBERTINO ROSÁRIO RODRIGUES	68
JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES	73
LAUDELINO MEDEIROS	76
LUIZ DE AGUIAR COSTA PINTO	79
MANUEL CORREIA DE ANDRADE	83
MARIA ISaura PEREIRA DE QUEIROZ	87
MARIA OLGA MATTAR	90
OCTAVIO IANNI	94
ORACY NOGUEIRA	98
SAMUEL HARMAN LOWRIE	103
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA	106
VITOR NUNES LEAL	109

**2º PERÍODO — RESISTÊNCIAS E ESTRUTURAÇÃO
DO CAMPO: 1965 /1980**

AFRÂNIO RAUL GARCIA JR	114
ALBA MARIA ZALUAR	119
ANA MARIA FERNANDES	122
ANTÔNIO AUGUSTO PRATES	125
ANTÔNIO LUIZ PAIXÃO	129
DUGLAS TEIXEIRA MONTEIRO	132
EDMUNDO CAMPOS COELHO	136
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO	140
EDUARDO DE OLIVEIRA E OLIVEIRA	145
ELISA REIS	148
FERNANDO CORREIA DIAS	153
FRANCISCO DE OLIVEIRA	157
GABRIEL COHN	161
GUARACI ADEODATO ALVES DE SOUZA	166
HERALDO PESSOA SOUTO MAIOR	170
ILSE SCHERER-WARREN	174
JOÃO GUILHERME CORREA DE SOUZA	177
JOSÉ DE SOUZA MARTINS	180
JUAN MARIO FANDINO MARINO	184
LICIA DO PRADO VALLADARES	187
LUCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA	191
LÚCIO KOWARICK	197
LUIZ EDUARDO WANDERLEY	200
LUIZ WERNECK VIANNA	203
MARIA BRANDÃO	207
MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY	210
NEIDE ESTERCI	214
NEUMA FIGUEIREDO DE AGUIAR	218

RENATO ORTIZ	222
REGINALDO PRANDI	228
ROBERTO MOTTA	231
SILKE WEBER	235
SÔNIA MARIA KARAM GUIMARÃES	238

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO: 1980-2000

ANA MARIA GALANO	243
CÉCILE HÉLENE JEANNE RAUD	247
CÉSAR BARREIRA	250
CLARISSA ECKERT BAETA NEVES	254
ELISABETH SOUZA-LOBO	258
GLAUCIA VILLAS BÔAS	262
IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA	267
JOSÉ MIGUEL RASIA	271
JOSÉ RICARDO RAMALHO	274
JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS	277
LEILA MARIA DA SILVA BLASS	281
LEILA STEIN	285
LÍSIAS NOGUEIRA NEGRÃO	288
LUCILA SCAVONE	292
MARIA CÉLIA PAOLI	296
MARIA STELA GROSSI PORTO	300
MICHAEL LÖWY	304
NEYARA ARAÚJO	308
OTAVIO SOARES DULCI	313
ROBERTO GRÜN	316
VILMA DE MENDONÇA FIGUEIREDO	319

APRESENTAÇÃO



Associações científicas se constroem e se consolidam em torno de projetos e de princípios norteadores de práticas individuais e coletivas de pesquisa. Sua permanência é tributária do compromisso com o fortalecimento e a difusão das conquistas que a ciência acumula em seu percurso. São criações coletivas que têm sua rotina garantida por atores que se envolvem na obstinada aventura pelo conhecimento. Atores que dão vida ao movimento sustentado por acordos mais ou menos permanentes, movimento nem sempre homogêneo. A vida das associações se pauta pela diversidade, acordos, competição e disputas que integram o grande processo de renovação analítica por meio do qual se faz a ciência. Avanços da imaginação e da pesquisa na construção de novos objetos com descobertas promissoras ou desconcertantes desafiam os cientistas no dia a dia. A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) é um desses experimentos coletivos que, por mais de sete décadas, se mantém como referência no campo dos estudos e pesquisas relacionados à dinâmica da vida em sociedade.

Como toda associação científica, a SBS se beneficiou dos investimentos públicos para desenvolvimento da ciência no Brasil. Mas também, contrariamente, teve e tem que enfrentar momentos de restrição não apenas dos estímulos financeiros, mas das tentativas de cerceamento da liberdade de produzir academicamente. Avanços e resistência são pares constantes na vida das associações científicas em nosso país, e da Sociedade Brasileira de Sociologia, em particular.

Surgida em 1937 como Sociedade Paulista de Sociologia, transformou-se, em 1950, em Sociedade Brasileira de Sociologia,



realizando seu primeiro congresso em 1954, em São Paulo, e o segundo, em Belo Horizonte, em 1962. Nesse período já funcionavam no país aproximadamente 21 cursos de graduação em ciências sociais e sociologia e política. Com duas pós-graduações na cidade de São Paulo, a comunidade de sociólogos era muito reduzida e a pesquisa ainda pouco representativa.

Concentrado principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, o campo de pesquisa foi sendo ampliado de forma bastante desigual. A Universidade de São Paulo (USP) e a Escola Livre de Sociologia e Política eram os dois centros que respondiam pela consolidação do campo científico na capital do estado. No Rio de Janeiro, então capital federal, movimentos intermitentes fortaleciam ou se viam institucionalmente inibidos por efeitos da ação política dada a proximidade com o centro de poder nacional. A criação dos primeiros cursos universitários bem como sua consolidação em São Paulo fortaleceu a tese de uma perspectiva institucionalista a respeito da história da sociologia no Brasil. Seria ali o centro de seu desenvolvimento científico em contraposição a certa instabilidade provocada por movimentos políticos afetando diretamente o Rio de Janeiro. No entanto, marcos institucionais não são suficientes para dar conta do que se poderia defender como desenvolvimento da imaginação sociológica no país. Estudos mais recentes tratam desta recuperação, fortalecendo a ideia de um campo com dinamismo ainda por mapear em toda sua extensão.

Fora dos centros mencionados, acompanhamos o esforço das demais regiões do país, sabendo da precariedade de informações para composição de um quadro mais compreensivo. A ditadura militar de 1964 a 1985 promoveu a perseguição política de professores e pesquisadores, suprimindo alguns institutos de pesquisa e suspendendo atividades da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Mas não fechou cursos. Ao contrário, possibilitou a abertura de novos com a expansão do ensino privado. Dados da Capes indicam que, em 1973, existiriam 75 cursos de graduação autorizados ou em funcionamento. Considerando os 21 que funcionavam em 1962, o número mais que triplicou. Entretanto, esses dados são pouco confiáveis considerando que o MEC só mantém dados acerca dos que continuam funcionando e no caso das escolas privadas, dos numerosos cursos que foram abertos, poucos chegaram a formar alunos, uma vez que essas escolas perceberam que, embora fosse um curso barato, a procura era muito baixa.

A SBS retomou suas atividades em 1986, no processo de redemocratização do país e a partir daí, ainda afetada diretamente pelas crises econômicas e políticas, manteve um crescimento constante refletindo a expansão das universidades públicas, do financiamento de pesquisa e da consolidação da pós-graduação no país.

A profissionalização foi beneficiada pela expansão do aparelho estatal, das políticas públicas, da obrigatoriedade da disciplina no ensino médio, do ensino superior que garantiu ocupação a um bom número dos egressos. Entretanto, a atividade acadêmica sempre representou o core da atividade do sociólogo. E isso não apenas no Brasil. Theodor Adorno (1968) se referindo à situação alemã, destacava o caráter incestuoso presente nas relações sociologia

e universidade: os cursos de sociologia formavam sociólogos para a própria universidade. Considerações acerca da sociologia portuguesa vão na mesma direção. António Firmino da Costa, sociólogo do ISCTE/Lisboa, tem sido uma referência no tratamento do que classificou como “cultura profissional”, chamando a atenção para a dificuldade no campo sociológico de formar jovens para possíveis e múltiplas possibilidades de inserção no mercado de trabalho fora das mais consagradas e restritas ao campo da docência universitária ou para pesquisa acadêmica (1990; 2004).

Nos últimos anos, a concentração de esforços na pós-graduação pode ter impactado a graduação tanto na definição de uma pauta curricular mais contemporânea com os avanços da ciência e com o dinamismo da vida em sociedade, quanto nas possíveis atuações qualificadas como profissionais treinados para análise e intervenções profissionais variadas. Isso coloca desafios que em algum momento terá que ser enfrentado: que profissional estamos formando e para onde, se pensarmos que a academia absorve menos de 6% dos que permanecem no campo?

Essa discussão exige uma recuperação da construção do campo da sociologia no Brasil e seus dilemas. Sabemos bastante dos pais fundadores, que deixaram a marca no pensamento sociológico brasileiro, das lutas sobre a profissionalização, e das grandes obras. A ponto dos mais saudosistas reclamarem que a sociologia brasileira no passado era melhor do que atual. Essas queixas deixam de lado o fazer sociológico, a profissionalização e massificação crescentes durante um século de discussões sobre sociologia no país, e mais de 80 anos de sua institucionalização com a abertura de cursos de graduação e pós-graduação, o que representou maior democratização do campo, imperfeita, inacabada, mas real. Os profissionais da sociologia na atualidade vêm de todos os estratos sociais da sociedade e não mais de elites intelectuais que estiveram em suas origens, mesmo que com exceções notáveis. Isto evidencia a vitalidade da área com sua expansão quantitativa e qualitativa.

Outro dado a considerar é que pouco sabemos sobre os construtores da sociologia brasileira atrás do palco dos grandes personagens da disciplina. Aqueles que participaram do dia a dia dos cursos de graduação e pós-graduação, que participaram de pesquisas, mas não foram suas lideranças, e que foram responsáveis pela formação de milhares de profissionais.

Assim, mais do que apresentar mais uma história da sociologia brasileira a partir das suas obras de referência, nossa proposta é apresentar essa mesma história a partir das trajetórias dos personagens que a construíram, que participaram ativamente de sua institucionalização, da pesquisa, da formação e da profissionalização.

A preocupação com a história e a memória da Sociologia e da SBS tem sido constante em sucessivas diretorias, mas sempre enfrentaram dificuldades para sua operacionalização. Alguns passos foram ensaiados por ocasião de celebrações. As dificuldades, no entanto, acabavam sempre prevalecendo sobre as possibilidades de efetivação.

Em 2009, no Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro, sob a coordenação da Prof.^a Gláucia Villas Bôas, foram celebrados os 60 anos da SBS com uma exposição de fotos e catálogo comemorativo com a curadoria da Prof.^a Nísia Trindade Lima. Em 2012, um esforço na recuperação dos documentos da SBS levou a negociações com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, que se dispôs a receber a documentação que pudesse ser recolhida nos diversos estados que haviam sediado a secretaria e os congressos da SBS. Havia nesta interlocução o propósito de preservar e manter o acervo a ser disponibilizado digitalmente. Uma documentação que traduzisse o histórico e as iniciativas da SBS na direção de consolidação da disciplina e da profissão no país. Este processo foi desencadeado, mas não teve ainda o desfecho previsto originalmente. Em 2019 o contato foi retomado, mas a pandemia em 2020 inviabilizou, mais uma vez, a recuperação dos documentos, mantendo-nos em compasso de espera, a despeito da disposição confirmada por ambas as partes – SBS e CPDOC – de conclusão do esforço iniciado em 2012.

A partir de 2020 foi implementado o projeto “SBS memória”, iniciativa que reúne as tratativas anteriores de recuperação de documentos e de exposição de dos já digitalizados, bem como os esforços de reconstrução histórica de eventos da sociologia brasileira, fora da SBS, como dos encontros de estudantes de Belo Horizonte em 1962 e do congresso de sociologia realizado em Curitiba em 1954, anterior ao da SBS realizado em São Paulo no mesmo ano. Para isso foram contatados colegas que se dispusessem a recuperar essa memória, ora por terem participado, ora por pesquisarem a respeito. Outra proposta em execução, na mesma linha da anterior, são pequenas histórias das escolas ou cursos de sociologia e política isoladas ou integradas a Universidades que, em sua maioria transformaram-se em cursos de ciências sociais a partir da reforma universitária de 1968. Mais uma vez, contamos com a colaboração voluntária de colegas e associados para sua execução.

Outro eixo do projeto “SBS memória” cuidou da história da sociologia brasileira através de seus atores, para além dos cânones (sem desconsiderá-los) da disciplina: os profissionais que foram responsáveis pela institucionalização, consolidação e expansão da disciplina em diferentes regiões do país – professores, pesquisadores, e profissionais que, com visibilidade diferenciada construíram a Sociologia no Brasil.

A iniciativa foi inspirada originalmente nas bionotas do Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) da UFRJ. Com autorização de sua coordenação, através do Prof. André Botelho, recuperamos nove bionotas de sociólogos e sociólogas constantes no Blog, e construímos, a partir delas, o espaço “sociólogos e sociólogas brasileiras”, vinculado ao projeto “SBS memória” e disponíveis no site. Empreendimento este que contou com a colaboração voluntária de colegas, e alunos de pós-graduação, além de chamada pública a colaboradores que quisessem propor e escrever mini-biografias, as bionotas, que recuperam trajetórias dos personagens que construíram nossa história.

Procuramos organizar as bionotas em três períodos que estabelecemos como definidores da história da sociologia que se pratica no Brasil, e da SBS, nestes últimos 70 anos (85 se considerarmos a Sociedade Paulista de Sociologia e a primeira turma de sociólogos formados no país em 1937).

Não se buscou fazer apenas uma edição in memoriam àqueles que participaram, mas acrescer a estes os/as que continuam contribuindo para o desenvolvimento da sociologia brasileira nestes 70 anos.

Os três períodos propostos foram:

- 1. Precusores:** refere-se àqueles profissionais que acompanharam, de alguma forma o surgimento da SBS e dela participaram em comissões e diretorias. Ou ainda que se destacaram enquanto sociólogos ou acadêmicos no período entre 1937 e 1964.
- 2. Resistências e reorganização:** acompanha os 21 anos da ditadura militar, de 1964 até 1985, da repressão e suas consequências em termos de aposentadorias e exílios compulsórios, suas contradições e paradoxos, assim como o surgimento de centros de pesquisa e a estruturação da pós-graduação e pesquisa no país.
- 3. Expansão e consolidação do campo:** a retomada das atividades da SBS em 1986, com a pós-graduação em expansão nacionalmente, o surgimento de uma nova geração formada no país e no exterior e a consolidação da pesquisa em sociologia a partir da democratização. O ano de 1986 marca também não apenas a reorganização da SBS, mas também a regularização de seus congressos anuais.

Essa organização em três momentos teve a finalidade de facilitar o trabalho de identificação dos atores que transitaram no tempo e atuaram nesses diferentes momentos arbitrados para a recuperação da história da sociologia brasileira.

Optamos por organizar e publicar neste volume as bionotas que se encontram disponibilizadas no site da SBS, com a pretensão de que este seja o primeiro passo de uma história a ser completada. Em outros termos, a presente publicação pretende se constituir numa ação rotineira a ser permanentemente atualizada, com a contribuição ativa dos membros da nossa comunidade.

Com isso queremos dizer que não existe uma hierarquia na publicação das trajetórias. Sua publicação acompanha o que tem sido demandado e sugerido para a SBS. As lacunas, que são muitas, serão preenchidas a partir das sugestões não apenas dos associados, mas também do público que acompanha e se interessa pela sociologia no Brasil.

Associações científicas – dissemos na abertura – se constroem e se firmam pela adesão a princípios, a construção de projetos e no esforço de ampliação de seus associados. Construção coletiva que se fortalece pela afirmação de valores e, nos dias atuais, pela resistência ao

movimento crescente de desvalorização e perseguição à ciência, ao conhecimento, à liberdade associativa. Os atores aqui retratados traduzem o mais permanente e vivo da associação: a pluralidade dos caminhos possíveis da Sociologia, a vitalidade de percursos e trajetórias responsáveis por campos de pesquisa e as divergências e acordos responsáveis pelo dinamismo da Sociedade Brasileira de Sociologia. Por esta razão, e pela convicção da continuidade da associação que com extrema alegria disponibilizamos este primeiro volume, fruto de uma intensa mobilização de integrantes da SBS e de todos aqueles que se dispuseram a escrever os textos aqui presentes pelos quais agradecemos e com os quais pretendemos contar para dar continuidade à nossa tarefa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, 1ª aula p. 41-60.

COSTA, António Firmino da. Cultura profissional dos sociólogos. In: **A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do século, atas do 1º Congresso Português de Sociologia**, vol. I, Lisboa: Editorial Fragmentos, 1990, p. 107-124.

_____. Será a sociologia profissionalizável? In: GONÇALVES, Carlos Manuel;

RODRIGUES, Eduardo Vítor; AZEVEDO, Natália. **Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 35-59, 2004.

PRECURSORES

A institucionalização do campo

Anos 1930-1960

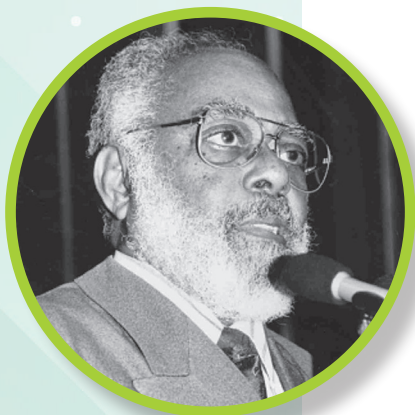


Foto: Wikipedia/Senado Federal.
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Abdias_do_Nascimento

ABDIAS DO NASCIMENTO

Por **Mario A. Medeiros da Silva**
(UNICAMP)

*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

Nasceu em Franca, São Paulo, em 14 de março de 1914 (filho de José Ferreira do Nascimento e de Georgina Ferreira do Nascimento) e faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 2011. Passa a residir na capital fluminense em 1936 para cursar Economia na Universidade do Distrito Federal (forma-se em 1938, quando a instituição já é denominada Universidade do Brasil). Estudou sociologia no ISEB (1956), foi também teatrólogo, ativista, pintor, deputado federal (1983-1987) e senador da República (1997-1999, suplente de Darcy Ribeiro). Doutor Honoris Causa pela UERJ (1993) e UFBA (2000). Indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2010.

Fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944 e esteve à frente dele até 1968, quando foi forçado a se exilar, em função da ditadura civil-militar, indo inicialmente para os Estados Unidos. Ali se tornou pintor e mi-



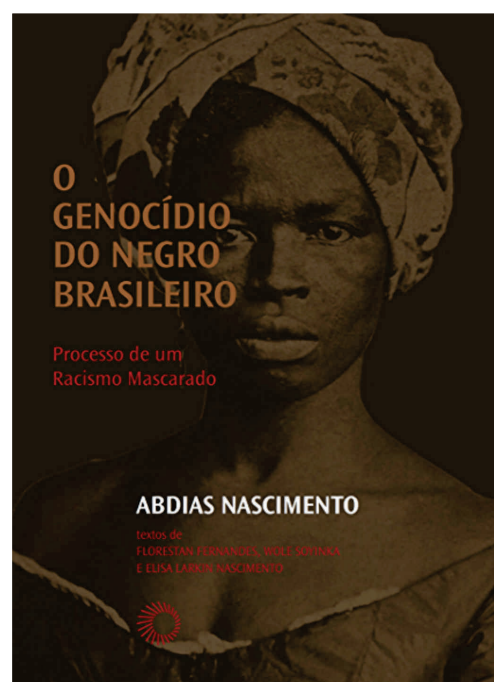
litante pan-africanista, além de professor na Universidade do Estado de Nova York (EUA) e também da Universidade de Ifé (Nigéria).

Retornou ao Brasil em 1978, participando da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e também da fundação do PDT, com Leonel Brizola.

Combateu como soldado na Revolução Constitucionalista de 1932 e foi preso em 1937 por protesto contra o Estado Novo. Entre o final dos anos 1930 até o fim da vida, foi um importante intelectual negro, ativista da luta antirracista. Já em 1938 organizou e participou do Congresso Afro-Campineiro, em Campinas. Depois de excursionar pela América do Sul com o grupo de teatro La Santa Hermandad Orquidea, retorna ao Brasil em 1941 e é encarcerado na Penitenciária do Carandiru (SP), acusado

por crimes que teria cometido em 1936, ao resistir a agressões racistas. No Carandiru cria o Teatro do Sentenciado, gênese do Teatro Experimental do Negro. Ao sair da prisão, não encontra apoio para a criação de um teatro negro na capital paulista e retorna ao Rio de Janeiro. Com a direção e fundação do TEN, em 1944, colocou o ator negro em cena, nos palcos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro – na época, este sujeito no teatro brasileiro era o ator branco “brochado” (isto é, com o rosto pintado de tinta preta) ou estereotipado em papéis depreciativos. A experiência do TEN levou também à revelação de uma geração importante de atores e intelectuais negros (como Ruth de Souza, Léa Garcia, Haroldo de Oliveira, Ironides Rodrigues) e foi replicada em São Paulo (com Geraldo Campos de Oliveira, Milton Gonçalves, entre outros). Encenaram peças de Eugene O’Neill, Albert Camus, Nelson Rodrigues, Augusto Boal, Rosário Fusco, do próprio Abdias do Nascimento, entre outros, reunidas no livro *Drama Para Negros, Prólogo para Brancos* (1961) e *Teatro Experimental do Negro: testemunhos* (1966).

Com a experiência do TEN houve a aproximação com intelectuais brancos e negros, como os citados, além do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Nesta fase editou o jornal *Quilombo*, atividade de destaque da imprensa negra carioca. Também a partir do TEN, Abdias organizou o I Congresso do Negro Brasileiro (1950, RJ), encontro entre intelectuais negros e brancos (como Jorge Prado Teixeira, Ironides Rodrigues, Alberto Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, entre outros), que resultou no livro *O Negro Revoltado* (1968).



A partir do autoexílio nos EUA e dos contatos com intelectuais negros estadunidenses e africanos, a produção intelectual de Nascimento se tornou cada vez mais crítica da dinâmica das relações raciais brasileiras. Isso está expresso em livros como *Sitiado em Lagos* (1981), *O quilombismo* (1980), *O genocídio do negro brasileiro* (1978), entre outros.

Coorganizou a antologia *Memórias do Exílio*, com Paulo Freire e Nelson Werneck Sodré (1976). Na década de 1980, com o apoio de D. Paulo Evaristo Arns, criou na PUC-SP o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO, 1981), que foi transferido para o Rio de Janeiro em 1984. Além das obras mencionadas, esteve envolvido com a vida política no PDT, aliado de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Nascimento foi integralista na juventude, foi crítico dessa experiência ao se aproximar da Frente Negra Brasileira e do combate contra discriminação racial no final dos 1930; tornou-se um militante antirracista e pan-africanista, aliando este projeto à experiência concreta do brizolismo nacionalista do PDT. Como senador por este partido editou os seis volumes da revista *Thoth: pensamento dos povos africanos e afro-descendentes*, com o apoio de seu mandato parlamentar. Foi um ativo defensor, entre os anos 1980 e 90, do reconhecimento da Serra da Barriga e do Memorial a Zumbi no local onde teria existido o Quilombo de Palmares, local onde foram depositadas suas cinzas.



SUGESTÕES DE LEITURA SOBRE O AUTOR

Custódio, Túlio. **Construindo o (auto) exílio**: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981. Dissertação [Mestrado]. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

Macedo, Márcio. **Abdias Nascimento**: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968). Dissertação [Mestrado]. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

Müller, Ricardo Gaspar (org.). **Dyonisios** (número especial sobre o Teatro Experimental do Negro). Brasília, DF: MinC/Fundacen, 1988.



Foto: Site Geledes.
Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alberto-guerreiro-ramos/>

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Por **João Marcelo Ehlert Maia**
(CPDOC/FGV-RJ)

*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

 baiano Alberto Guerreiro Ramos foi um dos principais sociólogos brasileiros nas décadas de 1950 e 1960, período durante o qual pesquisou e escreveu sobre relações raciais, teoria sociológica e política nacionalista. Guerreiro trabalhou em órgãos públicos como o Departamento Nacional da Criança e o DASP, tendo também participado intensamente do Teatro Experimental do Negro e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Foi também deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e político cassado em 1964. A partir de 1966, passou a viver nos Estados Unidos, onde trabalhou na University of Southern California. Faleceu em 1982.

O sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro da Purificação (BA) no dia 13 de setembro de 1915. Na sua juventude, ligou-se ao integralismo na Bahia, tendo também publicado poesias



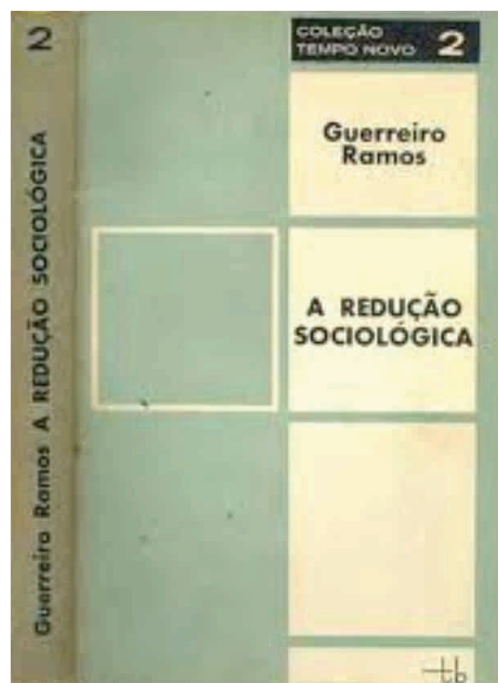
(reunidas no livro “O Drama de ser Dois”, de 1937) e estudos literários em jornais e revistas. Guerreiro também trabalhou como assistente da secretaria de educação na administração de Landolfo Alves, então interventor do Estado Novo na Bahia.

Em 1939, mudou-se para o Rio de Janeiro, nutrindo fortes ambições poético-literárias. Formou-se em Ciências Sociais em 1942, e em Direito em 1943, tendo realizado ambos os cursos na Universidade do Brasil. Com o auxílio de San Tiago Dantas, advogado e professor da Faculdade Nacional de Direito, obteve um posto no Departamento Nacional da Criança, órgão recém-criado. No mesmo ano, entrou no Departamento de Administração do Serviço Público, sendo efetivado em 1945. Em 1944, Guerreiro Ramos participa da criação do Teatro Experimental do Negro, e desenvolveu forte ligação com Abdias do Nascimento e outros intelectuais

que questionavam o racismo no Brasil. Escrevia de forma regular para o jornal “Quilombo”, e em 1949 ajudou a criar o Museu do Negro e o Instituto Nacional do Negro.

Desde o final do Estado Novo, Guerreiro Ramos estabeleceu laços com as elites vinculadas ao trabalhismo, galgando posições no DASP e juntando-se à Assessoria Econômica da Casa Civil do governo de Getúlio Vargas (1951-1954). A partir de 1952, reforçou seus laços com esses grupos ao se juntar à Escola Brasileira de Administração Pública, criada no âmbito da Fundação Getúlio Vargas. Entre 1955 e 1958, Guerreiro Ramos trabalhou também no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Essa instituição congregava intelectuais com diferentes formações profissionais e perfis disciplinares, mas unidos em torno do pensamento nacionalista. Foi também em 1958 que publicou sua mais importante obra, intitulada “A Redução Sociológica”.

Entre 1958 e 1964 Guerreiro Ramos desenvolveu militância política trabalhista. Foi eleito para o Diretório Nacional do PTB em 1959 e em 1962 lançou-se candidato a deputado, tornando-se suplente de Leonel Brizola. Assumiu em 1963, permanecendo na função até abril de 1964, quando sofre a cassação de seu mandato. Entre 1964 e 1966, em meio ao crescente autoritarismo, Guerreiro Ramos encontra abrigo na FGV, até ter que deixar o país de forma definitiva, encontrando asilo nos Estados Unidos, onde trabalhou até o final de sua vida na University of Southern California (USC).



A obra de Guerreiro Ramos é marcada pela crítica ao pensamento imitativo que caracterizaria a sociologia brasileira, segundo ele propensa à importação acrítica de ideias e teorias europeias e norte-americanas. Guerreiro Ramos utilizou-se do conceito de redução sociológica para descrever o processo pelo qual os cientistas sociais do Terceiro Mundo podem apropriar-se de forma criativa dessas teorias ao evidenciarem os seus contextos históricos de produção. Essa foi sua grande contribuição para o pensamento social brasileiro. No campo da teoria da administração, Guerreiro Ramos também foi muito influente, desenvolvendo uma teoria das delimitações dos sistemas sociais que buscava superar o predomínio da razão instrumental em detrimento da razão substantiva nas organizações humanas.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

Ramos, Alberto Guerreiro. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

Ramos, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

Ramos, Alberto Guerreiro Ramos. **Administração e Estratégia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1966.



SOBRE O AUTOR

Oliveira, Lúcia Lippi. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

Azevedo, Aristôn. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

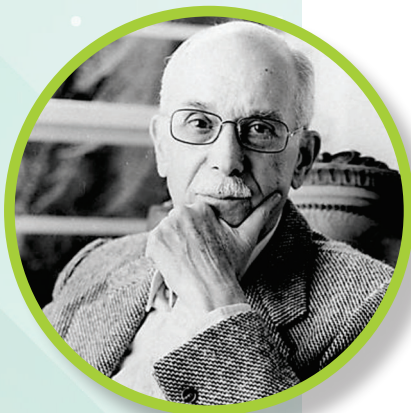


Foto: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/05/1883384-obra-de-antonio-candido-convidava-leitor-a-amar-literatura-brasileira.shtml>

ANTONIO CANDIDO

Por **Alexandro Henrique Paixão**
(UNICAMP)
e **Mariana Miggiolaro Chaguri**
(UNICAMP)

*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

Antonio Candido (Rio de Janeiro/RJ, 1918) é autor de obras que combinam a interpretação de literatura e sociedade por meio de um método de estudo por ele nomeado como crítica integradora. Um método histórico e literário que permite estudar como o texto literário recria e expõe a realidade social nas tintas e no papel da ficção, com o objetivo de compreender como o contexto foi transformado e reduzido estruturalmente no texto, necessitando, portanto, de análise e interpretação pela crítica literária e pelo pensamento social.

Ingressou na USP em 1939 como estudante de Ciências Sociais e Política. Mais tarde, faria carreira na instituição, como assistente e professor da cadeira de Sociologia e, depois, professor de Teoria Literária e Literatura Comparada. Atuou na cultura como um dos criadores da Revista Clima (1941-1944), e na política como



fundador dos Partidos Socialista (1947) e dos Trabalhadores (1980).

Embora a crítica integradora seja histórica e literária, a literatura possui a primazia do conhecimento da realidade, pois representa ela mesma a história. Para Candido, importa o estudo da literatura em si, isto é, o modo como o texto recriou a realidade esteticamente, um fenômeno conhecido como “redução formal” ou “estrutural” dos dados sociais externos. Não interessa a interface do texto com a sociedade, mas como esta foi transformada em texto, devido ao processo de redução. É um complexo método dialético, que Candido ousou assim explicar: “A minha fórmula é a seguinte: estou interessado em saber como o externo se transformou em interno, como aquilo que é carne de vaca vira croquete. O croquete não é vaca, mas sem a

vaca o croquete não existe. Mas o croquete não tem nada a ver com a vaca, só a carne. Mas o externo se transformou em algo que é interno. Aí tenho que estudar o croquete, dizer de onde ele veio” (Entrevista ao jornal Brasil de Fato, 30/06/2011 – 06/07/2011, p. 4).

Essa resposta bem-humorada é um exemplo dos atributos que podem ser encontrados em seus ensaios e escritos críticos: a capacidade de criar e/ou traduzir sofisticados sistemas de pensamento em palavras acessíveis e disponíveis para o leitor. No entanto, a crítica integradora depende de outro componente para funcionar: o sistema literário, formado pela tríade autor-obra-público. É através desse sistema que temos acesso à sociedade internalizada ou reduzida estruturalmente na obra literária. Mas há problemas a enfrentar. Além da dificuldade de compreender cada um desses elementos da tríade, há momentos em que um deles pode não se apresentar; como é o caso do público leitor. Assim, se tomarmos o exemplo da história da literatura brasileira, vemos que houve momentos em que existia uma grande produção literária, como no romantismo com José de Alencar (*O Guarani*), Joaquim Manuel de Macedo (*A moreninha*), Manuel Antonio de Almeida (*Memórias de um sargento de milícias*). Todavia, segundo Candido, nessa época o público era restrito ou reduzido a uma camada específica da população – a elite. Baseado nisso, a literatura tinha uma realização ou existência parcial, pois não era conhecida pela totalidade da população. A escravidão e o analfabetismo eram problemas estruturais, colocando um desafio para a formação do sistema literário. Trata-se de um momento de crise da sociedade brasileira que Candido enfrentará escrevendo importantes



obras de crítica literária e de sociologia, tais como *A formação da literatura brasileira* (1959); *Literatura e Sociedade* (1965) e *O discurso e a cidade* (1993). Essas e outras obras estão pautadas pela análise crítica das crises que estruturam a formação da sociedade brasileira, como ocorre, também, em *Os parceiros do Rio Bonito* (1954). *Sociologia e Crítica Literária* compõem um repertório analítico que tem na crítica e na crise palavras-chave que colaboram para que o leitor adentre o universo de literatura e sociedade criado por Candido, permitindo o estudo dos problemas decisivos da sociedade brasileira e que aparecem refratados na ficção brasileira.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

Candido, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes, 3ª edição, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.



SOBRE O AUTOR

Entrevista: Antonio Candido, “O socialismo é uma doutrina triunfante”. **Brasil de Fato**, Ano 9, Número 435, São Paulo, 30/06/2011 a 06/06/2011.

Esboço de Figura: homenagem a Antonio Candido, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

Pontes, Heloísa. “Entrevista com Antonio Candido”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Volume 16, Número 47, São Paulo, Outubro/2001.

Pontes, Heloísa. **Destinos mistos**. Os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Waizbort, Leopoldo. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia, filologia, São Paulo: Cosac Naify, 2007.



Foto Antonio Scarpinetti
Jornal da Unicamp

CANDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO

Por **Carlos Eduardo Pinto Procópio**
(IFSP; CEBRAP)

Candido Procópio (1922-1987) nasceu em São Carlos, mas viveu quase toda a vida na cidade de São Paulo. Filho de uma família abastada, estudou no Colégio São Luís, de inspiração jesuíta e, posteriormente, formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (1945) e depois em Filosofia, pela PUC-SP (1949). Sua formação intelectual ainda contou com uma especialização na Sorbonne Université (1947) e um doutorado na Columbia University (1954), ambos na área de filosofia.

Foto Antonio Scarpinetti Jornal da Unicamp

Mesmo se aprofundando em temas de cunho filosófico ao longo de sua formação inicial, e ter cogitado seguir uma carreira religiosa, passando seis meses como noviço na ordem dos dominicanos na capital paulista, foi na sociologia onde encontrou sua vocação. Atuou como professor na Escola de Sociologia e Política



de São Paulo (1951-1966), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (1963-1969) e na Faculdade de Saúde Pública da USP (1968-1975). Mas seu papel não se resumiu a aulas e pesquisas, onde foi pioneiro nas frentes que encampou, tendo sido ainda diretor do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP/USP), além de fundador e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Por tudo isso, Procópio não deixa e nem poderia deixar de ocupar um lugar de destaque no rol dos profissionais que contribuíram para a consolidação da sociologia brasileira.

Procópio dedicou parte de sua carreira aos estudos demográficos, onde contribuiu na elaboração de reflexões sobre a dinâmica populacional brasileira, quando estava à frente do CEDIP. Também enfrentou o tema da pobreza, quando, já no CEBRAP, reuniu pesquisadores para dar conta de uma demanda oriunda da Arquidiocese de São Paulo, que se interessava pelo tema, sendo um dos resultados o impactante livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. Mas foi na sociologia da religião que vamos encontrar seu maior legado intelectual. Dedicou toda uma vida para ver a sociedade como mudança, onde transformações oriundas dos processos de industrialização faziam com que novas formas de sociabilidade se modelassem. Frente a isso, nada melhor que olhar para a religião para ver as marcas desta mutação. Antes que uma compreensão da religião a partir de seus elementos rituais ou étnicos, é seu papel no processo de transformação da sociedade que chama a atenção de Procópio. Para ele, como bom weberiano que era, se existe algo de forte na religião para mover o mundo, esta força está na direção que ela imprime para a vida e não naquilo que dela permanece ou quer permanecer.

Para Procópio, religiões como o kardecismo e a umbanda, mas também algumas formas de catolicismo popular e nas vertentes protestantes, quando desenvolvidas em um contexto de mudança social intensa (urbanização e industrialização), conseguem promover novas formas de conduta que colaboram com o processo de racionalização da vida. Os regimes de internalização que estas religiões trariam consigo funcionariam como mecanismo de individuação, que libertaria os sujeitos do caráter compulsório da solidariedade encontrada nas religiões tradicionais. A conversão a essas novas formas religiosas se daria sempre como um ato volitivo, fomentando uma ruptura com o passado e promovendo um novo estilo de vida, fermento para uma postura moderna, secular e democrática. Esses eram, diga-se de passagem, os objetos de busca comum entre os intérpretes ao longo do período em que Procópio produziu sua



reflexão. Portanto, mesmo que as práticas daquelas religiões ainda pudessem ser concebidas como mágicas, seu assento destradicionalizante (secularização) permitia que elas servissem como uma forma transitória, ajustando os comportamentos de uma população que cada vez mais se desenraizava, ao mesmo tempo em que operava como mediadoras diante das situações de anomia e da privação colocada pela vida urbana.

Por mais que muitas das impressões elaboradas por Procópio não pudessem ser sustentadas, por capricho de uma história que ele não pôde acompanhar, seus delineamentos foram paradigmáticos e suas obras *Kardecismo e umbanda* (1961) e *Católicos, protestantes, espíritas* (1973) são leitura obrigatória se se quer entender os primórdios da sociologia da religião no Brasil.

Procópio também foi o responsável pela gestão e desenvolvimento de alguns centros de investigação. No CEDIP agregou, organizou e dirigiu pesquisadores que puderam trilhar o caminho das reflexões sobre as questões populacionais. Seu papel neste campo foi reiteradamente lembrado postumamente por personagens como Elza Berquó e Maria Stella Ferreira Levy. Já no CEBRAP, será o responsável pela criação de um setor dedicado ao estudo da religião, que vai jogar papel importante na formação, sobremaneira dos pesquisadores Reginaldo Prandi e Antonio Flávio Pierucci. É também no CEBRAP que vamos encontrar sua face mais combativa. Em meio à perseguição da ditadura militar vai atuar como um mediador entre a universidade e o Estado, proteger colegas de profissão, dialogando com os órgãos de repressão, além de buscar fundos para a realização de projetos de investigação, beneficiando pesquisadores que então eram aposentados compulsoriamente pelo regime e proibidos de acessar recursos públicos. Não é à toa que lhe caiu bem a alcunha de gentil combatente, dada por Paul Singer, que expressava sua face colaborativa e compromissada não só com a sociologia, mas também com a sociedade brasileira.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira. **Kardecismo e umbanda**: uma interpretação sociológica. São Paulo, Pioneira, 1961.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira. **Aspectos sociológicos del espiritismo en São Paulo**. Bogotá, Oficina Internacional de Investigaciones Sociales de FERES, 1961.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo, CEBRAP; Editora Brasileira de Ciências, 1971.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. **Católicos, protestantes, espíritas**. Petróles, Vozes, 1973.



Foto: Site People Pill.
Disponível em: <https://peoplepill.com/people/donald-pierson>

DONALD PIERSON

Por **Tiago Magaldi**
(UFSCar)

TRAJETÓRIA PESSOAL

Donald Pierson nasceu no ano de 1900, na zona rural do estado do Kansas, Estados Unidos. Filho de trabalhadores rurais brancos de precária condição financeira, Pierson termina o equivalente ao ensino médio aos 22 anos. Em 1927 entra para a Universidade de Chicago, obtendo o título de mestre em Sociologia seis anos depois. Em 1933 aproxima-se de Robert Ezra Park, então no auge de sua carreira, que o instiga a tomar as relações raciais no Brasil para objeto de seu doutorado. Assim, viaja para Salvador, Bahia, em 1935, ficando ali durante dois anos. O resultado da estadia foi um de seus livros mais famosos (e criticados): *Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia*, de 1942, defendido como tese de doutorado na Universidade de Chicago.

MISSIONÁRIO DA SOCIOLOGIA

Em 1939 Donald Pierson é convidado para atuar como professor na Escola Livre de Sociologia e Política de São



Paulo (ELSP, atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP) e como pesquisador do Departamento de Cultura do município, então chefiado por Mário de Andrade.

Desde a chegada na cidade sua atividade será febril: professor, pesquisador, orientador, editor da revista Sociologia – periódico central na consolidação das Ciências Sociais no país – e de coletâneas bibliográficas, tradutor e representante científico da Fundação Rockefeller e da Smithsonian Institution, cujos financiamentos estiveram na base de seus projetos de pesquisa. Em 1942 será protagonista na criação do primeiro curso de pós-graduação em Ciências Sociais do país, na ELSP, cuja primeira turma de mestres se formou em 1945 (dentre os titulados estava Oracy Nogueira; dois anos depois seria a vez de Florestan Fernandes).

Durante a década de 40 chefiará dois grandes “estudos de comunidade”. Seus resultados mais visíveis serão os livros Cruz das Almas: a Brazilian Village e O Homem no Vale do São Francisco.



OBRA SOCIOLÓGICA

A obra de Donald Pierson foi, durante toda a sua atividade científica, diretamente ligada à sociologia produzida na Universidade de Chicago do início do século XX. O sociólogo integrou um esforço intelectual coletivo coordenado por Robert E. Park, para quem o Brasil representava uma formação social de particular interesse. Primeiramente, em função da dinâmica das relações raciais aqui existentes, que contrastavam com o que aqueles pesquisadores viam nos Estados Unidos. Em consonância com as elaborações teóricas de Park, em sua tese de doutorado Pierson buscou demonstrar que o preconceito racial não era determinante para a dinâmica das desigualdades sociais no país, mas sim o preconceito de classe.

Segundo objeto da produção de Pierson foi o efeito da vida urbana nas relações sociais. Utilizando um variado cardápio de métodos e técnicas de pesquisa, mas sempre fiel ao cânone de seus conterrâneos (a “ecologia humana” como “base” da análise sociológica, a dinâmica dos “círculos concêntricos” na organização espacial, o impacto da “modernização”, etc.), Pierson

produziu pesquisas pioneiras sobre a cidade de São Paulo, abordando temas como habitação e hábitos alimentares.

Por fim, temos os “estudos de comunidade”, a pesquisa aprofundada do modo de vida tradicional de pequenas comunidades rurais, do qual os trabalhos sobre “Cruz das Almas” (Araçariguama) e o Vale de São Francisco oferecem os melhores exemplos. Aqui, tratou-se de abordar a vida social nessas comunidades na perspectiva do contínuo tradição-modernidade, fortemente informado pela sociologia da modernização de Robert Redfield.

Paralelamente à pesquisa empírica, a produção de Pierson focou fortemente em temas metodológicos, ressaltando a necessidade do trabalho empírico nas ciências sociais. Pierson foi ardente defensor de uma concepção “etapista” da Sociologia, segundo a qual os sociólogos de seu tempo deveriam abandonar as tendências “filosofantes” dos pioneiros da disciplina. Discordava frontalmente da afirmação de existência de diferentes “escolas sociológicas”: se a natureza humana é uma só em todo o lugar, argumentava, então o mesmo sistema conceitual deve servir para explicar a ação humana em todos os lugares. A tarefa do sociólogo moderno, portanto, não era perder-se em querelas doutrinárias, mas confrontar as teorias existentes com a realidade, em permanente refinamento de seu aparato conceitual. Esta agenda teórico-metodológica está bem representada nos estudos que publicou sistematicamente na seção “Notas Sociológicas” da revista Sociologia.

Pierson retorna aos Estados Unidos em 1950, encerrando o ciclo que havia começado com sua chegada à Bahia em 1935. Nos praticamente 15 anos em que aqui esteve, o sociólogo foi parte ativa, e muitas vezes protagonista, da institucionalização das Ciências Sociais no país. É possível dizer que influenciou toda uma geração de cientistas sociais que tocaram as pesquisas a partir de seu retorno, quanto mais porque vários tiveram grande destaque na área. Tal efeito não foi casual, mas consciente e ativamente buscado pelo estadunidense, que tratou seus projetos de pesquisa tanto como oportunidades de conhecimento da realidade quanto de formação profissional para seus alunos.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PIERSON, Donald. O estudo da cidade. In: **Sociologia**, São Paulo, V(4): 305-15, Out, 1943

PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia**. São Paulo: Cia Editora Nacional, Coleção Brasileira – Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 241, 1945.

PIERSON, Donald. **Cruz das Almas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, Coleção “Documentos Brasileiros”, vol. 124, 1966.



SOBRE O AUTOR

SILVA, Isabela Oliveira Pereira da. **De Chicago a São Paulo**: Donald Pierson no mapa das ciências sociais (1930-1950). Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MAIO, Marcos Chor; OLIVEIRA, Nemuel da Silva; LOPES, Thiago da Costa. Donald Pierson e o projeto do Vale do Rio São Francisco: cientistas sociais em ação na era do desenvolvimento. In: **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº 2, 2013, p. 245-284.

LIMONGI, F. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil 1**, São Paulo: IDESP/Editora Vértice, [1989] 2001

LIPPI, Lúcia. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. In: **Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, nº 23, pp 35-48, 1987.

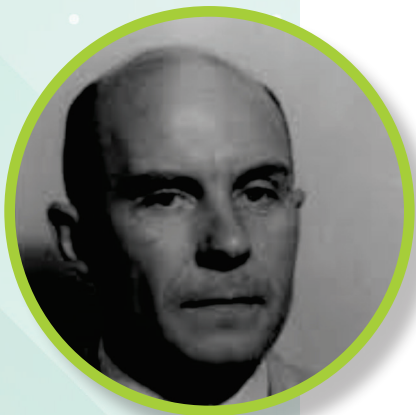


Foto: Scielo.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Qh3dsncVyTSBrTczDJm8JVM/?lang=pt>

EMÍLIO WILLEMS

Por **Mariana Siracusa**
(PPCIS-UERJ)

Emílio Willems nasceu em 1905 em Niehl, subúrbio de Colônia, cidade do oeste da Alemanha formada por camponeses, pescadores e trabalhadores assalariados das fábricas. Filho de um médico católico, único na cidade com um diploma universitário, Willems e sua família se distinguiam dos demais moradores da cidade sobretudo pela escolarização e pelo domínio da forma culta do idioma oficial. Sua infância foi marcada por uma educação rígida e autoritária, o que favoreceu sua entrada no Ginásio da cidade, instituição secular voltada exclusivamente para o ensino das letras clássicas no intuito de preservar a tradição medieval. A passagem pelo Ginásio rendeu a Willems seus extensos e profundos conhecimentos de latim, grego e religião.

Em 1924, Emílio iniciou os estudos de Economia na recém criada Universidade de Colônia e dois anos depois mudou-se para Berlim para dar continuidade aos estudos na Universidade da capital alemã. A partir da sua inserção universitária em Berlim ele teve contato com sociólogos alemães como Alfred Vierkandt, Karl Dunkman e Werner Sombart que, a despeito da ausência da cátedra de Sociologia na Universidade, movimentavam os debates sobre a disciplina. Em 1930, defendeu a tese de



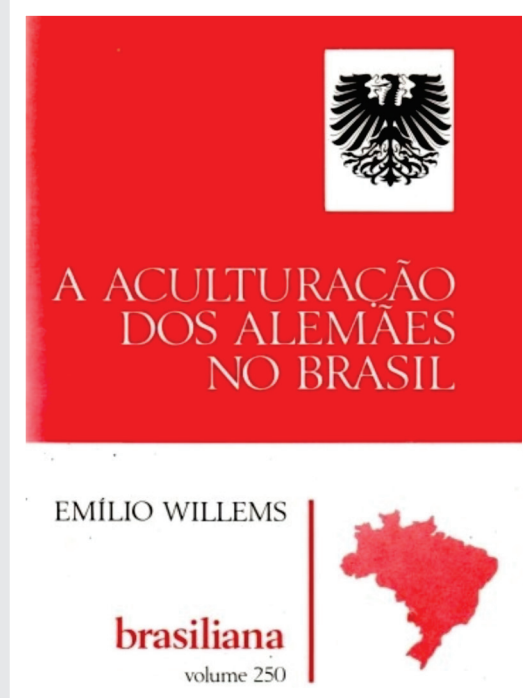
doutorado em Sociologia na Universidade de Berlim sob orientação de Alfred Vierkandt.

Em 1931, o contexto político e econômico da Alemanha no entreguerras provocou a mudança de Emilio para o Brasil para lecionar grego e latim em escolas secundárias, possibilidade aberta pelo contato com um conhecido que atuava como professor no Rio Grande do Sul. Sua primeira inserção foi na cidade de Brusque, no interior de Santa Catarina para lecionar em um seminário de padres.

Sua condição de imigrante em Brusque, originalmente uma colônia de imigrantes alemães que ao longo do tempo recebeu imigrantes de diversas nacionalidades, influenciou sobremaneira sua produção intelectual. Ele reagiu com espanto ao primeiro contato com seus compatriotas que expressavam a

marca da imigração, da assimilação cultural. A partir dos relatos dos imigrantes publicou em 1934 o primeiro trabalho sobre o Brasil em francês na Revue Internationale de Sociologie, sendo um dos primeiros a se dedicar aos estudos sobre imigrantes no país. A condição de imigrante, que chegou ao Brasil para atuar como professor secundário e viver ‘como um nativo’, sem deixar de ser antropólogo, no seus termos, foi o que distinguiu Willems dos demais professores estrangeiros que vieram ao Brasil para auxiliar na montagem e formulação dos primeiros cursos de Sociologia no país.

Além de Brusque, Willems atuou em escolas secundárias em Jacarezinho, no Paraná e na cidade de São Paulo, onde passou a residir em 1936. A partir da sua participação nos círculos intelectuais da capital paulista, Willems conheceu Fernando de Azevedo que à época era o diretor do Instituto de Educação, curso para professores secundários vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. Azevedo incentivou Willems a prestar o concurso para lecionar na USP no Instituto de Educação. Em 1937 Emilio defendeu tese de livre-docência intitulada “Mobilidade e flutuação das profissões no Brasil e o problema educacional” e, em 1939, ocupou a cadeira de sociologia educacional como assistente de Azevedo. O contato com Fernando de Azevedo possibilitou a participação ativa de Emilio Willems na Sociedade Brasileira de Sociologia, recém fundada em 1937. Na época em que Azevedo era o presidente, Willems atuou como primeiro secretário. Em 1939, Willems fundou junto com Romano Barreto a Revista Sociologia, considerado o primeiro periódico dedicado



exclusivamente à divulgação de correntes sociológicas e resultados de pesquisas de sociólogos brasileiros, além de ser um instrumento de divulgação das obras estrangeiras no país, sobretudo de intelectuais alemães.

Na década de 1940, Willems teve grande contribuição para a institucionalização da Sociologia e da Antropologia no Brasil. Em 1941, a convite de Fernando de Azevedo, Willems foi o primeiro docente da disciplina de Antropologia na USP, que passara a ser obrigatória para os cursos de Ciências Sociais, só se convertendo em cadeira sete anos depois; e no mesmo ano foi convidado por Donald Pierson para a Escola Livre de Sociologia e Política para lecionar Antropologia e Sociologia na pós-graduação em Ciências Sociais da instituição, numa rara presença e circulação entre instituições que sintetizavam modelos distintos de institucionalização das Ciências Sociais no país.

Além da inserção na docência, Willems atuou em diversas pesquisas empíricas ao longo da década de 1940 e contribuiu para a divulgação das teorias e conceitos sociológicos, esforço materializado na criação, em 1936, do Dicionário de Etnologia e Sociologia em parceria com Herbert Baldus e do Dicionário de Sociologia em 1950, publicado com Armand Cuvillier. Dentre as pesquisas é possível citar os estudos de comunidade e de uma sociologia rural como “Assimilação e populações marginais no Brasil” publicado em 1940; “Contribuição para uma sociologia da vizinhança” de 1941; “A aculturação dos alemães no Brasil: um estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil” de 1946; Cunha: tradição e transição em uma cultura rural no Brasil de 1947 entre outros trabalhos.

Em 1949 é convidado para lecionar no recém criado Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos, país onde permaneceu até sua morte em 1997, atuando em diversas universidades. Apesar de continuar pesquisando o Brasil e a América Latina sua extensa produção em 50 anos nos EUA praticamente não foi traduzida para o português, sendo pouco conhecida dos leitores brasileiros. Entre elas podemos citar: “Followers of the new Faith: Culture Change and the Rise of Protestantism in Brazil and Chile”, publicada em 1967, e Latin American Culture. An anthropological synthesis de 1975, ainda sem tradução e “Buzios Island: a Caiçara community in southern Brazil” elaborada em parceria com Gioconda Mussolini, em 1950, e traduzida para o português em 2003.

A permanência de 50 anos nos EUA, superando o tempo que viveu na Alemanha e no Brasil contribuiu, entre outros elementos, para a associação de Emilio Willems com a antropologia norte-americana. Apesar disso, sua presença no Brasil deixou marcas profundas na constituição da Sociologia e Antropologia brasileiras, nos processos de institucionalização desses campos disciplinares. Através de suas pesquisas com uma ampla diversidade temática é possível perceber o interesse original de Willems na compreensão da cultura em seus próprios termos e significados. É uma referência incontornável nos estudos de comunicação, de assimilação e aculturação, mas sobretudo, do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

WILLEMS, Emílio. Cunha. **Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1947.

WILLEMS, Emílio. Latin American Culture. **An anthropological synthesis**. New York, Harper & Row, 1975.

WILLEMS, Emílio & BALDUS, Herbert. **Dicionário de etnologia e sociologia**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.

WILLEMS, Emílio & MUSSOLINI, Gioconda. **Buzios island**. A Caiçara community in southern Brazil. New York, J.J. Augustin Publisher, 1952.



SOBRE O AUTOR

ALVES PINTO, Felipe Neri. **Antropologia entre três mundos**: Emilio Willems e a institucionalização da antropologia brasileira. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. 2020.

BÔAS, Glaucia Villas. De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville: a sociologia de Emílio Willems entre fronteiras. **Tempo social**, v. 12, n. 2, p. 171-188, 2000.



Foto: Diário do Paraná, 01, 09/1955. p. 6.

EUCLIDES DE MESQUITA

Por **Ricardo Costa de Oliveira**
(UFPR)

Euclides Queirós de Mesquita nasceu em Campina Grande, Paraíba, em 13/01/1908, filho de José Carneiro de Mesquita, negociante e de Maria Salomé de Queirós de Mesquita. Avós paternos: Manoel Guedes de Mesquita e Josefa Camelo Pessoa de Mesquita. Avós maternos: Ursino Severo Pereira de Queirós e Petronela de Albuquerque Andrade Lima. Famílias tradicionais da região. Bacharel em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, em 1928, atuou como advogado na Paraíba.

Como muitos bacharéis nordestinos migrou para a Região Sul, primeiro em Santa Catarina, como promotor, professor fundador do curso de direito em Florianópolis e diretor da Penitenciária Pedra Grande de Florianópolis. Transferiu-se depois para o Paraná aonde advogou em várias áreas. Em 1949 foi contratado para lecionar na Cátedra de Sociologia e de fundamentos sociológicos da educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – FFCL-PR e docente interino de Sociologia a partir de 1951. “No Paraná, o Instituto de Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da



UFPR foi criado em outubro de 1950, sob direção de Loureiro Fernandes.

Em 1952, o Instituto de Pesquisas Sociais promoveu o desdobramento da área de antropologia e etnologia em duas: sociologia e folclore. Coube a Euclides Mesquita, presidente da seção regional da SBS no Paraná, a direção da área de sociologia^[1]. “Substituiu o Professor Manoel de Oliveira Franco, catedrático da cadeira de Direito Civil em 1955. Por meio de contrato, renunciando desta maneira, ao cargo de Professor Interino da cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia da UFPR”^[2].

Euclides ocupou várias atividades e posições no direito da UFPR, até sua aposentadoria em 1977. Euclides de Mesquita organizou e presidiu em janeiro de 1953 o I Congresso de Sociologia no Paraná^[3], congresso apoiado pela Sociedade Brasileira de Sociologia como parte das comemorações ao 1º Centenário de Emancipação Política do Estado. Euclides de Mesquita até havia sugerido a realização do 1º Congresso da SBS em Curitiba, porém o Congresso já estava previsto pelos associados para ocorrer em São Paulo no ano seguinte. Participou do 1º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em São Paulo, em junho de 1954^[4] como (3º vice-presidente)^[5].

Participou em agosto de 1955 de um “Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina”, envolvendo-se em polêmica sobre a “liberdade de cátedra” e os “ensinamentos marxistas”, provocando um movimento de protesto dos estudantes da Universidade do Paraná, “a fim de pedir o afastamento do referido professor”^[6]. Escreveu sobre temas jurídicos e um livro mais “sociológico” – “A técnica, o homem e a vida social”. Universitária de Direito, São Paulo, publicado em 1977/78, complementando escritos anteriores. Euclides de Mesquita apresentava um perfil conservador e ainda pré-científico no desenvolvimento da sociologia no Paraná, colaborando mais nos cursos de direito do que no de Ciências Sociais da Universidade do Paraná. Participou de muitas atividades empresariais, intelectuais e jurídicas em Curitiba, diretor do departamento jurídico na Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP^[7]. Casado com Lelia Branco Mesquita. Tiveram pelo menos os filhos José Carneiro de Mesquita e Eduardo Alberto de Mesquita. Faleceu em 1982.



NOTAS

^[1] Sociedade Brasileira de Sociologia 60 Anos. Exposição. <http://www.sbsociologia.com.br/portal/images/stories/catalogosbs60anos.pdf>

^[2] Euclides de Queiroz Mesquita – WordPress.com [direitocivil100anosufpr.files.wordpress.com](https://direitocivil100anosufpr.files.wordpress.com/2012/05/euclides-de-queiroz-mesquita.pdf) · 2012/05 <https://direitocivil100anosufpr.files.wordpress.com/2012/05/euclides-de-queiroz-mesquita.pdf>

^[3] Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/docreader/797596/5215>

^[4] André Teles Guedes. Notícias sobre a sociologia acadêmica no 1º Congresso da SBS (São Paulo, 1954). Plural. Revista do programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo. N° 14. 2007. Página 144.

^[5] Roberta dos Reis Neuhold. Sociologia do ensino de Sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar. Tese em Sociologia da Educação. USP. 2014. Página 127 e 130.

^[6] Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/docreader/761672/7237> e <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/7315> . Diário do Paraná 1º de setembro de 1955 – Página 6.

^[7] Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/docreader/800074/113929>

EVARISTO DE MORAES FILHO



Foto: Wikipedia.
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Evaristo_de_Moraes_Filho

Por **Tiago Magaldi**
(UFSCar)

O CAMINHO DO MEIO

Evaristo de Moraes Filho nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1914. Carioca “da gema”, passou a primeira infância na Rua dos Coqueiros, fronteira entre Santa Teresa e Catumbi, onde hoje deságua o túnel Santa Bárbara. Nascido no seio de uma família de classe média, segundo filho do renomado advogado Evaristo de Moraes com Flávia Dias Moraes, foi um aluno brilhante desde cedo. Seu pai, dentre outros feitos, assumira a defesa de João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, após a Revolta da Chibata (1910), e foi integrante ativo do nascente movimento socialista e operário do início do século XX. A mãe, normalista de ascendência portuguesa, foi sua principal referência afetiva, sobretudo após ter se divorciado. Mas foi por influência do pai que decidiu cursar Direito e tornar-se, como ele, advogado. O tempo trataria de “corrigir” sua trajetória.

Admitido em 1933 na Faculdade Nacional de Direito (FND – atualmente parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro), aprimorou o gosto pelo estudo, tendo rapidamente abandonado a intenção de tornar-se um operador do Direito: “um advogado militante”, disse em 2000, “só tem tempo de ler autos”. Começava, então, para não mais parar, sua carreira de colecionador de li-



vros e ideias. Em 1934 fundou, com colegas da FND, uma “Sociedade de Sociologia” – em cujas reuniões os discentes apresentavam e debatiam temas sociológicos correntes na época –, e uma revista – “Ideia”, voltada para a militância de esquerda –; no ano seguinte, aos vinte anos, tornar-se-ia diretor da seção de filosofia da revista discente “Época”, também da FND (Morel, 2015). Desde cedo foi um escritor prolífico: no último ano do curso já escrevia em diferentes revistas sobre filosofia, sociologia, direito e literatura, além de contribuir para alguns jornais diários e para a militância socialista.

Ainda em 1934, assume um posto no Ministério do Trabalho (criado em 1930 por Getúlio Vargas) como secretário das Comissões Mistas de Conciliação, cujo propósito era mediar conflitos entre empregados e empregadores. Em 1941, com a instalação da Justiça do Trabalho no país e a extinção das Comissões, torna-se Procurador do Trabalho, cargo que exercerá até a aposentadoria voluntária, em 1966. A experiência acumulada nesses anos resultará no clássico *O problema do sindicato único no Brasil*, publicado em 1952.

Durante toda a sua carreira funcional seguiria, paralelamente, a vocação intelectual. Em 1937 bacharelou-se em Direito; em 1939 fez novamente o vestibular, dessa vez para a recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), na qual concluirá bacharelado e licenciatura em Filosofia em 1949. A década de 50 será a do lançamento das bases definitivas de sua carreira acadêmica, tendo nela prestado três concursos, todos com sucesso: em 1953, livre-docência em Direito do Trabalho, na FND; em 1955, livre-docência em Sociologia, na FNFfi; por fim, em 1957, cátedra de Direito do Trabalho, na FND. Como professor da última, teve atuação fundamental na institucionalização da pesquisa em Ciências Sociais, tendo sido fundador do Instituto de Ciências Sociais (ICS), em 1958, antecessor do atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

Com o golpe civil-militar de 1964, a conjuntura muda drasticamente. Muitos professores e alunos da UFRJ, entre eles, Evaristo, são presos. Além da prisão arbitrária, com o AI-5 de 1969 chega também a aposentadoria compulsória. Forçado a deixar a docência, o professor mergulha em sua própria biblioteca: nos dez anos seguintes, até a Lei de Anistia em 1979, publicará mais de dez livros, a maioria sobre temas jurídicos. Nesse ano é convidado a retomar a docência na UFRJ, ao que declina: “A suposta anistia chegara tarde, a ausência durara demais, e os sentimentos já não eram os mesmos”. Mas em 1983 receberá o título de Professor Emérito daquela instituição, e no ano seguinte seria eleito membro da Academia Brasileira de Letras, sucedendo Alceu Amoroso de Lima na cadeira de número 40. Desde então publicou alguns livros e ensaios, vindo a falecer em julho de 2016, aos 102 anos.

UM COLECIONADOR DE IDEIAS

A vida intelectual de Evaristo de Moraes Filho foi marcada por dois pontos principais. Em primeiro lugar, sobretudo até 1969, pela quase equidistância entre a Sociologia e o Direito: “entre a Nacional de Filosofia e a Nacional de Direito, eu vivia como numa gangorra”. Seu trabalho mais conhecido desse período, o clássico *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*, parece justamente se situar “no meio do caminho” entre ambas as disciplinas. Nele o autor dirá, em chave sociológica, mas se valendo da análise de material jurídico, que não seria possível ao Estado legislar corretamente sobre conflitos trabalhistas sem levar em consideração os grupos sociais produzidos pela dinâmica econômica e sua tendência a coordenar seus interesses comuns: os conflitos entre eles existiriam independentemente da regulação estatal.

O desenvolvimento desse ângulo de análise levará o autor a, de forma pioneira, atacar frontalmente a estrutura sindical estadonovista e o mito getulista da “outorga” da legislação trabalhista – pioneirismo pelo qual o autor é mais conhecido hoje.

Em segundo lugar, sua obra é marcada pela paixão dedicada ao pensamento e aos pensadores, os brasileiros em particular. A leitura de quaisquer textos de Evaristo – sejam livros bem acabados ou ensaios despretensiosos – oferece ao leitor um manancial de autores, nacionais e estrangeiros; neles as notas de pé de página por vezes saem vitoriosas em sua luta com o corpo do texto. É um erudito. Sobretudo a partir dos anos 1980, o autor se permite mergulhos profundos nos universos particulares de cada pensador, delineando seus aspectos mais salientes e conhecidos, mas também buscando a linha mestra que os unifique, implícita ou explicitamente. As introduções das famosas coletâneas de Georg Simmel e Augusto Comte, publicadas no Brasil pela Editora Ática (“Coleção Grandes Cientistas Sociais”, coordenada por Florestan Fernandes) surpreendem pela familiaridade com que Evaristo apresenta não apenas os principais pontos da obra dos autores e seu sentido de conjunto, mas também o contexto intelectual no qual eles se inserem. O mesmo olhar minucioso, mas com maior fôlego, tomou por objeto o pensamento de conhecidas figuras de nosso país, como Tobias Barreto, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Tavares Bastos e Alceu Amoroso Lima, produzindo obras de referência para os estudiosos do pensamento político e social brasileiro.





SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MORAES FILHO, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução: formalismo sociológico e a teoria do conflito. In: _____. **Georg Simmel**. São Paulo: Editora Ática, 1983.



SOBRE O AUTOR

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. “Evaristo de Moraes Filho: produto e produtor da universidade” *Sociologia & Antropologia*, vol. 05, nº 1, 2015.

VILLAS BÔAS, Glaucia. “Evaristo de Moraes Filho e a maioria dos trabalhadores brasileiros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 55, 2004.

LEITE LOPES, José Sérgio; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. “Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil”. *Educação & Sociedade*, vol. 33, nº 118, 2012.



Foto: Academia Brasileira de Letras.
Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/fernando-de-azevedo/biografia>

FERNANDO DE AZEVEDO

Por **Mariana Siracusa**
(PPCIS-UERJ)

UM INTELLECTUAL PÚBLICO NA LUTA PELA EDUCAÇÃO

Fernando de Azevedo nasceu em 2 de abril de 1894 em São Gonçalo do Sapucaí, pequena cidade localizada no sul de Minas Gerais. Passou o início da infância na cidade de Cambuquira, também em Minas Gerais, e aos oito anos foi enviado ao Colégio Anchieta, no interior do Rio de Janeiro, onde teve uma formação rígida sob preceitos jesuítas. Após a conclusão dos estudos ingressou no noviciado mineiro da Companhia de Jesus, onde estudou Filosofia, Literatura grega e latina, análise matemática, poética e eloquência. Após cinco anos de indecisão quanto a sua vocação, abandona a Companhia de Jesus e muda-se para Belo Horizonte, iniciando sua experiência na docência como professor de latim e de psicologia no ginásio da cidade em 1916. O contato com as precárias condições de ensino no ginásio fez com que Fernando

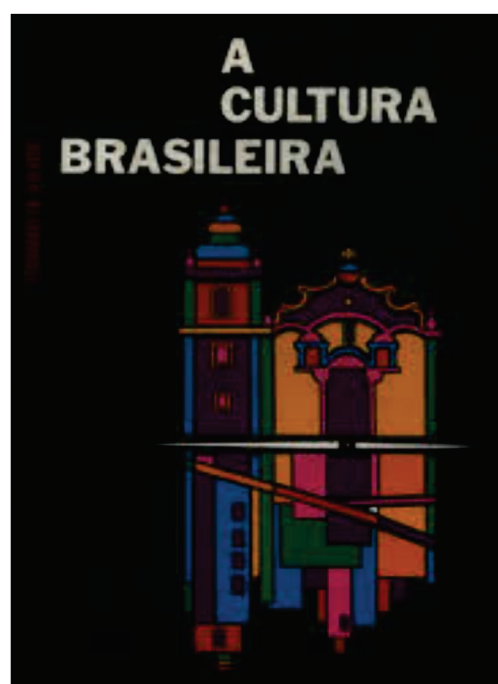


de Azevedo enviasse um projeto de lei para alterar o ensino em Belo Horizonte. Foi a gênese da sua vocação como educador e reformador da educação.

Em 1917 muda-se para São Paulo para estudar Direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, mas não abandona sua inclinação para docência. Em 1920 ingressa na Escola Normal da capital paulista como professor de Latim e Literatura. Data da mesma época sua inserção no jornalismo, como crítico de literatura e ensaísta primeiro, no *Correio Paulistano*, e depois, de *O Estado de São Paulo*, onde realizou, em 1926, duas pesquisas relevantes: uma sobre a arquitetura colonial e outra sobre a instrução pública, esta última um embrião das suas ideias sobre um novo modelo educacional no país. No mesmo ano foi nomeado pelo Presidente Washington Luiz, Diretor-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, assumindo o cargo em 1927^[1] e lá permanecendo até 1930. Durante sua gestão, Fernando de Azevedo foi responsável pela formulação de uma grande reforma educacional, promulgada como lei em 1928. A reforma previa uma reestruturação da educação, com foco no ensino normal e na formação de professores, o que incluiu a construção de novas escolas como o Instituto de Educação (antiga Escola Normal).

De volta a São Paulo, em 1930, Azevedo retornou sua atuação como jornalista e professor, dando aulas de Sociologia na Escola Normal em São Paulo. No ano seguinte funda a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) iniciada na Companhia Editora Nacional, sendo responsável pelas séries Iniciação Científica e Coleção Brasileira, ambas lançadas em 1931.

Em 1932 é nomeado Diretor-geral da Instrução Pública de São Paulo. No mesmo ano houve o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, intitulado “A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo”, do qual Fernando de Azevedo foi redator e primeiro signatário. O documento simbolizava a ideia de um conjunto de intelectuais sobre o papel da educação na construção de um Estado moderno, que caminhava rumo à civilização. Nesse contexto, a educação é compreendida como um direito dos cidadãos que o Estado deve atender, de forma igualitária, através de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita. Esses preceitos sinalizam o movimento da corrente liberal, da qual Fernando de Azevedo fazia parte, na concepção de uma educação entendida como elemento redutor das desigualdades sociais e fonte de mobilidade social.



Além da inserção na esfera pública, Fernando de Azevedo tem uma longa história na Universidade de São Paulo, onde permaneceu desde a criação, em 1934, até a aposentadoria, em 1961, em vários cargos na docência e na administração. Azevedo participou ativamente da sua criação em 1934, redigindo o anteprojeto; foi professor catedrático do departamento de Sociologia e Antropologia, responsável pela Cadeira de Sociologia II (1943-1963) após a saída de Roger Bastide, tendo como um de seus assistentes Florestan Fernandes entre 1944 até 1954, quando este assumiu a Cadeira de Sociologia I. Ainda na USP, dirigiu o Departamento de Educação. Os dois departamentos, de Sociologia e Antropologia e o de Educação eram ligados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), onde foi diretor em 1941. A atuação no processo de criação da USP está intimamente associada aos preceitos do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Instituída a partir da junção de faculdades já existentes, o projeto de criação da USP previa a criação de duas novas unidades: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Educação, surgido a partir da elevação da Escola Normal Caetano Campos, onde Azevedo atuou como professor, como instituição de ensino superior universitário. Pela primeira vez no Brasil houve a integração de uma escola de formação de professores à universidade. A experiência, entretanto, foi interrompida em 1938, quando o Instituto de Educação foi desligado da USP, já no Estado Novo, no contexto de disputa entre liberais e católicos sobre o papel do Estado na educação, com vitória dos católicos.

Ao longo dos anos de 1940 e 1960 assumiu outros cargos de destaque como o envolvimento na Sociedade Brasileira de Sociologia da qual foi um dos organizadores e primeiro presidente (1937-1954)^[2]; a presidência da Associação Brasileira de Educação (1938); a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1945); a vice presidência da *International Sociological Association* (1950-1953); a direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais em São Paulo (1956), criado a partir do convênio entre a FFCL e o MEC com objetivo de elaborar pesquisas sobre a educação brasileira com ênfase na formação de professores e no ensino básico. Foi ainda membro da Academia Brasileira de Letras em 1967, onde foi o terceiro ocupante da cadeira 14 e membro da Academia Paulista de Letras em 1969.

Na década de 1960 teve participação ativa na elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e da Reforma Universitária em 1968 e já no contexto da ditadura militar se posicionou em defesa da educação e redigiu, em 1965, um documento no qual se manifesta contrário à prisão dos professores da USP Mario Schenberg, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, bem como a perseguição intelectual e política sofrida por eles.

Sua vasta produção intelectual inclui a publicação de diversos artigos, ensaios e cerca de 25 livros, dentre os quais merecem destaque: *Princípios de Sociologia* (1935), *Sociologia Educacional* (1940), *a Educação na encruzilhada* (1937) e *a Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil* (1943), escrita para ser uma introdução do Recenseamento de 1940, a partir de encomenda do presidente Getúlio Vargas.

Fernando de Azevedo foi um intelectual público, que soube como poucos mesclar vida acadêmica e política, com inserção em espaços de poder; teoria e ação política expressas nas reformas educacionais que encampou. Foi exímio defensor de um projeto nacional democrático sintetizado na defesa de uma educação universal, laica, gratuita, obrigatória e pública, que possibilitasse condições iguais de competição. Nessa perspectiva, para o educador, a defesa de uma educação de qualidade passa fundamentalmente pela formação de professores de excelência, universitária e de nível superior, mas feita de forma articulada com os outros níveis de ensino. Os professores são motores das transformações dos processos educacionais e responsáveis, em última análise, pelo seu sucesso de forma mais eficaz. Um homem de ideias



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia:** pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 8 ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958. [1935]

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada:** problemas e discussões. Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926. 2 ed., Edições Melhoramentos, 1960. [1937]

AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia educacional:** introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Iniciação Científica. Série 4ª, v. 19. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Censitária Nacional, 1943.

AZEVEDO, Fernando de. **História de minha vida.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.



SOBRE O AUTOR

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo: a educação como desafio. In: **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros:** Monografias Premiadas **1985** [S.l: s.n.], 1986.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 162 p. (Coleção Educadores)

NOTAS

^[1] XAVIER, Libânia Nacif; FREIRE, Américo. Educação e política na reforma da instrução pública do Distrito Federal (1927-1930). In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2002.

^[2] Há uma imprecisão quanto as datas em que Fernando de Azevedo esteve a frente da SBS. O site da indica sua permanência entre 1937 a 1954; em outras fontes é possível encontrar a indicação da sua permanência entre 1935 a 1960. Ainda no site da SBS há a indicação de uma sobreposição na presidência da instituição, ocupada simultaneamente por Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes entre 1940 e 1954.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO



Foto: Site Reportando.
Disponível em: <https://www.reportando.com.br/politica/fhc-pede-que-bolsonaro-renuncie/>

Por **Pedro Barboza**
(PPCIS-UERJ)

UM COSMOPOLITA À FORÇA

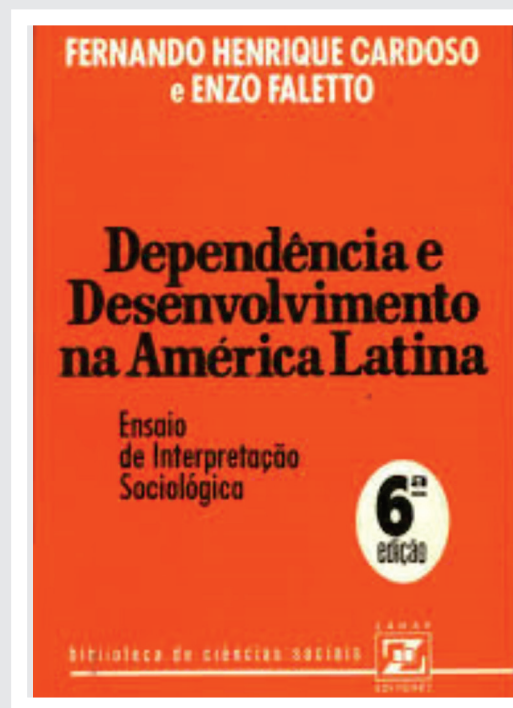
Fernando Henrique Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931, no Rio de Janeiro. Sua família era de militares historicamente ligados à política. Em 1952 licenciou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). No ano seguinte ocupou o cargo de auxiliar de ensino da cadeira de Sociologia I, cujo membro era Roger Bastide (1898-1974). Em decorrência da volta deste à França, a partir de 1955 foi promovido à posição de primeiro assistente da cátedra, então ocupada por Florestan Fernandes (1920-1995). Em 1961, com a defesa da tese Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, obteve o doutorado pela mesma faculdade onde se graduara. Entre 1962 e 1963 realizou curso de pós-graduação no Laboratoire de Sociologie Industrielle da Universidade de Paris. Em 1963 também logrou o título de livre docente da cadeira de Sociologia I. Sua atuação não teve fôlego, posto que com o golpe civil-militar de 1964 e as consequentes perseguições, partiu para o exílio, iniciando assim sua longa atuação em diversas instituições pelo mundo. Passando sua trajetória em retrospecto, Fernando Henrique afirmou que: “eu fui me tornando cosmopolita à força.”



No período de 1964 a 1967 ocupou importantes postos dentro de instituições acadêmicas latino-americanas. Destaca-se sua atuação enquanto docente na Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), na Facultad de Ciencias Económicas da Universidad de Chile, além de sua atuação na cátedra de Sociologia do Desenvolvimento no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), órgão ligado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no Chile. Em 1967 mudou-se para França, ocupando o cargo de professor de Teoria Sociológica no departamento de sociologia da Universidade de Paris-Nanterre. No ano seguinte retornou ao Brasil e, substituindo Lourival Gomes Machado, obteve a cátedra de Ciência Política. Uma vez mais sua atuação foi interrompida por conta do contexto repressivo vivido à época e, em abril de 1969, foi aposentado compulsoriamente.

Mesmo com essa condição, Fernando Henrique não cessou sua atividade intelectual. Junto com professores também cassados, criou, em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Também continuou com sua atuação internacional lecionando em instituições renomadas nos Estados Unidos, Inglaterra e França, além de estar à frente da International Sociological Association (ISA), no período de 1982 a 1986.

Sua carreira política se iniciou em 1974 quando Ulysses Guimarães o convidou a elaborar, em conjunto com outros intelectuais, a plataforma eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para o pleito que se avizinhava. Quatro anos depois foi eleito suplente para o senado, posto que ocupou a partir de 1983 porque o titular, Franco Montoro, elegera-se governador de São Paulo. Em 1986 foi reeleito e participou das discussões para a nova constituição. Em 1988 fundou com outros políticos e intelectuais o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Entre outubro de 1992 e maio de 1993 foi Ministro das Relações Exteriores do governo de Itamar Franco, deixando este cargo para ocupar o de Ministro da Fazenda. Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República em 1994 e reeleito em 1998, ambas ocasiões em primeiro turno. Desde então, embora ainda ocupe o cargo de presidente de honra do diretório nacional do PSDB, afastou-se da esfera política institucional. Manteve colunas em grandes jornais do país, como O Globo, O Estado de São Paulo e Zero Hora. Desde



2010 preside a Fundação Fernando Henrique Cardoso. Foi casado com a antropóloga Ruth Cardoso (1930-2008), com quem teve três filhos.

Para além do seu legado à Sociologia, observar esta trajetória tão vasta é também um chamado à reflexão sobre uma questão sensível nas ciências humanas: a relação entre intelectuais e esferas institucionais do poder.

POR UMA TEORIA ORIGINAL DO DESENVOLVIMENTO

O contato de Fernando Henrique com o ambiente intelectual latino-americano encontrado no exílio teve importância fundamental em suas contribuições ao campo das Ciências Sociais. Como emblemático deste período pode-se colocar o livro escrito em 1967 em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

Em linhas gerais a obra tem como objeto algo caro à corrente desenvolvida na CEPAL: partindo de uma perspectiva própria, que não importava modelos dos grandes centros, compreender as razões da dependência das economias que se localizavam na periferia do sistema capitalista. Entretanto, a obra perseguiu este objetivo adotando um método analítico histórico e estrutural que permitiu reconstruir a configuração dos diversos grupos internos dos países periféricos. Esta abordagem distanciava-se da cepalina, pois enquanto esta observava a relação entre centro e periferia de maneira majoritariamente unilateral, aquela vinculava o processo social e econômico vivido no continente não só como consequência das ações dos poderes externos, mas também a partir da própria relação e atuação dos grupos domésticos da periferia.

A chave para entender como ocorreu o vínculo das economias periféricas às centrais, a constituição de grupos sociais internos e a relação destes com o mercado internacional está no tratamento que deram ao conceito de “dependência”. Mirando hacia dentro, construíram uma tipologia que distinguia com nitidez diferentes modos da dependência ser produzida a partir da constituição dos próprios grupos locais. Ao mesmo tempo em que este modelo jogava luz às diferentes maneiras das classes sociais dominantes serem formadas nos países periféricos e sublinhava tipos diferentes de vinculação entre centro e periferia, também definia as possibilidades de expansão das economias dependentes. Essa perspectiva alijava-se daquela dominante em amplos setores da esquerda, que não admitiam a possibilidade de desenvolvimento econômico sem uma revolução. Com as ideias de Cardoso e Faletto é possível considerar um desenvolvimento, ainda que seja “dependente associado”. O diagnóstico feito apontava para que, mesmo com a passagem das economias no formato primário-exportador para aquele que continha um mercado interno relevante em vias de se internacionalizar, o caráter dependente não estava superado.

A teoria da dependência tal qual formulada por Cardoso e Falleto teve ampla recepção nas Américas e fora dela. Tratava-se de uma tentativa original produzida dentro do próprio continente para explicar a histórica dependência das economias latino-americanas frente às do “centro”. Ultrapassadas cinco décadas de sua publicação, num contexto em muitos aspectos diferente daquele que inspirou os autores, talvez valha a pena adotar a mesma perspectiva que privilegia a historicidade dos fenômenos sociais e a flexibilidade dos conceitos, para buscar relações assimétricas entre nações – tanto no campo econômico, político ou tecnológico. É um convite instigante.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.



Foto: Site Cola da Web.
Disponível em: <https://www.coladaweb.com/sociologia/florestan-fernandes>

FLORESTAN FERNANDES

Por **Elide Rugai Bastos**
(UNICAMP)

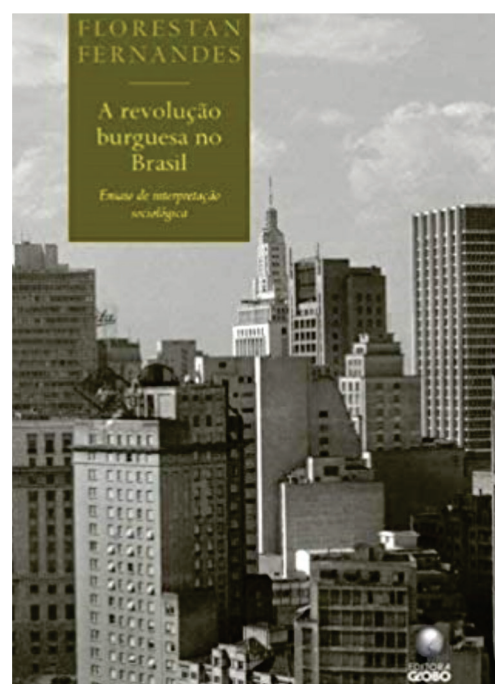
*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

Nascido em São Paulo em 1920, Florestan Fernandes realizou estudos básicos em curso de maturidade, atualmente denominado supletivo, a partir dos 17 anos. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela USP, 1944; mestre em Antropologia, 1947; doutor em Sociologia, 1951; livre-docente em Sociologia, 1953; catedrático de Sociologia I, na USP, 1964; foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5 em 1969. Atuou como professor nas Universidades de Columbia, de Toronto, de Yale, Católica de São Paulo. Em 1986 foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores deputado federal integrando, durante o processo constituinte, as comissões de educação e cultura, ciência e tecnologia, e comunicação. Elegeu-se novamente deputado federal em 1990. Faleceu em São Paulo em 1995.

Sua obra sociológica, principalmente voltada à compreensão da sociedade brasileira, abrange um largo



arco temático e um amplo período histórico. Este, que percorre desde o período colonial até as últimas décadas do século XX, abriga estudos sobre folclore, análises etnográficas, pesquisas sobre as relações entre negros e brancos, reflexões sobre a revolução burguesa, debates sobre desenvolvimento e dependência, busca de explicações sobre a assimetria das relações, diagnósticos sobre as mudanças sociais. Temas e momentos históricos diversos encontram referência em uma questão central: como e por que o dinamismo do capitalismo brasileiro comporta alta taxa de pobreza, exclusão e tão diferentes condições de existência social atingindo várias camadas da população? Note-se que a questão não se refere somente à distribuição da renda interna, mas compreende as consequências desse problema nas esferas social, política e cultural. Assim, a pergunta compreende, também, a busca das razões sobre a economia brasileira ter seu centro definido externamente; ainda, buscar quais processos explicam as disparidades regionais.



Para realizar essa tarefa propõe-se a pensar simultaneamente o macro e o microcosmos sociais o que é uma posição teórico-metodológica que não só caracteriza a interpretação de Florestan Fernandes mas também marca uma tradição de estudos sociológicos que se desenvolveu a partir dele. Associar macro e micro análise, a estrutura social e a ação, constitui uma proposta clássica. Trata-se do estabelecimento da relação entre o todo e as partes, mas que no caso brasileiro Florestan Fernandes concretizou numa forma diferenciada de analisar a sociedade brasileira. No Brasil se produz uma relação inseparável entre opostos – arcaísmo e modernidade, riqueza e pobreza, centro e periferia – que embora se oponham encontram unidade explicativa na totalidade do sistema e operam como estratégia de reprodução do mesmo. Dessa ambiguidade resulta não estarem as relações sociais apoiadas em princípios democráticos, mas remeterem a formas originárias do período escravocrata. O livro *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) analisa empiricamente essa condição e explicita os efeitos da situação. De modo mais amplo *A revolução burguesa no Brasil* (1974) mostra a incompletude do processo democrático.

Essa unidade de opostos – explicação que recusa a existência de dois brasis, um modismo linguístico com lamentáveis consequências no início dos anos 1960 – produz uma tensão

básica na formação brasileira e é apresentada por Florestan Fernandes como um dilema que se coloca à organização social, à política e ao pensamento brasileiros. Figura ao modo de um circuito fechado que ameaça paralisar a mudança, porém se trata de uma equação metafórica, de uma situação limite que não se realiza plenamente. Assim, é necessário visualizar simultaneamente estrutura e agência. Para tanto o autor instrumentaliza um método que opera principalmente em duas direções. Primeiramente, considerando o legado do passado e o campo de forças em ação no presente, o que abre várias alternativas para o encaminhamento de solução aos dilemas. De outro, mostrando que centro e periferia, ou centro e margem, não podem ser vistos como lócus estáticos, mas como manifestações dinâmicas de um conjunto social. São campos entrelaçados de atuação.

Embora a temática de Florestan Fernandes o leve a explorar vários aspectos dos processos sociais, seu interesse primordial é o de mudanças sociais, expressão que prefere utilizar no plural. Sem essencializar a periferia, Florestan confere um peso importante às margens nas transformações da sociedade, uma vez que nelas geram-se muitas das reivindicações que lhes permitem constituírem-se em espaço de enunciação de questões sociopolíticas e sociologicamente relevantes. Ilustrando, entre estas, a exposição sobre a desigualdade de condições de competição entre brancos e negros na sociedade brasileira levanta possibilidades de ampla reflexão sobre a efetiva participação democrática no Brasil.



SUGESTÕES DE LEITURA SOBRE O AUTOR

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. **Metrópole e cultura**. São Paulo no meio século XX. Bauru, SO: Edusc, 2001.

BRASIL JR., Antonio. **Passagens para a teoria sociológica**. Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.

CONH, Gabriel. **A margem e o centro**. Travessias de Florestan Fernandes. In: Sinais Sociais, v.10, n.28, Rio de Janeiro:Sesc, 2015.

IANNI, Octavio. (org.) **Florestan Fernandes**. São Paulo: Ática, 1986.

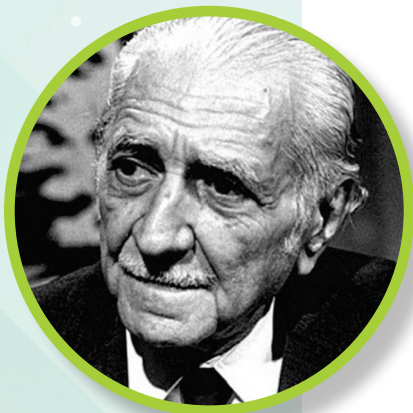


Foto: Editora UNESP.
Disponível em: <http://editoraunesp.c>

GILBERTO FREYRE

Por **Simone Meucci**
(UFPR)

*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

Gilberto Freyre (15 de março de 1900, Recife/PE – 18 de julho de 1987, Recife/PE). Um dos mais importantes intérpretes do Brasil que, nos anos de 1930, formulou uma das versões mais vigorosas sobre a identidade brasileira, atribuindo caráter positivo à mestiçagem cultural e racial e ao legado da família patriarcal. Inaugurou, a partir de então, uma abordagem que o tornou reconhecido artífice na tarefa de constituição da sociologia no Brasil. Durante a vida, e com notável regularidade, escreveu muitos livros. Algumas de suas principais obras são as que constituem a famosa trilogia: *Casa Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959). No entanto, para compreender o percurso de seu pensamento ao longo de todo o período, recomendamos também a leitura de *Nordeste* (1937), *Açúcar* (1939), *Interpretação do Brasil* (1948), *Integração Portuguesa nos trópicos* (1958), *Além do apocalipse moderno* (1973) e *Rurbanização: o que é* (1982).

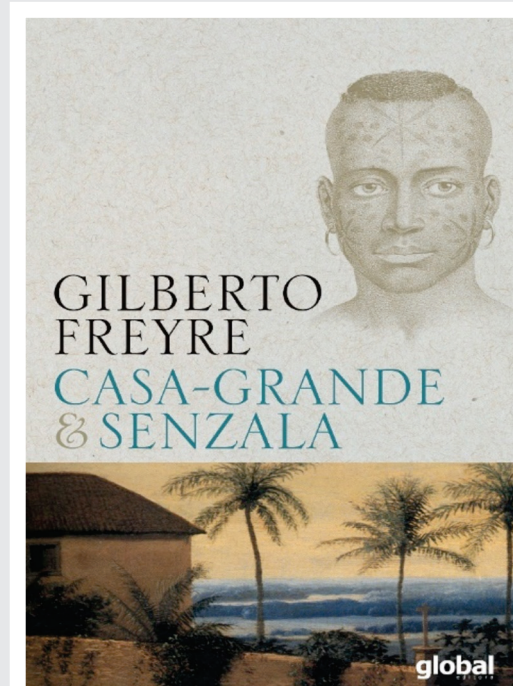


Gilberto Freyre nasceu em uma família de antigos proprietários de engenhos e comissários de açúcar. Em pleno período de deslocamento do eixo econômico para o sudeste e de transformações na produção açucareira, alguns de seus parentes assistiram ao declínio dramático do modo de vida aristocrático. Os pais de Freyre não foram arruinados, mas tampouco estavam entre os mais ricos: seu pai era professor do Ginásio Pernambucano formado na tradicional Faculdade de Direito do Recife; a mãe concluiu a formação escolar no tradicional colégio de freiras São José e foi, como o pai, figura importante no estímulo intelectual ao filho.

Freyre fez seus estudos no Colégio Americano Batista Gilreath, o que lhe abriu a oportunidade – incomum à época – de realizar curso superior nos Estados Unidos, na Universidade de Baylor, Texas, onde, entre os anos de 1918 e 1921, frequentou o curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Em seguida, prosseguiu seus estudos na Universidade de Columbia, Nova York, onde assistiu aulas de sociologia, história e literatura e apresentou pesquisa sobre hábitos cotidianos da família patriarcal em Pernambuco do século XIX. Em 1923, já decidido a retornar ao Brasil, partiu em viagem à Europa, ocasião em que se sentiu atraído pela experiência universitária inglesa e pelos autores e grupos regionalistas da França e Espanha.

De volta ao Brasil, seu futuro estava indefinido, ainda que sua rede de relações pessoais fosse favorável. Era um jovem promissor, muito próximo do Vice-Presidente da República e depois Governador do Estado de Pernambuco, Estácio Coimbra. Nesse período, Freyre ajudava-o nas lides do gabinete, tarefa que o levava a viajar com alguma frequência ao Rio de Janeiro. Trabalhou também na direção de alguns dos principais jornais do Recife, transformando a redação ao estilo americano. Foi ainda um dos protagonistas do Movimento Regionalista do Recife, polemizando com modernistas de São Paulo acerca dos nexos entre região e nação, passado e modernidade. Finalmente, no último ano da década de 1920, ministrou aulas de sociologia na Escola Normal de Pernambuco, tarefa que o reaproximou de suas leituras de sociologia.

O ponto importante de inflexão em sua carreira é o Golpe de 1930 quando, após uma viagem em exílio voluntário para África, Portugal e Estados Unidos, retornou ao Brasil decidido a escrever uma obra de interpretação da sociedade brasileira. Nesse momento, suas ideias



assumem forma sociológica nas páginas de Casa-Grande & Senzala (1933). O livro, publicado no Rio de Janeiro, foi imediatamente recebido como um ensaio original e polêmico. Além da escrita imagética que incomodou os mais conservadores ao descrever a vida íntima dos senhores, Freyre operou uma revolução no pensamento social brasileiro: rompeu com a tradicional abordagem que concentrava o foco de análise na composição racial da população e na definição da ossatura do Estado, transferindo o olhar para os elementos da cultura e da sociedade vistos da perspectiva da vida doméstica. Freyre ofereceu, com isso, uma solução inédita ao dilema da identidade nacional brasileira e ao enigma da relação entre vida social e política.

Segue-se então uma carreira exitosa de escritor que tem como característica o afastamento do meio universitário no mesmo momento em que ocorreu a profissionalização acadêmica das ciências sociais. Com exceção do período em que viveu no Rio e lecionou na extinta Universidade do Distrito Federal a convite do seu amigo Anísio Teixeira, Freyre fixou sua vida no Recife e manteve-se sob o abrigo do Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco, criado em 1949, durante seu mandato de Deputado Federal.

Suas ideias tiveram grande circulação e suas obras e interpretações são muito conhecidas. Isso se deve a um trabalho contínuo de contato com o público leitor que então se formava no Brasil. Nas décadas de 1950 e 1960, além dos livros e artigos de jornal, Freyre publicou também colunas semanais sobre cultura e sociedade para a revista de variedades O Cruzeiro, cuja tiragem, em 1960, chegou a um milhão de cópias por semana. Foi também reconhecido internacionalmente: deu cursos, recebeu prêmios e homenagens na Inglaterra, França e Estados Unidos. Mas os efeitos de suas ideias foram notáveis em Portugal na década de 1950, quando suas formulações justificaram a ação colonial portuguesa na África. Nesse período, Freyre foi bastante criticado por intelectuais e professores da universidade que denunciavam seu compromisso com o regime autoritário de Salazar.

Sua interpretação acerca da dinâmica das mudanças sociais no Brasil é ainda relevante para o debate contemporâneo e são crescentes, desde os anos 2000, estudos sobre sua trajetória e seu legado analítico.



SOBRE O AUTOR

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e paz: Casa-Grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno.** Bauru, SP: Edusc, 2003.

BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu:** Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon et al. (orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos.** Bauru, SP: Editora da Unesp; Edusc, 2003.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. **Gilberto Freyre:** um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005.



Foto: IEA USP.
Disponível em: http://www.iea.usp.br/imagens/gilda-de-mello-e-souza/image_view_fullscreen

GILDA DE MELLO E SOUZA

Por **Heloisa Pontes**
(UNICAMP)

*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

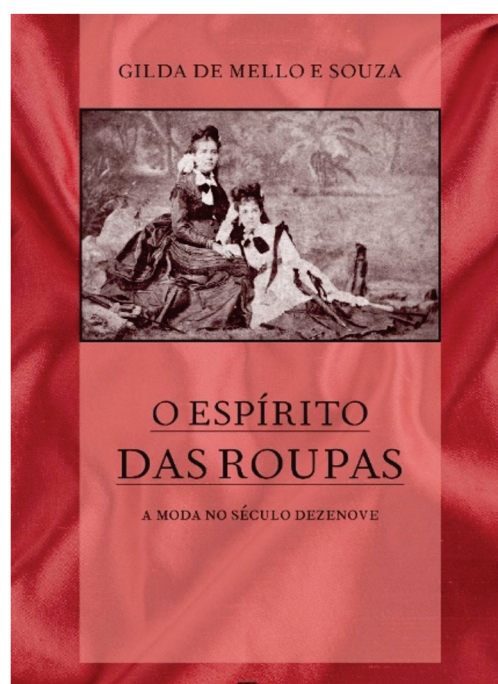
Gilda de Mello e Souza nasceu em 1919 e passou a infância em Araraquara. Em 1930, mudou-se para São Paulo para estudar. Nove anos depois, concluiu o curso de filosofia. A formação intelectual recebida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, a influência decisiva de Mário de Andrade (seu primo de segundo grau) e a experiência inédita para as moças de sua geração de uma sociabilidade ancorada na vida universitária permitiram-lhe inventar um novo destino. De início como contista da revista *Clima* (1941-1944), depois como professora da Universidade de São Paulo. Reconhecida como ensaísta, ela transitou da sociologia para a estética; aventurou-se pela literatura, artes plásticas, teatro, cinema; expandiu a compreensão da pintura acadêmica e do modernismo brasileiro; adensou o olhar sobre o cinema europeu; refinou a percepção crítica, a meio caminho entre a ciência e a arte.



A terceira dos cinco filhos do casal Hilda e Candido de Moraes Rocha, Gilda morou até os 11 anos na fazenda Santa Isabel, de propriedade da família. Em 1930, mudou-se com a irmã mais velha para São Paulo, com a finalidade de estudar no Colégio Stafford, frequentado por meninas de elite. Ambas foram morar na casa da tia avó, Maria Luisa de Moraes Andrade, mãe do “papa” do modernismo paulista, Mário de Andrade, cuja influência na formação de Gilda foi decisiva. Ao concluir o secundário em 1934, ela se inscreveu no curso de filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, onde se formou em 1939.

A intimidade de Gilda com o universo literário – adquirida desde muito cedo, como leitora compenetrada e reforçada pela presença de Mário de Andrade – seria ampliada com a convivência como amigos da faculdade, especialmente como responsáveis pela publicação da revista *Clima* (1941-1944): Antonio Candido (com quem se casaria em 1943), Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Ruy Coelho. Produtos do novo sistema de produção intelectual implantado na Universidade de São Paulo, por intermédio dos professores estrangeiros (franceses, em particular), Gilda de Mello e Souza e seus amigos do “grupo *Clima*” renovaram a tradição ensaística brasileira, romperam com a concepção de trabalho e com o padrão de carreira da geração anterior, diferenciaram-se dos modernistas e dos cientistas sociais com os quais conviveram na Universidade de São Paulo.

De todas as mulheres do grupo *Clima*, Gilda foi a única que conquistou nome próprio em razão de sua trajetória acadêmica e de seus escritos. O primeiro deles, a tese de doutorado *A moda no século XIX*, defendida em 1950, sob a orientação de Roger Bastide – de quem ela era assistente na cadeira de sociologia I. Um dos estudos mais inovadores sobre o assunto de que se tem notícia – aqui e alhures – trata a moda como linguagem simbólica (apta a exprimir ideias e sentimentos difusos) e como meio de marcar pertencimento e sublinhar distinções sociais, sem perder de vista a sua ligação com as artes. O estilo de exposição e a habilidade para enlaçar o dado concreto à argumentação analítica somam-se aos olhos de lince com os quais a autora esquadrinha as dimensões estéticas da moda. Para decifrá-la nessa chave é necessário a um só tempo desenvoltura no assunto e um conhecimento amplo das formas simbólicas expressas em diversos suportes artísticos. Gilda tinha de sobra os dois.



Entre 1950 e 2005, data de seu último ensaio, *Notas sobre Fred Astaire*, publicado no ano de sua morte, Gilda voltou várias vezes ao tema. Seu interesse pelas formas da vestimenta aparece ora como indício para revelar dimensões inesperadas da obra cinematográfica de diretores importantes, ora como chave para interpretações renovadas da literatura brasileira, caso do ensaio “Macedo, Alencar, Machado e as roupas”, de 1995. Atenta aos significados distintos que esses escritores insuflaram à indumentária de suas personagens, Gilda pinçou o jogo sinuoso do erotismo num compasso analítico interessado em perscrutar as ligações profundas entre forma e conteúdo social. Esse mesmo movimento está presente no ensaio sobre o dançarino Fred Astaire, onde o foco é deslocado das roupas e dos adereços para o significado dos gestos e para o sentido da beleza (ou de sua ausência) na conformação do artista pleno.

A atenção ao concreto, ao contato direto com o objeto sob seu escrutínio (a roupa, o quadro, o filme, a peça de teatro) é sempre o ponto de partida do método crítico que Gilda aplicou aos assuntos de sua predileção. Ensaísta notável, ela mesclou sociologia e estética e deixou legado precioso: *O tupi e o alaúde*, *Exercícios de leitura*, *O espírito das roupas*, *A ideia e o figurado*; além da seleção e organização dos melhores poemas de Mário de Andrade.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MELLO E SOUZA, Gilda. **O espírito das roupas**. A moda no século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, 4ª reimpressão, 2001.

MELLO E SOUZA, Gilda. **O tupi e o alaúde**: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo, Duas Cidades, 1979; 2ª edição, São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2003.

MELLO E SOUZA, Gilda. **A ideia e o figurado**, São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2005.



SOBRE O AUTOR

PONTES, Heloisa. “Campo intelectual, crítica de cultura e gênero”, in: **Intérpretes da metrópole**, São Paulo, Edusp/ Fapesp, 2010.

PONTES, Heloisa. “A paixão pelas formas: Gilda de Mello e Souza”, **Novos Estudos Cebrap**, n.74, março de 2006, pp.-87-105.



Foto: Site Geledes.
Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-conceito-de-genero-por-heleieth-saffioti-dos-limites-da-categoria-genero/>

HELEIETH IARA BONGIOVANI SAFFIOTI

Por **Maria Aparecida de Moraes Silva**
(UFSCar)

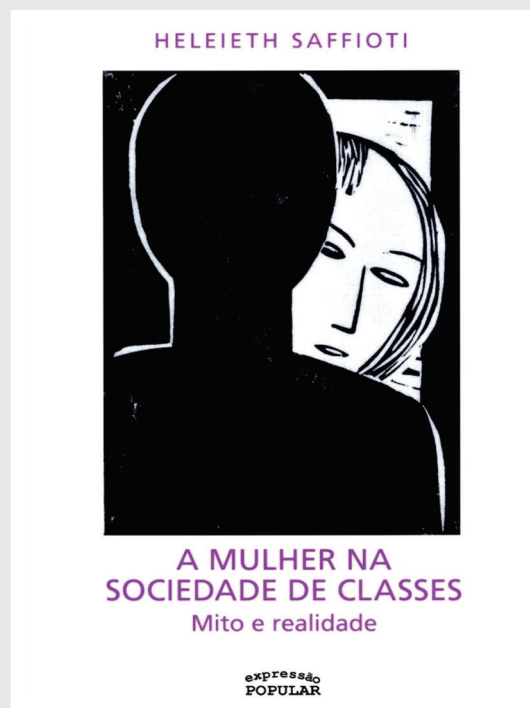
UMA TRAJETÓRIA NÃO LINEAR E NÃO CONVENCIONAL

Feleieth Iara Bongiovani Saffioti nasceu em 1934 na cidade de Ibirá (SP), localizada na região norte do estado. Menina pobre. Seu pai era pedreiro e sua mãe costureira. Sua formação educacional foi marcada por muitos ziguezagues^[1]. Em virtude dos poucos recursos financeiros, a família mudou-se para a cidade vizinha, Aurifloma, no período dos seus primeiros anos escolares, interrompendo a continuidade de sua escolarização. Sua mãe, inteligente e perspicaz (segundo suas palavras), enviou-a para a casa de tios em Avaré. Logo em seguida, com o falecimento da tia, a família a reenviou para Itapetininga sob a guarda de outros tios. Aí ela terminou o curso primário. Iniciou o curso ginásial e, novamente, foi transferida para São Paulo,



para casa de outras tias. Ingressou na *Escola Normal da Praça*, o Instituto Estadual Caetano de Campos, situado na Praça da República. Kursou o Normal e, em 1954, concluiu o Aperfeiçoamento, que lhe possibilitou candidatar-se e conseguir o primeiro lugar no Concurso de Cadeira-Prêmio. Com este título, escolheu uma escola em São Paulo, Paulo Setúbal, como professora efetiva. Durante o período no Caetano de Campos, estudava à noite e trabalhava durante o dia, como secretária e também como professora particular em casa de alunos. Em 1956, ingressou no curso de Ciências Sociais na USP, obtendo o comissionamento de seu cargo de professora primária. Em 1956, após um rápido namoro, casa-se com o professor Waldemar Saffioti, químico e físico. Novamente, sua trajetória segue outros rumos. Naquele momento, o

professor foi contemplado com uma bolsa de estudos do CNPq para os EUA. Heleieth o acompanha e lá permanecem por um ano. De volta ao Brasil, termina o curso de Ciências Sociais. Em 1961, o professor Saffioti foi convidado para criar o curso de química no Instituto Isolado de Araraquara (mais tarde, UNESP). Em 1962, ela decide mudar-se para Araraquara. Naquele ano, o professor Luís Pereira lecionava na FCL (Faculdade de Ciências e Letras) no curso de pedagogia. Heleieth, mais uma vez, solicita comissionamento de seu cargo, ingressa no curso de Pedagogia, e se torna auxiliar do professor Luís Pereira. Logo em seguida, o professor Luís volta para São Paulo e Heleieth assume seu lugar, ministrando aulas naquele curso. Em 1963 foi criado o curso de Ciências Sociais e ela era, então a única professora de Sociologia da FCL. Aí permanece até 1983, quando se aposenta e retorna a São Paulo. Trabalhou na USP, no curso de Psicologia, como professora visitante, e na PUC, onde permaneceu até 2006.



O ENOVELAMENTO ENTRE VIDA E TRABALHO: NÃO SOMOS NÓS QUE ESCOLHEMOS O OBJETO, MAS É O OBJETO QUE NOS ESCOLHE

Em 1964, minha trajetória se cruza com a de Heleieth. Iniciei o curso de Ciências Sociais na FCL e fui contemplada com suas aulas brilhantes durante os quatro anos. Em razão da ditadura,

muitos de nossos professores foram perseguidos e, assim, muitas disciplinas eram ministradas por Heleieth, cuja carga de trabalho docente era exaustiva, além da preparação da tese de doutorado, sob a orientação de Florestan Fernandes. Em 1966, em virtude do volume e da qualidade do material, o professor Florestan decidiu que a tese fosse apresentada como livre-docência, defendida em 1967, numa cerimônia inesquecível, sobretudo, para nós, alunos^[2]. Tese publicada em livro seminal, *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*, em 1969.

No Brasil, o livro foi considerado como pioneiro na temática feminista. A mulher, até então, à margem dos estudos da sociologia, além de outras disciplinas afins, é trazida para o centro, a partir do enfoque da teoria marxiana. Muitas outras publicações surgiram após este livro/embrião. A obra de Heleieth é extensa e intensa. Ela foi uma intelectual incansável em busca de compreender e construir práticas que desarranjassem o *status quo* do poder e da dominação, instituídas no entrecruzamento da classe, gênero/raça/etnia. Ademais do rigor teórico/conceitual, sua obra foi ancorada nas práticas dos movimentos feministas contra a violência, o feminicídio, a descriminalização do aborto, o abuso sexual incestuoso, processos cada vez mais brutalizados nestes momentos em que vivemos. Batalhou pela criação das primeiras DDMs, desde 1985. Em 2005, ao lado de outras 49 brasileiras, como Zilda Arns e Luiza Erundina, por integrar o Projeto Mil Mulheres, iniciado por ativistas suíças, foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz pelo reconhecimento do papel feminino nos esforços pela paz.

Uma obra é sempre contextualizada. No entanto, a vida é mais que a obra.

Faleceu em 2010, conversando com o irmão em seu apartamento na Praça da República, dez anos após a morte do professor Waldemar Saffioti.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade. São Paulo: Expressão popular, 2013.

Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão popular, 2019.

Circuito fechado. Abuso sexual incestuoso. In: **Mulheres vigiadas e castigadas.** CLADEM (Comitê Latino Americano e do Caribe para a defesa dos direitos de mulher, sd. Disponível no blog marxismo21.org.

Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria A. (org.). **Mulher em seis tempos.** Araraquara, FCL, 1991, pp. 141-170.



SOBRE A AUTORA

SORG, Bila. O feminismo adentra a academia. **REF**, v. 157, n. 1, 1995, pp.1-3.

PINTO, Celi R. Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). **REF**, v. 22, n.1, 2014, pp. 321-333.

NOTAS

^[1] As informações seguintes me foram dadas por ocasião de uma entrevista formal que Heleieth me concedeu em 12/10/1994. Por razões diversas, não publiquei esta entrevista, que faz parte de meu acervo. Mais detalhes de sua trajetória educacional podem ser consultados em entrevistas concedidas no site: <https://marxismo21.org/heleieth-saffioti-marxismo-genero-e-feminismo/>

^[2] Moraes Silva, Maria A. O nascimento de uma obra. **REF**, v. 3, n. 1, pp. 159-163, 1995.



HORACE B. DAVIS

Por **Carla Regina Mota Alonso Diéguez**
(FESPSP)

Horace Bancroft Davis foi jornalista, economista, pesquisador e docente estadunidense. Nasceu em 15 agosto de 1898 em Newport, Rhode Island, e faleceu pouco antes de completar 101 anos, em 28 de junho de 1999. Pertencente a uma família de abolicionistas e feministas de Boston, antes de concluir o seu doutorado na Universidade de Columbia, Horace Davis foi trabalhador metalúrgico e jornalista com publicações na área do trabalho. Com tal interesse, a sua primeira obra, *Labor and Steel* (1933), dedicou-se ao trabalho no setor metalúrgico.

Foi membro do Partido Comunista Americano e até a conclusão de seu PhD em 1934, participou ativamente de comitês de greves e de apoio aos grevistas, assim como auxiliou as vítimas do fascismo alemão.

Após a conclusão do seu PhD, Horace Davis veio ao Brasil para compor o grupo de professores da então nascente Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Roberto Simonsen, um dos fundadores da ELSP, considerava que os professores estadunidenses, dada a constituição do campo científico preocupado com as questões sociais e inclinado à resolução de problemas, seriam os mais



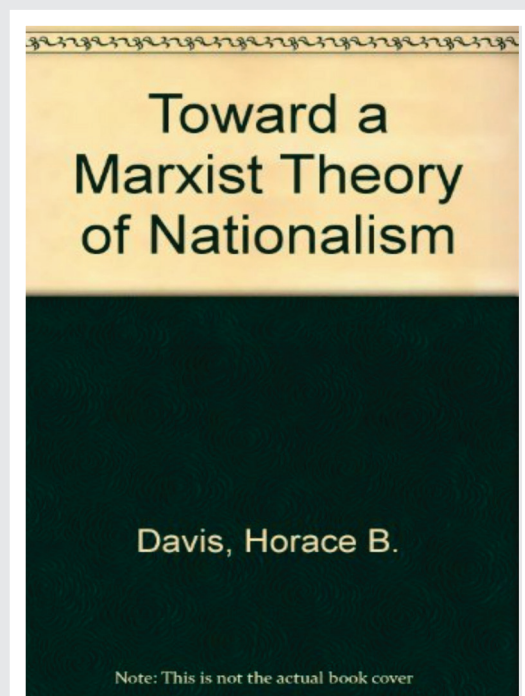
adequados para uma escola que propunha-se a formar quadros “capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social” (Manifesto de Fundação da ELSP). Sua passagem foi breve, sendo docente da ELSP entre os anos de 1934 e 1935, mas de bastante relevância para a institucionalização da Sociologia no Brasil.

Davis conduziu, em conjunto com Geraldo de Paula Souza, um dos primeiros estudos sobre padrão de vida realizados no Brasil e o primeiro a ser realizado na cidade de São Paulo. O estudo, que posteriormente seria aprimorado por outro docente estadunidense, Prof. Samuel H. Lowrie, foi importante por: i) possibilitar a construção de um resultado interdisciplinar envolvendo a Economia, a Sociologia e a Saúde Pública; ii) tratar-se de estudo prático da disciplina de Economia Social ministrada na ELSP; e iii) criar as bases para a tradição de sociologia aplicada pela qual a ELSP ficaria conhecida.

Em 1935, Davis retornou aos Estados Unidos, onde seguiu sua luta por justiça social. Junto com sua esposa Marian Davis, professora e ativista política nas causas da justiça racial e dos direitos do trabalho, ele conduziu formas de lutar por justiça, liberdade e paz. Após a morte de sua esposa, Davis, seus filhos e amigos criaram o Davis-Putter Schorlaship Fund, um fundo para financiar estudantes que trabalham para a transformação social.

Lecionou em várias universidades estadunidenses antes de se recusar a depor contra os seus amigos e colegas na década de 1950. Encerrou sua carreira acadêmica na década de 1960, na Universidade da Guiana, na qual também foi diretor.

Escreveu diversos livros que tiveram por objeto os trabalhadores e a questão nacional, como *Shoes: the workers and the industry* (1940), *Nationalism and Socialism: Marxist and Labor Theories of Nationalism to 1917* (1967) e *Toward a Marxist Theory of Nationalism* (1978). As ideias marxistas estão presentes em toda a obra de Davis.





SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

DAVIS, Horace B. Labor and Steel. New York: International Publishers, 1933.

DAVIS, Horace B. Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal. 1935. vol. 13. p. 113-166

DAVIS, Horace B. Toward A Marxist Theory of Nationalism. New York: Monthly Review Press, 1978



SOBRE O AUTOR

DEL VECCHIO, Ângelo; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo**. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.



JOSÉ ALBERTINO ROSÁRIO RODRIGUES

Maria Inês Rauter Mancuso
(UFSCar)

José Albertino Rosário Rodrigues, com 64 anos de idade, e sua esposa, Ada Natal Rodrigues, com 61, faleceram, em outubro de 1992, em um desastre automobilístico em uma estrada rural que ia da chácara onde moravam até a Universidade Federal de São Carlos onde trabalhavam: ele, no Departamento de Ciências Sociais e, ela, no de Letras. Era o primeiro ano do curso de bacharelado em Ciências Sociais, que tinha o objetivo de formar pesquisadores: disciplinas metodológicas e teóricas, na metade do curso, se encontrariam na disciplina Projeto de Pesquisa Social que levaria à realização de uma pesquisa que seria apresentada na forma de monografia. Projeto coletivo, o curso realizava antigo sonho do Prof Albertino: formar pesquisadores. Antes, havia sido criado o curso de pós-graduação em Sociologia Política, uma forma de dar aos alunos de graduação uma perspectiva de futuro, segundo ele. Naquele dia de outubro, os alunos o esperavam para uma prova. Veio dos alunos a primeira homenagem ao mestre, ao darem o seu nome ao Centro Acadêmico.



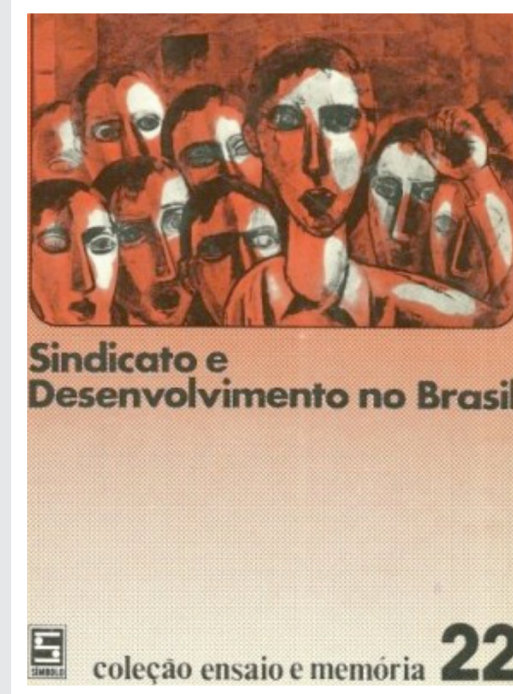
Em 1982, convalescendo de um infarto, então com 45 anos de idade, se dedicou a escrever a “trajetória de uma geração que acabará com o século XX e que começou com a crise econômica mundial (1929) e com uma crise política nacional (1930)”. Formularia, para isso, a “sociologia de uma geração”, título de um texto inacabado.

“O quadro histórico em que nossa geração se situa”, afirma, “é a do Brasil contemporâneo”, que deixou de ser “um país essencialmente agrícola” e passou por um “um processo acelerado de urbanização”. Nessa passagem, o operário simbolizava “o progresso econômico-social trazido pela fábrica” e também “o sonho utópico do socialismo”.

Outro traço dessa contemporaneidade era a crença de que o Brasil estava se tornando um país democrático, porém, contrariamente, afirma, “tivemos que conviver mais longamente com o autoritarismo do que com a democracia – e aqui o nosso senso de ‘contemporaneidade’ começa a fraquejar.” Essa geração “assistiu ao aparecimento do povo como personagem política e social [...] grande massa da população aglutinada nos grandes centros urbanos”. Novas organizações políticas surgiram. Viveu-se um período de guerra e o seu final festivo: em Ribeirão Preto, onde estudava no curso colegial, “à noite, no centro da cidade, havia uma multidão [...] a manifestação era mais heterogênea e de novo caráter. Tínhamos uma massa popular ao nosso lado, tínhamos operários vibrando conosco pelo fim da guerra.” Da praça, saíram todos em direção a uma fábrica de cerveja da cidade, liderados por um médico muito conhecido o qual ordenou ao vigia que abrisse as portas. “Os portões se abriram, e nós todos terminamos a confraternização bebendo chopp diretamente de enormes torneiras.”

“O abandono da cidade do interior para tentar a Universidade era um imperativo no final da década de 40, pois só a Capital dispunha das faculdades de ensino superior. Essa migração representava também uma libertação e um rompimento com a vida provinciana. [...] Nossa geração nasceu com a Universidade.”

Em São Paulo, estudou na Escola de Sociologia e Política, onde foi aluno e auxiliar de ensino e pesquisa de Oracy Nogueira, o qual assim o iniciou em pesquisa. Formado, trabalhou de abril de 1952 a maio de 1957 na Universidade de São Paulo, a princípio como auxiliar e, a



seguir, como assistente de ensino e pesquisa da Prof.^a Alice P. Canabrava em História Econômica Geral e do Brasil.

Demitido, procurou, em 1957, o DIEESE – Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio – Econômicos, criado em 1955 por um grupo de entidades sindicais, o PUI – Pacto de Unidade Intersindical. Em 1956, o DIEESE havia tentado fazer pesquisa sobre padrão de vida para construir um índice de custo de vida. A pesquisa se revelou inútil por “deficiências técnicas da amostra e porque, no rol de artigos relacionados (para o registro dos gastos), havia-se esquecido de incluir, entre outros, o feijão.” Em maio de 1957, procurou, no Sindicato dos Bancários, Salvador Romário Lossaco, funcionário do Banco do Brasil, e Luiz Tenório de Lima, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados e apresentou-lhes um plano de trabalho que consistia em 1) elaborar um Índice de Custo de Vida; 2) estudar regularmente o mercado de trabalho e 3) assessorar as entidades sindicais nas questões afetas a elas. Segundo L.T. de Lima (Nossas Histórias, www.dieese.org.br), José Albertino “deu estrutura, estrutura do ponto de vista técnico, funcional e começou o trabalho, e aí ninguém segurou mais.”

Remo Forli, operário metalúrgico, de 1959 a 1961, sucedeu Lossaco, primeiro presidente do DIEESE. Em 1961, Remo Forli apresentou aos representantes patronais proposta de reajuste salarial que correspondia ao aumento de custo de vida que o DIEESE havia apurado em nova pesquisa coordenada por José Albertino. Com ironia, aqueles representantes perguntaram: “Baseados em que vocês apresentam esta proposta?” Forli respondeu apresentando os dados levantados. (José Albertino acreditava que os números falam por si sem precisar de discursos eloquentes. Além disso, Forli já havia expressado não gostar de longos textos.). Frente a uma contraproposta. Forli retornou a pergunta: “Baseados em que vocês apresentam essa contraproposta?”, o que incomodou os representantes. Recordo Prof Albertino: “Remo sempre disse que aquele fora o melhor dia de sua vida. Ambos recordávamos esse episódio no seu último Natal, [em 1971] quando se encontrava muito doente e fui visitá-lo.”

Foi graças a essa experiência que tive no DIEESE, de 1957 a 1962, que me levou a escrever um livro sobre o Sindicato no Brasil. Tinha voltado para a Universidade em abril de 1962, tentando uma experiência nova e gratificante que foi a instalação da UnB – Universidade de Brasília. Essa experiência durou apenas dois anos para mim. Em abril de 64 fomos presos e 11 profissionais foram demitidos, na primeira invasão policial-militar. [Minha geração, num certo sentido, morria com o golpe militar de 1964. Enquanto o golpe/revolução de 1930 foi dirigido contra uma geração cronologicamente velha, decadente e carcomida, o golpe/revolução de 1964 foi dirigido contra uma geração relativamente nova e em ascensão.] Desempregado, consegui, por intermédio de M. Diegues Jr, diretor da CLAPS, ajuda de custo para me sustentar até o final de 64, período que me dediquei a pesquisar e escrever o meu livro que só veio a ser publicado em 1968. Em 1965, voltei ao DIEESE, aproveitando para fazer revisão do livro. No começo de 1966, minha situação era insustentável pois o SNI estava pressionando os diri-

gentes sindicais a quem faziam ver que não podiam empregar uma pessoa que fora cassada, [o que não era uma informação correta] e demitido da UnB, o que era verdade. [...] Afastei-me do DIEESE e fui para o exterior [Portugal e França] a fim de preparar meu doutoramento.

Em 1969, começou a trabalhar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, que integraria, em 1976, a UNESP. Havia recém retornado ao Brasil vindo da França, onde concluiu o mestrado e o doutorado na Universidade de Paris: o primeiro, em 1966, no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine e, o segundo, em 1968, na Faculté des Lettres e Sciences Humaines. Em Rio Claro, assumiu, entre outras, a disciplina de Metodologia e Técnicas de Pesquisa do curso de Ciências Sociais, até então pouco sistematizada. Além da iniciação em pesquisa dos alunos com temas individuais, envolveu alunos e professores em um survey financiado pela FAPESP, publicado, em 1971, em edição mimeografada pela Faculdade, em três volumes, com o título *A pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo*. Apresentou, ainda, para discussão, proposta de revisão do curso enfatizando a formação em pesquisa. Ele acreditava que os sociólogos estariam perdendo oportunidades de trabalho para economistas e estatísticos por conta da precariedade de formação em pesquisa. A discussão não avançou: foi demitido em 1971, por pressões políticas, não sem antes introduzir alunos de três turmas em pesquisa. De 1970 a 1975, trabalhou no Programa de Pós-Graduação em Economia e Sociologia Rural da ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP), de onde saiu por questões políticas. De 1968 a 1975, foi pesquisador na Hidroservice – Engenharia de Projetos e, de 1975 a 1977, chefe de pesquisa do Grupo Visão. Em 1974, foi professor em um curso ofertado pela Associação dos Sociólogos do Estado de S. Paulo que propunha, segundo Gabriel Cohn, discutir “questões básicas de definição e planejamento de pesquisa social” (Hirano, Sedi (org) *Pesquisa Social. Projeto e planejamento*. SP. TAQ).

Começou a trabalhar na UFSCar em 1977, no antigo DEFUCIF – Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação do qual surgiria, em 1987, o Departamento de Ciências Sociais. Ainda no DEFUCIV, pensando na criação de um departamento de Ciências Sociais, organizou, com a Prof.^a Elza de Andrade Oliveira, o Núcleo de Pesquisa e Documentação, para o desenvolvimento e o treinamento em pesquisa social. Um projeto amplo, *Sociedade e Modo e Vida Interioranos*, abrigava vários subprojetos com foco principal no modo de vida em sete cidades médias paulistas, compreendidas em um triângulo em cujas pontas estariam Ribeirão Preto, Bauru e Campinas, capitais regionais. Vários subprojetos tiveram financiamento da FINEP (Convênio B/76/81/188/00/00) e da FAPESP (Processo 85/000-5)

Batalhou junto com um grupo de sociólogos, pelo reconhecimento da profissão de sociólogo pelo Ministério do Trabalho. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), no biênio 1988-1989. Quando faleceu, estava no segundo mandato, que iria até 1993, de vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da qual já havia sido secretário. Era editor da *Revista Ciência e Cultura*.

Para Oracy Nogueira, José Albertino “foi mais um organizador e animador que um teorizador; todavia deixou artigos e livros que hão de assegurar a lembrança da passagem pela história da Sociologia no Brasil.” (1992, p. 203).



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

RODRIGUES, José Albertino Rosário. Situação econômico-social da classe trabalhadora no Brasil. **Revista de Estudos Sócio-econômicos**, set 1961.

RODRIGUES, José Albertino Rosário. Padrão de vida da população brasileira, **Revista de Estudos Sócio-econômicos**, nov 1961.

RODRIGUES, José Albertino Rosário. **O sindicato no Brasil**: seu papel no Desenvolvimento Econômico. S.P. Difusão Europeia do Livro, 1968.

RODRIGUES, José Albertino Rosário. Ecologia urbana de Lisboa no século XVI. **Análise Social**, vol. 8, n. 29, 1970:

RODRIGUES, José Albertino Rosário. **A pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 1971 (mimeo)

RODRIGUES, José Albertino Rosário. Movimiento sindical y situación de la classe obrera en el Brasil. **Nueva Sociedad**, n. 26, 1976.

RODRIGUES, José Albertino Rosário. **Durkheim** (Org. Introdução). São Paulo: Editora Ática, 1978.

RODRIGUES, José Albertino Rosário. **Pareto** (Org. Introdução). São Paulo: Editora Ática, 1984.



SUGESTÕES DE LEITURA SOBRE O AUTOR

NOGUEIRA, Oracy. José Albertino Rosário Rodrigues. **Tempo Social**: Revista de Sociologia; USP, S. Paulo 4(1,2):199-203,1992.



Foto: Academia Brasileira de Ciências.
Disponível em: <http://www.abc.org.br/2011/06/13/falece-o-academico-juarez-brandao-lobes/>

JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES

Por **Felipe Rangel**
(UFSCar)

Juarez Rubens Brandão Lopes nasceu em Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, em 16 de outubro de 1925, tendo passado a infância e juventude na cidade de São Paulo. Em 1946, ingressou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, abandonando o curso de engenharia no terceiro período. Após bacharelar-se em Ciências Sociais e Políticas, em 1950, vai à Universidade de Chicago realizar a pós-graduação. Em 1953, retorna ao Brasil com o mestrado e todos os pré-requisitos para o doutorado, “tudo, menos a tese”, que só seria defendida em 1964, na Universidade de São Paulo (USP).

Ainda durante os anos 1950, lecionou na Escola de Sociologia e Política e na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. No início dos anos 1960, ocupa uma cadeira na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na qual torna-se professor titular em 1972. Na mesma universidade, em 1973, vincula-se à área de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Aposentando-se na USP, em 1983, associa-se ao



Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde permanece até 1995.

Durante toda a carreira, esteve em intensa articulação com universidades e instituições de pesquisa internacionais, tendo atuado como professor visitante na Universidade de Washington, Universidade do Texas, Universidade de Amsterdam e Universidade da Califórnia. Foi também um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), do qual participou ativamente até 1985.

Ao longo de sua trajetória, na “tensão entre o cientista social e a fascinação pelo governo”, ocupou diferentes posições na administração federal, sendo diretor de administração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ocupando por breve período a presidência da instituição, em 1986; secretário adjunto na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan); vice-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA); assessor especial do Ministério do Trabalho; e Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD).

O CIENTISTA SOCIAL

Juarez Brandão Lopes se identificava como cientista social. Registrava dessa forma o apreço pela interdisciplinaridade na investigação dos processos sociais, traço que caracterizou sua produção acadêmica, combinando efetivamente na análise sociológica contribuições da antropologia, economia e geografia. Outra característica que se destaca em suas pesquisas – tributária de sua formação na Escola de Sociologia e Política e do contato com a sociologia de Chicago – é a combinação de sólido alicerce teórico (de expressiva orientação weberiana) com a rigorosa empiria do trabalho de campo. Em suas próprias palavras, “eu nunca fui um cientista social interessado em desenvolver uma teoria. O meu interesse era nas teorias para entender a realidade. O que eu queria era entender o Brasil”.

Nesse esforço para entender o Brasil, dedicou-se a investigar questões importantes para a sociologia nacional, contribuindo para a reflexão sobre os processos de mobilidade social, formação e consciência de classe e o processo de desenvolvimento brasileiro. Investiu sobre esses grandes temas a partir de estudos de caso, analisando mutações situadas considerando os efeitos de forças externas. Foi assim que produziu os estudos que deram origem a duas de suas principais obras: *Sociedade Industrial no Brasil* (1964) e *Crise do Brasil Arcaico* (1967). Nesses estudos, os problemas da integração do trabalhador migrante do campo ao sistema industrial urbano, suas expectativas de mobilidade social e as mudanças nas relações industriais de trabalho em relação com a crise da ordem tradicional patrimonialista são analisados de maneira original. Em especial, a tese de que entre os trabalhadores migrantes, sobretudo nordestinos, haveria um “valor cultural” no trabalho por conta própria que marcaria uma dife-

culdade de ajustamento às exigências da indústria estimulou intensos debates no campo das Ciências Sociais nas décadas seguintes.

Juarez Brandão Lopes faleceu em 09 de junho de 2011, em São Paulo. Considerado um dos precursores da sociologia do trabalho no Brasil, em sua trajetória acadêmica transitou com maestria também entre os campos dos estudos rurais, urbanos, de políticas públicas e estratificação social, temas sempre interconectados em seu projeto de compreender o Brasil.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Crise do Brasil arcaico**. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1967.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1968.



SOBRE O AUTOR

BASTOS, Elide Rugai. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006.

CARDOSO, Adalberto. De volta a “O ajustamento do trabalhador à indústria”: uma homenagem a Juarez R. Brandão Lopes. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, Ano 16, no 25, 2011, 185-192.



Foto: UFSM.
Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/palestra-de-laudelino-medeiros-1>

LAUDELINO MEDEIROS

Por **Lorena Madruga Monteiro**
(UNIT/AL)

Laudelino Medeiros foi catedrático de Sociologia na Faculdade de Economia e Administração e, a partir de 1943, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, com a criação do curso de Ciências Sociais, em 1959, incorporou-se ao departamento de Sociologia da Universidade, no qual criou a Centro de Estudos Sociais, em 1963. Aposentou na década de 1970. Faleceu no ano de 1999.

Nasceu na cidade de Dom Pedrito, em 1914. Filho de Waldemiro da Costa Medeiros, agente da estação ferroviária de Ibaré (hoje incorporada ao município de Lavras do Sul) com Mariana Teixeira, viveu sua infância entre Hulha Negra e Bagé, na região da campanha do Rio Grande do Sul. Nesta última cidade completou seus estudos primários. Os dados mais completos sobre sua formação escolar datam de 1931 com seu diploma no Instituto Comercial do Ginásio Municipal de Santa Maria coordenado pelos irmãos Maristas. Neste Ginásio foi admitido e participou da Congregação Mariana “Mater Divinae Gratiae”, dirigida pelo Padre Frederico Lelmes.

No Instituto Comercial do Ginásio Santa Maria exerceu a atividade de professor de contabilidade, antes de se transferir para a cidade de Porto Alegre para cursar



Administração e Finanças na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre. Na capital do Estado hospedou-se numa pensão para estudantes mantida pela Congregação Mariana “Mater Salvatoris”, dirigida pelo padre Werner, expressão de destaque na formação espiritual e intelectual da chamada “Geração Católica” do Rio Grande do Sul. Por influência do Padre Werner e demais jovens dessa geração Laudelino Medeiros ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Participou ativamente da juventude católica do Centro Católico de Acadêmicos (CCA). Esteve com esse grupo na Liga Eleitoral Católica de 1933 e na de 1945. Escreveu artigos para o folheto católico “A Nação”, da Arquidiocese de Porto Alegre. Fez parte do movimento de Renovação Católica liderado por Armando Câmara, jurista, professor da Faculdade de Direito, ex-Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul e Senador.

Ainda estudante de Direito, em 1938, assumiu a curso de Sociologia no Colégio Universitário, juntamente com outros membros da “Geração Católica”. O Colégio Universitário à época oferecia cursos preparatórios destinados a candidatos aos cursos superiores de Medicina, Direito e Engenharia. A disciplina de Sociologia nos cursos preparatórios e nas Escolas Normais se constituíram nos primeiros esforços de institucionalização do ensino de sociologia no Brasil. No curso de Sociologia do Colégio Universitário Laudelino Medeiros preparava os futuros estudantes universitários a partir de manuais de sociologia de orientação moral, como o de Alceu Amoroso Lima e o de Amaral Fontoura.

Quando o Colégio Universitário foi incorporado ao Colégio Júlio de Castilhos, Medeiros passou a lecionar História do Brasil e Problemas Brasileiros. Em 1938 prestou concurso para Cátedra de Sociologia na Faculdade de Economia e em 1942 foi efetivado. Em 1945 foi criado o curso de Ciências Econômicas no qual Medeiros ministrou as disciplinas: Estudo comparado dos sistemas econômicos, Princípios de Sociologia aplicados à Economia, e no curso de Administração e Finanças as disciplinas Sociologia Geral e Sociologia Econômica. Ainda nessa década, 1940, assumiu a cátedra de Sociologia na Faculdade de Filosofia. Nesta Faculdade ministrou as disciplinas de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação para os cursos de Filosofia e Pedagogia. Nessas disciplinas, dedicadas a formação dos professores, percebe-se, na análise dos Programas das disciplinas, a redefinição da Sociologia em preceitos morais, reproduzidas nos manuais de Sociologia de autores católicos, que imperavam nas aulas ministradas.

Enquanto Diretor de Faculdade de Economia e Administração propôs a criação de um instituto de pesquisas econômicas, que foi criado posteriormente, como Centro de Pesquisas



Econômicas (IEPE), em 1953. Neste centro, dentro da Divisão de Pesquisas do IEPE, foi criada a Seção de Estudos Sociais, coordenada por Laudelino Medeiros. Na Divisão de Pesquisa Medeiros reuniu discentes, pesquisadores, colaboradores que desenvolveram pesquisas sobre “O padrão de vida no Rio Grande do Sul”, “Mobilidade social em Porto Alegre”, “Pesquisas sobre o padrão de vida do operariado” (1954, 1960, 1970, 1983), “Educação Rural em Santa Cruz do Sul”. Com o amadurecimento e institucionalização das atividades de pesquisas e dos intercâmbios realizados no IEPE construiu-se o primeiro curso de Pós-graduação stricto sensu em Economia e Sociologia Rural, em 1963. Este curso foi desmembrado e Laudelino Medeiros fixou-se no mestrado de Sociologia Rural ministrando a disciplina de “Teoria Sociológica” e “Sociologia do Desenvolvimento”.

Com a criação do curso de Ciências Sociais, em 1959, na Faculdade de Filosofia, Medeiros impulsiona a construção do Centro de Estudos Sociais, em 1963. Neste Centro desenvolve as seguintes pesquisas e publicações: “Vilas e malocas-Ensaio de pesquisa sobre as favelas”, “Migrações internas no Rio Grande do Sul”, “O processo de urbanização no Rio Grande do Sul”, “A formação do Rio Grande do Sul” dentre outras. A contribuição de Medeiros a partir do Centro de Estudos Sociais, apesar de ser o professor da disciplina de pesquisa social no curso de Ciências Sociais, foi a de fomentar cooperação acadêmica com instituições da Alemanha que permitiu, a partir do intercâmbio de discentes e docentes, o desenvolvimento da pesquisa sociológica nas Ciências Sociais da UFRGS.

Um fato marcante em sua trajetória, descrito por ele mesmo em escritos pessoais a amigos e correspondentes, foi que participou, juntamente com Sérgio Buarque de Holanda e Thales de Azevedo, da banca de defesa de doutorado da tese “Formação e desintegração da sociedade de castas: O negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul” de autoria de Fernando Henrique Cardoso, orientada por Florestan Fernandes.

Durante a Ditadura-Civil-Militar atuou na Universidade nas Comissões de Inquérito, colaborando com o regime autoritário.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MEDEIROS, Laudelino. **Vilas e Malocas:** Ensaio de Sociologia Urbana. Porto Alegre: Imprensa Universitária, 1951.

MEDEIROS, Laudelino. **A educação na área rural de Santa Cruz do Sul.** Porto Alegre: INEP, 1962.

MEDEIROS, Laudelino. **O processo de urbanização do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 1958.

MEDEIROS, Laudelino. **As cidades no Rio Grande do Sul.** Editora Globo, Porto Alegre, 1964.



Foto: John Simon
Guggenheim Foundation.
Disponível em: <https://www.gf.org/fellows/all-fellows/luiz-de-aguiar-costa-pinto/>

LUIZ DE AGUIAR COSTA PINTO

Por **Marcos Chor Maio**
(Fiocruz)
Thiago Lopes
(Fiocruz)

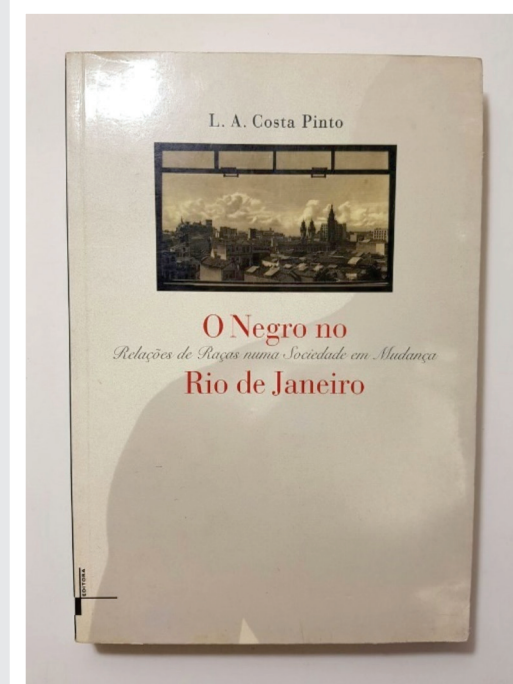
*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

Luiz de Aguiar Costa Pinto (1920 – 2002) nasceu em Salvador, no seio da elite tradicional baiana. Após se formar em Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, integrou, em 1942, seu quadro docente. Nos anos 1950, participou de diversos projetos coletivos de pesquisa, como os estudos da Unesco sobre relações raciais no Brasil. Foi o primeiro diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) e ocupou, por quatro anos, a vice-presidência da International Sociological Association (ISA). A obra de Costa Pinto traz as marcas da Sociologia dos anos 1950, que privilegiou o tema da mudança social. Refletindo sobre os impasses do desenvolvimento, elaborou o conceito de marginalidade estrutural, com o qual procurou assinalar



a tensa articulação entre modernidade e tradição que caracterizaria o processo de mudança em países periféricos como o Brasil.

Luiz de Aguiar Costa Pinto nasceu em Salvador em 6 de fevereiro de 1920, em uma família da elite baiana, proprietária de engenhos na região do Recôncavo, estabelecendo desde cedo relações com intelectuais de prestígio, como Afrânio Coutinho. Frequentou o Ginásio São Salvador. Com a morte do pai, José de Aguiar Costa Pinto, diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, abandona o curso de medicina. Em 1937, instala-se com a família no Rio de Janeiro, onde passa a militar na Juventude Comunista. Em 1939, inicia o curso de Ciências Sociais na recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi), sendo preso em seguida por sua oposição ao Estado Novo.



Na FNFi, Costa Pinto participa dos esforços de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil empreendidos no segundo quartel do século XX. É um dos fundadores do Centro de Estudos Sociais e da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, esta última uma iniciativa do antropólogo Arthur Ramos, que cumpriu papel decisivo na trajetória do sociólogo. Após se formar, torna-se, em 1942, professor assistente do francês Jacques Lambert, titular da cadeira de Sociologia e, sob influência deste, publica seus primeiros trabalhos, a exemplo de *Lutas de família no Brasil*, estudo sobre as tensas relações entre público e privado no período colonial. Aproxima-se ainda do sociólogo americano Donald Pierson, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que enxerga como aliado na busca pelo desenvolvimento da pesquisa sociológica. Em 1946, acumula o cargo de professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e, no ano seguinte, defende tese sobre o ensino da Sociologia em nível secundário, tornando-se livre-docente da FNFi. Entre 1948 e 1952, desenvolve pesquisa sobre demografia e sociologia das profissões no Instituto Mauá.

Em 1949, a convite de Arthur Ramos, Costa Pinto integra o fórum da Unesco que debateu a cientificidade do conceito de raça. Foi o início da inserção do sociólogo em redes transnacionais de cientistas sociais e em projetos coletivos de pesquisa financiados por organismos internacionais. No início dos anos 1950, estuda as relações entre negros e brancos no Rio de Janeiro como parte do Projeto Unesco de Relações Raciais, além de analisar as mudanças sociais em curso no Recôncavo baiano no âmbito do Projeto Universidade de Columbia/ Estado

da Bahia. Estes trabalhos lhe renderam a publicação de *O negro no Rio de Janeiro* (1953) e *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana* (1958). Em 1955, integra o quadro de pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e, em 1957, torna-se o primeiro diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) – iniciativas que viabilizaram as atividades investigativas em Ciências Sociais no Rio de Janeiro dada a falta de perspectivas na universidade. Entre 1956 e 1959, ocupa a vice-presidência da International Sociological Association (ISA).

Costa Pinto se envolveu em inúmeras controvérsias que marcaram os primeiros passos das Ciências Sociais institucionalizadas no Brasil. Às aspirações por uma ciência axiologicamente neutra, contrapôs uma sociologia que denominava crítica, atenta aos vínculos entre ciência e sociedade e posta a serviço dos fatores de transformação social. Voltou-se contra o viés culturalista da Antropologia, apontando as limitações conceituais e metodológicas da disciplina para o estudo da vida social em contextos de modernização. Criticou, em particular, os estudos afro-brasileiros, propondo, em substituição ao enfoque etnográfico tradicional sobre as sobrevivências africanas, uma abordagem sociológica das relações raciais capaz de pôr em relevo as distintas posições que negros e brancos assumiam na sociedade brasileira, a seu ver marcada por tensões advindas de uma estrutura social cambiante, em processo de urbanização e industrialização.

Costa Pinto prestou contribuições originais às Ciências Sociais que ainda hoje merecem ser revisitadas. Em matéria de relações raciais, distanciou-se das visões sociológicas otimistas quanto à modernidade, e ponderou que o avanço do capitalismo no Brasil, alterando, ainda que de modo limitado, a distribuição da população negra na estrutura de classes, poderia agravar o racismo, ao invés de anulá-lo. Foi refletindo sobre os impasses do desenvolvimento que elaborou o principal constructo associado à sua obra, o conceito de marginalidade estrutural, com o qual procurou chamar a atenção para a dinâmica própria dos processos de mudança nas regiões subdesenvolvidas do globo. Segundo Costa Pinto, países como o Brasil caracterizavam-se pela coexistência de padrões societais tradicionais e modernos que, longe de se excluírem, mantinham-se em tensão, sem que possuísem, cada qual, força suficiente para imprimir sua lógica ao conjunto da sociedade. Neste cenário, cabia às periferias em desenvolvimento buscar por caminhos alternativos àquele que historicamente marcara o surgimento da civilização urbano-industrial nos países capitalistas avançados.

Dos anos 1960 até o fim de sua vida, a atuação acadêmica de Costa Pinto esteve associada a universidades estrangeiras, como Berkeley (EUA) e Waterloo (Canadá). Morreu em 1o de novembro de 2002 em sua cidade natal.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Recôncavo**: laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Sociologia e desenvolvimento**. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.



SOBRE O AUTOR

MAIO, Marcos Chor & VILLAS BÔAS, Glaucia. **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1995), “As Ciências no Rio de Janeiro”, in S. Miceli (org.), **História das Ciências Sociais no Brasil**, volume 2. São Paulo, Idesp/ Sumaré/ Fapesp.



Foto: Revista Electrónica de
Geografía Y Ciencias Sociales.
Disponível em: [http://www.ub.edu/
geocrit/sn/sn-288.htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-288.htm)

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Por **Maria Ângela Sitônio Wanderley**
(UFPB)

Manuel Correia de Andrade nasceu em 1922, no engenho Jundiá, em Vicência, na Zona da Mata Norte, em Pernambuco, onde passou a infância ao lado dos pais e dos oito irmãos. Lá iniciou seus estudos e pôde observar a faina dos trabalhadores na produção da cana e na moagem do antigo banguê que, à época, já era engenho a vapor, tornando-se engenho de fogo morto só na década de 1960. Percebeu, também, a rígida hierarquia e a forte dominação exercida pelo senhor de engenho. Essa vivência, segundo ele, o marcou profundamente. Em uma escola pública de Vicência fez o curso primário. A família foi morar em Recife e, em 1933, ele ingressou no curso secundário do Liceu Pernambucano. Em 1941 entrou na Faculdade de Direito.

A Faculdade de Direito do Recife (fundada em Olin-
da em 1827) abrigou, historicamente, grandes intelectuais que marcaram a política, a literatura e a filosofia do Brasil, nos séculos XIX e XX. Nesse ambiente de grande agitação política e intelectual, Manuel Correia de Andrade iniciou sua militância, participando do Diretório Acadêmico, dos protestos e passeatas contra o



governo Vargas. filiando-se, por pouco tempo, ao Partido Comunista Brasileiro. Chegou a ser preso em 1944, processado pelo Tribunal de Segurança Nacional e anistiado um ano depois. Em 1943, quando da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da atual Universidade Católica de Pernambuco, ingressou como aluno da turma pioneira do Curso de Geografia e História, inclinado que estava para as Ciências Sociais após as leituras dos livros de Gilberto Freyre. Porém, continuou cursando e concluiu o curso de Direito. Na década de 1950, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro. Em 1956, frequentou o Curso de Altos Estudos Geográficos, na Universidade do Brasil (hoje UFRJ), tendo Milton Santos como um dos seus colegas. Com o golpe militar de 1964, foi preso, em razão de sua militância política; por ter dirigido, no governo de Miguel Arraes, o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA), grupo de apoio aos pequenos produtores rurais; por ter participado do Movimento de Cultura Popular (MCP), voltado para educação de adultos e educação de base; por ter escrito o livro “A Terra e o Homem no Nordeste”, obra que foi proibida por quase dez anos.



Tendo recebido uma bolsa de estudos da Association pour L'Organisation des Stages de Techniciens Étrangers, convidado pelo professor Pierre Monbeig da Universidade Sorbonne, foi para a França onde frequentou cursos de Pós-graduação e fez estágios com os professores François Perroux, Jacques Boudeville, Pierre George, Michel Rochefort. Proferiu palestras e participou de eventos acadêmicos em universidades da França, Bélgica, Itália, Israel e Japão. retornando ao Brasil em 1966. Nesse mesmo ano, obteve o título de Doutor em Economia.

Começou a vida docente como professor do curso secundário, inicialmente em escolas particulares e depois em escolas públicas, inclusive no Ginásio Pernambucano (Liceu de Pernambuco), famoso pela qualidade de ensino e pelos alunos renomados que o frequentaram: Agamenon Magalhaes, Ariano Suassuna, Eritácio Pessoa, Clarice Lispector, José Lins do Rego, Celso Furtado, Waldemar de Oliveira. Durante esse período, em parceria com Hilton Sette, produziu livros didáticos de Geografia Geral e História. Depois que concluiu o Curso de Direito, foi advogado trabalhista de vários sindicatos. Mas, em 1952, deixa essa atividade e ingressa como docente na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade do Recife. Nessa última, desenvolve importante pesquisa de campo sobre os rios nordestinos, como

assistente do professor Gilberto Osório de Andrade. Na UFPE, foi professor da Faculdade de Economia coordenou cursos de pós-graduação e participou da criação do Programa Integrado de Economia e Sociologia-PIMES, que originou os Mestrados de Economia e Sociologia.

Na década de 1970 era, também, pesquisador da SUDENE. Foi professor, na década de 1980, da USP, UNESP, de universidades latino-americanas e de universidades em outros locais do mundo. Nessa época, já era pesquisador ad hoc do CNPq. Aposentou-se da UFPE em 1984 e assumiu a Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA), da Fundação Joaquim Nabuco. Retorna à UFPE para a Cátedra Gilberto Freyre, vinculada ao Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, para a qual foram indicados, também como coordenadores, os professores Heraldo Souto Maior e Fernando da Mota Lima. O objetivo da Cátedra era estudar, pesquisar, promover cursos e editar publicações de temas ligados à realidade nordestina.

Manuel Correia de Andrade publicou mais de 100 livros. O grande número de artigos, os cursos que ministrou, as palestras que proferiu e os eventos científicos dos quais participou, demonstram sua contribuição extraordinária para a Geografia, História, Sociologia, Antropologia e sobretudo para os estudos sobre o Nordeste. Era um defensor da interdisciplinaridade que praticava, criticando a fragmentação das Ciências Sociais, segundo ele, capaz de prejudicar a visão de totalidade. Ele afirmou que não se escreve um livro para ser de Sociologia, de História ou de Geografia, mas para analisar uma realidade. Em seus livros e nos artigos para jornais e revistas abordava temas que iam além das questões nordestina e brasileira. Porém sempre estão abordadas a questão ambiental, a questão regional, os movimentos sociais, a estrutura fundiária que considerava responsável pelas desigualdades sociais, a pobreza e a fome no Nordeste.

Seu livro mais emblemático é *A Terra e o Homem do Nordeste*, premiado pela Câmara Brasileira do Livro como um dos 100 livros do século XX. Publicado em 1963, esse livro surge na época da grande agitação política, em que eram defendidas as reformas de base no país, precedendo o golpe militar de 1964. Foi recebido com restrições por alguns geógrafos, porém foi bem aceito por muitos cientistas sociais e por participantes dos movimentos sociais. Alguns geógrafos consideravam um livro “não científico” e, ainda, uma “obra de Sociologia, de Política”. Outros reconheceram a influência que teve, posteriormente, para uma nova geração de geógrafos. O autor mesmo admite que o livro foi uma ruptura política e também científico-metodológica. Depois de anos de estudos, pesquisas e vivências, Manuel Correia de Andrade produz essa obra que, para Caio Prado Jr, autor do prefácio, era inédita nos estudos sobre o Nordeste. Nela eram abordadas, pela primeira vez, as relações de produção, as relações de trabalho, nos diversos espaços nordestinos. A análise parte do modo como se deu, historicamente, a ocupação da terra, a estrutura fundiária e as classes sociais por ela geradas, bem como o papel do Estado nesse processo. *A Terra e o Homem do Nordeste*, segundo Cícero P. de O. Carvalho, é referenciado em importantes obras que tratam da questão regional nordestina

tais como: Estrutura Agrária do Sub-desenvolvimento Brasileiro – Celso Furtado, Elegia para uma Re(li)gião -Francisco de Oliveira, Crise Regional e Planejamento- Anita Cohn, O Regionalismo Nordeste- Rosa Godoy Silveira.

O reconhecimento a Manuel Correia de Andrade pode ser medido pelas importantes homenagens e títulos que recebeu: Professor Emérito da UFPE(1989); Pesquisador Emérito da Fundação Joaquim Nabuco (1989); Doutor Honoris Causa pela UFS (1996), pela UFRN(1995), pela UFAL(1994) e pela Universidade Católica de Pernambuco (1978); Medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico, do Ministério de Ciência e Tecnologia (2003); Medalha Capes 50 anos, do Ministério de Educação (2001); Prêmio Milton Santos, conferido por ter sido escolhido Geógrafo da América Latina, no Encontro de Geógrafos da América Latina ocorrido na USP (2005); Prêmio Florestan Fernandes, Sociedade Brasileira de Sociologia (2001). Membro da Academia Pernambucana de Letras (2002).

Em 22 de junho de 2007, morre, em plena atividade intelectual, esse grande pensador, escritor, pesquisador, professor, deixando uma importante e inovadora contribuição para as Ciências Sociais.



SOBRE O AUTOR

ANDRADE, Thais de Lourdes Correia de. **Vida e obra de Manuel Correia de Andrade:** caminhos percorridos na Geografia e contribuição aos estudos regionais e ambientais. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. Manuel Correia de Andrade e a Economia Política do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 45, n. 2, p. 6-16, abr/junho, 2004.

CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (organizadores). **Manuel Correia de Andrade:** um Homem chamado Nordeste. Recife. Edições Bagaço. 2008.

LIMA, Marcos Costa. Homenagem a Manuel Correia de Andrade: a geografia e a política do Nordeste Brasileiro. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 65. São Paulo, SP.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; RODRIGUES, Maria de Fátima. Manuel Correia de Andrade: uma vida de trabalho em defesa de uma ciência geográfica socialmente compreendida. In: Revista Okara: **Geografia em Debate**, v.1, n. 1, p. 143-145. João Pessoa. UFPB. 2007.



Foto: Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas - FFLCH/USP.
Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/1134>

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

Por **Lucas Correia Carvalho**
(UFF)

*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

Uma das pioneiras entre as mulheres no ensino e pesquisa nas ciências sociais institucionalizadas no Brasil, Maria Isaura Pereira de Queiroz é autora de uma extensa produção sobre os mais diversos temas, recebendo destaque aqueles dedicados à compreensão das formas de organização social, expressão cultural e manifestação política das populações “rústicas” – termo com o qual designava o campesinato brasileiro. Aliando estudos intensivos de campo com questões macrossociológicas de formação da sociedade brasileira, a socióloga propôs e cumpriu um vasto e variado programa de pesquisas para a consolidação da área de sociologia política no Brasil.

Maria Isaura Pereira de Queiroz nasceu na cidade de São Paulo em 1918. Filha de uma família tradicional, seus pais eram descendentes de fazendeiros de café (os Queiroz Telles e os Pereira de Queiroz) do Vale do Paraíba e



do Oeste Paulista. Em 1946, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, formando-se em 1949. Em 1951, tornou-se assistente da Cadeira de Sociologia I da FFCL da mesma universidade, mesmo ano em que ingressou na École Pratique de Hautes Études, onde obteve seu doutorado, em 1955, com a tese “La ‘Guerre Sainte’ au Brésil: le mouvement messianique du ‘Contestado’”, defendida perante um júri formado por Roger Bastide, que a dirigiu, Claude Lévi-Strauss e Gabriel Le Bras. Em 1958, transferiu-se para a Cadeira de Sociologia II. Em 1963, submeteu-se ao concurso de Livre Docente, com uma tese sobre “O Messianismo no Brasil e no Mundo”, tornando-se professora Livre-Docente. Só em 1973 passou ao cargo de Professora Adjunta da FFCL da USP. Lecionou em universidades da França, Canadá, Senegal, Suíça, Itália e Bélgica. Foi agraciada, entre outros, pelo Prêmio Jabuti em 1966, e desde 1990 é Professora Emérita da Universidade de São Paulo.



Dois pontos fundamentais fundam a vasta obra de Queiroz e sua trajetória institucional: sua proposta para a consolidação da área de sociologia política no Brasil e a análise detida do “mundo rústico”. Com o sugestivo título “Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil”, a socióloga apresentou no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, as linhas gerais de uma agenda de pesquisas para o desenvolvimento da área, assentada em estudos sociológicos de nosso passado político que serviriam de pano de fundo para pesquisas empíricas efetuadas a partir do município. Expressivos dessa proposta foram os ensaios “O mandonismo local na vida política brasileira” (1956) e “O coronelismo numa interpretação sociológica” (1975), nos quais a investigação das relações de mando estabelecidas entre grupos sociais no âmbito do poder local serviram de apoio para a investigação da autora de uma estrutura hierárquica mais ampla que conformou em diversos momentos históricos a formação da sociedade brasileira. Nesses e outros estudos, Queiroz não deixava de atentar para as respostas criativas dos agentes – individuais e coletivos – às estruturas de dominação social nas quais se inseriam, destacando a multiplicidade e complexidade da vida social “rústica”. Essas configurações de poder de níveis microssociológicas poderiam ser entrevistadas, por exemplo, no papel político de lideranças religiosas messiânicas e em grupos sociais como os cangaceiros. Tendo em vista essa ampla agenda de pesquisas, Queiroz, ao lado de outros colegas do Departamento

de Ciências Sociais da FFCL/USP criou, em 1964, o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), até hoje referência na formação de alunos e pesquisadores.

Uma complexa perspectiva de análise pode ser entrevista em cada trabalho e, de forma geral, na vasta obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz: de certos aspectos do mundo rústico se estendem considerações mais gerais, sugerindo um movimento à análise que a própria autora imputa ao social, formado por diferentes níveis – micro, meso e macro – que se ligam e se chocam uns com outros. Premissa metodológica que elege a análise do mundo rural como um “ponto de vista” privilegiado para o entendimento da formação de uma sociedade de raízes agrárias como a nossa.



SOBRE A AUTORA

BOTELHO, André. **“Sequências de uma sociologia política brasileira”**. Dados, v. 50, n. 1, pp. 49-82, 2007.

CARVALHO, Lucas C. **Tradição e transição**: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Aline M. **Vida rural e mudança social no Brasil**: tradição e modernidade na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

VILLAS BÔAS, Glaucia. **“Para ler a sociologia política de Maria Isaura Pereira de Queiroz”**. Estudos Políticos, n. 1, pp. 37-44, 2010.



Foto: Curitiba de Graça.
Disponível em: <https://curitibadegraca.com.br/mulheres-paranaenses-conheca-a-historia-da-professora-maria-olga-mattar/>

MARIA OLGA MATTAR

Por **Patricia dos Santos Dotti do Prado**
(UFPR)

Maria Olga Mattar (1923-2012) foi uma socióloga paranaense, formada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná em 1944. Sua livre docência em Sociologia data de 1958, “O Preconceito e sua Força Desagregadora na Vida Social”, e foi realizada sob orientação de Bento Munhoz da Rocha Netto, catedrático do então curso de História & Geografia da FFCLPR. Além da tese, publicada em formato de livro em 2005, Mattar escreveu dois manuais de ensino de Sociologia em 1998, organizados em um único livro de introdução à epistemologia sociológica e intitulado Organização e Contexto Social: Para Aprender Sociologia.

Graduada em Filosofia em 1944, logo após sua formatura, Mattar assumiu o cargo de professora assistente de História da América, em substituição ao catedrático Bento Munhoz da Rocha Netto. Frequentemente, ele, que era também governador do estado do Paraná, se ausentava dos cursos e disciplinas; por esse motivo, comumente seus assistentes de ensino se responsabilizavam pela condução dos cursos. Além de catedrático da



referida cadeira, Bento Munhoz era também professor interino da cátedra de Sociologia desde 1948, cujo titular era Omar Gonçalves da Motta.

Oficialmente, a professora assumiu a cátedra de Sociologia como assistente em 1951, novamente em substituição a Munhoz da Rocha, e permaneceu como docente do curso até sua aposentadoria, em 1981. Simultaneamente às aulas na FFCLPR, em 1955, Mattar ingressou como professora na PUCPR, também no curso de Ciências Sociais. Cabe mencionar, ainda, que, desde 1952, Mattar era professora do ensino público paranaense, lotada no Colégio Estadual do Paraná.

Como logo se vê, acompanhar sua trajetória lança luz à conformação das Ciências Sociais no Paraná tanto do ponto de vista da circulação de ideias sobre o que seriam as Ciências Sociais, seu objeto e método quanto das próprias condições do ofício intelectual no Paraná – pontos que discuto adiante. Essa bionota, portanto, ultrapassa o ponto de vista da memória para discutir em simultâneo a organização de perspectivas intelectuais e materiais sobre as Ciências Sociais, em particular a Sociologia, no Paraná. Assim, me dedico neste breve texto a apresentar três aspectos da institucionalização das Ciências Sociais através da trajetória da professora: a sistematização de conhecimentos sobre a Sociologia enquanto ciência; a formação em Ciências Sociais na FFCLPR; a circulação de ideias sobre Sociologia no Paraná.

O primeiro ponto que eu gostaria de abordar é o esforço de Olga em sistematizar um entendimento da Sociologia como um conhecimento específico sobre o mundo. Retomemos seu percurso de formação: Olga Mattar era formada em filosofia, foi orientada por um historiador, ainda que autodidata, e construiu sua carreira intelectual como socióloga. Ainda que Mattar não tenha publicado muitos materiais, ela se dedicou a produzir duas apostilas de ensino de Sociologia, editadas em livro único cujo mote era introduzir o pensamento sociológico a estudantes. Não obstante, os manuais eram indicados também a profissionais que buscassem um material organizado e condensado sobre as diferentes correntes sociológicas e seus objetos. Ressalto que a própria Olga Mattar utilizava os materiais em suas aulas no ensino básico e nas disciplinas introdutórias de Sociologia aos calouros universitários.

A considerar sua formação não especializada – naturalmente, em 1944 as demais universidades brasileiras tampouco eram dotadas exclusivamente de corpo docente especializado por curso, creio que a confecção de seus materiais didáticos focados no ensino de Sociologia seja digno de nota quanto à elaboração do pensamento sociológico no Paraná. A base de seus manuais é uma sociologia durkheimiana, introduzida a partir de bases científicas e generalizantes; o método de coleta de dados é acentuado em detrimento da figura do pesquisador, que deve estar sempre vigilante em relação a seus interesses e pré-noções. Embora se trate de uma perspectiva de clara ressonância durkheimiana, Mattar desenvolveu um pensamento sociológico próprio, no qual buscou condensar diversas correntes teóricas devido a finalidades didáticas. Isto é, ao invés de tratar a Sociologia de seus manuais como uma perspectiva em específico, Mattar a desenvolveu como uma síntese de diversas correntes distintas. Em sua

visão, tal unidade teórica auxiliaria os professores e jovens estudantes a melhor compreenderem a Sociologia.

Esta síntese teórica, no entanto, não era exclusiva de Mattar. Os conteúdos didáticos promovidos nas graduações da FFCLPR tendiam a oferecer um quadro semelhante de conteúdos, nos quais a figura do professor estava relacionada a uma explanação sintética, e por vezes pessoal, de diferentes perspectivas teóricas. É esse o segundo ponto que gostaria de discutir.

A abordagem proposta por Mattar em seus manuais pode ser melhor compreendida a partir de dois diferentes fatores, relativos à FFCLPR em sua primeira década de funcionamento (1938-1948): 1) a formação de um corpo docente, na Faculdade, não apenas não-especializado como lotado por sujeitos de importância política para o estado, que não necessariamente desejassem construir uma carreira ou contribuir para o desenvolvimento de uma área de conhecimento; 2) as próprias condições financeiras da FFCLPR, uma vez que, à época, a instituição enfrentou dificuldades de ordem econômica. Relativamente ao ponto 2, tais entraves se expressavam, naturalmente, na compra de livros, materiais didáticos e promoção de eventos. Por outro lado, é fácil nomearmos uma série de docentes cujas carreiras foram de central importância para suas áreas de ensino, a despeito de tais problemas, como José Loureiro Fernandes e Brasil Pinheiro Machado. Busco acentuar, com isso, a complexidade da produção de conhecimento na FFCLPR, em vez de reduzi-la simplesmente a dois fatores. Nota-se, pois, como o período de formação de Olga Mattar se expressou em seu modo de pensar e, especificamente, de produzir conteúdos.

Por fim, o terceiro ponto de atenção está na divulgação de suas perspectivas sociológicas através das instituições e redes de sociabilidade pelas quais circulou. O circuito profissional de Mattar foi centrado nas duas principais instituições de ensino superior do Paraná: a UFPR e a PUCPR, além da docência no Colégio Estadual do Paraná, escola da maior importância no ensino básico local. Seus materiais de ensino denotam, pois, o esforço da professora em sistematizar um conhecimento sobre a Sociologia enquanto uma ciência específica; ao mesmo tempo, lançam luz à escassez de discussões e circulação de ideias sobre a disciplina no Paraná. Dentre as justificativas de Mattar para a produção destes conteúdos, estavam a pouca produção de manuais especializados bem como a dificuldade de encontrá-los à disposição. A iniciativa de escrever as apostilas de ensino é, assim, particularmente interessante, ainda mais quando considerada à luz de sua formação acadêmica generalista e em relação aos espaços profissionais nos quais circulou. Não busco, com isso, afirmar que Mattar construiu uma perspectiva dominante da sociologia paranaense e, sim, acentuar sua relevância para a circulação de ideias sobre a Sociologia, haja vista sua docência em espaços de formação de professores de Ciências Sociais.

Além dos breves fatores mencionados, a trajetória de Olga Mattar nos informa também sobre a docência de mulheres no ensino superior paranaense. Sua tese de livre-docência, por exemplo, reuniu inúmeros questionários, aplicados a homens e mulheres, sobre a docência feminina em instituições de ensino superior, com vistas a avaliar a aderência de um pensamento

conservador nas universidades. O pontapé para o tema foi a própria experiência de Mattar, criticada pelos jovens alunos da FFCLPR por ser uma professora mulher. A atenção à sua vida nos revela, portanto, a experiência de uma mulher no ensino superior paranaense, cujas atividades e práticas docentes estiveram no centro da divulgação de um pensamento sociológico no Paraná.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MATTAR, Maria Olga. **Contexto e Organização Social:** para aprender sociologia. Curitiba: [s.e.], 1998.

MATTAR, Maria Olga. **Raízes da exclusão social, o preconceito e sua força desagregadora na sociedade.** Curitiba: Gráfica Ativa, 2005.



SOBRE A AUTORA

MATTAR, Maria Olga. Maria Olga Mattar completa 53 anos dedicados à educação. In: **Vida Universitária PUCPR**, n. 170, mar. 2007.

PRADO, Patrícia dos Santos Dotti do. Para entender sociologia: os manuais escolares de Maria Olga Mattar. **Em Tese**, Florianópolis, v. 16, n. 01, p. 95-114, jan./jun., 2019.



Foto: Site Resistir.
Disponível em: https://resistir.info/brasil/ianni_jul03.html

OCTAVIO IANNI

Por **André Rocha Santos**
(IFSP)



Octavio Ianni nasceu em Itú no interior de São Paulo em 1926. Ingressou aos 23 anos na turma de 1949 do curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Vindo de família humilde e enfrentando dificuldades financeiras teve mesmo que interromper os estudos por dois anos, período no qual desempenhou trabalhos manuais como assistente de editora na Companhia Editora Nacional, e como tipógrafo. Do curso terminado em 1954 algumas marcas que irão compor a personalidade do sociólogo que iria se tornar: a perseverança em enfrentar os obstáculos (materiais e intelectuais) e a opção pelas classes subalternas.

Teve participação importante em diferentes momentos da consolidação da Sociologia no Brasil. Logo após a formatura, integrou a chamada Escola paulista de sociologia, expressão pela qual ficou conhecido o grupo de docentes-assistentes que se vincularam à cadeira de Sociologia I, dirigida por Florestan Fernandes fortemente marcada pela luta em favor do reconhecimento da profissão de sociólogo, pela institucionalização da pesquisa e pelas ações de natureza claramente intervencionista.



Em paralelo, outro fato marcante iria se destacar e influenciar fortemente o percurso de Ianni: sua participação, entre 1958 e 1964, na primeira geração do famoso Seminário d' O Capital, ou simplesmente Seminário Marx. O grupo multidisciplinar de recém-professores era formado inicialmente por José Arthur Giannotti (Filosofia), Fernando Novais (História), Ruth Cardoso (Antropologia), Paul Singer (Economia), Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (Sociologia) e dele também fizeram parte, com “estatuto de aprendizes”, alguns estudantes como Roberto Schwarz (Crítica Literária), Bento Prado Júnior (Filosofia), Francisco Weffort (Ciência Política) e Michael Löwy (Sociologia).

A influência do Seminário não tardou a se fazer presente nas formulações intelectuais do cientista social Octavio Ianni que introduziu pioneiramente na USP cursos sobre Marx e iniciou ali um processo fecundo de análise da realidade social brasileira a partir da perspectiva marxista. Como poucos soube utilizar, de forma consistente e totalizante, o método dialético, o materialismo histórico e a análise das classes sociais para elucidar – sem qualquer dogmatismo – temas caros à nossa realidade social.

Da mesma forma, participou do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), no período entre 1961 e 1962, que formulou uma agenda específica de estudos na área de sociologia política sobre o subdesenvolvimento, o Estado e as classes sociais no Brasil. Para Octavio Ianni, o resultado direto da experiência do projeto Cesit foram algumas obras da sua sociologia crítica marcada por intervenções escritas “no calor da hora”, como Política e revolução social no Brasil (1965), organizada em parceria com Gabriel Cohn, Paul Singer e Francisco Weffort, e sua tese de livre docência O Estado e o desenvolvimento econômico defendida em 1964, assim como o clássico O colapso do populismo no Brasil (1968), elaborado na conjuntura de endurecimento da ditadura. Aposentado arbitrariamente por ato baseado no Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi alijado de suas funções docentes e de pesquisador na USP. Mais tarde, chegou a ser preso pela operação Tarrafa em abril de 1970.

Fez parte da equipe de pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), fundado em maio 1969 e do qual se tornou membro no início da década de 1970. No centro de estudos e pesquisas produziu obras de destaque como Imperialismo na América La-



tina (1974), A formação do Estado populista na América Latina (1975), Escravidão e racismo (1978), Ditadura e agricultura (1979), a organização do livro Marx: sociologia (1979) e O ABC da classe operária (1980). No seu último ano como pesquisador no Cebrap, em 1981, produziu ainda o notável A ditadura do grande capital.

Nos anos 1970 foi professor visitante e conferencista em universidades no México, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Itália. Durante o seu exílio, sua produção alçou voos internacionais, tendo publicado livros nas línguas espanhola, italiana e inglesa. No retorno ao Brasil voltou a lecionar em 1977 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que se distinguiu como espaço de resistência à ditadura e abrigou nomes como Florestan Fernandes, Maurício Tragtenberg, Paulo Freire e Paul Singer e, em 1986 voltou à universidade pública como professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tanto na USP como na Unicamp recebeu o título de Professor Emérito, além dos títulos de professor Honoris Causa da Universidade de Buenos Aires (UBA) e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Foi um dos intelectuais mais influentes do Brasil e, na década de 1990, sua pesquisa se concentrou na crítica à globalização, enquanto nova face do capitalismo “como modo de produção e processo civilizatório”. Desta última fase ganhou, ainda, dois prêmios Jabuti na categoria Ensaaios com o livro A sociedade global (1992) e na categoria de Ciências Humanas com o livro Teorias da globalização (1996).

Foi 1º secretário da Sociedade Brasileira de Sociologia entre 1960-1962 quando da presidência da entidade pelo Prof. Florestan Fernandes. Em 2003 recebeu o prêmio Florestan Fernandes instituído pela SBS neste mesmo ano.

Com o livro Enigmas da modernidade-mundo (2000) recebeu o prêmio de Ensaio, Crítica e História Literária da Academia Brasileira de Letras, assim como o Prêmio Juca Pato, da União Brasileira de Escritores, como intelectual do ano em 2000. Sua biblioteca particular foi doada em 2002 à Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Araraquara, pelo próprio sociólogo, que veio a falecer de câncer em São Paulo aos 77 anos no dia 04 de abril de 2004.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

IANNI, Octavio. **O ABC da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.



SOBRE O AUTOR

FALEIROS, Maria Izabel Leme; CRESPO, Regina Aída (Org.). **Humanismo e compromisso:** ensaios sobre Octavio Ianni. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela; BEHRING, Elaine Rosseti (Org.). **Pensamento de Octavio Ianni:** um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.



Foto: FESPSP.

Disponível em: https://www.fespsp.com.br/noticia/ha_20_anos_atras_o_brasil_perdeu_oracy_nogueira

ORACY NOGUEIRA

Por **Mariana Siracusa**
(PPCIS-UERJ)



Oracy Nogueira nasceu em 17 de novembro de 1917 em Cunha, cidade no Vale do Paraíba do Sul no estado de São Paulo. Filho de professores normalistas católicos, teve uma infância marcada pelos valores éticos cristãos, dos quais ele procurou se distanciar ao longo de sua vida. Entre 1931 e 1932 a família muda-se para a cidade de Botucatu, onde Oracy completou a formação escolar e posteriormente atuou como repórter e redator do jornal Correio de Botucatu. Data do mesmo período a participação, como voluntário, da Revolução Constitucionalista de São Paulo, experiência relatada em “A revolução constitucionalista de 1932: recordações de um voluntário” (1992). Essa experiência pode ter aflorado um interesse pela política que se manifestou, de forma mais contundente, a partir das leituras marxistas e a posterior filiação ao Partido Comunista Brasileiro, onde permaneceu até 1960. A adesão ao socialismo intensificou o interesse de Oracy pelas “pessoas de cor”, nos seus termos, pela predominância de negros entre os trabalhadores.

Em 1936, Oracy se isola da família para o tratamento de uma tuberculose em São José dos Campos, expe-



riência que impactou sobremaneira sua atividade intelectual. Já recuperado, em 1940, muda-se para a cidade de São Paulo e ingressa no curso de bacharelado em Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), onde tornou-se bolsista de Donald Pierson. Dois anos depois concluiu o bacharelado, passando, assim, a integrar o corpo docente da ELSP, como assistente de Pierson, ao mesmo tempo em que ingressou na primeira turma de mestrado da ELSP. Sua dissertação de mestrado, defendida em 1945, é um reflexo da sua experiência no tratamento da tuberculose. “Vozes de Campos de Jordão. Experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo”, publicada em 1950, é um estudo etnográfico sobre estigma, antes da formulação consagrada por Goffman, com ênfase na organização social – retrato da sua vivência pessoal marcada pela segregação e pelo preconceito, conceitos que perpassaram toda a reflexão intelectual do autor.



O convênio estabelecido entre a ELSP e a Universidade de Chicago permitiu que Oracy Nogueira fizesse seu doutorado na universidade americana, sob orientação de Everett Hughes. A experiência nos Estados Unidos possibilitou, por um lado, o contato com professores dos departamentos de Sociologia e Antropologia, localizando a produção de Nogueira no confluência entre esses dois campos disciplinares, ainda não tão separados no Brasil à época; e o estudo das relações raciais norte-americanas, que se desdobrou em diversos trabalhos. A tese de doutorado, entretanto, não chegou a ser defendida. Em função do contexto político da época e da sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, foi impedido de retornar aos EUA para a defesa.

No retorno ao Brasil em 1947, Oracy Nogueira integrou o quadro de docentes da ELSP, assumindo turmas na pós-graduação e desenvolvendo pesquisas. Nesse mesmo ano assumiu a direção, primeiro com Emílio Willems e depois com Donald Pierson, da Revista de Sociologia, permanecendo até 1958. Nesse período desenvolveu extensa pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, sintetizadas na trilogia: “Atitude Desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor” (1942), “Relações raciais no município de Itapetininga” (1955), “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (sugestão para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil)” (1955). No primeiro artigo, sobre os anúncios de em-

prego em um jornal paulista, Oracy enunciou a diferença entre o preconceito racial no Brasil de outras experiências e classificou a experiência brasileira como ‘preconceito de cor’.

O segundo trabalho, publicado em 1955, teve seu início quatro anos antes, no contexto do projeto UNESCO que, em São Paulo, foi dividido entre os trabalhos sobre as relações raciais na capital, que ficaram sob a responsabilidade de Florestan Fernandes e Roger Bastide e no interior, comandados por Oracy Nogueira. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Itapetininga, articulando, do ponto de vista metodológico, observação participante e dados históricos e estatísticos, no inter cruzamento entre a antropologia e a sociologia, fruto da formação de Oracy na ELSP. É nessa obra que surge o termo preconceito racial de marca como expressão de um padrão racial típico do Brasil.

Por fim, a terceira obra, mais conhecida do autor, traz o acúmulo teórico e metodológico das anteriores. Em “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem”, Oracy Nogueira faz uma comparação entre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos compreendendo o preconceito racial nos dois países, não em termos de intensidade, mas como resultado de critérios específicos de classificação e organização social, que determinam tipos particulares de preconceito. Na sociedade americana a base do preconceito racial são as relações de descendência, configurando um preconceito de origem; na sociedade brasileira, por sua vez, o preconceito se expressa pela aparência, configurando um preconceito de marca.

“Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem” trouxe uma contribuição fundamental para o debate das relações raciais colocado no Brasil na década de 1950. Reconheceu a existência de preconceito racial no Brasil como sendo de um tipo distinto de outras experiências e o transformou em problema central nesse debate. Além disso, ganha destaque o rigor metodológico no qual a obra foi escrita. Apoiado na comparação como recurso metodológico, o texto expõe conceitos, tratados como tipos ideais, para a interpretação das relações raciais no Brasil, sendo uma chave analítica que deveria ser testada por outras pesquisas.

Em 1952, Oracy assumiu uma vaga de técnico administrativo no Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (USP) atuando em diversas pesquisas como chefe do Setor de Pesquisa Social do Instituto. Cinco anos mais tarde, a convite de Darcy Ribeiro, mudou-se para o Rio de Janeiro para trabalhar no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação, inserido no projeto dos municípios-laboratórios, mais especificamente, no Curso de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais, além de atuação em pesquisas desenvolvidas pelo Centro.

De volta a São Paulo em 1961, Oracy desligou-se oficialmente da ELSP (atualmente FESPSP), passando a atuar exclusivamente na USP como técnico do Instituto de Administração. No ano seguinte, publicou pela CBPE, o que teria sido sua tese de doutorado, “Família e comunidade, um estudo sociológico de Itapetininga”, um clássico estudo de comunidade e das relações familiares, com a incorporação inovadora da dimensão histórica nessa área. Em

1968 assume a cadeira de Sociologia II da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, com a defesa da tese de livre docência “Contribuição ao estudo das profissões de nível universitário no Estado de São Paulo” uns dos primeiros trabalhos sobre Sociologia das Profissões no Brasil. Com a reforma universitária de 1968, Oracy transferiu-se para o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ficando responsável pela cadeira de Métodos e Técnicas de Pesquisa. Em 1980 tornou-se professor titular de sociologia aplicada à economia, da Faculdade de Economia e Administração, onde se aposenta em 1983.

Na década de 1980, já aposentado, publicou a introdução de “Tanto preto quanto branco” (1985) que traz uma reedição dos artigos “Atitude desfavorável” e “Preconceito racial de marca”; e “Negro político, político negro” (1992), que traz uma biografia que mistura ficção e realidade para narrar a trajetória política do Dr. Casemiro de Abreu, prefeito de Cunha na Primeira República, que é um exemplo das suas reflexões sobre as relações raciais no Brasil: um político poderoso, com posses, que sofria preconceito por sua cor.

A trajetória de Oracy Nogueira revela um intelectual perspicaz que soube transformar as experiências pessoais em temas de pesquisa sociológica, feitas com o rigor metodológico e marcadas pela confluência entre a Sociologia e a Antropologia, que produziram ganhos analíticos às suas reflexões.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

NOGUEIRA, Oracy. **Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor.** São Paulo: Sociologia vol.4 n°4,1942

NOGUEIRA, Oracy. **Vozes de Campos do Jordão:** experiências sociais e psíquicas de tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo. Sociologia, São Paulo, out. 1950.

NOGUEIRA, Oracy. ‘Relações raciais no município de Itapetininga’. In: **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo, Anhembi, 1955.

NOGUEIRA, Oracy. ‘Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem’. In: **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas** e na separata relativa ao Symposium Etno-sociológico sobre Comunidades Humanas no Brasil. São Paulo, 1955.

NOGUEIRA, Oracy. **Família e comunidade:** um estudo sociológico em Itapetininga. Série Sociedade e Educação, Coleção Brasil Provinciano. Ministério de Educação e Cultura,

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1962.

NOGUEIRA, Oracy. **Contribuição ao estudo das profissões de nível universitário no estado de São Paulo**. Tese de Livre-Docência, apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco. Osasco, 1967.



SOBRE O AUTOR

Depoimento concedido à profa. Mariza Corrêa em 1984. Publicado em História, Ciências, Saúde. Manguinhos. Vol II, número 2, pp. 119-121, julho-outubro de 1995.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro – “Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: o estudo do estigma e do preconceito racial”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 31, ano 11, p. 5-28, junho de 1996. ANPOCS.



Foto: Site Find a grave.
Disponível em: <https://pt.findagrave.com/memorial/44778471/samuel-harman-lowrie>

SAMUEL HARMAN LOWRIE

Por **Carla Regina Mota Alonso Diéguez**
(FESPSP)

Samuel Harman Lowrie foi um sociólogo estadunidense que esteve na Escola Livre de Sociologia e Política na década de 1930 e foi responsável pela condução de uma das primeiras pesquisas de padrão de vida realizadas no Brasil.

Lowrie nasceu em 1894 no Texas e entre os anos de 1917 e 1932 concluiu os seus cursos de graduação, mestrado e doutorado, este último na Universidade de Columbia. Em 1933, Samuel Lowrie foi convidado a compor o corpo docente da recém inaugurada Escola Livre de Sociologia e Política.

Entre os anos de 1933 e 1939, Samuel Lowrie foi professor da Escola Livre de Sociologia e Política, onde realizou diversas pesquisas, algumas publicadas na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (RAMSP), órgão do Departamento de Cultura do município de São Paulo, à época dirigido por Mário de Andrade.

Dois textos publicados na RAMSP merecem destaque. O primeiro é o artigo publicado no volume 15 do ano de 1935, sob o título de *Informações sobre a ELSP*



de São Paulo. Este artigo é o memorial entregue aos deputados estaduais de São Paulo com o objetivo de diferenciar a Escola Livre de Sociologia e Política da então recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e trazer, novamente, os recursos da administração pública, agora investidos plenamente na USP, para a ELSP.

O segundo artigo é a *Pesquisa do padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública de São Paulo*, cujo relatório foi publicado no volume 51 do ano de 1938 na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, que se tornou referência para as decisões à época sobre reajustes salariais e pisos salariais do operariado urbano.

Em 1938, o Prof. Lowrie retornou aos Estados Unidos para ser o primeiro chefe do Departamento de Sociologia da Bowling Green State University, no Estado de Ohio, da qual tornou-se professor emérito. Finalizou sua carreira na San Diego State University. Faleceu em dezembro de 1975 na cidade de Claremont, Califórnia.

Durante sua vida intelectual, Lowrie dedicou-se, principalmente, aos temas da família e do casamento, população e relações raciais e interculturais, publicando trabalhos como *Culture and Conflict in Texas: 1821-1835*, *Early and Late Dating: Some Conditions Associated with Them* no periódico *Marriage and Family Living* e *Dating Theories and Student Responses* na *American Sociological Review*.

Sua passagem pela ELSP foi marcante em diversos sentidos. Pela sua estadia de cinco anos no Brasil, Lowrie contribuiu diretamente com as pesquisas produzidas pela ELSP em parceria com o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, sendo a sua pesquisa sobre padrão de vida considerada pioneira, seja por ter o trabalho como objeto, seja por trazer uma mudança no olhar dos estudos sobre estratificação social, que passaram das classes dominantes para as classes dominadas.





SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LOWRIE, Samuel. **Culture and Conflict in Texas: 1821-1835**. New York: Columbia University Press, 1932.

LOWRIE, Samuel. Informações sobre a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. São Paulo, v. 15, 1935.

LOWRIE, Samuel. Que é cultura? . **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. 18, 1935.

LOWRIE, Samuel. Assistência Filantrópica na Cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, vs. 27, 28 e 29, 1936.

LOWRIE, Samuel. Ascendência das crianças registradas no Parque Dom Pedro II. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. 39, 1937.



SOBRE O AUTOR

CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935 -1938)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo**. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.



Foto: Templo Cultural Delphos.
Disponível em: <http://www.elfikurten.com.br/2011/09/sergio-buarque-de-holanda-interprete-do.html>

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Por **Robert Wegner**
(Casa de Oswaldo Cruz –
Fundação Oswaldo Cruz)

*Texto reproduzido da Biblioteca
Virtual do Pensamento Social – UFRJ*

Sérgio Buarque de Holanda é mais conhecido por *Raízes do Brasil*, publicado em 1936. Contudo, o autor publicou outros livros importantes em seguida, como *Monções*, de 1945, *Caminhos e Fronteiras*, 1957, *Visão do Paraíso*, 1959, e *Do Império a República*, 1972. E, antes, havia publicado, em jornais e revistas, diversos artigos de crítica literária e de intervenção cultural, assim como continuou a fazê-lo até quase o fim da vida. O autor pode ser considerado um “homem ponte” entre gerações. De fato, nasceu em São Paulo no ano de 1902 e faleceu em 1982, Sérgio Buarque participou de forma efetiva de diferentes capítulos da vida intelectual, cultural e política do país no século XX, como do modernismo, da crítica literária em jornais e da produção intelectual universitária.



Embora ausente da Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, pois então estudava na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Sérgio Buarque participa ativamente do movimento, editando, junto com Prudente de Moraes, Neto, a Revista Estética, porta-voz do movimento entre 1924 e 1925. Em outubro de 1926, publica o artigo “O lado oposto e outros lados”, em que explicita as divisões internas do que, até então, parecia uma frente única contra o passadismo. Retira-se das polêmicas vivendo alguns meses no interior do Espírito Santo e, em 1927, retorna ao Rio.

Em junho de 1929, parte para a Alemanha como correspondente dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, acompanhando os anos agitados da República de Weimar e entrevendo o crescimento do movimento nazista. O ano e meio passado na Alemanha é crucial para a sua formação, estudando autores como Friedrich Meinecke, Ludwig Klages, Ernst Kantorowicz, Werner Sombart e Max Weber. Retorna ao Brasil em janeiro de 1931 e acaba por publicar, em 1936, *Raízes do Brasil*, livro sobre os dilemas da modernização brasileira. No mesmo ano, torna-se professor da recém criada Universidade do Distrito Federal, instituição concebida por Anísio Teixeira. A UDF é extinta em 1939 e, em seguida, Holanda trabalha no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional. Era o período do Estado Novo, iniciado em 1937, marcado pelo autoritarismo e, ao mesmo tempo, pela criação de órgãos de cultura e incorporação de intelectuais em seus quadros.

Em 1940, Holanda retoma suas atividades como crítico literário. Boa parte dos artigos publicados na imprensa é reunida, em 1944, no livro *Cobra de Vidro*. Neste momento, dedica-se à história da expansão do país para o Oeste. Daí resulta *Monções*, publicado em 1945. Em 1946, depois do fim do Estado Novo no ano anterior, retorna a sua cidade natal para integrar o Museu Paulista, do qual torna-se seu diretor. Permanece no Museu durante dez anos, ao mesmo tempo em que leciona na Escola Livre de Sociologia e Política. A seguir, em 1957, reúne os artigos esparsos sobre os bandeirantes e tropeiros, constituindo *Caminhos e Fronteiras*. No momento desta publicação, está se preparando para prestar o concurso para a cátedra de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo e, para tanto, redige uma tese sobre os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Visão do Paraíso é



defendida em fins de 1958 para a obtenção da cátedra e, no ano seguinte, torna-se livro pela Editora José Olympio. A partir de 1960, coordena o projeto da coleção História Geral da Civilização Brasileira.

Na USP, além de lecionar e orientar alunos de pós-graduação, cria, em 1962, o Instituto de Estudos Brasileiros, um centro que integra acervo, pesquisa e ensino. Aposenta-se em 1969, em solidariedade aos professores afastados pelo AI-5, baixado pelo regime militar no ano anterior. Permanece até 1977 na direção da HGCB, coordenando 7 volumes, que cobrem desde o período colonial até o fim da monarquia. Para a coleção, publica, em 1972, *Do Império à República*, um volume de sua inteira autoria que acompanha a dissolução do Império. Em 1979, reúne no livro *Tentativas de Mitologia* artigos de crítica histórico-sociológica e de crítica literária redigidos em fins da década de 1940 e início da seguinte para jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1980, participa da fundação do PT. Após sua morte, em 1982, ainda foram encontrados manuscritos inéditos. Em 1986, é publicado *Extremo Oeste*, uma espécie de continuação de *Caminhos e Fronteiras*, e, em 1991, sob o título de *Capítulos de Literatura Colonial*, são publicados novos estudos sobre o Barroco e o Arcadismo. Hoje, a vasta produção do autor é acessível, pois, além dos seus livros, os escritos dispersos em jornais encontram-se organizados em volumes, como *O Espírito e a Letra* (Org. Antonio Arnoni Prado, 1996) e *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos* (Org. de Marcos Costa, 2011).



SUGESTÕES DE LEITURA

Holanda, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para cronologia de Sérgio”. Disponível em <http://www.siarq.unicamp.br/sbh/biografia.html>

Monteiro, Pedro Meira (Org.). **Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda:** correspondência. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto de Estudos Brasileiros; Edusp, 2012.

Eugênio, João Kennedy. **Ritmo espontâneo:** organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: Editora da UFPI, 2011.

Wegner, Robert. **A Conquista do Oeste:** a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Nicodemo, Thiago. **Urdidura do Vivido:** Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda dos anos 1950. São Paulo: Edusp, 2008.



Foto: Instituto Victor Nunes Leal.
Disponível em: <http://ivnl.com.br/sobre-o-instituto/>

VITOR NUNES LEAL

Por **Pedro Barboza**
(PPCIS-UERJ)

"O RAPAZINHO CAIPIRA DE CARANGOLA".

Foi desta maneira que, certa feita, Victor Nunes Leal se definiu. Este “rapazinho caipira” nasceu em 11 de novembro de 1914 no município de Carangola, Minas Gerais. Após concluir os estudos secundários em sua terra natal, ingressou na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Já nessa fase trabalhou na imprensa local, ocupando o cargo de redator em alguns periódicos. Em 1936 bacharelou-se em direito. Dando prosseguimento à carreira jornalística, trabalhou na “Revista Forense” e no “Observatório Econômico”. Fez parte também do corpo fundador da “Revista de Direito Administrativo”.

Em 1939, ingressou no gabinete do ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, Gustavo Capanema. Um ano depois, foi nomeado diretor do recém-criado



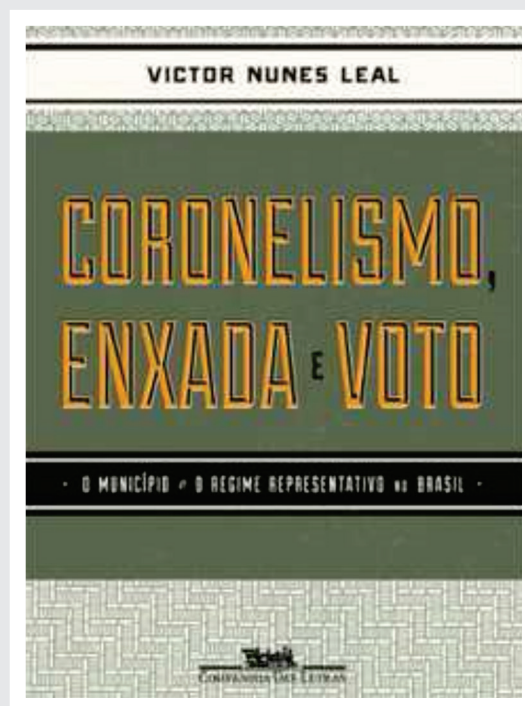
Serviço de Documentação. Em 1943, assumiu interinamente a cadeira de Ciência Política da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) no Rio de Janeiro. Victor Nunes efetivou-se na cátedra por meio de concurso. Fruto deste esforço foi a consagrada tese “O município e o regime representativo no Brasil: contribuição ao estudo do coronelismo” que, uma vez comercializada a partir de 1949, intitulou-se *Coronelismo, enxada e voto*. Exerceu a função de professor de Política na FNFI até 1960. Relembrando este período disse, com a modéstia que sempre o distinguia, que nunca passou “de um professor dedicado e sério, mas discreto e sem pretensões”. Sua carreira no magistério não se restringiu somente à FNFI. Em 1959, Leal foi o primeiro presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Fez parte tam-

bém do corpo de professores da Universidade de Brasília (UnB). Sua atuação junto a Juscelino Kubitschek foi decisiva para convencimento do presidente sobre a consecução do projeto da universidade proposto e defendido por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Na UnB, quando de sua inauguração, em 1962, comandava o instituto de Ciências Jurídicas e Políticas e atuou como regente da cadeira de Ciência Política e posteriormente de Direito Constitucional.

Foi procurador geral da justiça do Rio de Janeiro entre março e novembro de 1956. A partir de então, ingressou na chefia da Casa Civil da presidência da república do governo JK. Manteve-se no posto até agosto de 1959, quando passou a exercer os cargos de advogado da prefeitura do RJ, procurador do tribunal de contas e consultor-geral da república. Em dezembro de 1960 foi nomeado membro do Supremo Tribunal Federal (STF). Como marca de sua passagem pela corte registra-se a criação das súmulas de jurisprudência. Na esteira dos desmandos do Ato Institucional nº 5, em janeiro de 1969, ocupando a vice-presidência da casa, foi aposentado compulsoriamente. A partir de então dedicou-se ao exercício da advocacia. Victor Nunes Leal faleceu no Rio de Janeiro a 17 de maio de 1985.

“Coronelismo, enxada e voto” e os entraves para nossa democracia representativa.

A principal obra legada por Victor Nunes Leal para o campo das ciências sociais foi “Coronelismo, enxada e voto”. Prefaciando a sétima edição, José Murilo de Carvalho afirma tratar-se do “primeiro trabalho moderno de Ciência Política em nosso país”. Compreender o fôlego desta obra passa por sublinhar sua inovação teórica e metodológica, bem como iluminar



aspectos profundos que regularam por muito tempo nossas relações sociais. Victor Nunes insistiu que era preciso encarar o “coronelismo” enquanto um sistema de poder que perpassava todas as instâncias da república. Portanto, não era algo circunscrito ao município. Por conta disso, “coronelismo” não pode ser confundido com “mandonismo” local. Antes, o autor enxergava na decadência deste uma explicação para aquele. Era por conta da bancarrota econômica que os “coronéis” buscavam, para se manterem enquanto classe dominante, apoio em instâncias superiores ao município, iniciando a rede de compromissos. Por outro lado, o emergente estado republicano não podia prescindir do apoio desses chefes locais, sob pena de desestabilização do regime. Eis, portanto, a marca relacional profunda desse sistema chamado de “coronelismo”, que atingia todos os níveis de poder. Seu signo mais emblemático talvez seja a mescla entre as esferas pública e privada, cabendo ao “coronel” o controle patrimonial dos cargos públicos locais e oferecendo como contrapartida os votos da região. Dessa forma, percebe-se uma abordagem às questões do público e do privado que se afastava do modelo dicotômico em voga no momento da escrita da obra. O autor admite entre essas duas esferas espaço suficiente para complexas relações, onde uma instância interferia na outra. Destaca-se ainda um traço metodológico crucial, pois numa época tão afeita às tradições bacharelescas, Leal coaduna exímio rigor teórico com fundamentos empíricos consolidados em fontes documentais do IBGE, dos Anais do Congresso Nacional, bem como dos jornais da época.

Se é certo que o fenômeno analisado por Victor Nunes Leal, para sermos justos com sua obra, circunscreve-se a um período específico de nossa história – a primeira fase republicana de 1889 até meados da década de 1930 – a inquietação propulsora do estudo não se afasta de algo que ainda hoje mantém o seu vigor: analisar os entraves para a efetivação de nossa democracia representativa.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **O coronelismo e o coronelismo de cada um**. Dados: Revista de Ciências Sociais Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.11-14, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Três ensaios de administração**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

LEAL, Victor Nunes. **Problemas de direito público**. Rio de Janeiro: Forense, 1960.



SOBRE O AUTOR

A Contemporaneidade do Pensamento de Victor Nunes Leal. org: Instituto Victor Nunes Leal. Editora Saraiva, 2013.

2º PERÍODO

Resistências e
estruturação do campo

1965 / 1980



Foto. Canal U.
Disponível em: https://www.canal-u.tv/video/ehess/destitution_de_dilma_rousseff_la_democratie_bresilienne_en_crise.21507

AFRÂNIO RAUL GARCIA JR

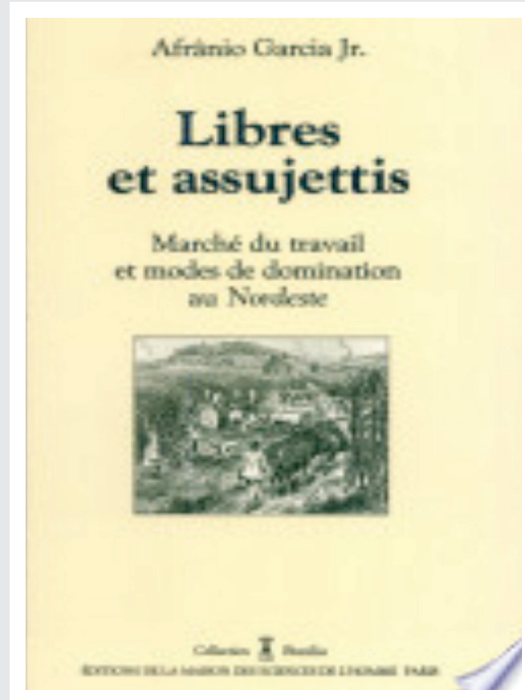
Por **Antônio J. Pedroso Neto**
(UFT)

Afrânio Raul Garcia Jr. nasceu no Rio de Janeiro em 1948, primeiro filho de um casal de médicos com trajetórias parecidas: nascidos em Minas Gerais, investiram fortemente nos estudos como modo de enfrentar a ameaça de desclassificação familiar, trabalharam em hospitais públicos e se dedicaram à pesquisa. Sua inclinação inicial seria a diplomacia, por ascendência do tio paterno, mas o golpe militar de 1964 impôs inflexões para ele e sua geração. Daí sua primeira passagem pela França em 1966, onde a família exilada de seu grande amigo, José Sérgio Leite Lopes, o acolheu. Ambos cursaram os dois primeiros anos em Economia na Universidade de Paris. Obtiveram o Diploma de Estudos Econômicos Gerais pela Université de Paris X (1966 a 1968) e, ao voltar ao Brasil, em Economia pela PUC-RJ (1968 a 1969).

Em 1970, como assistentes de pesquisa do economista Isaac Kersternetzky na PUC-RJ foram convidados para realizar uma pesquisa sobre o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil. Mas foram vetados pelo próprio reitor da universidade



por motivos ideológicos. Por conselho do mesmo professor, no mesmo ano, eles ingressaram no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (UFRJ). Afrânio concluiu o mestrado (1976) e o doutorado (1983), elaborou e participou de pesquisas decisivas para a institucionalização do PPGAS e ingressou como docente do Departamento de Antropologia (1978), por concurso, onde atuou com docente-pesquisador de 1978 a 1998 (GHEORGHIU, 2018). Em 1970, casou-se com Marie-France Parpet, colega da Université de Paris X, que também integrou o PPGAS, onde fez mestrado e doutorado. E, em colaboração, realizaram pesquisas, publicações e concursos para instituições de pesquisa na França, a partir de 1994.



Trabalhou como economista nos anos 1970 no Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (da FIRJAN), em planificação de formação de mão de obra industrial, e no Grupo de Pesquisas da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), sobre distribuição de renda no Brasil entre 1973 a 1980. No PPGAS participou das pesquisas organizadas por Moacir Palmeira sobre transformação dos modos de dominação na grande plantação canavieira do Nordeste. Participou ativamente da elaboração e realização de um grande projeto de pesquisa coletivo: “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” (1975-1978). Esse projeto reuniu mais de duas dezenas de pesquisadores aprendizes e sêniores e contribuiu decisivamente para a institucionalização definitiva do PPGAS na UFRJ. Enfim, sua trajetória conflui com a do PPGAS, com a de colegas e aporta contribuições para a sociologia e a antropologia brasileiras.

No âmbito desse grande projeto, pesquisou a transformação do modo de dominação e de imobilização da força de trabalho nas grandes plantações açucareiras do Nordeste na primeira metade do séc. XX. Sua investigação em Pernambuco e na Paraíba apresentou uma análise etnográfica densa das estruturas objetivas e dos significados simbólicos das relações de dependência personalizada nos engenhos: da condição econômica, social, política e cultural de morador e da teia de reciprocidades assimétricas que o liga à autoridade do senhor de engenho, e que o tornava sujeito, em certa continuidade com o passado escravista. Mas, como foco central, concentrou-se em agricultores de fora dos engenhos, nomeados como libertos. E analisou igualmente os percalços da economia dos senhores de engenho e as vicissitudes impostas

pelo crescimento das usinas de açúcar, condenando muitas famílias de senhores à decadência. Esse declínio seria precipitado pela abertura dos caminhos do sul para os grupos subalternos.

Demonstrou como a migração tanto de libertos como de sujeitos, recrutados para trabalhar nas indústrias na região sudeste, possibilitou o retorno de muitos com recursos materiais e simbólicos que alteraram os jogos de poder com os antigos senhores. Para os sujeitos, os deslocamentos para o sul tiveram forte impacto nos *habitus* ao verem a fazenda, a moradia, o mundo do trabalho confrontados com outros possíveis: ir morar na periferia das cidades, ter pequeno comércio em feiras, meios de ter acesso à terra, mobilizar organizações e direitos trabalhistas, ter a propriedade da terra cultivada como possessor etc. Para os senhores, a reconversão de atividades econômicas se impôs: mudança para as cidades permitindo a escolaridade dos filhos, fracionamento ou venda das terras, mudança para a condição de produtor-fornecedor de cana, de rapadura, de cachaça, passagem à condição de pecuarista ou usineiro com base em trabalho assalariado. Enfim, mudança da dominação pessoal à dominação racional-legal (GARCIA JR: 1986 e 1989), mas com variações significativas entre vias opostas de pauperização de assalariados e encampesinamento de certas frações de agricultores.

Finalizada a tese, partiu para o pós-doutorado no Centre de Sociologie Européenne (CSE/EHESS/Paris), com Pierre Bourdieu, de 1983 a 1986. Então, iniciou as pesquisas sobre as relações entre a reconversão dos herdeiros dos senhores em declínio – elites agrárias – e a construção do Estado brasileiro após a Revolução de 1930. Certos herdeiros ameaçados de declínio se dotaram de capital escolar e cultural para contribuir com inovações políticas e culturais que restauraram seu capital social. Dessa forma, abandonaram trajetórias ligadas à herança fundiária por novos itinerários no espaço das elites.

Eles não se restringiram aos espaços das elites jurídicas, militares, políticas e culturais. Atuaram na diversificação do campo do poder como parlamentares, ministros, militares, juristas e no mercado cultural com livros, romances e testemunhos reconhecidos na construção e definição do Brasil mais moderno, concebendo a expansão do Estado nacional. Atuaram na constituição de instituições públicas, na formação de mentalidade, nas categorias de percepção e representações sobre a cultura nacional, o nacionalismo, a economia nacional etc. Essas inovações significaram trunfos na dura competição pela hegemonia com as elites de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Enfim, analisou a trajetória de herdeiros do Nordeste, do Sudeste e do Sul: Alberto Torres, Juarez Távora, José Américo de Almeida, Getúlio Vargas, Nelson Werneck Sodré, dentre outros (GARCIA JR: 1993, 1994, 2008).

Em seguida, sensível ao peso do capital intelectual e social internacional no campo do poder nacional, ajustou a pesquisa para a elite acadêmica em suas transformações recentes. Analisou as trajetórias de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso como políticos e intelectuais que contribuíram para repensar o Brasil. Ambos tiveram carreiras de excelência nos debates intelectuais e circulação internacional, e ambos estiveram voltados para a política e o Estado. Herdeiros de juristas, militares e parlamentares do Nordeste, do Centro-Oeste e do

Sudeste, foram criadores de inovações intelectuais e políticas através de conhecimento aprofundado de diferenças regionais, nacionais e internacionais relativas à industrialização, ao desenvolvimento econômico, à repartição da renda nacional, às hierarquias sociais etc.

O uso das ferramentas da sociologia de Pierre Bourdieu foi constante. Buscou estender os domínios de sua aplicação ao Brasil – por exemplo, Garcia (1986) na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Orquestrado com os colegas do Museu Nacional, as importou para estudar o campo da economia e dos modos de dominação. E, graças a seu pós-doutorado no CSE, estabeleceu relações fortes com os sociólogos de sua geração: M. Saint-Martin, L. Pinto, V. Karady, A. Sayad, M. Pollak, J. P. Faguer, J. C. Combessie, F. M. Dreyfus, M. Pialoux, entre outros. Assim, em grupo, teceu uma densa rede de circulação e colaboração em pesquisas (GHEORGHIU, 2018).

Finalmente, a sua inserção no espaço acadêmico francês. Com a eleição para Maître de Conférences na EHESS em 1995 – marca de reconhecimento da sua atuação no espaço intelectual – passou a diretor do Centre de Recherches Sur le Brésil Contemporain (CRBC), criado por Ignacy Sachs, de 1996 a 2009. Pôde atuar na cooperação internacional com novo elenco de pesquisa – ex. com L. Canedo, R. Grün, A. M. Almeida e outros (GARCIA JR. & MUNOZ, 2009) –, publicação, conferência e com novas possibilidades de conectar pesquisadores brasileiros com os homólogos na França e na Europa. Um desdobramento intencional e importante desses vínculos internacionais foi a irradiação de circuitos e possibilidades para o espaço dos pesquisadores brasileiros, reforçando e abrindo novos horizontes para nosso internacionalismo científico.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

GARCIA JR, A. R. 1986. *Libres et assujettis*. **ARSS**, v. 65, pp. 14-40.

GARCIA JR, A. R. 1989. **Libres et assujettis**: marché du travail et modes de domination au Nordeste. Paris: Editions de la MSH.

GARCIA JR, A. R. 1993. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. **ARSS**, v. 98, pp. 20-33.

GARCIA JR, A. R. 1994. Reconversions des élites agraires. Du pouvoir local au pouvoir national. **Etudes Rurales**, v. 131, n. 132, pp. 89-105.

GARCIA JR, A. R. 1998. La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. **ARSS**, v. 121-122, pp. 52-61.

GARCIA JR, A. R. 2004. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Tempo social**, v. 6, n. 1. pp. 285-300.

GARCIA JR, A. R. 2008. Os vice-reis do norte: reconversão de elites agrárias e a revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, pp. 73-87.

GARCIA JR, A. R. & MUNOZ, M. C. (orgs.) 2009. Mobilité universitaire et circulation internationale des idées. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs (CRES)**, hors-série n. 2.

GHEORGHIU, M. D. 2018. Entretien avec Afrânio Raul Garcia Jr. "Les frontières internationales des sciences sociales. Itinéraires d'un intellectuel collectif". **Psihologia Socială**, n. 42 (II).



Foto: IFCH Unicamp.
Disponível em: https://twitter.com/ifch_unicamp/status/1208002118382243843

ALBA MARIA ZALUAR

Por **Leonardo Fontes**
(IPP-Cebrap)

Alba Maria Zaluar nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, em 2 de junho de 1942. Concluiu sua graduação em Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1965. Com o golpe militar de 1964, Alba viu-se obrigada a deixar o país após a instauração de um Inquérito Policial Militar envolvendo seu nome por conta da militância política naquele período.

Entre 1966 a 1971, viveu em Manchester, na Inglaterra, onde frequentou cursos de pós-graduação em Sociologia e Antropologia Social, quando teve contato com importantes autores do campo como Max Gluckman, Clyde Mitchell e Peter Worley. De lá, além das discussões teóricas envolvendo o estudo das redes sociais e associações vicinais, Alba trouxe consigo a forte preocupação com a pesquisa empírica.

Ao retornar ao Brasil, cursou o mestrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ) e defendeu uma dissertação sobre religião popular, sob orientação de Roberto Da Matta, em 1974. Em 1979, ingressou no doutorado do Programa de Antropologia Social da USP,



sob a orientação de Eunice Durhan. Nesse período, além do aprofundamento da formação antropológica – a partir do convívio com importantes antropólogos brasileiros como a própria Eunice Durhan, Ruth Cardoso, José Guilherme Magnani e Teresa Caldeira –, Alba aprimorou seus conhecimentos em torno de conceitos da Ciência Política, que lhe permitiram articular teoricamente as relações entre os processos sociais e culturais com a discussão sobre o futuro do Brasil e a redemocratização.

Sua tese de doutorado, defendida em 1984, e transformada em livro no mesmo ano, segue viva como referência fundamental para os estudos sobre pobreza e violência urbana. A escolha de Cidade de Deus como local para a realização de sua etnografia se deu pelo interesse midiático que havia sido

despertado em decorrência dos primeiros conflitos armados envolvendo traficantes de drogas dos quais se tinha notícia na cidade do Rio de Janeiro e, especialmente, pelas organizações vicinais que surgiam naquele momento nos conjuntos habitacionais criados na região.

Como boa etnógrafa, Alba foi levada pelos acontecimentos que observou durante a pesquisa de campo a se debruçar sobre temas que transitavam da violência urbana ao relacionamento dos moradores com os políticos em período eleitoral, passando pelo tráfico de drogas, pela formação de associações de moradores e de blocos de carnaval.

Seus estudos assinalaram também a concepção negativa do trabalho entre as classes populares – cristalizada na ideia de “ética do provedor” que se contrapunha à “ética do trabalho”. Alba apostava ainda no potencial de associações vicinais – a exemplo de Escolas de Samba – como importantes agências de socialização secundária a partir dos quais seria possível construir uma sociabilidade pacífica e democrática.

Além do pioneirismo no apontamento da oposição moral entre “trabalhadores” e “bandidos”, seus estudos ofereceram importantes contribuições em torno da questão da masculinidade nas classes populares – que antecipa debates importantes sobre gênero –, trazendo à tona temas como a honra, o revanchismo, a disposição para matar e a estrutura de governança das associações criminosas para o entendimento da lógica da violência nas cidades brasileiras.

Em meados da década de 1970, Alba passou a lecionar no Departamento de Antropologia da Unicamp, onde defendeu, em 1991, a Livre Docência com a tese, publicada em livro em



1994, *Cidadãos não vão ao Paraíso*. Em seguida, ela se aposentou da Unicamp e ingressou como docente de Antropologia no Instituto de Medicina Social da UERJ, tendo se tornado Professora Titular, em 1995, pelo Departamento de Ciências Sociais do então Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), hoje Instituto de Ciências Sociais (ICS).

Alba sempre adotou uma postura de intelectual pública e não se furtou a se posicionar sempre que considerava necessário. A partir da década de 1990, a relação entre segurança pública e democracia no Brasil – que ela mesma denominava de “paradoxo da democracia brasileira” – levou-a a conduzir diversas pesquisas quantitativas e qualitativas sobre políticas públicas que visavam combater a violência urbana e minimizar os efeitos da criminalidade.

Alba seguiu ativa academicamente até o fim de sua vida, em dezembro de 2019, orientando e lecionando nos cursos de pós-graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e escrevendo artigos e livros. Ao longo de sua vida, ela orientou mais de 40 trabalhos de pós-graduação, entre mestrados e doutorados, e publicou sozinha ou em coautoria mais de 70 artigos acadêmicos, mais de uma dezena de livros, cerca de 50 capítulos de livros e mais uma centena de artigos e entrevistas em jornais e revistas de circulação nacional.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ZALUAR, A. M. (2002) **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

ZALUAR, A. M. (1994) **Cidadãos não vão ao Paraíso**. Campinas: Editora da UNICAMP e Editora Escuta.

ZALUAR, A.; FREITAS, L. A. P. (2017) **Cidade de Deus**: a história de Ailton Batata, o sobrevivente. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora.

ZALUAR, A. M. (2004). **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

ZALUAR, A. M.; ALVITO, M. (Org.). (2003). **Um Século de Favela** 2a. edição. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.



ANA MARIA FERNANDES

Por **Fernanda A. da F. Sobral**
(UnB)

Ana Maria Fernandes nasceu em Dolores de Indaiá, cidade de Minas Gerais, em 18 de julho de 1948 e faleceu no dia 1 de maio de 2018, em Brasília DF, ou seja, nas vésperas de seus 70 anos. Dedicou sua vida acadêmica à construção institucional da Sociologia e da ciência não só no DF, mas também no Brasil, como também à construção da UnB, onde cursou sua graduação entre 1969-1972, seu mestrado entre 1973-1977 e atuou como docente por mais de 40 anos. A sua dissertação de mestrado, intitulada Organização Departamental e Produção Científica na Universidade de Brasília foi orientada pelos professores Helcio Ulhoa Saraiva e Glaucio Ary Dillon Soares.

Começou suas atividades docentes no antigo Departamento de Ciências Sociais em 1974, ainda cursando o mestrado, como auxiliar de ensino, e se tornou professora titular já no atual Departamento de Sociologia onde orientou inúmeras dissertações e teses.

Seu doutorado foi realizado na Universidade de Oxford entre 1982 e 1987. Sua tese, sob a orientação do



professor Hermínio Martins, abordou a comunidade científica, a SBPC e o Estado brasileiro e foi agraciada em 1988 com o Prêmio de Melhor Tese de Doutorado da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). A tese se tornou livro, intitulado “A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC” e publicado pela editora UnB em 1990, com relançamento em 2009. Na sinopse da obra, o cientista e divulgador científico José Reis descreve que o trabalho de Fernandes “constitui preciosa contribuição à compreensão da ciência no Brasil e ao papel que a SBPC tem desempenhado”.

Mas a SBPC não foi apenas seu objeto de estudo. Também participou ativamente da história desta entidade. Foi secretária regional da SBPC no Distrito Federal, no período de estruturação de criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do DF. Entre 2001 e 2003 foi vice-presidente da SBPC, durante a

gestão da presidente Glaci Zancan, e, de 2003 a 2005, foi secretária, na gestão do presidente Ennio Candotti. Nos últimos meses de vida, foi membro da Comissão dos 70 anos da SBPC, pois ambas poderiam ter comemorado juntas essa data, caso estivesse viva na ocasião.

Ana foi uma construtora de instituições, seja no Departamento de Sociologia e no seu programa de pós-graduação, seja no Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, quando foi decana de 1997 a 2002 tendo em 2001 atuado também como reitora em exercício na gestão do reitor Lauro Morhy, seja como diretora do ex- CEPPAC (Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe). A Diretoria da Editora da UNB foi a sua última missão, tão bem realizada, no período de 2015-2017, na gestão do reitor Ivan Camargo. Em seus últimos anos, atuava como pesquisadora associada sênior sobre temas como educação, desenvolvimento científico e tecnológico, pesquisa, tecnologia e inovação.

Na SBS, foi sua vice-presidente nas duas gestões de Tom Dwyer entre 2006 e 2009 e participou também da diretoria da ANPOCS, dando a sua grande contribuição à institucionalização das Ciências Sociais brasileiras. As instituições precisam de lideranças para se consolidarem e Ana Maria Fernandes foi uma delas.

Por sua inestimável contribuição, recebeu em 2002 o título de Comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico, e tornou-se membro da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico em 2007.





SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FERNANDES, A. M.; SOBRAL, F. A. DA F. (Org.). **Colapso da Ciência e Tecnologia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. v. 1.000. 152p.

FERNANDES, A. M. **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. 2. ed. Brasília: EDUNB, ANPOCS e CNPq, 2000. v. 1000. 292p



SOBRE A AUTORA

RIBEIRO, G. L. (Org.); FERNANDES, A. M. (Org.); Martins, C.B. (Org.); TRAJANO FILHO, W. (Org.). **AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO – REVISÕES E PROSPECÇÕES**. 1. ed. Brasília: Letras Livres/Editora Universidade de Brasília, 2011. v. 1. 308p

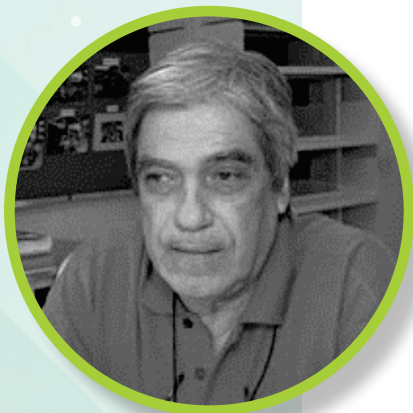


Foto: Boletim UFMG.
Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1635/3.shtml>

ANTÔNIO AUGUSTO PRATES

Por **Leonardo Augusto Lopes Rodrigues**
(LAPES/PPGSA/UFRJ)

Antônio Augusto Pereira Prates nasceu em 1945 em Teófilo Ottoni (MG). Graduiu-se em Ciências Sociais pela Universidade de Minas Gerais (UFMG), em 1969. Dois anos depois, iniciou sua carreira como professor e pesquisador na mesma Universidade, onde permaneceu até se aposentar, em 2015. Sua formação inclui, também, o mestrado em sociologia obtido em 1976, pela State University of New York em Stony Brook, e o doutorado em Sociologia e Política, obtido em 2005 pela UFMG.

Ao longo desses anos, Prates participou ativamente nas discussões da sociologia brasileira. Sua produtividade pode ser notada na frequência de seus trabalhos nos principais periódicos e eventos da área. Entre seus primeiros temas de interesse, inclui-se a Sociologia das Organizações e a burocracia. A partir dessas temáticas, Prates produziu trabalhos sobre teoria sociológica e suas aplicações para as instituições brasileiras. Suas produções cobriram objetos de estudos variados, como a administração pública, as instituições privadas e movimentos sociais, por exemplo.



Como professor foi peça importante na formação de várias gerações de pesquisadores e novos professores em diversas instituições. Na atividade de ensino, Prates combina a análise teoricamente refinada com uma permanente inserção empírica, qualidades de uma sociologia robusta e frutífera, como mostram seus estudos e aqueles de seus alunos. Como eles saberão reconhecer, uma sociologia “da melhor qualidade”!

O resultado desses trabalhos indica uma característica da prática profissional de Prates que é a articulação entre as dimensões acadêmicas e o debate público de forma mais ampla. Sua passagem pela Fundação João Pinheiro, como pesquisador e diretor, nas décadas de 1980 e 1990 expressa a inserção de seu trabalho de pesquisa na produção e avaliação de políticas públicas. Sua participação, junto a um grupo de pesquisadores, na criação e

no estabelecimento do Programa de Treinamento Intensivo em Metodologia Quantitativa da UFMG (MQ) é um exemplo dessa característica. O programa contribuiu para a formação de pesquisadores e na oferta de ferramentas que possibilitassem o melhor aproveitamento de dados disponíveis no Brasil. Sua atuação, nessa área, contribuiu não só para o aprimoramento metodológico das Ciências Sociais no Brasil, como também para a internacionalização dos centros de pesquisa. Entre os ganhos sociais mais evidentes, destaca-se a produção e análise de dados sobre a região metropolitana de Belo Horizonte, através do BHSurvey. Em seu currículo, é comum encontrar a produção de resultados e diagnósticos que poderiam ter consequências efetivas sobre a formulação de políticas públicas ou organizações específicas.

O interesse nas organizações foi direcionado, nos últimos anos, para a análise do ensino superior brasileiro. Prates tem uma rica produção nessa área, especialmente para aqueles que buscam entender as diferenciações internas desse setor de ensino, os tipos institucionais e as formas de gestão. Seus trabalhos oferecem alternativas metodológicas, como a identificação e categorização de modelos institucionais, importantes para o entendimento dos efeitos da expansão do ensino superior sobre os perfis sociais dos estudantes e sobre a inserção deles no mercado de trabalho. Tema que é relevante, entre outras coisas, para entender a relação entre desigualdade e as importantes transformações no ensino superior brasileiro nas últimas décadas.





SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PRATES, A. A. P.; BARBOSA, M. L. O. . A Expansão e as Possibilidade de Democratização do Ensino Superior no brasil. Caderno CRH, v. 28, p. 327-340, 2015.

PRATES, A. A. P.; COLLARES, A. C. . **Desigualdade e expansão do Ensino Superior na Sociedade Contemporânea**:o caso brasileiro no final do Sec. XX e princípios do Sec. XXI. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. v. 01. 184p .

PRATES, A. A. P.; FREITAS, Renan Springer de ; PAIXÃO, A. L. . **Temas Contemporâneos de Sociologia Clássica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992. v. I.

PRATES, A. A. P.; Faleirro, M. ; PAULA, T. S. . Natureza Administrativa das Instituições de Ensino Superior, gestão organizacional e o acesso aos postos de trabalho de maior prestígio no mercado de trabalho. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 27, p. 25-44, 2012.

PRATES, A. A. P.. Ampliação do Sistema de Ensino Superior nas Sociedades Contemporâneas no Final do sec. XX: os modelos de mercantilização e diferenciação institucional – o caso brasileiro. **Estudos de Sociologia** (São Paulo), v. 15, p. 125-146, 2010.

PRATES, A. A. P.. Universidades VS Terciarização do Ensino Superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade – o caso brasileiro. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 17, p. 102-123, 2007.

PRATES, A. A. P.. Organização e Gestão das Instituições Universitárias no Brasil: o caso das IFES. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 04, p. 9-20, 2003.

PRATES, A. A. P.. Sindicato: Organização e Interesses no Contexto da Sociedade Capitalista Avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), São Paulo, v. 1, p. 28-40, 1986.

PRATES, A. A. P.; PAIXAO, A. L. ; ANDRADE, L. A. G. . Ciclo Básico: Um Estudo de Implementação de Políticas Públicas. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 67, 1986.

PRATES, A. A. P.. Dilema Institucional dos Institutos de Pesquisa no País. **Análise & Conjuntura** (Belo Horizonte) (Cessou em 1993. Cont. 0101-5826 Fundação JP), v. 1, p. 73-87, 1986.

PRATES, A. A. P.; PAIXAO, A. L. ; ANDRADE, L. A. G. ; Gardenal, L. Análise da Implementação do Ciclo Básico na Universidade brasileira. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de janeiro, v. 20, p. 41-60, 1985.

PRATES, A. A. P.. Burocratização e Controle Organizacional: O Contexto da grande Empresa Industrial. **Revista de Administração Pública**, Rio de janeiro, v. 15, p. 112-128, 1980.



Foto: Fundação João Pinheiro.
Disponível em: <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/1056>

ANTÔNIO LUIZ PAIXÃO

Por **Luciana Teixeira de Andrade**
(PUC Minas)

Antônio Luiz Paixão foi um sociólogo mineiro nascido no ano de 1947 em Contagem, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e falecido em 1996 aos 49 anos. Como muitos sociólogos esteve envolvido com a política de esquerda na juventude. Primeiro, uma breve passagem pelo Partido Comunista e depois pela Ação Popular (AP). Fez sua graduação em Ciências Sociais na UFMG, mestrado (1975) e doutorado na Universidade de Stony Brook em Nova Iorque. Apesar de grande pesquisador, a conclusão da sua tese de doutorado não lhe parecia à época, uma prioridade. No IUPERJ, fez novamente os créditos e escreveu a maioria dos capítulos. Mas, para essa conclusão, faltou-lhe tempo.

Sua carreira dividiu-se, durante os primeiros anos, entre a FAFICH – UFMG e a Fundação João Pinheiro, importante centro de pesquisa onde teve início as suas pesquisas sobre criminalidade. Na FAFICH ensinava principalmente teoria sociológica clássica e contemporânea, mas também deu cursos de pós-graduação sobre as questões da ordem e da criminalidade, transitando pelos autores da sociologia e da ciência política.

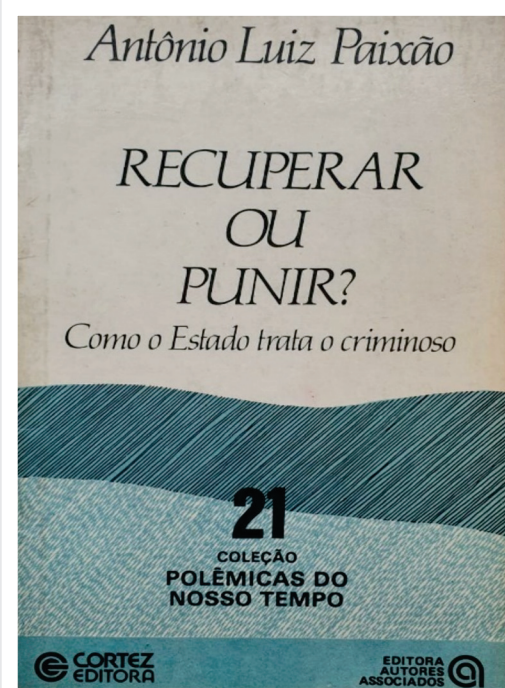


Com sólida formação americana, seu conhecimento sociológico ia dos pioneiros da Escola de Chicago aos mais contemporâneos do interacionismo simbólico e da etnometodologia. Já a partir da década de 1970, formou muitos sociólogos nessas novas correntes. À formação de pesquisadores veio se somar o que o faria uma referência nacional: os estudos pioneiros sobre o crime no Brasil. Inicialmente em uma pesquisa compartilhada com Edmundo Campos Coelho sobre os sistemas penitenciários de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (1984), e depois sobre organização policial e crimes em Belo Horizonte e Minas Gerais.

Foi na Fundação João Pinheiro que Paixão começou os estudos sobre criminalidade, assim como a sua participação nos cursos de formação de policiais, outra ação pioneira. Nessa época temas como o crime não eram bem vistos por uma parte da comunidade universitária, muito menos colaborações com a polícia. As críticas iam da acusação de ser de direita à irrelevância do tema. Bom lembrar que se trata de um período em que a influência marxista era muito forte nas ciências sociais, a criminalidade ainda começava a crescer e a polícia em geral era associada à ditadura militar.

Parte de sua produção não chegou a ser publicada, como os capítulos da tese de doutorado (lidos em cópias xerox por muitos estudiosos do crime), outra parte foi publicada em revistas que não estão facilmente disponíveis hoje. Há textos breves, mas muitos interessantes, como os que ele escrevia como esquemas de aula. As aventuras do conhecimento: Notas sobre o desencantamento do mundo nas ciências sociais (Revista Brasileira de Sociologia, vol 8, número 19, 2020) e A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares (1986) são dois exemplos. Sua maior produção foi sobre crimes, mas dois textos sobre teoria merecem ser lembrados: o artigo A teoria geral da ação e a arte da controvérsia (1989) sobre Parsons e Temas contemporâneos de sociologia clássica (1991), escrito com Antônio Augusto Prates e Renan Springer Freitas, publicado pela editora da FAFICH. Entre os estudos do crime dois se destacam, A organização policial numa área metropolitana (1982) que inaugura no Brasil os estudos sociológicos sobre a polícia, numa perspectiva etnometodológica, e um pequeno livro, Recuperar ou punir? Como o estado trata o criminoso (1987), cuja origem foi a pesquisa realizada nos presídios mineiros.

Uma minibiografia do Paixão não poderia deixar de falar da sua personalidade. Na universidade e na Fundação João Pinheiro cultivou grandes amigos e admiradores de diferentes áreas e tipos, até porque suas amizades, assim como as escolhas teóricas, tinham pouco



viés ideológico. Há, no entanto, uma parte importante da sua vida e da sua sociabilidade que acontecia nos bares com uma multiplicidade de amigos, grande parte composta por estudantes de ciências sociais, mas outra por pessoas das artes, da política e da boemia. Com todos tinha algo para conversar, em geral coisas divertidas, pois adorava uma gargalhada e boas piadas. Sempre muito antenado com o que acontecia no mundo, não lhe faltavam assuntos interessantes. Assim como na sala de aula falava de coisas inusitadas ao pensamento mais convencional, nas conversas de bares as situações mais cotidianas e banais eram interpretadas sociologicamente. Era sociólogo independente do ambiente, mas sempre sem perder o tom. Essa personalidade meio underground e com um afinado senso crítico, tinha também seus desafetos, para os quais atribuía apelidos muito divertidos. Era querido, mas não era uma unanimidade e nunca quis ser.

As marcas de sua trajetória intelectual são facilmente identificáveis nos seus orientandos, hoje profissionais, em parte pelo que foi dito e em outra porque foi um orientador de outros tempos, em que a formação demandava tempo. Sua morte foi profundamente sentida pela falta que fez e ainda faz. Alba Zaluar e Edmundo Campos dedicaram-lhe belas e afetivas homenagens. O livro *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil* (2011), publicado depois da sua morte, dá a exata dimensão da sua importância pela fala dos pesquisadores ali reunidos.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 63-85, 1982.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Caracterização da população prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. 1984. 560 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=47950&codUsuario=0>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares. **Análise. & Conjuntura**, v. 1, n. 2, p. 93-110, 1986.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A teoria geral da ação e a arte da controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 34-56, 1989/10. 1989.

PRATES, Antônio Augusto P; PAIXÃO, Antônio Luiz e FREITAS, Renan Springer. **Temas contemporâneos de sociologia clássica**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1991.



Foto: Scielo.
Disponível em:
[https://www.scielo.br/j/ea/a/
Lr4dxv5MzqbHc78Fm833Sck/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/ea/a/Lr4dxv5MzqbHc78Fm833Sck/?lang=pt)

DUGLAS TEIXEIRA MONTEIRO

Por **Péricles Andrade**
(UFS)

(Rio Claro-SP, 22 de agosto de 1926-Recife-PE, 25 de setembro de 1978).

Foi um dos mais importantes sociólogos da religião do Brasil, na década de 1970, destacando-se como professor de cursos na USP, pesquisador, conferencista e participante em encontros, simpósios e seminários, colaborando de forma significativa na criação de centros de estudo e de uma revista especializada: *Religião e Sociedade*. Participou ativamente das atividades e dos principais momentos de decisão do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER).

Douglas Teixeira Monteiro realizou pesquisas a partir do método compreensivo de Max Weber (1864-1920) sobre os messianismos brasileiros, estabelecendo quadro comparativo e interpretativo entre Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916) e Juazeiro (1889), com destaque para sua tese de doutorado que se tornou um dos clássicos da sociologia da religião, embora também se constitua em uma sociologia do meio rústico, intitulada *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*, defendida em 1973 como tese de doutorado em Sociologia na USP.



e publicada como livro em 1974, que lhe valeu, no ano seguinte, o prêmio “Governo do Estado de São Paulo”. Nessa pesquisa, buscou compreender o comportamento social daquela comunidade no enfrentamento de uma crise global, o que implicou na criação de um universo místico. A abordagem de Duglas Teixeira Monteiro caracteriza o Contestado a partir de três momentos: pretérito, período de relativo equilíbrio, com relações fundamentadas em relações de dominação asseguradas por instituições religiosas e para-religiosas, que garantem a reprodução da ordem; desencantamento, marcada pela crise do mandonismo local, o que implicou no processo de rupturas e seus efeitos; reencantamento, com a resposta a essa crise a partir da constituição da Irmandade do Contestado, comunidade baseada em um universo místico. O autor analisa os elementos ideológicos e os significados dentro deste novo contexto do sagrado. Ainda sobre a temática dos movimentos messiânicos destaca-se o capítulo “Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado” (1977). A análise conjunta desses movimentos adota uma descrição particularizada de cada episódio, destacando elementos históricos e analíticos gerais. Porém, adota o Contestado como exemplo para análise dos outros dois.



Vale ressaltar que Duglas Teixeira Monteiro, durante sua trajetória acadêmica, partiu inicialmente do mundo agrário na história brasileira para o estudo de ‘surto’ religiosos atuais de clientela ou de sectarização das grandes cidades: as agências de cura divina, os santuários metropolitanos de devoção de massa e todas as outras experiências sociais de sacralização das relações e dos símbolos das trocas humanas. Deixou reflexões sobre a religiosidade popular brasileira, apontando, entre outros aspectos, a emergência de um ecumenismo religioso de caráter espontâneo. Também desenvolveu reflexões teóricas e metodológicas sobre a religião ao retomar os estudos afro-brasileiros da obra de Roger Bastide.

A atuação profissional de Duglas Teixeira Monteiro está ligada à USP, onde se formou em ciências sociais, fez mestrado (apresentando uma dissertação sobre as condições de desenvolvimento das zonas pioneiras no Norte do Paraná) e doutorado. Porém, seu ingresso na docência ocorreu em 1952 no ensino público paulista, lecionando primeiro na Escola Caetano de Campos e, depois, em sucessivos colégios do interior de São Paulo, em: Lins, Itapeva, São Caetano do Sul e Piracicaba. Sua carreira universitária teve início em 1953, lecionando

a cadeira de Antropologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Antes de ingressar na USP, lecionou também em Sorocaba. Em 1959, foi chamado por Fernando de Azevedo para a USP como auxiliar de ensino e, depois, como assistente da cadeira de Sociologia da Educação. Entre 1962 e 1967, foi o professor responsável por esta cadeira na então “seção de educação” da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, além de auxiliar de ensino entre 1959 e 1972 e assistente-doutor entre 1973 e 1978.

Na condição de sociólogo, atuou na “organização da classe”. Entre 1968-1975, exerceu a presidência em importantes entidades representativas no âmbito das ciências sociais no Brasil, tais como da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1973-1975), da Associação Nacional dos Cientistas Sociais (1975). Durante vários anos, foi um dos mais ativos participantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em nome de quem organizou reuniões e, dentro delas, dirigiu mesas e simpósios. Exerceu também a presidência do Centro de Estudos da Religião (1973/1975) e dos inúmeros grupos de trabalho, comissões e órgãos colegiados internos e externos à USP, de que participou desde 1953. Exerceu a Coordenação da Comissão Partidária da Congregação da antiga FFCL da USP (1968) e a Representação de suas categorias docentes junto aos órgãos colegiados da FFLCH.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Água da Memória**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Letras e Artes, 1965.

MONTERO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Sobre os dois caminhos. **Cadernos do ISER**, n. 5, novembro de 1976.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. “Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, O Brasil Republicano, 2.o 1vol., Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **A cura por correspondência**. Religião e Sociedade, n. 1, São Paulo, Hucitec, maio de 1977.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. “Églises Sectes et Agences: aspect D’Un Ecumenisme Populaire”. **Diogene**, n. 100, Paris, Octobre-Décembre 1977.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Prefácio de **The African Religions of Brasil**, de Roger Bastide. Johns Hopkins University, 1978.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Roger Bastide: Religião e Ideologia'. **Religião e Sociedade**, n.3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, outubro de 1978.



SOBRE O AUTOR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RICARDO, Carlos Alberto. Duglas Teixeira Monteiro. 1978. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1978/anuario78_duglasmonteiroinmemoriam.pdf . Acesso em 26 de fev. 2021. 15:00.

GIUMBELLI, Emerson. Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200004. Acesso em 27 fev. 2021. 16:40.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O Centenário do movimento do Contestado – 1912/2012 – **História, Memória e Historiografia**. S/d. Disponível em: https://www.historia.uff.br/nra/textos/PAULO_PINHEIRO_MACHADO.pdf. Acesso em 10 fev. 2021. 09:00.

NEGRÃO, L. N. Duglas Teixeira Monteiro (1926-1978). **Revista de Antropologia**, 22, 1979, p.179-181. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1979.110824>. Acesso em 20 fev. 2021. 16:00.

PEREIRA, Flávia R. Borges. Os errantes do novo século – um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. **Revista De Antropologia**, n. 23, 1908, p. 191-193. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110880/109268>. Acesso em, 28 fev. 2021. 11:34.

POMPA, Cristina. A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil “rústico”. **Rev. Antropol.**, São Paulo , v. 41, n. 1, p. 177-211, 1998 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011998000100006 . Acesso em 15 fev. 2021. 10:00.



EDMUNDO CAMPOS COELHO

Por **Leonardo Augusto Lopes Rodrigues**
(LAPES/PPGSA/UFRJ)

A SOCIOLOGIA DA BUROCRACIA, DAS PROFISSÕES E DA VIOLÊNCIA

Edmundo Campos Coelho é mineiro, de Governador Valadares, onde nasceu em 1939. Sua trajetória na Sociologia inicia-se ainda no seu estado natal, com a graduação em Sociologia, Política e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (1962). Ele, no entanto, passou a maior parte de sua vida profissional no Rio de Janeiro, como professor e pesquisador no IUPERJ (atual IESP-UERJ). Ingressou em 1969 no Instituto que, posteriormente, ele chamaria de sua “única Casa” (Coelho, 1999, p.5). Sua formação inclui, também, o mestrado em Sociologia pela University of California Los Angeles (UCLA) em 1973. Edmundo Coelho morreu em março de 2001, aos 62 anos.



Foi enorme sua contribuição à Sociologia brasileira, através dos anos dedicados à área. Em mais de três décadas como professor no IUPERJ, foram incontáveis os sociólogos que se formaram através das disciplinas e orientações do professor. Sobre suas pesquisas, o pioneirismo e a originalidade são termos comuns nos textos de quem busca qualificar o seu trabalho (Schwartzman, 2001; Freitas, 2001). Nos anos 1960 e 1970, suas principais produções estiveram ligadas às organizações e à burocracia. O primeiro livro foi uma coletânea de textos de Max Weber sobre a burocracia (*Sociologia da Burocracia* de 1966). Depois, Coelho dedicou-se ao estudo sobre os militares, a partir da abordagem da sociologia das organizações (*Em busca de identidade o Exército e a política na sociedade brasileira* de 1976). Entre as contribuições dessas obras, destaca-se a introdução, no Brasil, da abordagem weberiana e das teorias organizacionais (Schwartzman, 2001).



Nos anos 1980, a criminalidade passou a ser um tema central para Coelho e culmina no livro *A Oficina do Diabo* (1987). Seus estudos tornaram-se referências para as análises sobre violência e repressão no Brasil. A construção de seu objeto de pesquisa – a organização carcerária – bem como a mobilização teórica na análise, fez com que, mais uma vez, o pioneirismo surgisse como um adjetivo de sua obra (Lima, Ratton, 2011). Nessa mesma época, ele incorpora a universidade e o trabalho acadêmico em seu repertório de análise. O resultado desse trabalho é o livro “*A Sinecura acadêmica*” (1988). É interessante notar que, nas análises dessa obra, são frequentes as menções às controvérsias que a análise gerou entre seus colegas acadêmicos (Schwartzman, 2001 e Freitas, 2001).

Por fim, o tema das profissões, já presente em suas análises, aparece com maior predominância na parte final de sua vida. Em *As Profissões Imperiais* percebe-se a culminação das principais características do pesquisador em uma só obra, nas palavras de Simon Schwartzman (2001): “o texto bem escrito, a cultura literária, a amplitude da formação sociológica, a intimidade com a história, a ironia e o sarcasmo com que trata seus personagens e interlocutores.” É unanimidade nas resenhas e análises que o livro se tornou um clássico quase incontornável da sociologia das profissões no Brasil, não só por qualidade na discussão teórica

e da pesquisa documental, mas também, pelo cuidado na escrita que contribui para a leitura estimulante (Barbosa, 2000; Schwartzman, 2001).

Sobre a abordagem teórica, destaca-se, por exemplo, a alternativa proposta pelo autor às investigações que relacionavam a autonomia profissional com o grau de interferência do Estado. O resultado é uma análise que dá conta das principais questões teóricas da sociologia das profissões, porém específica para o caso brasileiro. Essa característica é cristalizada na expressão “profissões imperiais”, amplamente utilizada nos estudos sobre as profissões e sobre o ensino superior no Brasil, que indica não só as especificidades da formação dessas profissões no país, como também as particularidades do próprio Estado brasileiro. A saída proposta por Coelho evidencia sua resistência em adotar pressuposições teóricas tidas como cânones e a sua originalidade, notadas por diferentes leitores ao longo de sua trajetória.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

Coelho, Edmundo Campos e Max Weber. *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

Coelho, Edmundo Campos. **Em busca de identidade o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

Coelho, Edmundo Campos. **A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj, 1987.

Coelho, Edmundo Campos. **A Sinecura academica** – a ética universitária em questão. São Paulo: Vértice/Iuperj, 1988.

Coelho, Edmundo Campos. **As Profissões Imperiais: Advocacia, Medicina e Engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.



SOBRE O AUTOR

Barbosa, Maria Ligia. **Jobim e Quincas chez madame Labat: o imperador e suas profissões**, 2000.

Freitas, Renan Springer de. “Edmundo Campos Coelho (1939-2001)”. **Dados** v.44, n.1 Rio de Janeiro, 2001.

Lima, Renato Sérgio de; Ratton, José Luiz (Organização). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011. 304 p.

Schwartzman, Simon. “Edmundo Campos Coelho, Sociólogo Radical”. Depoimento na homenagem a Edmundo Campos Coelho, Rio de Janeiro, IUPERJ, 5 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/edmundo.htm#_ftn1



Foto: CPDOC-FGV

EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO

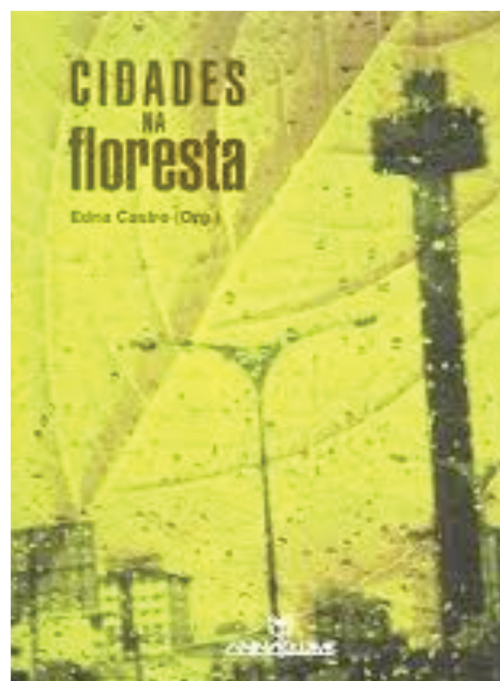
Por **Maria Luzia Miranda Álvares**
(UFPA)

Edna Maria Ramos de Castro é paraense nascida na cidade de Belém. Sua mãe, Esmeralda Cabral Ramos, era formada em Odontologia e seu pai, Luís Gonçalves Ramos, de ascendência portuguesa e com estudos em Lisboa, era comerciante, trazendo ao cotidiano familiar os cânticos, os sabores e as festas portuguesas. A vivência urbana em bairros centrais da cidade, Batista Campos e Nazaré, mescla-se a suas viagens para a zona rural do rio Acará, distante 66 kl de Belém, moradia de seus avós maternos onde experimentou as travessias pelos cursos d' água desde sua infância.

Seu percurso escolar, no Grupo Escolar Floriano Peixoto, localizado na Praça da República, fugiu à tradição dos alunos daquela época pois pode circular em outros bairros mais afastados “que conformavam um círculo do povoamento de Belém, e que se tornaria, ao longo dos anos, o lugar de onde buscava ver a cidade como espaço de diversidade social e étnica”. Esse contexto cultural provavelmente contribui para firmar o seu olhar singular de intelectual crítico no rol de profissionais da sociologia brasileira.



Do ensino primário público, ela ingressa no Curso Ginásial no Colégio Santo Antônio, escola católica para meninas, predominante no ensino em Belém, com os colégios de pais para meninos. Nesse ambiente se interessa pela política, sendo eleita a presidente da agremiação estudantil, editando, com outras colegas, um jornal chamado Clareira. Sua participação em Congressos da União dos Estudantes Secundaristas do Estado do Pará (UESP), e o convívio com colegas de escolas laicas, abrem novas ideias e consegue a transferência para o Colégio Estadual Paes de Carvalho (CEPC), público, misto e laico, que naquela época era palco principal das lutas estudantis pela democratização do ensino, e pelo ensino público. Participação que deve ter influenciado o interesse pela dimensão política da vida social, ingressando no curso de Ciências Sociais, em 1964. O rompimento da Igreja durante a ditadura com a juventude politizada que ela mesma formara na linha da teologia da libertação, e da qual Edna fazia parte, e a emergência da Ação Popular/AP, lhe permitiram perceber as formas de dominação presentes na formação social dessa região.



Esse período foi importante, com a faculdade transformada em uma frente de resistência, conseguindo algumas vitórias como o impedimento das eleições estudantis para agremiações pelegas criadas pelos militares, mas, também, articulando uma série de estratégias encamiñadas nacionalmente pelo movimento universitário, até mesmo a ocupação do prédio pelos estudantes e posterior dispersão pelo Exército.

Edna Castro ingressou na UFPA como docente em 1973 para lecionar a cadeira de sociologia no Curso de Ciências Sociais, através de concurso público. Sentia falta de uma formação melhor em sociologia, das discussões sobre a história dos conflitos, dos movimentos sociais, haja vista o bloqueio desses temas pela ditadura militar. Ensinou sociologia na graduação de ciências sociais e na pós-graduação interdisciplinar em desenvolvimento e meio ambiente (NAEA), no Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia (IFCH) e na Université du Québec à Montréal, entre outras, enquanto professora-visitante. Na docência e na orientação de inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado, o debate sobre agentes e agências relacionados à fronteira em movimento na Amazônia e os processos de dominação tiveram e têm ainda espaço relevante no seu pensamento e na sua trajetória acadêmica.

A pesquisa sempre fez parte da prática sociológica de Edna Castro. Durante a sua graduação em Ciências Sociais conseguiu ingressar como estagiária no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), e frequentou por vários anos o seminário semanal coordenado pelo antropólogo Eduardo Galvão que reunia pesquisadores e estagiários para debater textos e experiências de pesquisa sobre diversos temas da Antropologia. Pesquisadora Produtividade e Pesquisa do CNPq, coordenou inúmeros projetos sobre trabalho e relações de trabalho, dinâmicas socioeconômicas e meio ambiente, fronteiras, agentes e ação coletiva compartilhando resultados em redes nacionais e internacionais. Ou seja, ela adentra as estruturas que permitem, por exemplo, problematizar as transformações sociais e até mesmo os processos de estigmatização de grupos e de territórios.

“A experiência acadêmica na França foi única, desestabilizadora, reconstrutivista”, diz a pesquisadora, ao tratar de seu tempo de pós-graduação nesse país onde fez o mestrado e o doutorado em sociologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales/EHESS, concluído em 1983, tendo frequentado os seminários de Pierre Bourdieu, de Alain Touraine e de Manoel Castels, atraída justamente pelas diferenças de abordagens e categorias sobre o agente/ator e a ação coletiva na sociologia.

No pós-doutorado, no Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS, Paris, com bolsa do CNPq, foi recebida no IRESCO por Helena Hirata e Danielle Kergoat, com estudos sobre trabalho e gênero, e no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/CRBC/IHES, por Ignácio Sachas, dedicando-se a pensar a possibilidade de uma sociologia ambiental menos disciplinar, aberta à compreensão de um mundo social complexo e diverso. Pôde conhecer as bandeiras do movimento ecológico nas lutas do Larzac, contra os planos de instalação de centrais nucleares na França. Edna Castro encontra ainda o movimento feminista engajando-se no grupo de Mulheres Latino-Americanas. As discussões sobre a democracia e a nova ordem mundial, o debate sobre a relação fordismo x modelo flexível, as lutas de descolonização em vários países da África e o avanço da fronteira do capital na Amazônia, foram acontecimentos importantes para suas pesquisas e publicações.

A produção de filmes documentais decorrentes de pesquisas como *Fronteira Carajás*, 1992, que mostra os impactos sociais e ambientais provocados pelo Programa Grande Carajás, na mina de ferro, na ferrovia, nas carvoarias e nas usinas de ferro-gusa nas cidades de Marabá e Parauapebas (Pará) e em Açailândia (Maranhão). Na mesma direção o filme *Marias da Castanha*, 1987, documenta o trabalho das operárias nas fábricas de castanha-do-pará e as lutas que travam nos bairros onde moram pela ocupação de terreno urbano e o direito à cidade, atravessando as dimensões do tempo e do espaço do trabalho feminino, e da dupla jornada de trabalho.

Além da produção de artigos, livros e outras publicações nas linhas temáticas abraçadas, a gestão universitária na UFPA teve em Edna Castro uma eficiente colaboradora. Foi Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais/IFCH, Diretora Geral do Núcleo de Altos Estu-

dos Amazônicos/NAEA, instalou e coordenou o doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido/NAEA, e editora da revista Novos Cadernos NAEA, como também representação em cargos de direção em associações científicas como SBPC, ANPUR, SBS e ANPOCS.

No filme “Cidadão Kane” (1941), de Orson Welles, o personagem milionário Charles Foster Kane, ao morrer, pronuncia com dificuldade, uma palavra enigmática: Rosebud. A partir dela será desencadeada toda uma revisão da vida do magnata para identificar o significado daquela palavra que, ao final, se descobre estar escrita num trenó com o qual ele brincava em criança. No fecho desta bionota sobre Edna Castro, faço analogia com o filme ao analisar seu percurso acadêmico que traduz a obra de toda a vida de uma intelectual e pensadora da Amazônia. Para mim, as cláusulas de Rosebud, contidas na palavra enigmática da sequência final do filme, na advertência da câmera ao “no trespassing” do Castelo de Xanadu, cravaram-se ao que eu ainda não sei dela, apesar de conhecê-la e com ela conviver por quase quatro décadas. Quem é Edna Maria Ramos de Castro?



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Transformations sociales et marche du travail dans la Region du Programme Grande Carajas. **Cahiers du Brésil Contemporain/CRBC**, Paris, n. 21, p. 39-62, 1993.

CASTRO, Edna Maria Ramos de.; PINTON, F. (Orgs.) **Faces do Trópico Úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Paris/Belém, CRBC/EHESS/CEJUP, 1997. 395p.

MARIN, R. E.A.; CASTRO, E. M. R. **Negros do Trombetas**: Guardiães de matas e rios (Amazônia). 2. ed. Belém: CEJUP, 1993. 278p.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. Black Peoples of the Trombetas River: Peasantry and Ethnicity in the Amazon. In: Stephen Nugent; Mark Harris. (Org.). **Some Other Amazonians**: Perspectives on Modern Amazonia, London: 2004.

Edna Maria Ramos de. **Escravos e Senhores de Bragança** (Repertório de Documentos Históricos sobre escravidão no Pará). Belém: Editora Universitária, UFPA, 2006.

Edna Maria Ramos de. (Org.) **Cidades na Floresta**, São Paulo, Annablume, 2009.

BOLLE, W.; CASTRO, E. M. R.; VEJMEKKA, M. (Orgs.) **Amazonien** – Weltregion und Welttheater. 1. ed. Berlin, Alemanha: Trafo Wissenschaftsverlag, 2010. v. 1. 317p

Edna Maria Ramos de. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia. Santiago, **Perfiles Económicos** N°5, Julio 2018, pp. 35-76,

CASTRO, Edna Maria Ramos de. & PINTO, E. R. F. (Orgs) **Decolonialidade e Sociologia na América Latina**. Belém, NAEA/UFPa, 2018. 394 p.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. (Org.) **Pensamento crítico latino-americano**. Buenos Aires/São Paulo, CLACSO/Annablume, 2019.



Foto: Site Geledes.
Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tag/eduardo-de-oliveira-e-oliveira/>

EDUARDO DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

Por **Rafael Petry Trapp**
(UNEB)



cientista social negro Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980) foi músico, ativista, professor, mas se destacou sobretudo no campo da Sociologia, a partir do qual problematizou a experiência negra brasileira nos anos 1970. Nascido no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1950 mudou-se para São Paulo, onde, posteriormente, entre 1960 e 1964, realizou o curso noturno de Ciências Sociais na USP da Maria Antonia. Sua atuação intelectual, junto a parceiros de trabalho como a historiadora Beatriz Nascimento e o também sociólogo Clóvis Moura, está na raiz teórica da formação política do Movimento Negro contemporâneo.

O autor ficou mais conhecido na área acadêmica e entre a militância antirracista pelo artigo “O mulato, um obstáculo epistemológico”, publicado na revista *Argumento*, em 1973, que recusava a categoria “mulato” em nome do significante identitário “negro”. A luta por autonomia teórica e política da negritude brasileira marcou sua obra, realizada através de conferências, eventos, exposições, artigos e de sua pesquisa (nunca finalizada) de mestrado e doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo, entre 1972 e 1978.



O mestrado, iniciado formalmente em 1972, teve como orientadores Ruy Coelho e João Baptista Borges Pereira. A pesquisa, intitulada *Ideologia Racial: estudo de relações raciais*, dizia respeito à subjetividade negra no Brasil observada da perspectiva de um pesquisador-sujeito identificado existencial e politicamente com seu próprio tema de estudo; queria, ainda, entre outras coisas, demonstrar uma universalidade das experiências histórica e sociológica negra nas Américas. A partir de 1974, na sequência da Qualificação, passou ao nível de doutorado, agora chamado *História e Consciência de Raça*, que não foi finalizado. Desses trabalhos, restaram apenas projetos, esboços de capítulos e alguns relatórios enviados à FAPESP e à Fundação Ford, apoiadoras da pesquisa.

Além da dedicação à pós-graduação na USP, Oliveira atuou em vários campos diferentes, no transcurso da década de 1970. Organizou exposições sobre negritude no Museu de Arte de São Paulo (MASP, 1973), onde também promoveu o ciclo de eventos *O Negro na Vida Americana: da Independência aos nossos dias* (1976); em 1977, organizou a Quinzena do Negro da USP, série de palestras, oficinas, exposições e conferências nos quais participaram ativistas e acadêmicos negros do Brasil e dos Estados Unidos; ainda em 1977, com Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Orlanda Campos, entre outros, coordenou o simpósio “Brasil Negro”, na 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na PU-CSP. Em 1979, a partir de uma demanda do Movimento Negro de São Carlos, foi contratado como professor de Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (SP), onde tentou construir um Núcleo Brasileiro-Africano de Estudos e Documentação, que seria um laboratório para seus planos com relação à sociologia brasileira de relações raciais do ponto de vista da experiência negra. Em 20 de dezembro de 1980, faleceu, aos 56 anos, na cidade de Itapira, interior de São Paulo.

Seu pensamento pode ser localizado na intersecção entre a crítica à sociologia de relações raciais da USP, o diálogo com o novo ativismo político negro em São Paulo dos anos 1970 e um intercâmbio com pesquisadores e intelectuais dos Estados Unidos, país de onde trouxe a ideia do Núcleo de Estudos na UFSCAR, projeto (não concretizado) precursor dos NEABs contemporâneos.

Os projetos intelectuais de Oliveira buscaram “Uma ciência Para e não tanto Sobre o negro”, título de sua conferência na Quinzena do Negro da USP. Esse evento, retratado nos documentários *O Negro*, da Senzala ao Soul (1977) e *Orí* (1989), reuniu a geração formativa do Movimento Negro Unificado, de 1978. Em jogo, estava a elaboração de uma teoria social negra que levasse em conta, de forma pragmática, as histórias e expectativas de um grupo racial que passa a recusar, a partir de então, a condição de “objeto” (como no Florestan Fernandes de *A integração do negro na sociedade de classes* – 1964) para um novo lugar de sujeito do conhecimento de si. Articulavam-se, assim, uma contraposição epistemológica ao racismo social e os termos, já na década de 1970, de um debate sobre raça, subjetividade e lugar de fala.

Apesar da prolífica ação acadêmica e intelectual no Movimento Negro e na USP, não deixou – à exceção do artigo “O mulato: um obstáculo epistemológico” – praticamente nenhuma publicação. Em 1982, a família doou os documentos e sua biblioteca para o então Arquivo de História Contemporânea da UFSCAR, onde permanecem para consulta pública, na atual Unidade de Informação e Memória desta universidade.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. Etnia e compromisso intelectual. In: GTAR (Org.). **II Semana de Estudos Sobre o Negro na Formação Social Brasileira** (Caderno de Estudos). Niterói: UFF, 1977, p. 22-7.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Revista Argumento**, São Paulo, ano I, n. 3, jan. 1974, p. 65-73.



SOBRE O AUTOR

CARONE, Iraí. A flama surda de um olhar. In: **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes; 2014.

RATTS, Alex. **Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica**. Nguzu, Londrina, v. 1, n. 1, p. 28-39, 2011.

TRAPP, Rafael P. **O Elefante Negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil**. São Paulo, Alameda, 2020.



Foto: Circuito Acadêmico.
Disponível em: <https://circuitoacademico.wordpress.com/2014/09/19/internacionalizacao-da-sociologia-brasileira-alguns-eixos-tematicos-apresentacao-de-celi-scalon/>

ELISA REIS

Por **Márcio Costa**
(UFRJ)

Elisa Maria da Conceição Pereira Reis, nasceu em Araxá, MG, em 1946, crescendo em Ibiá, uma pequena cidade da região do Triângulo Mineiro. Sua família, composta por fazendeiros, tinha pouca escolaridade, mas seus pais valorizavam a educação, tendo ela frequentado uma escola católica, feminina, como suas três irmãs. No ensino médio, em Uberaba e Belo Horizonte, começou a se interessar por política. Ingressou na UFMG, em 1964, para cursar Sociologia e Política, graduando-se em 1967, aos 20 anos. Era tempo de grande efervescência política e também de florescimento de uma geração importante de cientistas sociais em Belo Horizonte. Flertando inicialmente com a militância política, ela, de fato, não se envolveu muito diretamente, dedicando-se, porém, com enorme afinco ao estudo da ciência política. Posteriormente, juntamente com vários destes cientistas sociais mineiros, Elisa veio para o Rio na fase “heroica” do IUPERJ, um marco nas ciências sociais brasileiras.

Seguindo na cronologia de sua formação, logo após a graduação, passou o ano de 1968 no Chile, estudando no ILADES – Instituto Latino Americano de Doutrina



y Estudios Sociales, e em contato próximo com a FLACSO – Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales e com a Escuela Latina, que era a faculdade de economia. Diversos cientistas sociais e economistas brasileiros amargavam um exílio no Chile naquele contexto, participando de um ambiente rico em debates e ideias, especialmente sobre a América Latina, que veio a influenciar posteriormente o desenvolvimento destas áreas no Brasil. A interação com a economia reforçava uma vertente avessa à tradição que relegava a plano bem secundário o tratamento e análise de dados em grande escala. Assim, uma ciência social mais sólida no uso de recursos de investigação empírica foi sendo forjada, já com ecos em Minas Gerais, e Elisa iniciava sua trajetória neste ambiente.



O retorno ao Brasil foi seguido do ingresso, em 1970, no mestrado em Ciência Política no recém criado IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, defendendo dissertação intitulada “Política Cafeeira e Interesses de Classe”. Imediatamente após a rápida conclusão do mestrado, em 1972, o caminho foi o doutoramento, também em Ciência Política, no MIT – Massachusetts Institute of Technology, defendendo, em 1980, tese sobre *The Agrarian Roots of Conservative Modernization Brasil: 1880-1930*. No mestrado e no doutorado, conforme os títulos de seus trabalhos de conclusão indicam, a sociologia política e a mais clássica das áreas de investigação sociológica – o enigma da formação e desenvolvimento da modernidade – estão presentes. No caso brasileiro – e em outros países – a caracterização de uma modernização pelo alto, fruto de uma articulação pouco conflitiva entre classes agrárias e industriais, está na base da explicação de traços autoritários do estado.

Conclui-se, assim, a formação inicial de Elisa Reis e tem início sua carreira como professora e pesquisadora, já no IUPERJ, contando com um corpo docente de grande destaque no panorama das ciências sociais brasileiras. Começa uma carreira que não é fácil resumir, dada a variedade e a riqueza dos temas abordados, mas, sobretudo, devido a muitas experiências institucionais vividas. De maneira geral, pode-se dizer que uma linha condutora desta trajetória seria a sofisticação conceitual, sempre sintonizada com as linhas de frente das ciências sociais internacionais.

Suas primeiras publicações registradas na forma de artigos datam ainda dos anos 70, mas é em meados dos anos 1980 que a produção escrita ganha impulso, guardando inicialmente relação direta com sua temática desenvolvida no doutorado. De 1985 a 1994, em dez anos, portanto, são publicados 15 artigos em periódicos de destaque e 11 capítulos de livros. Duas características podem ser sublinhadas nesta periodização um tanto arbitrária. A primeira é a emergência de uma nova temática, que mergulha na grande reflexão sobre a chamada “crise dos paradigmas” nas ciências sociais. Assim, em paralelo à manutenção do interesse na formação e desenvolvimento do estado brasileiro, sob a ótica dos constrangimentos, interesses e percepções de atores, conforme a tradição weberiana, a questão do fazer sociologia, reflexão conceitual sobre as correntes sociológicas, vai ganhando destaque. Provavelmente, este movimento, expresso pelo então famoso “Novo Movimento Teórico”, de Jeffrey Alexander, guarda afinidade também com a segunda tendência observada: a definitiva internacionalização da carreira de Elisa, que irá resultar em forte destaque adquirido por ela no cenário internacional das ciências sociais. A preocupação em conectar seu trabalho de pesquisa e a reflexão conceitual, metateórica, porém, está permanentemente orientada a levantar questões relevantes para o tempo presente.

É provável que a formação nos EUA, tanto de Elisa quanto de seu entorno acadêmico mais próximo tenha contribuído para uma perspectiva mais cosmopolita, que não aferra seu trabalho a particularidades do Brasil. A reflexão sistemática sobre as teorias sociais, em geral, pode também ter sido fruto desta influência inicial. No decênio iniciado em 1995, são publicados 18 artigos, cinco livros e 16 capítulos de livros. Formada em uma tradição universitária norte-americana, a ênfase da produção escrita está direcionada para papers, artigos de dimensão mais curta, ao invés de livros. Contudo, um marco muito relevante de sua trajetória está na publicação de seu primeiro livro “puro sangue”: *Processos e Escolhas, Estudos de Sociologia Política*. Trata-se de uma obra composta apenas por artigos da própria autora, ao invés dos demais em que participa como organizadora. Não deixa, porém, de ser uma coletânea, ao invés de um compêndio longo que é geralmente criado com intenções mais pedagógicas, formativas. A trajetória segue contemplando as duas vertentes anteriormente assinaladas, a saber, a reflexão metateórica sobre os dilemas e desafios da sociologia contemporânea à luz de seus clássicos, além de questões da configuração do estado brasileiro ou do estado no mundo ocidental. Entretanto, um novo filão emerge e irá se mostrar muito fecundo: o estudo sobre a desigualdade com o recurso analítico de perscrutar sua percepção entre elites. A partir de um survey em alguns países, incluindo o Brasil, Elisa conecta a forma como diferentes elites encaram o fenômeno da desigualdade social com a mais clássica teoria social caracterizada na sociologia política. Afinal, estas percepções são bastante elucidativas dos rumos que a política e as políticas percorrem ou podem percorrer. Não se trata exatamente de uma temática nova, pois a maneira como grupos sociais representam, concebem, criam expectativas é componente chave na tradição esposada pela socióloga. Não coincidentemente, é dela, em 1996, a in-

trodução à edição nacional de *Nation Building and Citizenship*, de Reinhard Bendix, segundo suas próprias palavras, o autor que mais a influenciou diretamente.

O ano de 1995 marca também outra transição na carreira de Elisa, com sua saída do IUPERJ e do instituto de Medicina Social da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde também atuou como docente em seu programa de pós-graduação desde 1990. Em 1995, ocorre seu ingresso por concurso na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coincide com seu momento de inserção nesta universidade uma forte ascensão em posições representativas no campo científico nacional e internacional. Torna-se coordenadora da área de ciências humanas na FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do RJ, Presidente da ANPOCS – Associação Nacional de de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, membro do Program Committee e, posteriormente, presidente do Committee on Sociological Theory da ISA – International Sociological Association, integrante da Comissão Permanente de Estudos Avançados da UFRJ, integrante do Comitê Executivo da IPSA – International Political Science Association, vice-presidente para a América Latina do CROP – Comparative Research on Poverty e membro do Program Committee da SASE – Society for the Advancement of Social Economics. Colabora ainda com o CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas, com o MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – na organização da Conferência Nacional sobre Ciência e Tecnologia e com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – nas atividades do Censo Demográfico 2000. Experimenta curtos períodos como professora visitante da University of California at San Diego (UCSD), de Columbia (EUA), Ludwig Maximilim, MIT (EUA), além de integrar o conselho acadêmico do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha). Portanto, no período de aproximadamente dez anos demarcado a partir de 1995, há forte reconhecimento nacional e internacional de suas contribuições às ciências sociais, seja no âmbito da investigação sobre suas temáticas de escolha, seja no campo da reflexão sobre a própria ciência.

O que vem a seguir dá continuidade a esta trajetória continuamente ascendente. Na ISA, é eleita membro do Executive Board e dirige o Committee on Futures Research. No ERC – European Research Council, integra o comitê de avaliação. No ISSC – International Social Science Council, torna-se membro de seu Conselho Executivo e ocupa mesmo sua vice-presidência entre 2013 e 2015, além da vice-presidência para atividades científicas de 2013 a 2018. O constante destaque nas organizações dedicadas às ciências sociais acaba por conduzi-la ao ISC International Science Council, um conselho que agrega todas as ciências, na condição de vice-presidente geral, a partir de 2018. Destaca-se, ainda, sua participação em 2018 no comitê gestor e na elaboração do International Panel on Social Progress – IPSP, que reuniu mais de 300 cientistas sociais de todos os continentes, gerando publicação em três volumes de *Re-thinking Society for the 21st Century*, pela Cambridge University Press. No mesmo ano, juntamente com cinco outros membros deste comitê, saiu o livro *Manifesto for Social Progress*

– Ideas for a Better Society. A partir de 2005, até 2021, o ritmo das publicações sofre pequena redução. São 13 artigos, 15 capítulos e a participação como organizadora em 6 livros. Uma provável explicação para esta desaceleração está no volume de atividades e atribuições decorrente de sua participação nas entidades científicas internacionais. Por outro lado, a densidade e alcance internacional das publicações, expressando aprofundamento nas linhas de trabalho já apresentadas, é algo que se destaca. Com as posições ocupadas em organismos internacionais dedicados à ciência, não somente às ciências sociais, ganham enorme volume as palestras e falas em congressos e eventos científicos dos mais diversos matizes, consagrando uma pesquisadora que obteve grande reconhecimento nos âmbitos nacional e internacional. Tais palestras geraram um volume considerável de trabalhos inéditos que se encontram, em 2021, em vias de preparação para publicação.

Por fim, mas não menos importante, destaco o aspecto humano, sempre afável, delicado, mas firme e rigoroso. A fala baixinha, o mineirismo doce, o respeito no trato com cada um, que certamente seus alunos e felizardos orientandos podem atestar.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter. **Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa**, São Paulo: Hucitec, 1995.



Foto: Universidade
Federal de Minas Gerais.
Disponível em: <https://www.ufmg.br/diversa/20/perfil-fernando.html>

FERNANDO CORREIA DIAS

Por **Mariza Veloso**
(UnB)

Fernando Correia Dias tem sua biografia gravada na história do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, onde exerceu por mais de 20 anos, com profundo conhecimento e muita generosidade, as funções de professor, pesquisador e orientador.

Nasceu em Três Pontas, Sul de Minas Gerais, em 7 de fevereiro de 1926 e morreu em Lagoa Santa, região metropolitana de Belo Horizonte, em 7 de setembro de 2012.

Foi professor da UFMG e da UnB. É autor de significativa obra que transita em diferentes vertentes de pesquisa, como pensamento social, a sociologia da cultura, da educação e da comunicação, disciplinas que introduziu e consolidou no Departamento de Sociologia da UnB.

Professor Fernando chega a Belo Horizonte na década de 1940, quando iniciou no jornalismo, trabalhando na Folha de Minas; nessa ocasião, ao lado de José Maria Rabelo, Hélio Peregrino, Palmius Paixão Carneiro, dentre



outros, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro, em Minas Gerais.

Formado em Direito e em Sociologia, dedicou-se com intensidade ao ensino e à pesquisa em Ciências Sociais tanto em Belo Horizonte quanto em Brasília, onde residiu de 1968 a 1991. Professor aposentado da UnB, retornou a Minas Gerais – seu território afetivo e lugar privilegiado de suas investigações empíricas.

Sua carreira acadêmica teve início na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde foi aluno e, tornou-se professor em 1965, assumindo a disciplina de Sociologia Geral no curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1968, foi convidado pelo então Reitor da UnB, Dr. Caio Benjamim Dias para ingressar como professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, onde construiu uma carreira plena e luminosa.

No início da década de 1970, tornou-se o primeiro Decano de Extensão da UnB. Em 1989, recebeu o título de Professor Emérito da Universidade de Brasília. Foi também um dos primeiros sociólogos brasileiros a receber o Prêmio Florestan Fernandes, criado em 2003 pela Sociedade Brasileira de Sociologia.

Fernando Correia Dias foi um pioneiro, um desbravador permanente de novas possibilidades investigativas e interpretativas, próximas de autores como Lucien Goldmann, Karl Mannheim dentre outros que lhe permitiram observar e compreender sociologicamente fenômenos relativos às construções simbólicas, focando nos discursos sobre a Nação e a cultura, e tendo como princípio metodológico observar as instituições culturais e científicas que dão suporte a estas manifestações. Dedicou especial atenção às redes de relação entre intelectuais e artistas brasileiros com o campo intelectual em que atuavam.

Estudou de forma inovadora o Modernismo mineiro e sua relação com o Barroco. Estudou também políticos e intelectuais proponentes e simpatizantes da Escola Nova, movimento que defendia mudanças no sistema educacional ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, e deu especial atenção aos educadores mineiros que participaram dessas discussões.



Suas pesquisas sobre o Modernismo impulsionaram sua permanente interrogação sobre como seria possível desvendar a lógica própria à matriz discursiva dos intelectuais modernistas em relação à dinâmica cultural brasileira.

Seus trabalhos, livros, ensaios e artigos são hoje referências importantes sobre o Modernismo mineiro assim como sobre a relação deste com a temática do Barroco, conforme seu artigo, hoje clássico, intitulado “A descoberta do Barroco pelo Movimento Modernista”.

Além de sua obstinação enquanto pesquisador, publicou livros, ensaios e artigos sobre temas diferenciados, introduzindo novas perspectivas analíticas em torno da Sociologia Brasileira, da Sociologia da Cultura e da Sociologia Urbana, da Literatura e dos Meios de Comunicação, discutindo o papel desempenhado por estes na sociedade de massa.

Alguns intérpretes de sua trajetória ressaltam que ao lado de Gabriel Cohn, da USP, Fernando Correia Dias foi também um dos pioneiros no reconhecimento da importância da Indústria Cultural para a legitimação do poder autoritário no período ditatorial (1964-1985).

Interessou-se pelas articulações, pelos encontros e desencontros ocorridos entre intelectuais mineiros e paulistas, cariocas e gaúchos, que construíram uma *Intelligentsia* empenhada na formulação dos conceitos de tradição e cultura brasileira. Procurava observar a historicidade das narrativas sociais, suas modulações através do tempo, preocupando-se particularmente com as narrativas relacionadas à mineiridade e à nacionalidade.

Professor Fernando tinha um jeito mineiro e silencioso de ser, sempre gostou muito das Minas Gerais. Porém, com igual intensidade gostava do Brasil.

Assim, embora tenha se dedicado com afinco aos estudos relativos à diversidade cultural e intelectual mineira, Fernando nunca deixou de interrogar-se sobre uma totalidade histórica chamada Brasil, em suma, como a Nação foi vivida e interpretada. Era talvez parte dessa legião de intelectuais que procurava a compreensão do universal a partir das particularidades regionais, locais, específicas, onde sabia jamais perderia o senso da exatidão.

Professor Fernando deixa lições de silêncio e sabedoria. Sua atuação acadêmica deixou marcas indeléveis na história da sociologia brasileira.

Foi também poeta, ensaísta, pai, amigo e sobretudo um intelectual de grande generosidade e profunda bondade. Aqueles que o conheceram, que foram seus alunos, assim como eu, tiveram o privilégio de conviver e compartilhar de suas ideias e de desfrutar do convívio com uma pessoa tão peculiar em seu discreto e terno jeito de ser, tão singular quanto o foco de seus estudos e pesquisas.

Ficam aqui registradas a saudade e a amizade de todos aqueles que com ele conviveram, também a admiração e o reconhecimento ao mestre que nos ensinou tantas travessias.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

DIAS, Fernando Correia. **João Alphonsus**: Tempo e Modo. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1965.

DIAS, Fernando Correia. **O Movimento Modernista em Minas**: uma interpretação sociológica. Brasília: EBRASA Editora da Universidade de Brasília, 1971.

DIAS, Fernando Correia. **A Imagem de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1971.

DIAS, Fernando Correia. **Líricos & Profetas**. Brasília: Thesaurus Editora, 1984.

DIAS, Fernando Correia. **Construção do Sistema Universitário no Brasil**: Memória Histórica do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1989.

DIAS, Fernando Correia. Perspectivas dos Direitos Culturais no Brasil. In: **Jornal do Fórum**, Belo Horizonte, v. 2, 1996.



Foto: KD Frases.
Disponível em: <https://kdfrases.com/autor/francisco-de-oliveira>

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Por **Ruy Braga**
(USP)

TRAJETÓRIA PESSOAL

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira – ou Chico de Oliveira, como era mais conhecido – nasceu na cidade de Recife no dia 7 de novembro de 1933. Filho de pequenos comerciantes que tiveram 12 filhos, Chico graduou-se em Ciências Sociais na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco, em 1956. Na faculdade, foi um dos fundadores do Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco, ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Após se formar, Chico aproximou-se da economia, trabalhando como técnico no Banco do Nordeste do Brasil, sediado em Fortaleza. No final da década de 1950, retornou ao Recife a convite de Celso Furtado para ajudar na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Logo após o golpe civil-militar de 1964, Chico ficou preso por dois meses, exilando-se em seguida a sua libertação na Guatemala e, na sequência, no México, onde permaneceu por dois anos trabalhando na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).



OBRA SOCIOLÓGICA

De volta ao Brasil no final dos anos 1960, Chico aceitou o convite de Octavio Ianni a fim de ingressar no recém-criado Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (Cebap). Nessa instituição de pesquisa, Chico escreveu seus primeiros trabalhos de maior impacto tanto na sociologia quanto na economia: “Economia brasileira: crítica à razão dualista” (1972) e “Elegia para uma re(li)gião” (1977). No Cebap, Chico permaneceu até 1995, lecionando simultaneamente economia na PUC-SP e, a partir de 1988, sociologia na USP, onde se tornaria professor titular em 1992 e emérito em 2008.

Considerado pelo próprio Chico como sua principal obra, o ensaio “Crítica à razão dualista” foi redigido como forma de contribuir com os debates então existentes entre os membros do Cebap a respeito da natureza do processo de expansão do capitalismo no Brasil. Ao polemizar com a interpretação de Fernando Henrique Cardoso contida em “Autoritarismo e democracia” a respeito da existência de uma “revolução burguesa” brasileira, Chico argumentou que o notório crescimento econômico do país não significava que estivéssemos passando por uma revolução burguesa, mas por uma “progressão das contradições” típica de uma sociedade semiperiférica.

Assim, Chico buscava destacar o entrelaçamento entre aspectos “modernos” e “arcaicos” da formação social brasileira, aproximando-se teoricamente das críticas do marxismo paulista às “razões dualistas” cepalina, isebiana e comunista. O eixo do argumento revelou o impasse de qualquer projeto progressista de desenvolvimento no país após o corte de 1964, isto é, um período no qual as tensões econômicas entre as classes sociais teriam se deslocado para um antagonismo abertamente político. Nessas condições, o futuro estaria “marcado pelos signos opostos do apartheid ou da revolução social”.

Nos anos 1980, depois de retornar de uma estadia de dois anos na França, Chico flertou com a possibilidade de construção de um “modo de produção social-democrata” à brasileira, na esteira do processo de abertura democrática e da emergência de um novo movimento operário e social. Inspirado no modelo francês e sob influência da teoria da regulação (Michel Aglietta, Robert Boyer, Alain Lipietz, dentre outros), Chico apostou suas fichas na esperança de que, por meio da política e da disputa negociada pelo fundo público, fosse possível forjar um novo pacto de classes no Brasil baseado num “antagonismo convergente” capaz de operacionalizar aquilo que ele chamou de “direitos do antivalor”.



No início dos anos 1990, Chico percebeu que caso o neoliberalismo, isto é, a verdadeira onda de mercantilização oriunda dos países centrais, lograsse se estabelecer no país o resultado fatalmente seria um desmanche das possibilidades de construção da sociedade salarial anunciada pelo nacional-desenvolvimentismo, porém, nunca de fato efetivada, e capaz de combinar o progresso material para os trabalhadores com os direitos da cidadania. Dessa forma, o neoliberalismo tenderia a eliminar as relações sociais democráticas, impossibilitando “uma forma de produção do excedente que não tivesse mais o valor como eixo estruturante”.

Em 1995, após 25 anos de colaboração, Chico deixou o Cebrap, do qual tornou-se presidente em 1993, e, no mesmo ano ajudou a criar, com outros colegas do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, como Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles, o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (Nedic). A participação no Nedic, atual Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania) inaugurou a última fase de sua produção intelectual. De início ainda relativamente otimista em relação às potencialidades político-democráticas dos novos movimentos sociais, Chico avançou em uma direção cada vez mais cética a respeito da possibilidade de um arranjo capitalista efetivamente “moderno” no Brasil, capaz de se ancorar num pacto social interclassista negociado de forma democrática.

O momento mais significativo dessa inflexão aconteceu nos primeiros anos do primeiro governo Lula, momento em que, para Chico, tornou-se nítido que também o partido dos dominados estava — contrariando o mandato que recebera das urnas — ajustando-se aos parâmetros do “totalitarismo neoliberal”. Essa é a perspectiva sustentada em seu ensaio “O ornitorrinco”, publicado em 2003. Desde então, seus ensaios e reflexões enfocaram o que ele mesmo chamou de “dialética negativa do desenvolvimento brasileiro”. Assim como o animal – ao mesmo tempo, réptil, pássaro e mamífero – que batizou esse conhecido ensaio, também o Brasil estaria aprisionado em um impasse evolutivo, uma espécie de “evolução truncada” cujo sistema se desenvolve reproduzindo desigualdades históricas, conjugando moderno e atraso, novo e arcaico.

Os ensaios de Chico nesse último período de sua vida gravitaram em torno dessa “evolução truncada”: um país que não pode mais aproveitar as brechas propiciadas pelo impulso modernizador no bojo da chamada Segunda Revolução Industrial, deixando de ser “subdesenvolvido”, sem, no entanto, ter se tornado propriamente “desenvolvido”. Se adicionarmos a esse diagnóstico uma de suas teses mais persistentes segundo a qual a burguesia brasileira se aferra à iniciativa unilateral e prefere a desordem ao constrangimento da negociação social organizada, perceberemos a razão de seu pessimismo tardio. Além de sua atualidade.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

OLIVEIRA, F. **Brasil**: Uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, R., OLIVEIRA, F. & RIZEK, C. **Hegemonia às avessas**. Com Ruy Braga e Cibele Rizek. São Paulo, Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, F. Noiva da revolução Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo: 2008.

“A dominação globalizada – estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil”.
Em: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**.
Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de
Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. **A navegação venturosa** – ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, F., PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**. Vozes: Petrópolis, 1998.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido** – classe e identidade de classe. São Paulo: Perseu Bramao, 1987.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Graal, 1978.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.



SOBRE O AUTOR

Ruy Braga e Fábio Mascaro Querido. “Chico de Oliveira e as reviravoltas da crítica”.
Introdução ao livro Brasil: Uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

Flávio da Silva Mendes. “O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira”. Tese de
Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2015.

Cibele Rizek e Wagner Romão (orgs.) Francisco de Oliveira: A tarefa da crítica. Belo
Horizonte: Humanitas/UFMG, 2006.



Foto: Valor Econômico.
Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2016/09/30/qual-sera-a-mensagem-das-urnas.ghtml>

GABRIEL COHN

Por **Marcia Tosta Dias**
(Unifesp)

Nascido em setembro de 1938 em uma família de alemães judeus imigrantes, Gabriel Cohn viveu sua infância em área rural do Vale do Paraíba. Na cidade de São Paulo, terminou sua formação no ensino médio e ingressou, em 1960, no curso de Ciências Sociais da então Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Na instituição, realizou não apenas sua formação em todos os seus estágios, como sua carreira docente, iniciada em 1964. A vivência no tempo da consolidação da chamada Escola Paulista de Sociologia e o aprendizado com mestres como Florestan Fernandes e Octavio Ianni, em momento crítico e desafiador da realidade brasileira, ofereceram fundamentos amplos e preciosos à sua trajetória acadêmica e científica. Em busca de temas, problemas e interesses de pesquisa, vale apontar sinteticamente para os seguintes trabalhos desenvolvidos.

A dissertação de mestrado A política do petróleo no Brasil (1920-1954), defendida em 1967 e publicada com o título de Petróleo e Nacionalismo ([1968] -2017), foi elaborada quando Cohn já havia ingressado na carreira docente e integrava o corpo de pesquisadores do CESIT



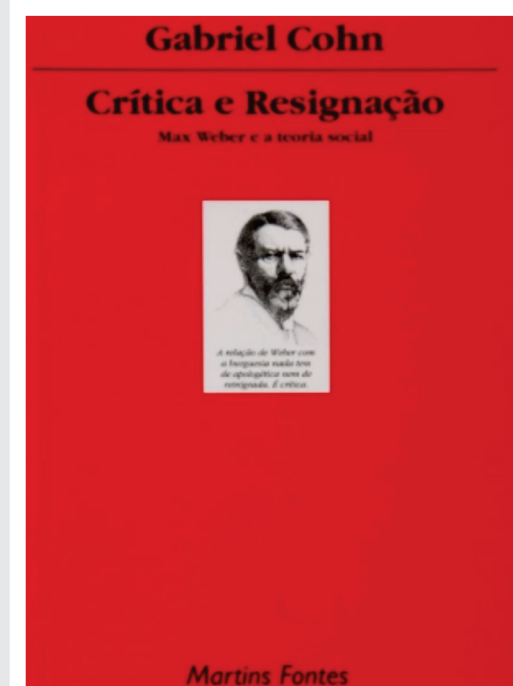
– Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, liderado por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Como parte desse grande projeto de estudo das peculiaridades do desenvolvimento no país, o estudo revelou as origens, agentes e principais dinâmicas das iniciativas estatais para a política do petróleo, iluminando objeto até então pouco analisado e que veio, logo a seguir, a ocupar lugar de destaque na realidade brasileira.

Em Sociologia da Comunicação. Teoria e ideologia ([1973] -2014), livro originado na tese de doutorado Cultura e comunicação de massa (1971), mantém a atitude de enfrentamento de um problema daquele momento – emergência e consolidação dos meios de comunicação de massa – ampliando sua perspectiva de análise que passa a contemplar, então de maneira decisiva, o trabalho

com a teoria social. A investigação originada de sugestão recebida de Octavio Ianni, seu grande mestre, revelou fina pesquisa em bibliografia notadamente estrangeira, com destaque para aquela de língua alemã. Nesse trajeto, consolida-se a aproximação do autor com os teóricos da Teoria Crítica da Sociedade sobretudo com a obra de Theodor Adorno, autores que registravam naquela altura sua primeira recepção no Brasil. Tais atividades de Gabriel na área de Sociologia da Comunicação abriram também espaço inédito no âmbito da pós-graduação em Sociologia a um conjunto de trabalhos, por ele orientados, com foco no jornalismo, publicidade, música gravada e música popular.

Do trabalho com a bibliografia sobre sociologia da comunicação surge outro tipo de contribuição do sociólogo que se expande para outras áreas: a de organizador/editor/tradutor de coletâneas temáticas ou autorais que marcaram época. Os volumes se constituíam, em geral, de textos inéditos em português que chegavam ao leitor brasileiro acompanhados de ensaios escritos por Cohn, que informaram, em grande medida, a recepção inicial e o debate de tais ideias entre nós. São eles: Comunicação e indústria cultural (1971), Sociologia – para ler os clássicos (1977), e os volumes com textos de Max Weber (1979) e de Theodor Adorno (1986) da coleção Grandes Cientistas Sociais, lançados pela Editora Ática.

O caminho estava bem sedimentado para a produção de sua grande obra, concebida como tese de livre-docência (1977) e publicada com o título de Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber ([1979]-2003). O estudo tem sido considerado como um dos mais



sofisticados exemplares da teoria sociológica brasileira. O modo como a pesquisa busca as recônditas razões do objeto, a arguta análise que se expressa em escrita clara mesmo na mais intrincada matéria, se consolidam como elemento distintivo da produção teórica de Cohn. Importante também notar a presença da inspiração em preceitos metodológicos de teóricos da Teoria Crítica notadamente T. Adorno, quando propõe e realiza a análise imanente da sociologia weberiana, especialmente de sua teoria da ação social.

Em 1987, transferiu-se do Departamento de Sociologia para o de Ciência Política, ampliando sua pauta de temas e referências que passou a incluir, de maneira mais sistemática, autores como Habermas, Arendt e Rawls, para citar alguns. Por outro lado, deu sequência à publicação de ensaios sobre teoria sociológica com foco em Luhmann, Simmel, Wright Mills sem, no entanto, desviar sua atenção de Weber, Adorno e Adorno e Horkheimer. Tem publicado artigos em jornais como Folha de S. Paulo, onde trabalhou no período da graduação, O Estado de São Paulo, Valor Econômico, dentre outros. De 1991 a 2003, foi editor da Lua Nova. Revista de Cultura e Política, publicada pelo CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Seus editoriais eram uma atração à parte.

Em termos do exercício institucional e de gestão, presidiu as seguintes entidades: Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1983-1985), Sociedade Brasileira de Sociologia (1985-1987) e Associação de Pós Graduação em Ciências Sociais (2005-2006); de 2006 a 2008 foi diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Pelo conjunto de sua contribuição, recebeu o título de Professor Emérito em 2011, da mesma FFLCH. Aposentou-se em 2008.

Em 2016, Gabriel Cohn publica o primeiro volume de Weber, Frankfurt. Teoria e pensamento social, conjunto de ensaios entre inéditos e já publicados em diferentes momentos de sua trajetória. O “complexo temático” do livro abrange a tríade civilização, cultura, ideologia, presente em problemas e autores direta ou indiretamente atuantes na intrincada trama que envolve Weber, Frankfurt. Em 2020 publica “Weber, Adorno e o curso do mundo”, em que o diálogo-confronto entre os dois autores alcança complexidade e sofisticação ímpares. Em seu conjunto, suas obras reinventam o compromisso, proposto por Adorno e sempre reiterado sobre a importância de seguir pensando, resistir e continuar pensando.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo, Editora da UNIFESP, 2017, 2a. Edição, 1968.

COHN, Gabriel.(Org.) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação**. Teoria e ideologia. Petrópolis, Editora Vozes, 2014, 2a. Edição, 1973.

COHN, Gabriel. (Org.) **Sociologia** – para ler os clássicos. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2005, 2a. Edição, 1977.

COHN, Gabriel. Crítica e resignação. **Fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003, 2a. Edição, 1979.

COHN, Gabriel.(Org.) **Max Weber**. São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1979.

COHN, Gabriel.(Org.) **Theodor W. Adorno**. São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1986.

COHN, Gabriel. **Weber, Frankfurt**. Teoria e pensamento social. Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2016.

COHN, Gabriel. Weber, Adorno e o curso do mundo. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 02: 395-422, Maio – Agosto de 2020.



SOBRE GABRIEL COHN

AVRITZER, Leonardo. **Leituras críticas sobre Gabriel Cohn**. Belo Horizonte, Editora da UFMG. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Coleção Intelectuais do Brasil.

BASTOS, Elide, R., ABRUCIO, Fernando, LOUREIRO, Maria R., REGO, José M. “Gabriel Cohn”. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo, editora 34, 2006.

BRITO, Leonardo O. B. Gabriel Cohn e a Escola Paulista de Sociologia. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 02: 467-492, Maio – Agosto de 2020.

COHN, Gabriel. Gabriel Cohn (depoimento, 2013). Rio de Janeiro, **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas** (FGV), (2h 39min).

Musse, Ricardo, & Klein, Stefan (2018). Um olhar sobre a teoria crítica no Brasil: entrevista com Gabriel Cohn. **Tempo Social**, 30(3), 289-300.

PESSANHA, Elina. Tempo, movimento e teoria social: Gabriel Cohn, um voo solo a partir de São Paulo. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 02: 377-391, Maio – Agosto de 2020.

TORRE. Bruna D. “Abra-te Sésamo”: A teoria crítica de Gabriel Cohn. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 02: 449-465, Maio – Agosto de 2020.

WAIZBORT, Leopoldo (org.) [1998] **A ousadia crítica**. Ensaios para Gabriel Cohn. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2008.



GUARACI ADEODATO ALVES DE SOUZA

Por **Anete B. L. Ivo**
(UFBA)

Guaraci Adeodato Alves de Souza foi uma das pioneiras na constituição da Demografia como área disciplinar em nosso país, em sua interface com as Ciências Sociais. Suas pesquisas dedicaram-se aos temas da migração e força de trabalho, urbanização e desenvolvimento e, desde os anos noventa, ao estudo das interconexões entre fecundidade e família, articulando os processos de fecundidade à sucessão das gerações nas famílias. Ela foi responsável pela institucionalização do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH, da Universidade Federal da Bahia como centro de pesquisas acadêmicas e, pelo seu empenho, a Demografia passou a disciplina do curso de Ciências Sociais da UFBA, contribuindo para a formação de quadros acadêmicos e técnicos nos estudos sociodemográficos, na Bahia.

Nasceu em 27 de maio de 1942, em Salvador, numa família de longa tradição acadêmica e universitária^[1] e teve uma formação absolutamente interdisciplinar: graduação em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL (1965); Mestrado em Economia,



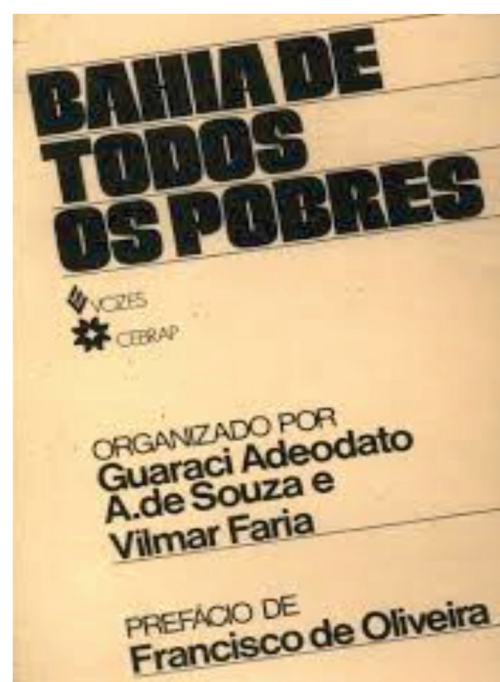
pela Universidade Federal da Bahia (1976); e Doutorado em Ciências Sociais, pela UNICAMP (1996). Realizou uma primeira especialização em estudo para o desenvolvimento (1967-1968) no IRFED – França (Institut International de Recherche et Formation Education et Développement) e prosseguiu os estudos sobre população no curso sobre Dinâmica Populacional, pela Universidade de São Paulo- USP (1969) e no Curso em Demografia, pelo Centro Latino Americano de População (1971).

Ingressou na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1969 para compor a primeira equipe do então Programa de Recursos Humanos, contratada por Convênio, e logo em 1973 realizou o concurso para docente do departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, na disciplina Demografia, aposentando-se em 2006. Dirigiu o CRH/FFCH/UFBA por

quase dez anos, entre 1972 e 1994, em mandatos alternados, assumindo com vigor a luta pela institucionalização do Centro e a sua defesa em períodos de incerteza institucional, bem explicitada na Nota do CRH.

É autora de uma produção acadêmica relevante nos estudos sociodemográficos. Sua dissertação de mestrado – *Migração e Subemprego em Salvador* – recebeu prêmio da ANPEC – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, incluída entre as “melhores dissertações de 1977”, publicada, em 1978, pela CPE-Seplantec. Um dos seus trabalhos de maior repercussão nacional é o livro “*Bahia de todos os pobres*” (CEBRAP/Vozes, 1980), que organizou com Vilmar Faria, sobre a natureza do desenvolvimento capitalista na periferia de uma sociedade dependente, com apresentação de Francisco de Oliveira.

Sua tese de doutorado, *Sucessão das Gerações na Bahia: reencontro de uma totalidade esquecida* (1995), com orientação de Maria Coleta Oliveira, caracteriza-se como uma complexa construção teórica que interpretava a reprodução demográfica no âmbito de um processo social e histórico, conforme Bilac (ABEP, 2014). Considero que esse esforço teórico e analítico visou a desnaturalizar os constructos quantitativos dos indicadores demográficos, explicitando os determinantes da reprodução biológica e sociocultural e as práticas sociais dos ciclos reprodutivos das famílias e das gerações (cf. IVO, 2014).



Um dos seus últimos trabalhos foi a organização do dossiê “Novas Perspectivas Sociodemográficas” – *Caderno do CRH*, 18 (43), 2005-, que combina contribuições sobre mudanças sociodemográficas de grande amplitude, que apontam para possibilidades quanto ao futuro, com artigos mais associados à Demografia como Ciência Social, observando, num plano analítico e relacional, os processos movidos e vivenciados pelos atores e intrínsecos à vida social.

Com uma personalidade contundente e “polemista por natureza, celebrizou-se por suas discussões na imprensa falada e escrita com o médico baiano Elsimar Coutinho. Nesses debates, defendia o princípio da liberdade do casal no planejamento familiar, do direito ao desejo pelos filhos e pela quantidade deles, e do planejamento subordinado a esse desejo e não a influências outras, tais como o Estado ou grupos sociais. Ao mesmo tempo, questionava os impactos macroestruturais de uma queda orquestrada da fecundidade que não levasse em conta a realidade do país assim como o desejo dos casais e das pessoas. (ABEP, 2014).

Guaraci A. de Souza, por sua responsabilidade social e pública, fomentou importante interface das pesquisas universitárias realizadas no Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH com instituições de planejamento do estado da Bahia (SEI – SEPLAN), de que é exemplo o *Laboratório de Análises Sociodemográficas* – LAS (2001), mantendo, simultaneamente, colaborações acadêmicas duradouras com a ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, com o NEPO – Centro de Núcleo de Estudos de População da UNICAMP e com o CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. No âmbito das Ciências Sociais, coordenou um dos GT sobre Família na ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências Sociais.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Nota da ABEP. **Caderno CRH**, n. 72, p. 657-658, 2014 e <http://www.abep.org.br/site/index.php/homenagens/85-guaraciadeodato>

CRH- Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades. Entusiasmo e Constância: para lembrar Guaraci. **Caderno CRH**, v. 72, p. 656, 2014. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000300015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

IVO, Anete B.L. A Sucessão de gerações: fechando um ciclo da vida. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p.651-655, 2014. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000300015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

MOURA, Mariluce. Guaraci e a Demografia na Bahia. *Bahiaciencia*, Salvador, n.4, p. 10-11, jul/agosto de 2015. Disponível em: <http://www.bahiaciencia.com.br>

NOTA

[1] Seu avô paterno, José Adeodato de Souza, foi catedrático de Obstetrícia e Ginecologia da antiga Faculdade de Medicina da Bahia (1901), e o seu pai José Adeodato Filho foi também catedrático de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, desde 1951. Foi casada por mais de 4 décadas com Mirabeau Levi de Souza, pesquisador e professor da Faculdade de Farmácia e com ele teve duas filhas: Beatriz Adeodato de Alves de Souza, professora da Escola de Dança da UFBA, mestre e doutoranda em Dança pela UFBA, e Mariana Adeodato Alves de Souza, mestre em Comunicação da Ciência pela Universidade Nova de Lisboa.



Foto: UFMG.
Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/001692.shtml>

HERALDO PESSOA SOUTO MAIOR

Por **Silke Weber**
(UFPE)

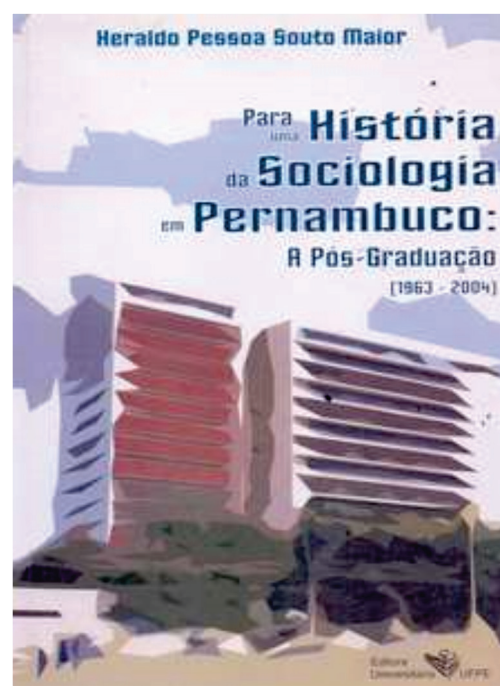
Heraldo Souto Maior nasceu na cidade de Sairé em Pernambuco. Seguindo os caminhos de sua geração, bacharelou-se em Direito, em 1952, especializando-se em Direito Público nos dois anos subsequentes, na mesma Faculdade de Direito do Recife. Alargando sua formação jurídica para o campo das ciências sociais, deu início, em 1953, à sua atuação profissional como sociólogo, em órgãos públicos, desenvolvendo, também, a atividade docente no ensino superior, na Faculdade de Filosofia do Recife, então, agregada à Universidade do Recife. Foi bolsista na Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (FUNDAJ) onde se iniciou nas pesquisas de campo. Para obter formação adequada na sua nova área profissional, inscreveu-se na Michigan State University (EUA), onde se titulou “Master of Arts” em Sociologia e Antropologia. A dissertação “Sociology, Sociologist and Economic Development” já revelava sua vocação para os temas metodológicos e teóricos em sociologia, o que passou a orientar as suas atividades investigativas e de ensino, na área, desde o seu retorno ao Brasil, em 1962.



Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ele exerceu, entre 1966 e 1997, conforme legislação então vigente, os cargos de Professor Titular e de Professor Adjunto de Sociologia. Desenvolveu sua carreira universitária inicialmente na Faculdade de Ciências Econômicas e no Instituto de Ciências do Homem, espaço universitário pioneiro de formação e pesquisa na área das Ciências Humanas, criado pelo Professor Paulo Rosas. Posteriormente, com a nova legislação relativa à reforma universitária, este Instituto se transformou em Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Suas preocupações com o desenvolvimento econômico e social motivaram-no a propor projetos e a realizar estudos de natureza sócio-econômica. Nos anos 1960, no contexto desenvolvimentista, ele participou ativamente da

criação do Programa Integrado de Economia e Sociologia (PIMES/UFPE) em parceria com o economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, referência na área do planejamento público. A criação do PIMES, em 1966, permitiu o surgimento dos cursos de Mestrado em Sociologia e em Economia, implicando na celebração de convênios entre a Universidade e órgãos públicos, como a SUDENE, e também com instituições de caráter internacional, como a SAID e Fundação Ford, que propiciaram o quadro institucional e os recursos financeiros necessários para o empreendimento. A sigla PIMES tornou-se referência nacional de produção acadêmica de natureza interdisciplinar sobre questões relacionadas aos processos de mudanças sociais, e projetou a UFPE como ambiente acadêmico dinâmico e inovador na área das ciências sociais.

Desde a fundação da pós-graduação em Sociologia, Heraldo Souto Maior tem se dedicado ao desenvolvimento do Programa, consolidando sua dimensão institucional e orientando pesquisas e dissertações, contribuindo para a formação de gerações de sociólogos que ajudaram a consolidação da profissão no Brasil. Teve seu reconhecimento como profissional de referência na área no plano internacional, ao ser convidado, em 1975, como “Honorary Research Associate”, pelo Departamento de Antropologia, da Universidade de Harvard. Retornando dos Estados Unidos, Heraldo Souto Maior voltou-se sobretudo a partir da década de 1980, para pesquisas de caráter mais acadêmico relacionadas com o novo contexto social do país. Trabalhando com os dados dos diversos Censos Demográficos, tem explorado, desde então, aspectos relativos às migrações internas, à segregação social, à educação superior e, sobretudo, à situação da família no Brasil. Foi um dos intelectuais que ajudaram a fundar a Associação Nacional de



Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) no final dos anos 1970, integrando desde a época grupos de trabalho da instituição. Também foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Desenvolveu várias pesquisas nas interfaces da Sociologia e da Antropologia que foram apresentadas em congressos nacionais e internacionais.

Desde o início de sua carreira docente na UFPE até a data de sua aposentadoria atuou na área administrativa tendo sido chefe do Departamento de Ciências Sociais e coordenador por diversas vezes do curso de Mestrado em Sociologia. Na docência ministrou entre outras disciplinas aquelas de Teoria Sociológica, Métodos e Técnicas de Pesquisa e Mudança Social, alternadas ou simultaneamente. Participou da criação e do desenvolvimento das linhas de pesquisa Família, Gênero e Sociedade, Teoria da Mudança Social e Estrutura Ocupacional no Brasil.

O reconhecimento de sua contribuição à formação de sociólogos e ao conhecimento sobre aspectos específicos da realidade brasileira e regional foi objeto de homenagens da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1995 e em 1999, quando foram outorgadas respectivamente a Medalha Nordeste de Humanidades e o título de Pesquisador Emérito. Recebeu da SBS em 2004 o prêmio Florestan Fernandes e da UFPE o título honorífico de Professor Emérito em 2005.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. “Família no Nordeste 1970-1987”. **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, vol. 1., 1990, pp.175-208.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. “Mulher, Família e Trabalho no Nordeste: o que dizem os dados publicados nos Censos Demográficos e PNADS”. **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, vol. 2, 1990, pp. 106-209.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. “Cinquenta Anos de Estudos de Família no Nordeste; 1933-1988”, em colaboração com Russell Parry Scott. **Revista Pernambucana de Antropologia**, (Série Família e Gênero), vol. 1, n. 2, 1996.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. “A Mulher empregadora no Brasil e Pernambuco e a Pequena Empresária no Recife”, com a colaboração de. Jorge Ventura de Moraes, José Carlos Vieira Wanderley e Sandra Correia de Andrade. **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 18, n 1, janeiro-junho de 2002, pp. 137-152.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. “Para uma História da Sociologia em Pernambuco: Uma tentativa de periodização”. **Estudos de Sociologia**. vol.1, n. 9, 2003, pp. 7-29.

Para uma História da Sociologia em Pernambuco: a Pós-Graduação (1963-2004). Recife, UFPE – Editora Universitária, 2005.

MAIOR, Herald Pessoa Souto. “Durkheim e a Família (Da “Introdução da Sociologia da Família” à “Família Conjugal”)” **Revista Anthopologicas**, Ano 9, Vol. 16, n.1, 2005, pp 7-30.

MAIOR, Herald Pessoa Souto. “O Ofício de Sociólogo” **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 1. n. 2, 2013.



Foto: UFSC Ciência.
Disponível em: <https://ciencia.ufsc.br/tag/perfi/>

ILSE SCHERER-WARREN

Por **Lígia Lückmann**
(UFSC)

Ilse Scherer-Warren, professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ de 1974 a 1981 e do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC a partir de 1981 até a sua aposentadoria (compulsória, em 2014), desenhou uma trajetória de destaque na academia brasileira, com uma rica e fecunda produção intelectual.

Tendo escolhido Florianópolis, e a UFSC, como o seu local de vida e de profissão, Ilse criou, em 1983, o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC a partir de uma disciplina (denominada “Movimentos Sociais”) voltada para o estudo das múltiplas formas de ação coletiva. O NPMS se tornou, desde então, uma referência central nos estudos sobre os movimentos sociais no país.

Embora já tivesse se sensibilizado pelo tema dos movimentos sociais na época da graduação, foi a partir do mestrado em Sociologia Rural que este tema passou a se inscrever com força em seus interesses de pesquisa,



marcados pela influência de sua trajetória de vida. Nascida em 1944 na cidade de Portão, Rio Grande do Sul e filha de uma família de pequenos agricultores, Ilse desenvolveu uma incansável opção pelos oprimidos, estudando o movimento camponês e o sindicalismo rural, temáticas que foram tomando corpo em sua vida acadêmica e consolidando o seu interesse pelos movimentos sociais quando da ocasião de seu doutoramento, na França, sob a orientação de Alain Touraine, em 1971.

Buscando guarida teórica na Sociologia francesa, e já lecionando na UFSC, Ilse avançou nos estudos sobre o tema, publicando o influente trabalho “Movimentos Sociais – um ensaio de interpretação sociológica” onde a autora lança um novo olhar que, transcendendo a dimensão da classe social, marcou o início de um processo de renovação teórica a partir da observação das especificidades da América Latina e do Brasil, observando novos atores e formas de organização social. Assim, apresenta (em 1984, na ANPOCS), o trabalho intitulado “O Caráter dos Novos Movimentos Sociais”, impactando, de forma inovadora, as investidas teóricas neste campo. A abordagem dos “Novos movimentos sociais” recebeu reforço e reconhecimento também com a publicação, com Paulo Krischke, da obra “Uma Revolução no Cotidiano – os novos movimentos sociais na América Latina” de 1987.

Outra importante renovação no campo de estudos sobre os movimentos sociais é apresentada no livro “Redes de Movimentos Sociais” (de 1996). Nesta obra, nossa autora vai marcar, em diálogo com a literatura internacional, uma nova forma de analisar a temática dos movimentos sociais. Se até então os movimentos sociais eram vistos a partir de sua identidade e organização internas, essa abordagem passa a vê-los pela perspectiva das articulações e relações sociais, incorporando fluidez, informalidade, diversidade e pluralidade nas análises desse campo. Podemos dizer que Ilse antecipou uma nova fase nos estudos sobre os movimentos sociais, onde a perspectiva das redes tornou-se central. A publicação de Silva et al intitulada “Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren” na revista Serviço Social e Sociedade, reflete bem os impactos inovadores dessa abordagem e o seu alcance em diferentes áreas do conhecimento.

Em íntima articulação com a temática da exclusão e dos movimentos sociais, suas preocupações mais recentes se voltaram para o estudo das políticas de inclusão, desenvolvendo pesquisas sobre a política de cotas no ensino superior e as suas relações com os movimentos sociais e setores estratégicos da sociedade civil.



Assim, e de forma bastante resumida, destacamos pelo menos três atributos de Ilse como professora e pesquisadora, quais sejam:

1. O seu papel na renovação teórica no campo de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina. De fato, a influência e o diálogo que Ilse sempre manteve com a produção internacional, diferente de uma mera transposição de teorias estrangeiras, resultou em importantes inovações na produção teórica nacional;
2. O seu comprometimento e engajamento com a questão das múltiplas formas de exclusão social. Movida pelo desejo de transformação social, Ilse nunca se esquivou em assumir e reconhecer o seu papel, de dentro e de fora do campo acadêmico, na luta pela promoção da justiça social;
3. A sua postura como intelectual pautada no diálogo, na amizade e no respeito à pluralidade. Em especial, a sua humildade e generosidade, e que são (de forma unânime) reconhecidas por colegas, alunas/os e ex-aluna/os.

O reconhecimento dessa trajetória pode ser ilustrado pelo prêmio “Florestan Fernandes” concedido pela Sociedade Brasileira de Sociologia em 2015, pela sua produção acadêmica, pela formação de pesquisadores e consolidação institucional. Recebeu também o título de professora Emérita da UFSC na ocasião da comemoração dos 60 anos da fundação desta universidade, em 2020. Assim, talento, fecundidade analítica e generosidade são expressões que resumem a vida acadêmica e profissional de nossa querida professora e amiga Ilse Scherer-Warren.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. Várias edições. São Paulo: Loyola, 2014. 141p.

SCHERER-WARREN, Ilse.; PASSOS, J. C. (Org) **Relações étnico-raciais nas universidades**: os controversos caminhos da inclusão. Florianópolis: Atilênde, 2014. 142p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012, 200 p.

SCHERER-WARREN, Ilse.; LUCHMAN, Lígia Helena Hahn (Org) **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Edufsc, 2015. 287p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**. Um Ensaio de Interpretação Sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 3 ed, 1989.



JOÃO GUILHERME CORREA DE SOUZA

Por **Lorena Holzmann**
(UFRGS)

Nasceu em 11 de março de 1930, em Quaraí, pequena cidade da Campanha gaúcha, na fronteira com o Uruguai. Foi estudar em Uruguaiana, depois de terminar o curso primário em sua cidade natal, onde não havia curso ginásial. Concluiu o colegial no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. O Julinho, como era conhecido, era a escola pública de maior prestígio no estado, considerado colégio-padrão. Nele se formaram as mais destacadas personalidades do mundo político e cultural do estado do Rio Grande do Sul. Foi, sem dúvida, oficina forjadora de gerações de lideranças. Ao chegar no Julinho, João Guilherme já tinha considerável bagagem cultural, acumulada durante um longo período em que, devido a grave enfermidade, manteve-se acamado. Dedicou-se a leituras que vieram a constituir a base de sua formação cultural, sempre acrescida de novas abordagens. Sua inquietação cultural o animava a novos desafios intelectuais.

Cursou Direito e Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como estudante secundarista e universitário participou do movimento estudantil,



como articulador e negociador, sem assumir cargos nas organizações dos estudantes. Sua vocação de articulador político marcou sua trajetória na UFRGS, onde se movimentava em torno de ideias e da defesa de posições avançadas num meio conservador, sem nunca reivindicar cargos. Agia nos bastidores.

Estudou Sociologia no curso de Filosofia, e em 1959 começou a dar aulas no curso de Ciências Sociais, na UFRGS, instalado naquele ano, a convite do professor catedrático da disciplina no curso de Economia. Na época, não havia concurso para o preenchimento de cargos de professores, sendo a proximidade com professores efetivos ou catedráticos, a via de ingresso no corpo docente. Foi assim o início da carreira docente do professor João Guilherme. Na época, grupos católicos dominavam as estruturas da universidade e, embora não tivesse apego à religião, João Guilherme tinha bom relacionamento com o catedrático de Sociologia, integrante do grupo. Mas, ao longo do tempo, João Guilherme foi se afastando desse grupo, conquistando autonomia intelectual e política dentro da Universidade.

Profundo conhecedor dos meandros da política universitária, foi um grande contador de casos envolvendo questões pessoais e intelectuais de professores e funcionários, sendo crítico feroz e sarcástico de acontecimentos e pessoas, assim como não poupava elogios a colegas e alunos quando os considerava pertinentes.

Nos primeiros anos como docente, baseava suas aulas nos “manuais” de Sociologia, então bibliografia usual no curso. Mas rapidamente, e por autodidatismo, superou essa face, passando a exigir dos alunos a leitura de clássicos da Sociologia, Marx, Weber e Durkheim e outros autores relevantes como Mannheim, Pareto, Veblen, Parsons, Merton. Foi uma inovação notável no ensino da Sociologia, ocorrida em plena vigência do regime cívico-militar iniciado em 1964. Tal avanço foi facilitado por sua grande capacidade de leitura e aprendizado, desenvolvida nos anos de enfermidade e sempre renovada. A introdução da leitura de textos de autores não usuais nos bancos acadêmicos contribuiu para destacar sua presença entre os alunos e inaugurou procedimentos inéditos no ensino da Sociologia. Era rigoroso na avaliação, perdulário nas críticas e nos elogios, sempre manifestados sem reservas. Era irreverente, controverso, contestador, polêmico sendo, por isso admirado ou detestado pelos alunos.

Foi um estudioso constante, trazendo para a sala de aula a exigência da reflexão sobre a contribuição dos autores estudados, e também incorporando as tendências que, periodicamente, se instalam no contexto dos debates acadêmicos.

Entre 1973 e 1976, preparou seu doutorado no México, mas não chegou a concluí-lo, não tendo apresentado tese à defesa. Sua experiência mais importante enquanto esteve no México, foi a possibilidade de dar aulas, oportunidade que aproveitou sem restrições, chegando a ter mais de 200 alunos em uma disciplina. Em entrevista para registro dos cientistas sociais gaúchos afirmou que suas aulas no México eram um sucesso. Modéstia não era uma das características de sua personalidade^[1].

Antes de ir para o México, fundou com outros professores, no início dos anos 1970, o Mestrado em Sociologia e Ciência Política na UFRGS. Já tinha obtido, então, nessa Universidade, o reconhecimento de NOTÓRIO SABER.

Nos anos 1980 foi assessor do Reitor Francisco Ferraz. Retornando às atividades docentes, enfrentou condições que o desestimularam a continuar a dar aulas. Turmas com poucos alunos, pouco assíduos, desinteressados. Com a possibilidade de uma segunda opção no vestibular, a maioria das vagas do curso de Ciências Sociais era preenchida por alunos com bom desempenho no exame vestibular, mas que não conseguiam vagas em outros cursos de mais prestígio e maior procura na Universidade, sobretudo o curso de Direito, sendo selecionados para as Ciências Sociais, como escolha da segunda opção. Não tinham, portanto, perspectiva de continuidade no curso, daí seu pouco interesse e frequência irregular nas aulas. Decepcionado e desencantado com a docência, João Guilherme aposentou-se em 1990. Continuou a estudar, sobretudo obras de História, e a acompanhar a situação do país, analisando-a com perspicácia e agudeza em contatos informais que mantinha com colegas e ex-alunos.

João Guilherme foi um professor na concepção antiga do que é ser um docente. A sala de aula era seu palco, que queria sempre repleto de alunos, que eram sua plateia, a quem disponibilizava atenção fora das aulas. Detestava fazer pesquisa e argumentava que qualquer hipótese, desde que não fosse absurda, poderia ser comprovada. Questionava os métodos quantitativos, rejeitando a possibilidade de traduzir em números a complexidade dos processos sociais. Mesmo assim fez algumas pesquisas, como a do empresariado gaúcho, a da região colonial de Joaneta, mas nunca publicou seus resultados. A pesquisa era pouco desenvolvida na área das ciências humanas na época, na UFRGS.

Para os padrões de avaliação vigentes, João Guilherme seria um professor improdutivo. Não perpetuou sua passagem na universidade com a publicação de artigos ou livros. Como seu nome e sua biografia podem aparecer num registro de Memória de Sociólogos e Sociólogas Brasileiros? Porque inovou o ensino da disciplina na UFRGS, formando gerações de estudantes que, como profissionais, se multiplicaram como docentes na UFRGS e em outras universidades e como sociólogos em instituições públicas e privadas. É o legado de um professor à moda antiga, mas extremamente inovador e instigante. É a história de um PROFESSOR sociólogo.

Faleceu na madrugada de 30 de janeiro de 2016, em Porto Alegre, quando a cidade enfrentava os efeitos da grande tormenta que sobre ela se abatera na noite anterior.

NOTA

^[1] Entrevista feita por Helgio Trindade e Maria Isabel Noll (UFRGS) num projeto sobre cientistas sociais no RS, ainda não publicado.



Foto: Editora UNESP.
Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/blog/jose-de-souza-martins-lanca-o-coracao-da-pauliceia-ainda-bate-no-sesc->

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Por **Conrado Pires de Castro**
(DCH/UFLA)

E á uma enganosa facilidade na caracterização da obra sociológica de José de Souza Martins. Pesquisador laborioso, híbrido de sociólogo, historiador e fotógrafo, seus trabalhos são dotados de uma dialética unidade na diversidade, síntese de múltiplas determinações – aberta, portanto, às contradições da vida social contemporânea.

Autor de obra polêmica e inovadora publicou mais de trinta livros, organizou dezenas de antologias, além de artigos em revistas especializadas, nacionais e internacionais. Escreve regularmente para grandes jornais. Uma produção ininterrupta, assentada em décadas de experiência de pesquisa empírica de campo e documental, lapidada por uma poderosa imaginação sociológica.

Nasceu em 1938, no atual município de São Caetano do Sul, na região metropolitana de São Paulo, em circunstâncias cronológicas e geográficas que o situam nos interstícios do mundo rural evanescente e do mundo fabril a despedaçar a mentalidade tradicional e a sociabilidade do “homem simples”. A origem no seio de família



de trabalhadores imigrantes, a meio caminho da expropriação dos saberes comunitários da vida roceira, compelia à errância pelas franjas da sociedade em transformação. Do ponto de vista sociológico, trata-se de ambientes e situações propícios para a experiência existencial daquilo que cientistas sociais antigamente chamavam de a “crise do Brasil arcaico”.

Em quase todos seus escritos, bem como no conjunto de suas pesquisas, estão gravadas as marcas vivenciais das sucessivas socializações e ressocializações do menino de roça, metamorfoseado em moleque de subúrbio e garoto de fábrica; do normalista que abandona o futuro certo na indústria pelas incertezas da ambição do ingresso no magistério primário rural, desviando-se dessa meta após concluir a escola normal pública em 1960 e ingressar no curso de ciências sociais da USP.

Essa perspectiva caleidoscópica de observação da realidade social seria o passaporte para sua integração às atividades de auxiliar de ensino no âmbito da Cadeira de Sociologia I, sob a liderança de Florestan Fernandes, após sua formatura em 1964. Nesse círculo elaborou seus trabalhos de mestrado (1966) e doutorado (1970). Embora o nome de Martins esteja predominantemente associado às contribuições na área da sociologia rural, o início de sua carreira se deu no interior do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho. Ainda estudante de ciências sociais foi convidado para participar da realização de entrevistas com famílias operárias para uma das investigações integrantes do projeto Economia e Sociedade, eixo articulador das atividades realizadas pelo grupo reunido em torno da cátedra de Florestan Fernandes.

A ruptura do processo político advinda com o Golpe de 1964 comprometeria o impulso original dos estudos relacionados com as resistências à mudança e as distintas modalidades de consciência social indispensáveis à análise macrosociológica do subdesenvolvimento. As urgências colocadas pelo novo regime logo conduziram a reorientações de rotas, acarretando em relativa dispersão de interesses e acomodações mais ou menos satisfatórias às exigências da situação. A violência do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, estilhaçara toda a institucionalidade política e cultural deixada intacta desde o golpe. Em 1969, as cassações das principais lideranças docentes aparentemente descaracterizariam a unidade teórico-metodo-



lógica forjada pelos projetos da Cadeira de Sociologia I, abandonando os remanescentes às imposições da conjuntura adversa.

Ao longo dos anos 1970, vendo nos dilemas da modernização agrária o avesso das promessas emancipatórias da modernidade capitalista, Martins irá acompanhar o avanço da fronteira agrícola para a Região Norte. Realiza uma verdadeira etnografia da ocupação de terras indígenas e da desintegração das relações comunitárias da economia de excedente tipicamente camponesa na Amazônia Legal. Testemunharia a emergência de novos movimentos sociais no campo, atuando junto à Comissão Pastoral da Terra; constata a “produção capitalista de relações não capitalistas de produção” como esteio da reprodução ampliada do grande capital e da expansão da lógica de acumulação primitiva nas frentes pioneiras. Paralelamente, animou um duradouro seminário sobre o método dialético, dedicado à exegese dos escritos de Marx e Henri Lefebvre.

Aos poucos foi amadurecendo os traços marcantes de seus trabalhos. Um sociólogo que mira e reflete sobre os fenômenos e sujeitos históricos situados no limite e no limiar do entrelaço de sociedades e civilizações. Neste ponto apanha e confere desdobramentos originais à rica e plural tradição do fazer sociológico ensinado e aprendido na “escola uspiana” de sociologia. Uma linhagem de pensamento que tem como nervo a capacidade de conjugar biografia e história, traduzir os fenômenos histórico-sociais em termos de problemas sociológicos.

Daí a fonte da unidade na diversidade de temas que abarcam da sociologia rural e dos movimentos sociais à sociologia da vida cotidiana e do imaginário social a ela correspondente, da sociologia da violência à sociologia da fotografia e da imagem.

Professor Emérito da USP, foi professor visitante nas Universidades da Flórida (1983), Cambridge (1993/4) e Lisboa (2000). Participou da Junta de Curadores do Fundo Voluntário da ONU contra as Formas Contemporâneas de Escravidão (1998/2007). É Doutor Honoris Causa pelas Universidades Federais de Viçosa, da Paraíba (2013) e Universidade de São Caetano do Sul (2014).



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa.** Estudo de sociologia do desenvolvimento. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1973. [Edição comercial da dissertação de mestrado, 1966]

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973. [Edição comercial da tese de doutorado, 1970]

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. [1979]

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. [2000]



SOBRE O AUTOR

FREHSE, Fraya (org.) **A Sociologia Enraizada de José de Souza Martins**. São Paulo, Com-Arte, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Uma arqueologia da memória social**: autobiografia de um moleque de fábrica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociologia como aventura**: memórias. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 155-158, Feb. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100012&lng=en&nrm=iso. (Acessado: 07.04.2021)

Revista de Ciências Sociais. Política & Trabalho, v. 2, n. 39, 22 dez. 2013. Dossiê Nos interstícios do (in)visível: Homenagem a José de Souza Martins. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/17655>. (Acessado: 7.04.2021)



Foto: GZH Geral.
Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/a-situacao-em-porto-alegre-e-insustentavel-diz-sociologo-colombiano-5309544.html>

JUAN MARIO FANDINO MARINO

Por **Isabel Ramos Fandiño**
(University of Calgary/Canadá) e
Letícia Maria Schabbach
(UFRGS)

Juan Mario Fandino Marino, mais conhecido como Professor Fandiño, nasceu em 19 de janeiro de 1946, em Bogotá, na Colômbia. Depois de abandonar o Seminário de formação sacerdotal do Departamento de Cundinamarca, rompendo com a expectativa familiar de se tornar padre, iniciou os estudos no Colégio Marista de Bogotá. Ainda na capital colombiana, concluiu um ano de graduação em Arquitetura na Universidad Nacional, mas ao perceber que a Arquitetura não era sua paixão, migrou para o curso de Sociologia na Universidad Javeriana.

Em 1966 obteve bolsa de estudos e foi para os Estados Unidos, onde se graduou em Sociologia pelo Oberlin College (Ohio, 1970) e concluiu o Mestrado e o Doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin, Madison (Wisconsin, 1975), com a Tese “Rural urban migration in Colombia: an exploratory model”, orientada por William Flinn.



Em 1977, após enviar cartas e currículo para 12 universidades brasileiras, escolheu lecionar na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Em busca de um ritmo de vida mais agitado, em 1978 o professor Fandiño mudou-se para Porto Alegre, ingressando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e se vinculando ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural (PPGSR), que, em 1992, foi incorporado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS). Aposentou-se da UFRGS em 2012, como titular, e permaneceu no PPGS até 2016, como professor convidado.

Encantado pela cultura gaúcha e fã do ex-jogador de futebol Paulo Roberto Falcão, virou fiel torcedor do Sport Club Internacional. No final dos anos 80 tornou-se, oficialmente, cidadão brasileiro. No decorrer dos anos abraçou oportunidades de estudar no exterior, cultivando o seu amor por viajar, e em 1989 atuou como professor convidado na University of Adelaide, na Austrália. Realizou pós-doutorado nos Estados Unidos na Purdue University, em West Lafayette/Indiana (1997-1998) e na University of Texas/Austin (2006).

Tendo sido representante regional (da região sul) e nacional da Associação PIPSA (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura), organizou, em Porto Alegre, o XVII Encontro Nacional dessa Associação, em 1994. Logo após, migrou da temática rural para a da violência, criminalidade e segurança pública, sendo um dos fundadores, em 1995, do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS (GPVC/CNPq). Também foi consultor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do governo do estado do Rio Grande do Sul, onde, na Secretaria estadual de segurança pública, coordenou o Núcleo de Pesquisas sobre Violência (NUPEVI, 1995-2001), constituído por pesquisadores da temática.

Na docência trabalhou principalmente com: teoria sociológica, sociologia criminal, sociologia do desenvolvimento, planejamento regional e metodologia de pesquisa. Orientou cinco teses de doutorado, 16 dissertações de mestrado, além de monografias de especialização e trabalhos de conclusão de curso. Em 1985 supervisionou a tese de Laura Maria Goulart Duarte, intitulada “Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul”, que foi vencedora do Prêmio Nacional de Trabalhos Científicos – Melhor Tese, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) daquele ano. Reconhecido não só por sua seriedade e dedicação para com os alunos, o professor Fandiño também era um amigo, frequentemente oferecendo jantares para as suas turmas, nos quais as conversas acadêmicas acabavam por se transformar em noites de canto e música.

O homenageado é uma referência nacional no que tange à utilização do “paradigma metodológico causal” nas Ciências Sociais (MARINO, 2012) e à introdução das teorias sobre os processos de criminalização para a análise dos fenômenos do crime e da violência no Brasil. Dentro dessas perspectivas, na Graduação em Ciências Sociais, no PPG em Sociologia Rural e no PPG em Sociologia da UFRGS, formou vários sociólogos e sociólogas que se tornaram disseminadores de seus ensinamentos e reflexões.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MARINO, Juan. M. F. Determinantes econômicos e sociológicos da migração rural-urbana: ensaio de uma metodologia de análise de resíduos migratórios. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 23-42, 1978.

MARINO, Juan. M. F. A forma de produção pós-chayanoviana na agricultura familiar. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. especial, n. único, p. 43-61, 1994.

MARINO, Juan M. F. Ciclos históricos da violência na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 31-39, 2004.

MARINO, Juan M. F.; RAMOS, Marília P. Condicionantes históricos do desenvolvimento capitalista global em nível regional. In: WITTMANN, Milton L.; RAMOS, Marília P. **Desenvolvimento regional, capital social, redes e planejamento**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 2004. p. 79-99.

MARINO, Juan M. F.; RAMOS, Marília P. Conexões explicativas entre desenvolvimento e capital social. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 12, p. 378-394, 2012.

MARINO, Juan M. F. Fundamentos do paradigma metodológico causal nas Ciências Sociais impropriamente denominado ‘Métodos Quantitativos’. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, p. 20-50, 2012.

MARINO, Juan M. F. **Sobreviventes, bandidos e rebeldes**: Para uma sociologia das transições criminológicas. Porto Alegre: 2013 (manuscrito em forma de livro).



LICIA DO PRADO VALLADARES

Por **Bianca Freire-Medeiros**
(USP)



nome de Licia do Prado Valladares se confunde com a própria história da sociologia urbana brasileira. Pioneira no estudo sobre as favelas cariocas, Licia é autora de uma obra incontornável para os que pretendem compreender as transformações urbanas desde o ponto de vista da segregação e da desigualdade socioespaciais. É igualmente basilar sua contribuição ao que se poderia chamar de uma “sociologia da sociologia urbana”, com especial destaque para o seu trabalho de resgate e difusão do legado da Escola de Chicago de Antropologia e Sociologia.

Licia nasceu em Salvador, Bahia, no dia 19 de janeiro de 1946. Uma baiana cosmopolita que cresceu bilíngue, marcada desde sempre pelos trânsitos transnacionais de sua família de origem. Sua mãe Gisela, judia-americana de origem húngara, formada em Antropologia pela Columbia University, conheceu o baiano José Antonio do Prado Valladares, advogado e ex-aluno de Gilberto Freyre, quando este foi estudar museologia no Brooklyn Museum. A infância de Licia, a primogênita entre três filhas, foi feita de idas e vindas entre Salvador e Nova York, assim como da convivência constante

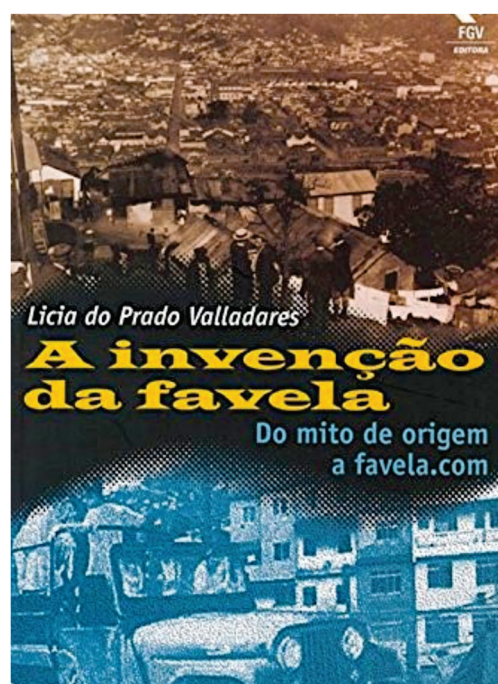


com figuras de renome do círculo artístico e acadêmico de Salvador: Jorge Amado, Mário Cravo, Carybé, Milton Santos. Além de referências intelectuais, eles foram importantes reservas afetivas para a adolescente, quando do falecimento precoce de seu pai em um acidente de avião.

Com o ilustre geógrafo, Licia teve, ainda menina, suas primeiras experiências como “assistente de pesquisa” em excursões pelo interior da Bahia. Anos mais tarde, já cientista social formada pela PUCRio (1964-67), foi novamente a convite de Milton Santos que Licia passou a integrar o projeto Venezuela-11 (Nations Unies et Commission pour le Développement de la Région Nord-oriental du Venezuela). Assim que, entre janeiro e agosto de 1969, Licia trocou o Rio de Janeiro, onde morava desde os 17 anos, por Caracas. Antes, porém, iria estagiar na

biblioteca do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Sem essa experiência talvez Licia Valladares não viesse a se tornar a pesquisadora de talento invejável tanto para o trabalho etnográfico quanto para o manuseio de fontes arquivísticas. Isso porque foi lá que ela conheceu Carlos Alberto de Medina, que havia trabalhado com o Padre Lebrete e José Arthur Rios na pesquisa da SAGMACS (Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais), estudo pioneiro sobre as favelas cariocas. Juntos, Medina e Licia escreveram um relatório sobre religião na Rocinha, favela onde a socióloga em formação morou e que segue sendo a principal referência empírica de suas reflexões. Mas também foi no CLAPCS que Licia descobriu o encanto dos acervos de fontes primárias e secundárias, o que teve pelo menos duas implicações bem importantes. Por um lado, tal experiência a inspirou, anos mais tarde, a conceber o UrbanData-Brasil: banco de dados bibliográfico sobre o Brasil Urbano. Por outro, a preparou tanto para realização de balanços da literatura que marcaram o campo, quanto para o manuseio primoroso de arquivos pessoais, de que o trabalho feito a partir dos arquivos de Robert Ezra Park é o exemplo mais recente.

Em fins da década de 1960, Licia começou o Doutorado em Sociologia na Universidade de Toulouse I com uma bolsa de estudos financiada pelo governo francês. Sob orientação de Raymond Ledrut, a pesquisa foi gerada nos deslocamentos entre Toulouse e Londres (onde Licia foi recebida pela antropóloga Ruth Glass no Centre for Urban Studies da UCL), Rocinha e Cidade de Deus. A essa época, ela também passou a frequentar o grupo de estudos de Anthony Leeds, que congregava “estrelas em ascensão”, entre as quais o jovem Luiz Antonio Machado da Silva. O resultado de tantos deslocamentos e interlocuções foi a tese de doutorado defendida em 1974



e que logo se tornou uma das mais influentes referências no campo dos estudos urbanos. Publicada em 1978 com o título “Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro”, a obra passou a integrar a série da Editora Zahar então coordenada pelo antropólogo Gilberto Velho, de quem Licia se tornaria interlocutora intelectual e amiga.

Na volta ao Brasil, Licia trabalhou no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV), até receber o convite, pelas mãos de Machado da Silva, para ensinar o curso de sociologia urbana no Instituto Universitário de Pesquisas no Rio de Janeiro (IUPERJ). Seu filho Leonardo, nascido em abril de 1979, ainda não havia completado um ano de idade quando Licia foi integrada ao quadro permanente de professores do IUPERJ, onde assumiria não só as disciplinas relativas aos estudos urbanos, mas também os cursos de metodologia de pesquisa qualitativa. Em outubro de 1980 nasceu Paulo, seu caçula.

Os anos 1980 foram de consolidação do nome de Licia Valladares como figura central dos estudos urbanos. Além de professora convidada da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE-FGV, 1983-85) e da École des Hautes Études en Sciences Sociales (1986), Licia organizou as coletâneas “Habitação em Questão” e “Repensando a Habitação no Brasil”, e publicou três balanços da literatura, em três idiomas, que até hoje se mantêm como referências fundamentais: “Infância e Sociedade no Brasil”; “Urban Sociology in Brazil” e “La Recherche Urbaine au Brésil” (1988). Em 1988, Licia Valladares deu início ao trabalho visionário do UrbanData-Brasil, antecipando, em larga medida, as potencialidades das ferramentas de busca bibliográfica que hoje fazem parte do nosso cotidiano de pesquisa. Nos anos seguintes, graças ao financiamento do CNPq e de agências estrangeiras, bem como a parcerias tributárias das várias redes de que participava Licia, o projeto foi se consolidando e gerando meta-análises do campo, com destaque para “Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: Uma Bibliografia Analítica” (Valladares e Medeiros, 2003). Atualmente vinculado ao Centro de Estudos da Metrópole (USP/CEBRAP) e ao Departamento de Sociologia da USP, o projeto encontra-se sob coordenação de Bianca Freire-Medeiros, que foi bolsista de iniciação científica na primeira das inúmeras equipes de pesquisa que ajudaram a consolidar o projeto.

Os anos 1990 também foram de trânsitos e colaborações diversas, dentro e fora do Brasil, com Licia atuando como professora convidada em diversas instituições: no Instituto de Ciências Sociais/UERJ, Institut Français d’Urbanisme/Université de Paris 8, Institut Universitaire d’Études du Développement, Institut d’Urbanisme de Paris/Université de Paris 12, Central European University (Budapeste). É de 1991 o “Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil”, texto não tão citado, mas considerado por muitos um dos seus melhores escritos, publicado na coletânea “Corporativismo e Desigualdade”, organizada por Renato Boschi.

Em 2000, Licia aposentou-se no Brasil e passou ao quadro de professores colaboradores do IUPERJ. No mesmo ano, publicou o artigo seminal intitulado “A Gênese da Favela Carioca: A Produção Anterior às Ciências Sociais”, na Revista Brasileira de Ciências Sociais. Em 2001, Licia foi professora convidada da Université de Paris 10 Nanterre e, naquele mesmo ano, ela passou em sua Habilitation à diriger des recherches en sociologie – Université Lumière Lyon 2. Um par de anos depois, tornava-se professora da Université des Sciences et Technologies de Lille, onde atuou até se aposentar em 2011.

Graças à sua capacidade de interlocução com instituições e campos disciplinares diversos, Licia Valladares esteve à frente de inúmeras redes de pesquisa internacionais que possibilitaram tanto a mobilidade de acadêmicos estrangeiros em direção ao Brasil quanto à propagação das reflexões aqui produzidas no exterior. Entre esses tantos projetos colaborativos e redes de pesquisas transnacionais, merece destaque o acordo CNPq-CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), coordenado do lado francês pelo sociólogo Edmond Préteceille, com quem Licia veio a se casar em 2005. No mesmo ano, ela lançou uma obra que nasceu clássica: “A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com”, cuja versão francesa foi publicada no ano seguinte. Em maio de 2019, foi publicada, pela prestigiosa The University of North Carolina Press, a versão (revista) em inglês. O livro encerra apontando para os desafios de se compreender uma favela globalizada, conectada e feita de uma nova geração que Licia do Prado Valladares irá nomear, em suas pesquisas mais recentes, de “universitários da favela”.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CUNHA, J. B.; VALLADARES, L. do P.; MESQUITA, W. A. B.; SILVA, L. S. da. Encontros com Licia do Prado Valladares: biografia, trajetória acadêmica e reflexões metodológicas sobre o seu trabalho de campo na Rocinha em 1967-1968. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 44, 2 abr. 2019.

VALLADARES, L. do P. (org.) **A sociologia urbana de Robert E. Park**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2018.

VALLADARES, L. do P. Educação e Mobilidade Social nas favelas do Rio de Janeiro: o caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, p. 153-172, 2010.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, L. do P.; MEDEIROS, L. **Pensando as Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 479p.

VALLADARES, L. do P. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n.44, p. 5-34, 2000.

VALLADARES, L. do P. Cem anos pensando a pobreza urbano no Brasil. In: Boschi, Renato. (Org.). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, p. 81-112.



Foto: Skoob.

Disponível em: <https://www.skoob.com.br/autor/26265-lucia-lippi-oliveira>

LUCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA

Por **Leticia Nedel** (UFSC)
Fonte CPDOC-FGV-RJ

Lucia Lippi é Professora Emérita da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e autora de uma obra cuja atualidade atravessa momentos definidores da sociologia e da pesquisa histórica produzidas no país ao longo dos últimos 50 anos. Como pesquisadora no CPDOC desde 1976, contribuiu para estabelecer e consolidar no Brasil áreas até então pouco frequentadas, como a sociologia das elites e a história contemporânea, as quais sofisticou com a argúcia autorreflexiva característica de sua produção. Suas abordagens sobre os projetos estéticos, políticos e ideológicos das elites republicanas, sempre sensíveis às questões identitárias e marcadas por uma perspectiva processual e transdisciplinar de análise, são referência fundamental para o conhecimento do Pensamento Social Brasileiro, área que se confunde com a própria experiência de institucionalização da pesquisa social no Brasil.

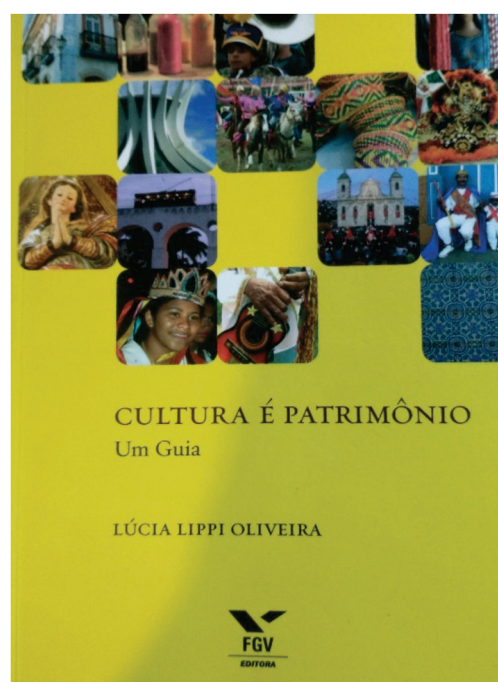
Lucia Maria Lippi Oliveira nasceu em 27 de fevereiro de 1945, em Teresópolis, estado do Rio de Janeiro. Filha de uma professora primária descendente de imigrantes europeus com um funcionário dos correios



procedente do interior de Minas Gerais, foi a primeira mulher da família a conquistar o diploma de curso superior. A morte prematura do pai antes que ela completasse dois anos distanciou-a do lado familiar paterno e a manteve, junto com a mãe, sob a órbita dos “Lippi”. Este era o sobrenome do avô materno. Em tal família se seguia a rígida orientação católica ultramontana ditada à época pelo bispo de Petrópolis, Dom Manoel Cintra. Foi junto desse avô que Lucia reivindicou o direito de estudar no Rio de Janeiro. Queria ser engenheira. Com o patrocínio dele cursou o científico como interna do Colégio Imaculada Conceição, tradicional escola católica localizada no bairro de Botafogo. Lá viveu sua primeira aproximação com a política, ainda como um processo de conversão à esquerda cristã entre 1960 e 1962, quando passou a militar na Juventude Estudantil Católica (JEC) e desistiu de cursar engenharia.

Ingressou no curso de Sociologia e Política da PUC-RJ em 1963. Uma universidade também católica, como convinha à família, com forte presença de mulheres e sobrenomes ilustres. Ali exerceu a militância na Ação Popular (AP), da qual acabou expulsa por insubordinação. Também na PUC conheceu Celina Vargas do Amaral Peixoto, futura criadora do CPDOC.

Dona de uma trajetória acadêmica singular, com ativa inserção nos debates, eventos e organizações profissionais que nas décadas de 1970 e 1980 acompanharam a expansão do ensino de pós-graduação no Brasil, Lucia não construiu carreira como professora universitária. No tempo de mestranda fez uma breve incursão como professora auxiliar de Sociologia na UFF, mas depois disso só voltou a lecionar nos anos 2000, nos cursos de graduação e pós-graduação da própria Fundação Getúlio Vargas. Nesse intervalo, trabalhou em tempo integral como pesquisadora e gestora de um centro de pesquisa – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) do qual é uma das fundadoras, junto com Celina do Amaral Peixoto, Aspásia Camargo e Alzira Abreu e que dirigiu entre 1995 e 1998. Com Ângela de Castro Gomes, Helena Bomeny, Dulce Pandolfi e Maria Celina D’Araújo ela integra o grupo de pesquisadoras que, em franco diálogo com brasilianistas estudiosos da história política brasileira recente, somaram esforços ao projeto institucional inaugurado em 1973 por Celina Vargas do Amaral Peixoto. Uma instituição sui generis, majoritariamente formada por mulheres, especializada em história contemporânea, destinada a recolher arquivos pessoais de personalidades públicas para, com base neles, realizar estudos sobre a atuação das elites políticas e intelectuais da chamada “era Vargas”. A doação do espólio documental de Getúlio



Vargas pela mãe de Celina, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, é o gesto de transmissão familiar que deu origem ao CPDOC, instituição de excelência em pesquisa, criada durante o mais violento dos governos ditatoriais instalados depois do golpe de 1964 no Brasil, que até 1985 permaneceu subordinada ao INDIPO, Instituto de Direito Público e Ciência Política. A ela cedo Lucia vinculou sua identidade acadêmica e profissional.

O convite para integrar a equipe do CPDOC foi feito em 1976, três anos após concluir o Mestrado em Ciência Política no IUPERJ, onde foi orientada por Wanderley Guilherme dos Santos na elaboração de uma dissertação sobre o PSD. Foi convidada por Celina, colega de graduação na PUC e também no curso de mestrado, para coordenar no CPDOC um projeto intitulado “Brasília”. Ambas haviam se aproximado por ocasião de um artigo escrito a seis mãos, com participação de Maria Aparecida Hime, para uma disciplina oferecida por Simon Schwartzman no IUPERJ. O trabalho, que versava sobre o contexto da Revolução de 1930, foi publicado na revista *Dados* em 1970. O projeto Brasília, por sua vez, tal como o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro e o Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB), criados respectivamente em 1974 e 1977 (este último por sugestão de Richard Morse, representante da Fundação Ford, e do brasilianista Thomas Skidmore), expressa o forte investimento da comunidade acadêmica, das agências internacionais de fomento e do CPDOC em particular, na produção de informação bibliográfica e documental que amparasse as investigações, então em curso, sobre temas como modernização do Estado, partidos políticos e autoritarismo.

Àquela altura o CPDOC já vinha desenvolvendo seus primeiros projetos financiados pela FINEP. Com o apoio da Fundação Ford estruturava o setor de História Oral, recebia pesquisadores norte-americanos que recorriam aos arquivos e depoimentos produzidos para suas pesquisas. O CPDOC se beneficiava ainda dos contatos familiares da diretora para alimentar o acervo com novos fundos de políticos com participação no movimento revolucionário de 1930 (Oswaldo Aranha, Antunes Maciel, Waldomiro Lima, além do próprio arquivo Getúlio Vargas). Nesse contexto, o projeto Brasília conectava-se a outro projeto em andamento, sob coordenação de Aspásia Camargo e Ângela de Castro Gomes, que investigava regionalismo, centralização e partidos políticos na década de 1930. Este projeto, iniciado também em 1976, trilhava, como frisou Lucia, um percurso investigativo similar àquele traçado pelos brasilianistas Joseph Love, John Wirth e Robert Levine sobre São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, quando retomaram a política desses estados durante a Primeira República. Já a ideia do Brasília era inventariar as interpretações da Revolução nas fontes bibliográficas da década de 1930. Em especial nas coleções, como a própria Brasília e a Documentos Brasileiros, que reuniram autores celebrizados como “Intérpretes do Brasil”. O projeto, cuja equipe de pesquisadores incluía autores de relevo como Mônica Pimenta Velloso e Ricardo Benzaquen de Araújo, resultou no livro *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada*, coordenado por Lucia e publicado em 1980.

Para além da sua finalidade imediata, o levantamento realizado foi importante também para identificar vazios historiográficos e definir os temas e problemas sobre os quais a sociologia histórica produzida por Lucia passaria a intervir nos anos seguintes: o estudo da igreja e dos intelectuais católicos nos anos 1920, o pensamento autoritário e o nacionalismo, as elites

culturais do Estado Novo, Almir de Andrade, Guerreiro Ramos, Gilberto Freyre, a história das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. A começar pela do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais – o CLAPCS, onde ainda em 1966 Lucia exercera pela primeira vez a profissão de socióloga. Foi também no decurso dessas pesquisas, já estando claro para a socióloga o quanto a história tinha a ganhar e oferecer à sociologia, que se consolida com a leitura de Karl Mannheim a convicção sobre a necessidade de tomar em conta o contexto e a cosmovisão dos atores históricos para se compreender a natureza “conservadora” ou “emancipatória” de seus projetos.

Os anos de 1980 seriam decisivos para consolidar a posição de Lúcia como referência bibliográfica obrigatória dos estudos sobre Revolução de 1930. Com ela, o trabalho de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, documentalistas e historiadores do CPDOC. A realização do seminário internacional alusivo aos 50 anos da Revolução, no qual se fizeram presentes as maiores autoridades nacionais e internacionais do assunto, foi um passo decisivo nessa direção. Como disse Lucia ao rever alguns marcos dessa trajetória, o livro de Boris Fausto abriu um caminho trilhado pelo CPDOC ao longo da década de 1980: as relações entre os entes federativos do país como chave de análise dos movimentos revolucionários daquela década. O seminário mostrou a pujança dos resultados, mais tarde publicados no livro *A Revolução de 30. Seminário Internacional* (UnB, 1993).

Ao apresentar à comunidade intelectual da época os rendosos frutos da pesquisa associada à documentação, o seminário estendeu as redes de inserção dos pesquisadores do CPDOC e impulsionou suas trocas acadêmicas, especialmente com a comunidade de historiadores, que até ali nutria reservas em relação aos recortes temporal, temático, teórico e documental das investigações. As desconfianças voltavam-se à história política, rechaçada no passado recente da disciplina; à sua interpretação do ângulo da sociologia das elites, acusada de compactuar com a ideologia dos vencedores, à base documental das análises, fontes tidas por subjetivas e, para completar, a quem apoiara os trabalhos do CPDOC, brasilianistas que no contexto repressivo da ditadura foram muitas vezes reputados empiristas e imperialistas. Aos poucos essas reservas cederam passo à contribuição substantiva daqueles estudos. Segundo Lucia, a maior delas foi retomar a questão regional para reinterpretá-la à luz de novos referenciais, formulados no interior de um debate francamente interdisciplinar. Não terá sido casual, sob esse aspecto, que a revista *Estudos Históricos*, lançada em 1987 com editoria de Lucia Lippi, Ângela de Castro Gomes e Gerson Moura, tenha se consolidado como uma das mais importantes referências na área de História.

Os anos imediatamente anteriores à criação da revista Lucia passara dividindo seu tempo entre o CPDOC e o doutorado em Sociologia da USP. Ali defendeu em 1986 a tese intitulada “Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo”, orientada por Gabriel Cohn. A tese, publicada pela editora Brasiliense em 1990 com o título “A Questão Nacional na Primeira República”, opera uma escansão da cronologia fixada como referência no Brasiliana. Os fundamentos socioculturais, políticos e ideológicos do nacionalismo brasileiro, processo ao qual se articulam as tensões entre modernidade e tradição subjacentes aos projetos civilizadores das elites letradas são esmiuçados desde o início do regime republicano.

Ao mesmo tempo, e na medida em que a constituição imaginária da nação compreende processos multiescalares, multifacetados e não lineares, Lucia vai perseguir nas décadas seguintes os desdobramentos heurísticos do fenômeno identitário. Sintonizada com a nova ordem jurídica, política e societária instaurada pela constituição de 1988, sua sensibilidade de pesquisadora dirige-se mais uma vez a questões clássicas, observadas sob novos prismas: a relação especular Brasil-Estados Unidos, as identidades imigrantes, os agentes, instituições e políticas de salvaguarda do patrimônio, a memória das cidades e do urbanismo no Rio de Janeiro.

As décadas de 1990 e 2000, pródigas em publicações, também o são em intercâmbios. Especialmente com a Unicamp, onde Lucia passa a compor assiduamente bancas e seminários; com os Estados Unidos, onde realiza pós-doutoramento entre 1992 e 1993, com acadêmicos de diferentes estados e universidades, orientados por sua produção escrita. Sem mencionar os contatos e conexões institucionais abertos pela editoria da Estudos Históricos e a participação como autora, avaliadora, debatedora e palestrante em congressos e organizações, a exemplo da SBS e ANPOCS, onde ajudou a fundar o celebrizado GT de Pensamento Social no Brasil.

A série de livros e artigos publicados nesse período testemunha um capítulo pujante da história da pesquisa produzida no Brasil. Eram tempos de abertura historiográfica, em que a diversificação das linhas de investigação e a mudança dos pressupostos de análise desafiavam a legitimidade heurística das metanarrativas. A produção de Lucia, para quem a política já se revelava desde antes articulada mas nunca determinada pela ação estrutural das forças econômicas, manteve-se na vanguarda desse movimento. Quando se buscam retrospectivamente os enlaces de sua trajetória de vida com o vasto repertório das pesquisas realizadas sobressai como primeira evidência a abertura desde cedo manifesta ao simbolismo enquanto dimensão instituidora da vida social, a ênfase desviada das estruturas em direção às redes, das determinações sistêmicas às experiências singulares dos atores. Para ela, talvez a maior novidade tenha sido menos as inovações de método que a retomada da atividade docente. Como professora da Escola de Ciências Sociais da FGV e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC desde 2003, Lucia renova cotidianamente o seu convite à reflexão, oferecendo aos jovens instrumentos refinados para compreensão de um mundo de inesgotável complexidade.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FRANCO, Celina do Amaral Moreira; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; HIME, Maria Aparecida Alves. (1970), “O Contexto Político da Revolução de Trinta”. **DADOS**, n. 7, pp. 118-136.

CPDOC 30 anos / Textos de Célia Camargo... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. 192 p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; GOMES, Ângela Maria de Castro e VELOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 31-47.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1995), “As ciências no Rio de Janeiro”. In: MICELI, S. (org.), **História das ciências sociais no Brasil**, vol. 2, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, pp.47-67.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Nós e Eles: relações culturais entre Brasileiros e Imigrantes**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.



SOBRE A AUTORA

BUARQUE, Bernardo. “Socióloga com Olhar Histórico ou Historiadora com Perspectiva Sociológica? Uma Leitura Prospectiva da Obra de Lucia Lippi”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 551-564, maio-agosto 2016.

BRAGA, Vanuza Moreira. “Entrevista de Lucia Lippi”. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 2013.

HEYMANN, Luciana. “Pioneiras e construtoras: breve nota sobre a contribuição de Angela de Castro Gomes e Lucia Lippi Oliveira à trajetória do CPDOC.” **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 29, n. 58, p. 541-550, maio-agosto 2016.



Foto: CEBRAP.
Disponível em: <https://cebrap.org.br/nota-de-pesar-sobre-o-falecimento-de-lucio-kowarick/>

LÚCIO KOWARICK

Por **Irllys Barreira**
(UFC)

A presença quase obrigatória de livros e textos de Lúcio Kowarick nos cursos de sociologia comprovam, de forma nítida, sua trajetória intelectual como fruto de dedicação à tarefa acadêmica. Nascido em 1938, Lucio Kowarick nos deixa, em 2020, o legado de uma vida dedicada à pesquisa potente, focada nos desafios do cenário urbano associados ao mundo do trabalho.

Kowarick graduou-se em Ciências Políticas e Sociais, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1961. Obteve o título de mestre em Ciências Sociais – Diplôme D'études Approfondies en Sciences Sociales (DEA), em 1967. Ingressou como professor da USP em 1970 onde defendeu tese de doutorado, em 1973, denominada “Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno da América Latina”.

Também foi pesquisador no CEDEC nos anos 1980, exercendo as funções de professor e pesquisador visitante do IRD, do IRESO e da EHESS, em Paris, do Institute of Development Studies da Universidade de Sussex, na Inglaterra, do Institute of Latin American Studies da Universidade de Londres, do Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford, e do Japan Center for



Area Studies, em Osaka. Foi homenageado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o Prêmio Florestan Fernandes, em 2013, pelo conjunto de sua obra.

Os escritos de Kowarick voltam-se fundamentalmente para analisar o crescimento das metrópoles ao lado dos mecanismos de segregação social e política, incluindo o registro analítico das formas coletivas de trabalho e organização pela conquista da moradia. Os textos tiveram principalmente como referencial empírico cenários citadinos do Brasil e América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, caracterizados pelo crescimento amplo de organizações de bairros populares baseadas em demandas por saúde, educação e moradia.

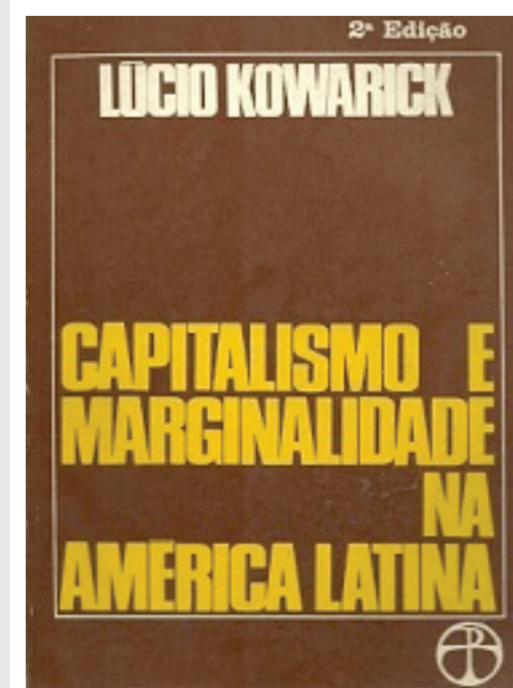
O conceito de espoliação urbana que se tornou chave de leitura importante para o entendimento da expansão das metrópoles e dos movimentos sociais, direcionou muitos trabalhos de pesquisa no Brasil e América Latina. A pobreza e a expansão urbana em sua feição social e política constituíram um fio analítico por meio do qual o autor observou trabalhadores, moradores e desempregados marcados pela tragédia cotidiana de luta pelo reconhecimento. Desse complexo de relações analisou os direitos de cidadania figurados na equação trabalho versus moradia.

As investigações de Kowarick sobre a dinâmica urbana e os processos de trabalho firmaram-se no cenário intelectual como pesquisa de longa duração, caracterizada pela visita recorrente e criativa aos mesmos objetos, permitindo acréscimos permanentes aos referenciais analíticos construídos em diferentes momentos. Em 2010, Lúcio Kowarick ganhou o Premio jabuti com o livro “Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade sócio econômica e civil, na categoria de melhor livro em ciencias humanas.

A produção intelectual de Lúcio, mais que um patrimônio intelectual revela-se bastante atual diante dos desafios emergentes da sociedade brasileira: o direito à vida e à cidade.

Além de comprometido com a interpretação dos dramas sociais contemporâneos, Lúcio Kowarick se tornou conhecido por sua integridade e seriedade acadêmica que se somaram à afetividade no trato pessoal.

As contribuições teóricas de Lucio Kowarick exemplificam a definição de Ítalo Calvino sobre a obra clássica como aquela que se revela sempre nova e inesperada a cada leitura. Assim podemos perceber seus livros como faróis a iluminar o mundo em permanente busca de deciframento.





SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

KOWARICK, Lúcio (1975). Capitalismo e marginalidade na América latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KOWARICK, Lúcio & Brant, Vinicius Caldeira (orgs.). (1976), São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo, Loyola

KOWARICK, Lúcio. (1979). A espoliação urbana. São Paulo, Paz e Terra.

KOWARICK, Lúcio (1987). Trabalho e Vadiagem – A Origem do Trabalho Livre no Brasil, São Paulo: Brasiliense.

KOWARICK, Lúcio (2000). Escritos Urbanos, São Paulo: Editora 34.

KOWARICK, Lúcio (2009). Viver em Risco, São Paulo: Editora 34.



LUIZ EDUARDO WANDERLEY

Por **André Ricardo de Souza**
(UFSCar)

Natural da cidade paulista de Penápolis, onde nasceu em 1935, Luiz Eduardo Wanderley se formou em ciências jurídicas em 1959, aos 24 anos, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Trabalhou nessa área até se tornar, em 1973, docente de ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição à qual, a partir de então, se dedicou. Antes de ingressar nela, Wanderley fez mestrado em sociologia, também na USP, entre 1970 e 1972, sob orientação de José Pastore, escrevendo a dissertação: O Plano Trienal (1963-1965) e o desenvolvimento no Brasil.

Entretanto, o interesse intelectual efetivo do cidadão penapolense não se voltou para as questões de desenvolvimento, mas sim para a educação popular. Isto se deu ainda nos anos 1960, concomitantemente a seu engajamento no Movimento de Educação de Base (MEB), algo que o fez realizar viagens de assessoria a grupos comunitários católicos no Centro-Oeste e, sobretudo, no Nordeste. Tal atividade, como ele próprio afirma, levou-o da área jurídica para a de ciências sociais. Seu estudo acadêmico



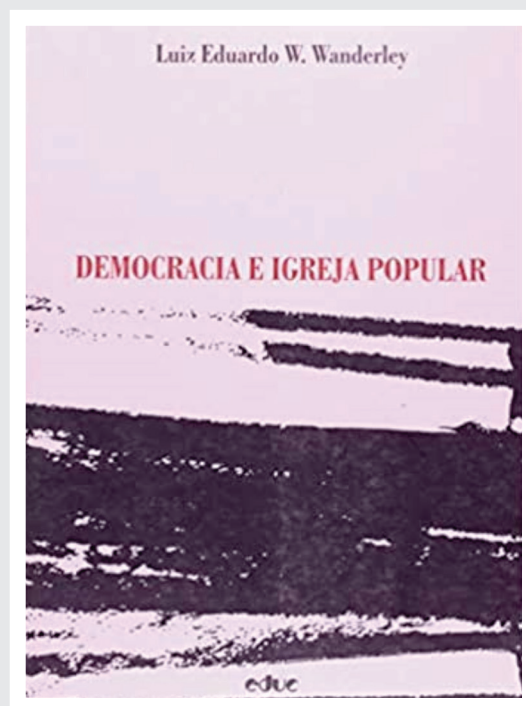
sobre o tema da educação e o MEB, propriamente dito, virira ocorrer apenas entre 1978 e 1982, quando elaborou a tese de doutorado em sociologia, também na USP, mas com José de Souza Martins como orientador e intitulada: Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base (1961-1965).

Estando bastante envolvido no catolicismo da libertação, composto pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais, veio a fazer um balanço crítico da relação entre tal fenômeno latino-americano e brasileiro e a educação popular, permeada pela perspectiva democratizante sob influência de Pasulo Freire. O resultado de tal estudo foi apresentado na Faculdade de Educação da USP, em 1993, como tese de livre docência intitulada Igreja Católica e democracia: distanciamento e aproximações. Ele havia dado aulas naquela faculdade ao final dos anos 1980. Em termos ainda de sua qualificação como pesquisador e docente, fez um pós doutorado, entre 1995 e 1996, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris.

Na PUC-SP, Wanderley foi reitor entre 1984 e 1988, quando dom Paulo Evaristo Arns era o cardeal arcebispo de São Paulo e grão chanceler da universidade, imprimindo ambos aspectos democráticos e progressistas que foram objeto de análise desse pesquisador, vindo a escrever vários textos sobre a instituição, após aquele período.

Luiz Eduardo Wanderley integra o conselho do Centro Ecumênico de Educação e Serviços à Evangelização e a Educação Popular (CESEEP), sendo também sócio da Ação Educativa, duas ONGs relevantes na área de ecumenismo e educação. No âmbito da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, lidera o Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NELAM) e integra o Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES). Além da universidade e da educação popular, seus outros temas investigativos são: globalização, Igreja Católica e democracia. Produziu mais de dez livros e cento cinquenta textos, entre capítulos de coletâneas e artigos em periódicos científicos. A obra Democracia e igreja popular (2007), em boa medida, representa a trajetória de seu interesse intelectual.

Em sua longa carreira, orientou ao todo mais de cem mestres e doutores em ciências sociais, além de supervisionar o pós-doutorado de alguns pesquisadores atuantes em diversas



universidades. Sempre trabalhou com o jeito afável que o caracteriza, condizente com a valorização dada por ele à educação.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

WANDERLEY, Luiz Eduardo; RODRIGUES, Arlindo. (Org.). **Utopia, Ética e Religião:** a construção de um novo mundo. São Paulo, EDUC, 2019.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educação popular:** metamorfoses e veredas. São Paulo, Cortez Editora, 2010.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Democracia e igreja popular.** São Paulo, EDUC, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo; BORON, Atílio; KRAWCZYK, Nora (Org.). **América Latina:** Estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo; BÓGUS, Lúcia (Org.). **A luta pela cidade em São Paulo.** São Paulo, Cortez, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é universidade.** São Paulo, Brasiliense, 1983.



Foto: Skoob.

Disponível em: <https://www.skoob.com.br/autor/22588-luiz-werneck-vianna>

LUIZ WERNECK VIANNA

Por **Pedro Barboza**
(PPCIS-UERJ)

Nascido em 1938 no Rio de Janeiro, Luiz Jorge Werneck Vianna descende de uma família cujas origens remontam ao período áureo da economia cafeeira. À época de sua geração, a família já não usufruía de recursos pujantes, o que faz com que o próprio autor defina sua situação como um “desequilíbrio de status”. Foi criado no bairro de Ipanema, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e frequentou colégios de elite. Sua trajetória nessas instituições contou com percalços, chegando a uma expulsão, fruto da denúncia de pais de colegas seus por receio de possível “influência comunista”. Sua juventude foi acompanhada pelo hábito da leitura. Monteiro Lobato, Eça de Queiroz, Fiódor Dostoiévski e Miguel de Cervantes foram autores que marcaram sua trajetória, permitindo que construísse já nessa fase uma inclinação pelos valores humanistas que perpassam toda sua história.

Em 1958, ingressou na faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ), concluindo o curso em 1962. Dois anos antes, um marco em sua vida: a



entrada para o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Werneck definiu essa experiência como uma “universidade viva”. Em 1964 iniciou a segunda graduação, em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este também é o ano que irrompeu no país o golpe civil-militar. À época, Werneck estava envolvido em um movimento que caracterizou como um “momento luminoso em minha vida”: sua atuação no Centro Popular de Cultura (CPC), instituição criada em 1962 por intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1967 graduou-se em Ciências Sociais e, dois anos após, ingressou na primeira turma de mestrado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Neste momento sua trajetória foi interrompida pela perseguição sofrida pelo regime – Werneck chegou a responder cinco inquéritos policiais-militares. Em fins de 1970 partiu para o exílio no Chile. Retornou um ano após, e, tão logo pisou em solo brasileiro, foi detido por seis meses.



Após sair da cadeia foi acolhido em São Paulo. Sob orientação de Francisco Weffort, iniciou seu doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e começou a trabalhar no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Suas atividades no PCB também continuavam, ao integrar um grupo de intelectuais que se dedicavam ao estudo da obra de Karl Marx. Em 1974, este grupo foi à União Soviética fazer um curso teórico na “Escola de Quadros” com o professor Anastacio Mansilla, importante referência teórica dentro do Partido Comunista soviético à época. Nesse mesmo ano Werneck redigiu com outros intelectuais o programa político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – à época o único partido legalmente instituído de oposição ao regime ditatorial. Em 1975, fugindo da repressão ao PCB em São Paulo, retornou ao Rio de Janeiro e, escondido na casa do dramaturgo Paulo Pontes, companheiro da época de CPC, escreveu sua tese.

Luiz Werneck Vianna atuou em mais de uma dezena de instituições universitárias pelo país. Por três décadas foi professor do IUPERJ e, durante o biênio 2003-2004, presidiu a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e contribui em diversos veículos de comunicação com refinadas análises de conjuntura. Suas produções têm como foco múltiplas áreas de interesse das Ciências Sociais: pensamento social brasileiro, intelectuais e modernização do Brasil, institucionalização das

Ciências Sociais, relações entre sociedade e Direito e o funcionamento do poder judiciário. Seus escritos primam por aliar um forte compromisso com a atuação na esfera pública, sem abrir mão do rigor acadêmico. A produção intelectual de Werneck é um registro do comprometimento das Ciências Sociais com os dilemas que se descortinam no país em sua trajetória enquanto uma nação que se quer democrática.

O SENTIDO AUTORITÁRIO E CONTINUÍSTA DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

Uma das contribuições mais marcantes de Werneck às Ciências Sociais brasileiras é seu livro, fruto de sua tese, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Essa obra não está desvinculada do contexto intelectual da época. Como o próprio Werneck descreve, esse momento é marcado por uma “literatura de escavação profunda”. O que estava a ser escavado era o Brasil e as características peculiares de seu processo de modernização. Como exemplos de produção nesse viés podem ser tomados *São Paulo e o Estado Nacional*, de Simon Schwartzman (1973); *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, de Florestan Fernandes (1975) e *A construção da ordem: a Elite Política Imperial*, de José Murilo de Carvalho (1980).

A despeito de diferentes abordagens e referenciais teóricos, essas obras possuíam como aspecto marcante o desejo de compreender as etapas e as características do processo de modernização de caráter conservador em marcha no país. Diferentemente de explicações anteriores, essa nova perspectiva interpretativa compreendia que a modernização brasileira não significava ruptura e desaparecimento das elites tradicionais. Antes, esse processo rumo ao moderno representaria um novo cenário onde esses grupos dirigentes renovariam e aprofundariam sua participação no comando da nação. É nessa chave que a obra de Werneck se insere, com a particularidade de direcionar o olhar analítico menos para as relações de dependência que eram produzidas externamente do que para os processos endógenos históricos de formação de nossas elites. Tendo grandes referências teóricas em Lênin, Antonio Gramsci e Barrington Moore JR, Werneck analisou como a revolução burguesa no Brasil fora obra de uma elite agrária. Desse modo, ocorreu a conservação de uma elite tradicional, sob o protagonismo agora de um novo grupo dirigente: moderno, urbano e industrial.

Nessa discussão sobre as características de nosso processo de modernização, o autor também destacou como a política direcionada aos setores subalternizados da sociedade era introduzida através de assujeitamento sob via corporativa com a concessão de direitos pelo Estado. Esse é um aspecto da introdução de um liberalismo “feito por cima”, numa sociedade marcada sob o jugo do escravismo e do patrimonialismo. Numa realidade tal, pouco afeita aos valores liberais, essa entrada acontece pelo caminho do Direito e de suas instituições. Esse processo não é pleno e nem pacífico, contando necessariamente com intensas negociações com siste-

mas de mando anteriores. Sob o prisma da análise de Werneck, é desse modo que se deu o processo de modernização autoritária brasileira: o moderno sendo introduzido e negociado a todo instante com a cultura do atraso, não rompendo com este, mas em compromisso com. Diferentemente de outras interpretações analíticas onde o enfrentamento com a natureza do capitalismo autoritário brasileiro se daria necessariamente pela via da violência revolucionária, Werneck aposta na luta política pelas liberdades engendradas de maneira comprometida pela sociedade civil enquanto uma resposta a esse cenário autocrático. O compromisso com a política é, uma vez mais, radical. Este compromisso de efetiva democratização da vida nacional pavimentada por intensa atividade política é uma marca de toda produção e atuação de Luiz Werneck Vianna.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. [em parceria com Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palacios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos]. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. **Uma sociologia indignada**. Diálogos com Luiz Werneck Vianna. Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Orgs.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.



MARIA BRANDÃO

Por **Inaiá Maria Moreira de Carvalho**
(UFBA - UCSAL)

Entre os personagens que contribuíram significativamente para a renovação e o avanço das ciências sociais na sociedade brasileira a partir da década de mil novecentos e sessenta se encontra Maria David de Azevedo Brandão. Nascida em Salvador em 1933, Maria se graduou em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia em 1956. Fez cursos de especialização em Antropologia Cultural pelo Museu Nacional e Antropologia pela Columbia University (1961); em Sociologia pela London School of Economics (1967) e mestrado em Sociologia na University of Pennsylvania. Fez Livre Docência na Universidade Federal da Bahia e pós-doutorado na Université de Paris – (Sorbonne Nouvelle), em 1983. Ingressando como docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em 1961, aí permaneceu por muitos anos, ministrando cursos de Sociologia, Sociologia Urbana e Metodologia de Pesquisa nas Ciências Sociais e realizando diversas investigações.

Na época, no bojo das transformações em curso na economia e na sociedade brasileiras, a cidade de Salvador e os municípios do seu entorno experimentavam



grandes transformações. Tanto a descoberta e a exploração de petróleo como a política de desenvolvimento regional então implementada centrada principalmente na indústria petroquímica e metalúrgica, tiveram impactos decisivos sobre a velha capital e o seu entorno, estimulando o desenvolvimento de novas atividades e a expansão e modernização de outras, assim como um grande crescimento. Com isso, Salvador experimentou mudanças muito intensas na sua estrutura econômica, social e urbana.

Estudiosos locais não se mostraram indiferentes a esses fenômenos, inclusive porque nessa época (anos 60 e 70) a Universidade Federal da Bahia também passava por uma significativa expansão e avanços. O curso de Ciências Sociais atraía um grande número de estudantes e a Faculdade de Fi-

losofia e Ciências Humanas integrava ao seu corpo docente um grupo de novos professores, comprometidos com a análise crítica do processo de desenvolvimento nacional e local e com a transformação da sua perversa realidade social. Entre eles se encontrava Maria Brandão. Sua incorporação à Faculdade contribuiu bastante para a expansão da pesquisa empírica sobre a realidade brasileira e baiana, com diversas investigações sobre questões metodológicas nas ciências sociais, ensino de pós-graduação, relações entre raças e classes e, especialmente, condições urbanas e problemas habitacionais.

Seus numerosos estudos refletiram sobre os avanços do processo de urbanização no Brasil, em Salvador e sua região metropolitana, ressaltando especificidades como o alto grau de concentração urbana, as diferenças inter-regionais e as mudanças na estrutura sócio ocupacional e na dinâmica das cidades; os impactos da exploração de petróleo e da industrialização sobre a economia local; o novo padrão de inserção de Salvador na divisão interregional do trabalho do país e a reestruturação da sua estrutura urbana; a relevância do papel do Estado nessas mudanças, a concentração de “terras de engorda”, e, especialmente, as condições e problemas habitacionais da população de baixa renda. Vários desses estudos e reflexões são até hoje indispensáveis para entender a conformação e a dinâmica urbana da capital baiana, como o seu trabalho pioneiro, onde a autora associa o desabamento das encostas (que ocorre todos os anos na época das chuvas e era visto como uma fatalidade geomorfológica) aos problemas de acesso ao solo por parte da população de baixa renda; ou, também, o clássico “O último dia



da Criação”, que analisa o processo de constituição de um mercado de terras em Salvador, com a privatização das terras públicas.

Maria foi professora visitante das universidades de Varsóvia, e Paris, assim como do Institut of Development Studies, na Universidade de Sussex na Inglaterra. Atuou como consultora de diversos órgãos nacionais e internacionais, como as Prefeituras de Salvador e de Manaus, o Ministério de Educação e Cultura do Brasil, o Banco Nacional de Habitação BNH, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD e a Fundação Ford, entre outros. Participou intensamente do debate público, especialmente sobre questões habitacionais, e de várias instituições acadêmicas, como a Associação Brasileira de Antropologia e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e formou muitos alunos, despertando o seu interesse pela pesquisa e pela carreira universitária.

Mestra de várias gerações, acompanhou a trajetória da sua cidade e do seu país, comprometida com os interesses maiores do seu povo e a construção de cidades mais igualitárias, justas e democráticas, e deu uma contribuição bastante relevante para o avanço do conhecimento na área das Ciências Sociais e da Sociologia no Brasil.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação; mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do P. (Org.) **Habitação em questão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 125-142.

BRANDÃO, Maria de Azevedo A regionalização da grande indústria no Brasil: Recife e Salvador na década de 70. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 5, n. 4 1985, p. 77-95.

BRANDÃO, Maria de Azevedo, PEDRÃO, F. Transformação econômica e heterogeneidade social na América Latina. **Estado e Sociedade. Brasília**, v. 3, numero 12, 1988, p. 17-30.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Em favor do lugar IN SOUZA, Maria Adélia de. **O mundo do cidadão**; um cidadão do mundo. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 106-108.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia**. Sociedade e economia em transição. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, v. 1, 260 p.



Foto: Notícias da UFSC.
Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2018/09/conferencia-da-rede-de-estudos-rurais-aborda-problemas-no-modelo-da-agricultura-brasileira/>

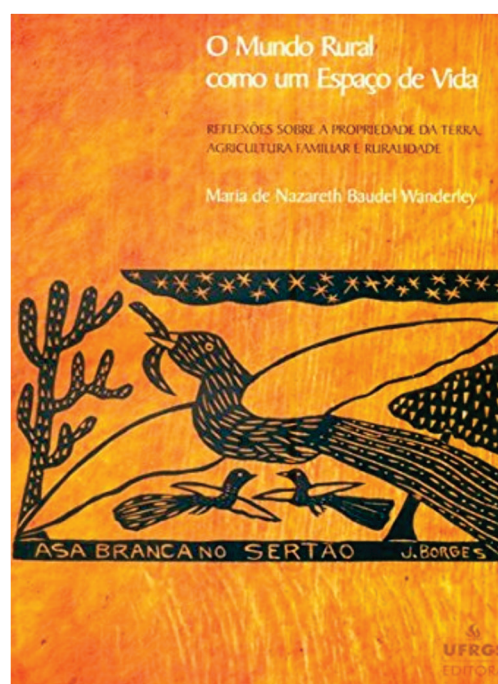
MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY

Por **Emília Pietrafesa de Godoi**
(UNICAMP)

Maria de Nazareth Baudel Wanderley nasceu em 13 de maio de 1939 no Recife, Pernambuco. Seu pai, Diógenes Gabriel Wanderley, era, àquela altura, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e sua mãe, Maria José Baudel Wanderley, professora na Escola da Usina Barão de Suassuna, onde residiam, no município de Escada. Segunda filha do casal e a primeira mulher dos seus nove filhos, Nazareth Wanderley viveu até os seus seis anos de idade na Usina Barão de Suassuna. Seu pai foi o fundador, em 1938, do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar de Pernambuco e, em 1945, se tornou presidente da Federação dos Trabalhadores do Açúcar, motivo que levou à mudança da família para Recife. Após concluir o ensino primário, Nazareth Wanderley ingressou, em 1949, no Colégio Nossa Senhora do Carmo, cuja fundação em 1943 contou com a participação de uma de suas tias maternas, Madre Amara. Neste Colégio permaneceu até a conclusão do curso científico, em 1957. Em janeiro de 1958, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco^[1].



Concluído o bacharelado, viajou, em 1963, para a França, onde permaneceu até 1966, tempo em que realizou a especialização em Sciences Sociales du Travail, no Institut des Sciences Sociales du Travail (ISST) sob a orientação de Yves Goussault, concluída com a monografia *Le travail et les travailleurs de la canne à sucre à Pernambuco*, que consistiu em um estudo sobre o “Acordo do Campo”, proposto por Miguel Arraes, então governador daquele estado. Eis que vemos a pesquisadora se ocupar de um tema que articula a sua formação em Direto, o seu trabalho pregresso, quando ainda estudante, junto ao Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE/Arquidiocese de Olinda e Recife, na implantação de sindicatos rurais, com o olhar da cientista social em construção. Voltou à França em 1969 e lá permaneceu até 1975 para a realização do seu Doutorado em Sociologia na Universidade de Paris X, Nanterre, onde apresentou a tese *L'économie sucrière de Pernambuco: contribution à l'étude des rapports entre la propriété foncière et le capital*, realizada sob a orientação de Henri Mendras e Marcel Jollivet.



A autora dedicou-se neste início da sua trajetória acadêmica a pesquisar, a desvelar e a compreender relações de trabalho e o desenvolvimento do capitalismo em um setor cujas privação e desemprego de seus trabalhadores não escaparam à percepção e consciência no ambiente em que viveu a sua primeira infância e a sua atuação no SORPE. Não menos importante é o fato de seu pai ter sido Juiz Classista – juiz não togado – nos anos de 1950, representante dos trabalhadores junto à Justiça do Trabalho de Pernambuco. A trajetória do Direito à Sociologia ecoa o ambiente vivido. Concluído o Doutorado em Sociologia na França e de volta ao Brasil, Nazareth Wanderley trabalhou por três anos na EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e presidiu o Centro de Estudos e Pesquisas Rurais, CEPER/Brasília, entre 1977 e 1979. Em 1978 ingressou na Universidade Estadual de Campinas, onde permaneceu por duas fecundas décadas na docência e na pesquisa.

Na UNICAMP integrou-se, logo de início, ao Grupo de Estudos Agrários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que, em depoimento, a autora revela ser carinhosamente chamado de “Grupo do Matinho”. Este Grupo de Estudos reunia nomes importantes dos Estudos Agrários não apenas da Unicamp, mas também da ESALQ, dos *campi* da UNESP de Botucatu e Araraquara e das PUCs de Campinas e São Paulo. Nesse momento de efervescência nos debates sobre questões rurais, Nazareth Wanderley foi sócia fundadora e presidente da APIPSA, Associação Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Social na Agricultura, financiada pela Fundação Ford. Mais tarde, em 2006, foi uma das fundadoras e coordenadora da Rede Nacional de Estudos Rurais. A sua liderança de projetos coletivos, a sua participação ativa na constituição

do campo de estudos rurais no Brasil, faz-se notável na criação de Associações Científicas e de Centros e Laboratórios de Pesquisa. Menciono aqui o Centro de Estudos Rurais (CERES/IFCH/UNICAMP), do qual foi uma de suas criadoras, em 1996, e sua primeira diretora; o Laboratório de Observação Permanente sobre as Transformações do Mundo Rural do Nordeste, que criou na Universidade Federal de Pernambuco, onde foi professora colaboradora após a sua aposentadoria na Unicamp, em 1998. Participou ativamente na elaboração da proposta do Doutorado em Ciências Sociais do IFCH em 1985 na Unicamp e foi a primeira coordenadora da Área de Agricultura e Questão Agrária deste Doutorado, na qual formou muitos pesquisadores que se tornaram referência nos estudos sobre o mundo rural. No âmbito desta área do doutorado em Ciências Sociais, Nazareth Wanderley coordenou entre os anos de 1991 e 1995, pela Unicamp, o projeto de grande fôlego Capes/Cofecub sobre *Novas Perspectivas do desenvolvimento Agrícola na França, na Europa e no Brasil*. Deste projeto, destaca-se a parte dedicada ao Brasil realizada por pesquisadores brasileiros, dentre os quais Nazareth Wanderley, cujos resultados foram apresentados nos dois livros organizados por Hugues Lamarche, *A Agricultura Familiar, Comparação internacional – uma realidade multiforme* (vol. 1) e *do mito à realidade* (vol. 2), que foram publicados no Brasil, na França e na Polônia.

Sua ligação com a França percorre a sua vida acadêmica desde a sua formação doutoral. A autora foi pesquisadora visitante do CNRS, em 2007, junto ao LADYSS, Laboratoire des Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces, da Universidade de Paris X, Nanterre. E, em 2014, realizou um pós-doutorado no CIRAD, Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, na Universidade Paul Valéry, de Montpellier. Seu livro *Uma singularidade histórica: o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês*, lançado em 2018, é um dos resultados eloquentes do seu encontro com o campo francês; neste livro expressa a sua sensibilidade às particularidades históricas das distintas realidades e nos faz perceber como soube se valer deste olhar para colocar questões, de outra maneira impensadas, à realidade brasileira. Dois outros livros se destacam na produção da professora, *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil* (2011), que consiste em um balanço crítico da produção acadêmica sobre o rural nas cinco décadas que precederam a publicação, e *O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade* (2009), livro imprescindível que reúne os principais artigos publicados pela autora até então.

Pesquisadora incansável e atenta aos processos de transformação da sociedade brasileira, as obras de Nazareth Wanderley indagam sobre o lugar do mundo rural nesses processos e, ao mesmo tempo, sobre o que o mundo rural nos fala e nos revela desses processos. São 11 livros publicados, autorais e organizados, 43 capítulos de livros e 23 artigos em periódicos, que se debruçam sobre temas como o capital e a propriedade da terra; agricultura e acumulação de capital; trabalho subordinado e resistência dos trabalhadores rurais; concentração fundiária e lutas pela terra; agricultura familiar e a sua reprodução sob novas condições em áreas de agricultura moderna; jovens rurais e ruralidade nas sociedades modernas – sem o exame dessas questões, não seria possível compreender parte significativa da realidade brasileira. Eloquentemente da importância da sua atuação e do legado que a sua obra constitui para a Sociologia, em 2011, a Sociedade Brasileira de Sociologia outorgou à Nazareth Wanderley o Prêmio Florestan Fernandes, e, em 2016, a Rede de Estudos Rurais criou o Prêmio “Maria de Nazareth Baudel Wanderley”, concedido a cada ano à melhor tese sobre temas rurais no Brasil. Há que se dizer,

que além do mundo rural, a história e a cultura pernambucanas são uma paixão na vida desta brilhante intelectual.

Jangada Para Nazaré

*Jangada do meu Nordeste
oqueiros olhando o Mar
O Mar que banha Recife
Recife prá gente amar
A jangada dá saudades
De quem está longe do lar
Jangada, vai lá na França
Vai minha Naza buscar.
(Mani, 1965)*



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

WANDERLEY, M. N. B. **Uma singularidade histórica:** o olhar de uma pesquisadora brasileira sobre o mundo rural francês. Recife: Editora da UFPE, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **Juventude rural:** vida no campo e projetos para o futuro. Recife – PE: Editora da UFPE, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário;** os estudos rurais no Brasil. Campinas SP: Unicamp, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida.** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009.

NOTA

^[1] Em dezembro de 2020 fui brindada com um presente de Nazareth Wanderley – um escrito com suas memórias, sob a forma de carta à sua filha, que generosamente a autora compartilhou com alguns amigos e amigas. É desse escrito, com 113 páginas, intitulado “Os caminhos da vida. Aos 80 anos, estou viva e bulindo”, que as informações biográficas aqui apresentadas foram retiradas, assim como o poema de Mani, Maria José Baudel Wanderley, sua mãe, com o qual se encerra essa bionota.



NEIDE ESTERCI

Por **Ana Paula Perrota Franco**
(UFRRJ)

Neide Esterci nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1941. Formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1965. Três anos depois ingressou no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional-UFRJ e em 1970, passa a dar aulas no Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou o seu doutorado em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), e teve sua tese, posteriormente transformada em livro, defendida em 1985. Entre 1989 e 1991 foi pesquisadora visitante de pós-doutorado no Institute of Latin American Studies da Universidade de Londres, e entre 1995 e 1996 na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

A pesquisadora teve participação relevante na institucionalização e expansão da área de Antropologia no Brasil. Suas pesquisas, realizadas na Amazônia e no Nordeste brasileiros, inspiraram cientistas sociais de diferentes estados dessas regiões e o seu envolvimento em programas de cooperação universitária, ao longo de sua carreira, foram importantes para o avanço e a consolidação da Pós-Graduação no Brasil. Além disso, a dedicação



de Neide Esterci à docência e à orientação acadêmica, durante quatro décadas (1970-2010), resultou na formação de dezenas de novos pesquisadores. Como reflexo do rigor e da atenção que investiu nesse trabalho, muitos dos seus alunos passaram a ocupar cargos em diversas universidades brasileiras.

A contribuição acadêmica de Neide Esterci se notabilizou pelo impacto sobre os estudos rurais no país, particularmente vinculados aos temas do campesinato, mas também sobre os efeitos dos projetos de desenvolvimento associados à questão socioambiental. Se destaca, por outro lado, pela emergência e consolidação do tema-chave do trabalho escravo contemporâneo.

A obra da pesquisadora chama atenção pela capacidade de transitar entre as abordagens sociológicas e antropológicas, e de mobilizar conceitos clássicos da sociologia, como conflito e dominação, sem desconsiderar que os processos sociais se dão conforme a participação e a maneira como os atores sociais se posicionam no espaço social. O seu livro “Escravos da desigualdade”, publicado em 1994, é um exemplo disso. A preocupação principal foi em analisar como a dominação adquire significado e legitimação contextualmente.

A partir dos anos 2000, Neide Esterci incorporou a questão ambiental em suas reflexões ao compreender a ligação dessa nova problemática com as situações de conflito e processos de desigualdade pesquisados no mundo rural. Tornou-se referência percutora nesse debate, estando à frente da constituição do próprio conceito de socioambientalismo e da formação desse campo como uma nova área de pesquisa nas Ciências Sociais. Os seus estudos dedicados aos conflitos socioambientais e à relação entre sociedade e natureza estão presentes em seus artigos, livros organizados e no trabalho editorial no Boletim Rede Amazônia, assim como na criação de grupos de trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Seus trabalhos alertam para a importância de colocarmos em questão a pressuposta homogeneidade de categorias e instituições. Ao discutir, por exemplo, o lugar do Estado, bem como o da Igreja Católica, nas situações de conflitos analisadas, Neide Esterci demonstra que tais instituições abrangem campos de forças e de disputas, a partir dos diferentes projetos e posições que se confrontam em seu interior. O livro “Conflito no Araguaia – peões e posseiros



contra a grande empresa” (Vozes, 1997), demonstra como até mesmo a categoria trabalhadores possui nuances, conforme as atividades, relações e posicionamentos dos diversos atores nas estruturas organizativas em que estão inseridos.

Os seus diferentes trabalhos nos levam a perceber, portanto, a importância de olharmos de maneira cuidadosa para as categorias e modos de identificação dos atores sociais. Esse esforço alinhou-se ao pressuposto de que tais classificações, longe de serem autoevidentes, são fruto de alianças, estratégias, posicionamentos políticos, sendo também carregadas de conteúdos político e morais. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido acerca desses temas tornou-se indispensável enquanto referencial analítico nas Ciências Sociais, mas também para outras áreas do conhecimento, como os campos do direito, do serviço social e das ciências naturais.

Por fim, gostaria de terminar citando a última passagem do livro “Escravos da desigualdade”: “essas indicações demonstram, para todos os efeitos, que as vítimas são sujeito e que a dominação e a exploração se fazem sobre elas mas não a despeito delas”. Considero que essa sentença marca a maneira com Neide Esterci tratou, ao longo de toda a sua carreira, os sujeitos de sua pesquisa, conferindo a eles dignidade e ensinando a escapar de um olhar que desumaniza e objetifica aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, na medida em que os considera despossuídos da capacidade de elaborar estratégias individuais e coletivas. Esse aspecto nos permite falar da contribuição política de Neide Esterci, uma vez que toda a sua trajetória acadêmica se deu em diálogo e participação direta com diferentes organizações sociais, como por exemplo, o antigo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e o Instituto Socioambiental (ISA). Esse contato constituiu-se desde os anos iniciais de sua formação, durante o período da ditadura militar, e perdurou durante a redemocratização, até sua aposentadoria em 2010, de modo que o seu comprometimento acadêmico rigoroso não se furtou de um engajamento político compromissado contra as formas de injustiças sociais.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ESTERCI, N.; SANT'ANA JR., H. A.; TEISSERENC, M. J. S. A. (Orgs.). **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018. 312 p.

RAMALHO, J. R.; ESTERCI, N. (Orgs.). **Militância Política e Assessoria**: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2017. 358 p.

ESTERCI, N.; VALLE, R. S. T. (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. 1ª ed. São Paulo: Linear B, 2003. 191 p.

ESTERCI, N. **Ambientalismo e Conflito social na Amazônia Brasileira**. **Boletim Rede Amazônia**, 2002, Ano 1, nº 1, pp. 51-62.

ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (Orgs.) **Fazendo Antropologia no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 340 p.

ESTERCI, N. **Imobilização Por Dívida e Formas de Dominação No Brasil, Hoje**. Lusotopie, Paris, p. 123-139, 1996.

ESTERCI, N. **Escravos da Desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994. 133 p.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 201 p.

ESTERCI, N. **Cooperativismo e Coletivização no Campo**: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero/ISER, 1984.



Foto: UFMG.

Disponível em: <https://www.ufmg.br/ieat/2011/10/neuma-aguiar/>

NEUMA FIGUEIREDO DE AGUIAR

Por **Camila Galetti**
(UnB)



campo de estudos de mulheres, gênero e feminismo nas ciências sociais no Brasil contou com a atuação fervorosa de Neuma Aguiar para se estabelecer. A socióloga nascida em Fortaleza, Ceará, em 1938, é conhecida principalmente pela sua contribuição aos estudos estatísticos em junção com a temática de gênero. Após finalizar a graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1960), cursou o mestrado em Sociologia e Antropologia na Boston University (1962), em seguida se candidatou ao doutorado em Sociologia pleiteando várias bolsas de estudos e foi contemplada em todas, porém, escolheu a Washington University (1969).

Quando retornou ao Brasil, trabalhou na condição de assistente na Universidade Federal Fluminense, no Museu Nacional da UFRJ e na PUC-Rio. Porém, onde lecionou por mais de vinte anos, de 1972 até 1997, foi no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Partindo da Sociologia do trabalho, dedicou-se aos estudos sobre mulheres, assim como Elisabeth Souza Lobo, da qual era amiga e também pioneira nas



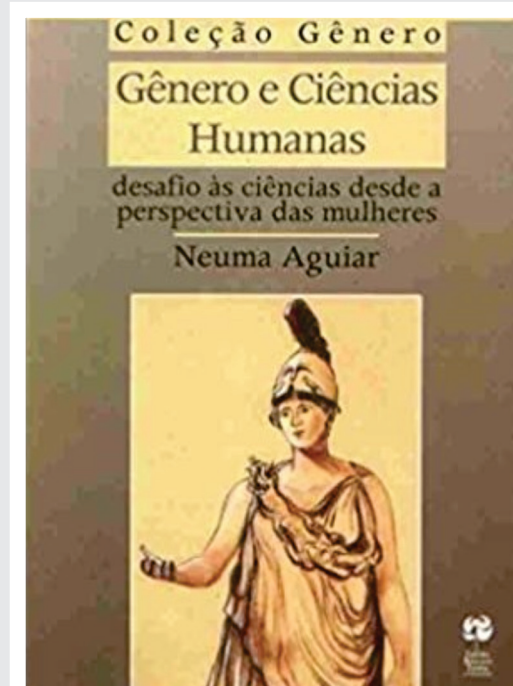
linhas de pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho e estratificação social.

Na condição de docente do IUPERJ, impulsionou diversas discussões dada sua atuação internacional com intenso diálogo com as feministas do terceiro mundo. Nesse período, abriu diálogo com a socióloga indiana Chandra Talpade Mohanty, dentre outras, que se dedicaram a produzir sobre a condição feminina para além do pensamento hegemônico. Uma atividade organizada por Neuma que marcou os estudos feministas no Brasil foi o seminário “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina” realizado no Rio de Janeiro em 1978.

Segundo Bruschini (1994), a proposta era discutir duas questões fundamentais: a primeira, de ordem mais teórica, sobre as atividades econômicas predominantemente desempenhadas por mulheres que não eram adequadamente analisadas dentro do marco teórico do marxismo que imperava nas universidades latinoamericanas na década de 1970; a segunda estava atrelada com as lacunas metodológicas para se pensar e captar informações sobre o trabalho feminino. O seminário evidenciou a importância da prática sociológica amparada nas questões de gênero, ampliando o escopo de análise recuperando a atuação e os problemas enfrentados pelas mulheres no mundo do trabalho.

Pode-se afirmar que entre as inúmeras contribuições de Neuma, suas pesquisas sobre gênero e o uso do tempo merecem destaque. Em meados de 1980, conciliou economia e sociologia ao incorporar o tempo de trabalho não-remunerado num exercício de construção de uma escala de estratificação residencial, para tornar visível a atividade doméstica e outras formas de atividade sem remuneração, desempenhadas sobretudo pelas mulheres. Seus estudos junto a outras pesquisadoras que se dedicavam a pensar mulheres e trabalho, resultou na criação do grupo de trabalho “A mulher na força de trabalho” na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) no ano de 1985.

Para Neuma, a valoração do trabalho doméstico é importante para os estudos de uso do tempo, que tem como finalidade estimar sua contribuição ao Produto Interno Bruto elaborando contas satélites que levam em consideração a participação do trabalho doméstico não remunerado – perspectiva construída a partir das conferências mundiais de mulheres (AGUIAR, MONT’ALVÃO, 2016). Com isso, evidenciou a importância de observar o quanto a valoração



do trabalho não remunerado é uma tarefa pertinente a vários ramos das ciências sociais e não apenas ao campo da economia doméstica, constituindo um desafio para a sociologia, para a qual ela contribuiu para sua consolidação.

Após sua experiência no IUPERJ, Neuma Aguiar foi aprovada no concurso para docente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde foi professora titular entre os anos de 1996 a 2008. No ano seguinte, 2009, recebeu o título de professora emérita na UFMG, desenvolvendo pesquisas nas seguintes áreas: gênero e patriarcado, movimentos de mulheres, estratificação e mobilidade social, sociologia internacional comparada e sociologia dos usos do tempo. Fundou e coordenou por 10 anos o Programa de Metodologia Quantitativa da UFMG e o Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CEPEQCS).

É membra vitalícia da International Sociological Association (ISA). Foi professora visitante do Instituto de Altos Estudos Interdisciplinares (UFMG). Em 2007, recebeu o prêmio Vinícius Caldeira Brant do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a mulher (UFMG) por suas contribuições às áreas de Gênero, Estudo de Mulheres e Feminismo, e o prêmio Florestan Fernandes, da Sociedade Brasileira de Sociologia, por sua contribuição para o desenvolvimento da área. Recebeu também os prêmios Rose Marie Muraro, conferido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal, e CNPq por suas contribuições para a análise das condições de vida das mulheres brasileiras.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

AGUIAR, Neuma. **Tempo de Transformação no Nordeste**. Petrópolis, Editora Vozes. 1980.

AGUIAR, Neuma. **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

AGUIAR, Neuma; NEVES, Jorge A.; FERNANDES, Danielle. “Mobilidade Social Feminina”, in N. Aguiar (ed.), **Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política**. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 165-180, 2007.

AGUIAR, Neuma; MONT’ALVÃO, Arnaldo. Estratificação residencial, valoração do trabalho doméstico e uso do tempo: contribuições para a análise do caso Brasil. In: **Uso do tempo e gênero**. Org: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara [et al.]. – Rio de Janeiro: UERJ, 2016.



SOBRE A AUTORA

CARUSO, Gabriela de Brito. Colocando o IUPERJ no mapa dos estudos de mulheres, gênero e feminismo no Brasil: as redes intelectuais de Neuma Aguiar. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos** v.8, n.14, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/CESP/issue/view/2202>

BRUSCHINI, C. (1994), “Women and Labor In Brazil The History of an issue and Prospects for the Future”. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3.

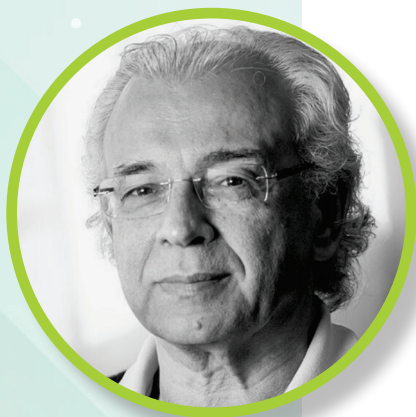


Foto: Folha de São Paulo.
Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/09/1683525-renato-ortiz-ecoa-kafka-em-livro-de-ensaios-pessimistas.shtml>

RENATO ORTIZ

Samira Feldman Marzochi
(UFSCar)

RENATO ORTIZ, UM OBJETO HEURÍSTICO

Festa bionota sobre Renato Ortiz cometerá a deslelgância de construir o intelectual, meu professor e ex-orientador de pós-graduação, como um “objeto heurístico”. Abro a oficina e separo as ferramentas para modelar algo que está além de mim, a aluna e admiradora de seus livros, e além dele mesmo, o professor da sala de aula, da cantina do IFCH e das reuniões de orientação. Um objeto científico, afinal, é sempre uma terceira dimensão mediadora entre o observador e a realidade, um sistema de relações, uma totalidade particular que se impõe como um universo articulado. Como ele próprio dizia, “o que apaixona é a ideia”.

Ortiz é o emblema de uma intelectualidade capaz de encontrar caminhos, mesmo na adversidade, para levar adiante projetos de pesquisa arrojados sobre fenômenos sociais abrangentes e uma produção que se pode chamar de “obra”, – não só por privilegiar a publicação em livros, mas pela constância e pelos sucessivos desdobramentos entre problemas e temas.



Além de sua história de vida difícil, – aos oito anos perdeu o pai e a mãe logo que ingressou na Escola Politécnica da USP, – teve uma formação acadêmica diferenciada: não apenas estudou sociologia e antropologia em Paris, mas, por meio de seu orientador, Roger Bastide, numa Paris pretérita, a dos anos 1920 que fundou a escola uspiana dos anos 1930-40 através das missões francesas entre as quais Bastide se encontrava. Lendo outra vez suas memórias, confirmo a impressão de que Ortiz nunca deixou a França, mas também nunca esteve plenamente ali, e que sua riqueza e contemporaneidade se devem, precisamente, ao deslocamento geográfico, temporal e social de sua formação.

Nascido em Ribeirão Preto, a 20 de março de 1947, e criado em Taubaté, aos quinze anos foi enviado pela mãe ao Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias Fernando Costa, em Pirassununga, onde morou em regime de internato. Formou-se em 1964, aos dezessete anos, como técnico em laticínios. No mesmo ano, muda-se para a capital a fim de se dedicar às apostilas de cursinho pré-vestibular. Ingressa na Escola Politécnica da USP em 1966. Meses depois, sua mãe falece e, em 1969, abandona os estudos de engenharia.

Nos anos 1960, em São Paulo, durante a graduação na Politécnica, Ortiz participa ativamente dos movimentos de contestação política: une-se às passeatas, distribui folhetos, compõe o serviço de segurança da peça Roda Vida e, nos congressos estudantis, recebe os camaradas vindos de outros estados. Pela via da militância universitária, envolveu-se com as humanidades. Ainda cursando a Poli, no terceiro ano, teve aulas de filosofia com Vilém Flusser sobre a evolução das ciências e se deixou atrair pelos cursos noturnos do Instituto de Filosofia. Porém, os seminários demasiadamente tradicionais e bacharelescos para o momento o conduziram às ciências sociais.

Decide deixar a engenharia logo quando as universidades eram invadidas e fechadas pelas forças policiais da ditadura militar. Com a herança de sua mãe, um terço de um DKW, compra uma passagem de terceira classe para a Europa num navio da linha C. Embarca no Porto de Santos a 7 de março de 1970, com uma máquina de escrever e um violão no qual compôs algumas das canções que foram recentemente gravadas no álbum “Paris São Paulo” (2019). Desembarca em Vigo, na Espanha, duas semanas depois, aos 23 anos.



Na França, seu diploma da escola agrícola fora reconhecido como equivalente ao *baccalauréat*, a universidade era gratuita e o visto de permanência no país obtido sem muita espera. Nos dois primeiros anos, recebia irregularmente uma parte da pequena pensão da mãe e aceitava empregos temporários, mal remunerados e informais. Trabalhou numa fábrica de escovas de dente, foi pintor de parede, garçom de café, concierge, baby-siter e colhedor de uvas. Percorreu todo o mapa de Paris mudando-se em busca de moradias mais baratas, quartos em andares altos, sem banheiro, nem elevador. Graças a Fernando Perrone, ex-deputado exilado e doutorando em Paris, conseguiu um trabalho como pesquisador por alguns francos a hora.

Vincennes, Paris VIII, era o avesso da tradicional Sorbonne, uma universidade pós-Maio de 1968 inaugurada em janeiro de 1969. Multidisciplinar e experimental, atraía estudantes de esquerda e importantes intelectuais da vanguarda francesa, como Foucault, Lyotard, Guattari, Deleuze, Passeron, Chatêlet. Cabia ao aluno escolher as linhas temáticas e as disciplinas para compor sua formação acadêmica. Havia, contudo, uma forte tendência anti-intelectualista entre os estudantes. Chatêlet se empenhava em justificar a importância de Hegel, um intelectual burguês; Deleuze era seguidamente interrompido e Foucault se retirou logo no início dos trabalhos universitários.

A curiosidade, mas, sobretudo, a sensação de defasagem de conhecimento que acompanhou Ortiz em toda a sua trajetória, – desde menino, quando lia, indiscriminadamente, tudo o que lhe caísse nas mãos, passando pelo período em que se preparou para o vestibular, até a insatisfação com Vincennes, – foi o que mais favoreceu a sua produção acadêmica. Procurou a *École Pratique des Hautes Études* que, assim como o *Collège de France*, estruturava-se em torno de laboratórios e privilegiava a pesquisa. Não existia um edifício central e os cursos se dispersavam em diferentes bairros da cidade. Muitos de seus membros não tinham doutorado, mas produções relevantes, como Edgar Morin e Henri Desroches. Os estudantes deveriam elaborar projetos originais para a aprovação de um futuro orientador e as teses eram defendidas como uma espécie de mestrado. Ortiz redigiu um projeto de pesquisa sobre O Pasquim – um amigo jornalista, que tinha a coleção completa, emprestou-lhe – e Morin aceitou orientá-lo.

Desenvolveu sua investigação sob a abordagem da “análise de discurso” que se difundia na França com as leituras de Saussure, Lévi-Strauss e os formalistas russos. Ortiz frequentava os seminários de Morin, Roland Barthes, Christian Metz, e também as aulas de Foucault quando este ainda se dedicava ao projeto para o livro *Vigiar e Punir* no *Collège de France*. No grupo de pesquisa coordenado por Violette Morin, entrou em contato com a literatura sobre comunicação e cultura de massas: Abraham Moles, McLuhan, David Riesman, Lazarsfeld. Em 1972, Ortiz se graduou em sociologia por Vincennes, Paris VIII, e obteve também o diploma da *École Pratique des Hautes Études*.

Em suas visitas ao fichário do Instituto da América Latina, em Paris, para a pesquisa de doutorado, deparou-se com obras de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Antônio Candido e Roger Bastide que o atraíu,

especialmente, pela obra *Les Religions Africaines au Brésil*. Um amigo das rodas de violão em Paris, colecionador de livros e discos do Brasil, guardava uma pequena biblioteca sobre a Umbanda escrita por teólogos da religião. Ao consultá-la, Ortiz pôde redigir um projeto de doutorado apresentado ao próprio Bastide que, embora muito idoso, aposentado da Sorbonne e trabalhando em tempo parcial no Laboratório de Psicologia Social da École Pratique, animou-se com a proposta e decidiu orientá-lo.

O encontro com Bastide o leva a Durkheim e aos ensaístas brasileiros. Estudante na década de 1920, quando o mundo durkheimiano dominava a sociologia e a antropologia francesas, Bastide assimila a tradição intelectual brasileira em sua visita ao Brasil, nos anos 1930: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Oswald de Andrade. Mas a originalidade da tese de Renato Ortiz estava em sua oposição à tese de Bastide: a Umbanda constituía uma síntese religiosa *sui generis*, um fruto nacional da ruptura com relação à herança africana, não uma mera continuidade e enraizamento em outras terras.

Em 1973, de volta ao Brasil para a pesquisa de campo sobre a Umbanda, realiza freelancers para a Editora Abril, onde se encontravam vários ex-trotskistas, escrevendo verbetes para enciclopédias. Também produziu para a Revista Planeta, da Editora Três, alguns textos sobre cultos afro-brasileiros, tendo sido publicado apenas um, sobre Exu.

Em 1974, foi convidado por Roger Bastide, já em seu leito de morte, a um cargo de professor na Universidade de Louvain, na Bélgica, um contrato temporário de dois anos, para ministrar dois cursos para estudantes de mestrado, Antropologia Urbana e da Religião na América Latina. Começou, também, a trabalhar no Institut de L'Amérique Latine como assistente do professor Rabenoro que sucedeu Bastide na orientação, num curso sobre Metodologia das Ciências Sociais. Defendeu sua tese de doutorado em Sociologia e Antropologia, pela École de Hautes Études em Science Sociales, em junho de 1975. Seu primeiro artigo foi publicado nos Archives des Sciences Sociales des Religions. Henri Desroches, diretor da revista, solicitou-lhe, ainda, algumas resenhas para o L'Année Sociologique.

Neste mesmo ano, foi convidado pela Universidade Federal da Paraíba a trabalhar em João Pessoa, no Departamento de Ciências Sociais, e lá dirigir um núcleo de estudos históricos. De toda a sua trajetória, esta talvez tenha sido a pior experiência. Foi denunciado ao Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão de espionagem da ditadura militar, por colegas de departamento; teve problemas de adaptação e doenças de fundo emocional. Rompeu o contrato em 1977, retornou a São Paulo e ficou desempregado por alguns meses.

Em seguida, já no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, publicou seus primeiros livros e, por cartas, estabeleceu longo diálogo com Florestan Fernandes a partir do envio de sua tese de doutorado. Em Belo Horizonte, foi vice-presidente da associação de professores, participou da greve das universidades federais autárquicas (1980-81) e da criação da Andes, sendo membro da primeira diretoria, numa fase

importante da luta pela democratização no país (que continua). Em 1984, deixa a UFMG e, em 1985, passa a integrar o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-São Paulo, onde permaneceu até 1988. Desde então, é professor titular do Departamento de Sociologia da Unicamp.

Estabelecido no Brasil, afastou-se regularmente para realizar projetos de investigação e ministrar aulas no exterior. Foi pesquisador do Latin American Institute da Universidade de Columbia e do Kellogg Institute de Notre Dame, nos Estados Unidos; professor visitante da Escuela de Antropologia, no México; titular da Cátedra Simon Bolívar do Institute des Hautes Études en Amerique Latine, na França, e da Cátedra Joaquim Nabuco da Universidade de Stanford, nos EUA.

O primeiro da família a ingressar numa grande universidade, Ortiz afirma, em suas memórias, que seu habitus o orientava para tudo que ele não foi. O pai não terminara o curso ginásial, era representante de vendas de produtos diversos, e sua mãe, precocemente viúva com três filhos, fez um curso de especialização em educação física. Contudo, desde menino havia o gosto excessivo pelo cinema e pela leitura, o curso de datilografia do Círculo Operário de Taubaté, por insistência da mãe, e toda a biblioteca herdada dos tios. E havia também o fantasma inspirador de um tio, Carlos Ortiz, ex-padre que abandonou a batina, o interior de São Paulo, aproximou-se do Partido Comunista, foi jornalista e cineasta, dava cursos de cinema, viajou para Moscou...

A biografia e a trajetória acadêmica de Renato Ortiz, assim revistas, nos ajudam a compreender e valorizar uma dimensão específica da teoria sociológica e de sua própria sociologia: a de que o habitus se constitui não exclusivamente do acúmulo de experiências e do aprendizado contínuo, mas, sobretudo, da ruptura com relação às formas anteriores. Ele emerge do corte simbólico entre um “antes” e um “depois”, envolve sempre rituais de passagem mais ou menos explícitos. Tanto na vida, quanto na teoria, um novo habitus desfaz o monge, uma nova síntese reinventa a tradição.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro:** Umbanda e Sociedade Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. **Um outro território:** ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Editora Olho d'água, 1997.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante:** Japão e Modernidade-Mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

ORTIZ, Renato. **Ciências sociais e trabalho intelectual.** São Paulo: Olho d'água, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização:** saberes e crenças. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato. **A diversidade dos sotaques:** o inglês e as ciências sociais. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

ORTIZ, Renato. **Trajetos e memórias.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

ORTIZ, Renato. **Universalismo e diversidade:** contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.



Foto: FFLCH-USP.
Disponível em: <http://sociologia.fflch.usp.br/node/91>

REGINALDO PRANDI

Por **André Ricardo de Souza**
(UFSCar)

Nascido em 1946 na pequena cidade paulista de Potirendaba, Reginaldo Prandi se tornou um dos principais sociólogos brasileiros, tendo uma trajetória caracterizada por rápida ascensão profissional, bastante versatilidade e também reconhecimento. Sua capacidade adaptativa se mostrou já ao se transferir de um curso de medicina veterinária na USP ao de ciências sociais na Fundação Santo André, da cidade homônima, que concluiu em 1970, enquanto residia na Zona Leste paulistana. No ano seguinte, fez uma especialização em demografia também na USP, onde ingressou no mestrado em sociologia, além de se tornar pesquisador do CEBRAP, atuando junto com notórios intelectuais durante aquela que foi a fase mais dura da ditadura militar no país. Em 1972, iniciou um período de quatro anos como professor da PUC-SP, que também abrigava de modo destacado importantes pesquisadores. Atuou ainda em outras instituições particulares de ensino superior. Finalizado o mestrado em 1974, começou a fazer o doutorado, sob orientação de Aparecida Joly Correa na USP, onde se tornaria, dois anos mais tarde, professor do Departamento de Sociologia. Viria



ser livre docente em 1989, professor titular em 1993 e, enfim, emérito em 2018.

No CEBRAP, onde permaneceu até 1976, Reginaldo trabalhou com pesquisa quantitativa junto com Elza Berquó, mas teve como mestre o grande pioneiro nos estudos de sociologia da religião no Brasil: Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Aprendeu com ele como são os pilares de tal segmento sociológico, junto com o amigo que se tornaria outro eminente pesquisador dessa área, além de seu orientando de doutorado e também colega de departamento: Antônio Flávio de Oliveira Pierruci. Os três se dedicavam à compreensão do significado da religião no processo mais amplo de desenvolvimento do país. Em tal atividade, o filho dileto de Potirendaba teve contato investigativo, pela primeira vez, com as reli-

giões afro-brasileiras, assim como o catolicismo, tendo sido esta vertente religiosa o tema de seu mestrado. Mas no doutorado, acabou versatilmente optando por pesquisar algo importante no âmbito dos estudos sobre o chamado capitalismo dependente: a condição do trabalhador por conta própria. Ambos trabalhos foram publicados, compondo quatro dezenas de livros de sua autoria, abarcando educação, religião e outros assuntos.

Sendo um dos primeiros pesquisadores brasileiros a lidar com a informática e tendo firmes conhecimentos de estatística – aplicados por ele, inicialmente, no ofício de professor particular e, depois, no ensino universitário de pesquisa por amostragem – Reginaldo Prandi foi responsável pelo desenvolvimento da metodologia, bem como um dos fundadores do Instituto Datafolha, vinculado ao jornal Folha de São Paulo, onde atuou entre 1982 e 1989. Mais que isso, por enfrentar os debates: político no Partido dos Trabalhadores, do qual fazia parte e acadêmico na USP, então marcado por rejeição das pesquisas quantitativas, decidiu fazer sobre o tema, em 1987, um pós-doutorado nos Estados Unidos. Na volta ao Brasil, o extravio, por alguns meses, de sua bagagem – repleta de fotocópias e anotações, assim como o incentivo do amigo Procópio Camargo – o fizeram mudar radicalmente de plano para sua livre docência: pesquisar os contornos e significados da disseminação do candomblé na Região Metropolitana de São Paulo. Verificou ele ser esta não mais uma religião étnica, restrita a negros e pobres, mas algo abarcando também a branca classe média com elevada escolaridade. Iniciava ali uma inflexão investigativa que marcaria sua carreira e vida.



Em 1991, esse sociólogo publicou seu principal livro, *Os candomblés de São Paulo*, que, trinta anos depois, ganhou uma edição comemorativa e ampliada. É autor também de outras obras de referência na área, assim como vários e importantes artigos, abordando sobremaneira: catolicismo, pentecostalismo, espiritismo e a relação entre religião e modernidade. Deu significativas contribuições, enquanto avaliador, para o desenvolvimento de diferentes programas de pós-graduação em sociologia. Muito produtivo, foi pioneiro também em bolsas de pesquisa do CNPq, órgão que, em 2001, lhe conferiu, junto com SBPC e Ministério da Cultura, o prêmio Érico Vanucci Mendes, tendo sido premiado também, em 2017, pela Cátedra 10 Unesco-PUC-Rio, além de ter recebido, por quatro vezes, indicações para o Prêmio Jabuti de literatura. Coordenou o Comitê de Sociologia da CAPES (2001-2004) e foi membro do Comitê Acadêmico da ANPOCS. Além de sociólogo, tornou-se também um escritor bem sucedido ao publicar livros sobre mitologia, literatura infanto-juvenil e ficção policial – com alguns traduzidos para outros idiomas – havendo inclusive dois best-sellers.

Com seu amplo conhecimento e a personalidade bastante objetiva, Reginaldo contribuiu expressivamente para a formação de pesquisadores atuantes em diversas universidades do país. As reuniões com grupos de orientandos em sua casa se caracterizaram por bastante competência, posicionamento enérgico, além de afeto e bom humor. Soube estabelecer reais laços de amizade a partir delas, de modo a combinar aspectos puramente intelectuais com outros eminentemente humanos.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo, Fapesp e Edusp, 1991.

PRANDI, Reginaldo; PIERUCCI, Antônio Flávio. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo, Fapesp e Edusp, 1997.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo, Fapesp e Companhia das Letras, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **Os vivos e os mortos**: uma introdução ao espiritismo. São Paulo, Três Estrelas, 2012.



Foto: CPDOC-FGV

ROBERTO MOTTA

Por **Amurabi Oliveira**
(UFSC)

UM PH.D. NADA TÍPICO^[1]

Roberto Motta nasceu em 14 de setembro de 1940 na cidade do Recife, tendo uma formação familiar bastante particular como costuma demarcar, sendo neto de um pastor presbiteriano por parte de mãe, e sobrinho de um bispo católico por parte de pai. Seu pai era o intelectual Mauro Mota (1911-1984), que além de escritor renomado imortal da Academia Pernambucana de Letras e da Academia Brasileira de Letras, esteve na direção executiva do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual Fundação Joaquim Nabuco), de 1956 a 1970, tendo trabalhado com Gilberto Freyre (1900-1987).

Em seu processo formativo, Roberto Motta concluiu o curso ginasial em 1957 no Colégio Nóbrega em Recife, tendo optado por continuar seus estudos no campo da filosofia, segundo ele por influência de seu professor Fernando Barros Leal. Inicialmente movido por um desejo de seguir a carreira religiosa, ingressou em um seminário em João Pessoa, onde permaneceu por um ano, e depois em um seminário em Olinda, e



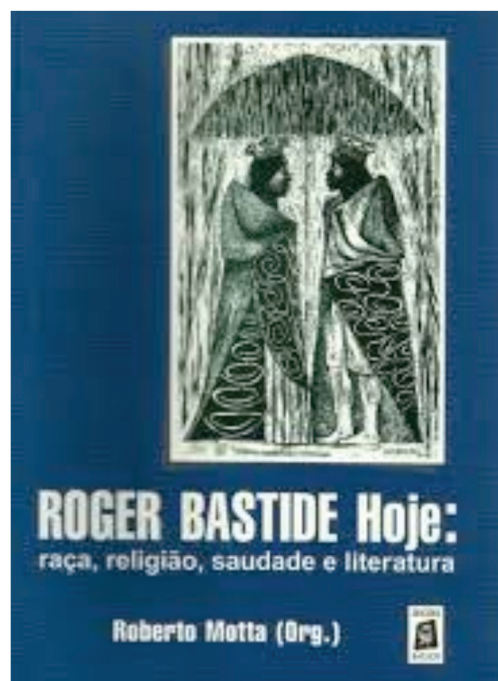
apesar de não ter seguido esse caminho, destaca a relevância desse período para a formação de sua disciplina intelectual. Concluiu o curso de filosofia na Universidade Federal de Pernambuco em 1962, tendo sido aluno de Ariano Suassuna (1927-2014). Iniciou sua carreira lecionando história no ensino médio e atuando como tradutor no Instituto Joaquim Nabuco.

Ainda nos anos de 1960 ganhou uma bolsa de estudos para realizar seu mestrado em Ciências Sociais e Desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais na Holanda, tendo finalizado em 1964 a dissertação *Towards a Study of Alienation amongst Some Foreign Workers in The Netherlands*, regressando ao Brasil após o golpe militar de 1964. Voltou a atuar no Instituto Joaquim Nabuco e passou a lecionar na Universidade Federal

de Pernambuco a partir de 1970, atuando no mestrado em Sociologia que havia sido fundado em 1967 como Programa Integrado de Economia e Sociologia^[2]. Também no ano de 1970 obteve uma bolsa da comissão Fulbright para realização de estudos doutorais nos Estados Unidos, para cuja seleção contou com uma carta de recomendação de Gilberto Freyre. Apesar de seu desejo inicial de realizar seu doutorado na Sociologia, devido a suas notas nos testes com raciocínio lógico-matemático foi aconselhado por Charles Wagley (1913-1991) a realizar seus estudos na Antropologia, tendo iniciado seu doutorado na Universidade de Colúmbia, onde foi supervisionado por Robert F. Murphy (1924-1990).

É em seu período doutoral que Roberto Motta passa a se dedicar à pesquisa sobre o Xangô de Recife, tema sugerido por seu supervisor. Sua tese só foi finalizada quase dez anos depois do seu ingresso em Colúmbia, tendo sido defendida em 1983 sob o título *Food for Thought: The Xangô Religion of Recife*, na qual explora a dimensão sacrificial do Xangô. Nesse meio tempo além de se dedicar às atividades da graduação em Ciências Sociais e do mestrado em Sociologia da UFPE – mantendo seu vínculo com a Fundação Joaquim Nabuco^[3] – também foi um dos fundadores, junto com René Ribeiro (1914-1990), do primeiro mestrado do Nordeste em Antropologia, em 1977.

Além de estudos mais empíricos acerca das religiões afro-brasileiras, Roberto Motta também trouxe contribuições significativas para o campo das ciências sociais da religião ao explorar a relação entre os cientistas sociais e a religião. Ademais, suas contribuições abarcam



ainda a área de pensamento social, destacando-se suas publicações sobre Max Weber e sobre Gilberto Freyre. Tanto suas interpretações do pensamento de Weber quanto de Freyre são pouco ortodoxas, desenvolvendo novas chaves de compreensão desses autores, que distam sensivelmente daquelas que se tornaram hegemônicas nas Ciências Sociais brasileiras.

No plano nacional pode-se dizer que Roberto Motta foi um dos fundadores do campo das Ciências Sociais como nós o conhecemos hoje em termos institucionais, principalmente ao considerarmos o processo de expansão e consolidação dessas ciências fora do eixo Rio-São Paulo. Todavia, longe de produzir uma carreira mais “regional”, Roberto Motta também foi um dos primeiros de sua geração a internacionalizar sua carreira, destacando-se o fato de ter realizado ainda estágios pós-doutorais nas universidades de Paris V, em Harvard e na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Foi ainda professor visitante nas universidades de Paris V, Lyon, Nice, Roma II, Caen, da Califórnia em Los Angeles, do *Center for the Study of World Religions* de Harvard, da *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, de Paris, sendo atualmente pesquisador associado do *Groupe de Sociologie des Religions et de la Laïcité* do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS).

Roberto Motta foi orientador de toda uma geração de sociólogos e antropólogos da religião, especialmente no Norte e Nordeste, muitos deles se tornaram professores em departamentos de Ciências Sociais de outras universidades, tais como Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dentre outras.

Ao longo de mais de 50 anos como professor e pesquisador, Roberto Motta deixou sua marca no campo das Ciências Sociais brasileiras, além de sua vasta produção intelectual também é conhecido pelo seu humor *sui generis*, e pela sua personalidade carismática.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MOTTA, Roberto. Xangô, Jurema e Umbanda: anotações sobre três formas de religião popular na região do Recife. **Revista del CESLA**, nº 26, p. 3-24, 2020.

MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionila (Orgs.). **Gilberto Freyre**: Região, Tradição, Trópico e Outras Aproximações. 1Rio de Janeiro: Instituto Miguel de Cervantes, 2013.

MOTTA, Roberto Max Weber's Vocation: Some Remarks Concerning the Disenchantment of the Disenchanter. **Social Compass**, v. 58, p. 153-161, 2011.

MOTTA, Roberto Reação a Max Weber no Pensamento Brasileiro: O Caso de Gilberto Freyre. **Estudos de Sociologia** (Recife), v. 13, p. 185-206, 2008.

MOTTA, Roberto (Org.). **L'Actualité de Roger Bastide**: Race, Religion, "Saudade" et Littérature. Saint Paul de Fourques: Bastidiana, 2005.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de Interpretação das Relações Raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 38, p. 113-134, 2000.



SOBRE O AUTOR

MOURA, Carlos André Silva de; COSTA, Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Meneses; SILVA, Drance Elias da. (Orgs.). **Sociologia, Religiões e Modernidade – Ensaio em homenagem a Roberto Motta**. Recife: EDUPE, 2020

OLIVEIRA, Amurabi. Entrevista com um “ph.d. nada típico”: Xangô, Weber, Gilberto Freyre e outros assuntos com Roberto Motta. **Latitude**, v. 8, n. 2, p. 427-440, 2014.

NOTAS

^[1] Esse título faz alusão ao artigo publicado em 1978 de autoria de Gilberto Freyre sobre Roberto Motta.

^[2] Os programas de economia e sociologia continuaram integrados até 1981.

^[3] O Instituto Joaquim Nabuco foi transformado em Fundação Joaquim Nabuco em 1980.



Foto: Associação dos Docentes da UFPE.
Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/opiniao-docencia-universitaria-nao-se-restringe-a-aula-silke-webe/>

SILKE WEBER

Por **Heraldo Souto Maior**
(UFPE)

Silke Weber nasceu em Aracaju em 18 de agosto de 1938. Ainda nesse ano veio para o Recife onde fez o Curso Primário no Grupo Escolar João Barbalho e o Curso Secundário (Ginasial e Pedagógico) na Academia Santa Gertrudes (2 anos) e no Colégio Nossa Senhora do Carmo. Fez o Curso Superior (Pedagogia) e o Curso de Especialização (Orientação Educacional) na Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE).

No que a concerne, nascida durante a segunda guerra mundial em família de classe média intelectual de origem alemã, não partidária do nazismo, felizmente, a sua socialização secundária exigiu combinações bem distintas da de seus colegas dado o incentivo ao recurso à lógica e à independência de pensar e de agir o que permitiu o desenvolvimento de certo protagonismo nos ambientes vivenciados e, portanto, mais adiante, de uma inserção ativa mais ampla com desdobramentos não antevistos.

Assim, desde o início da escolaridade mesclavam-se debates sobre o mundo e sobre o Brasil ganhando destaque a construção da democracia nas suas diferentes dimensões, especialmente, a do acesso à educação formal e o incômodo com as desigualdades sociais, tão evidentes no país.



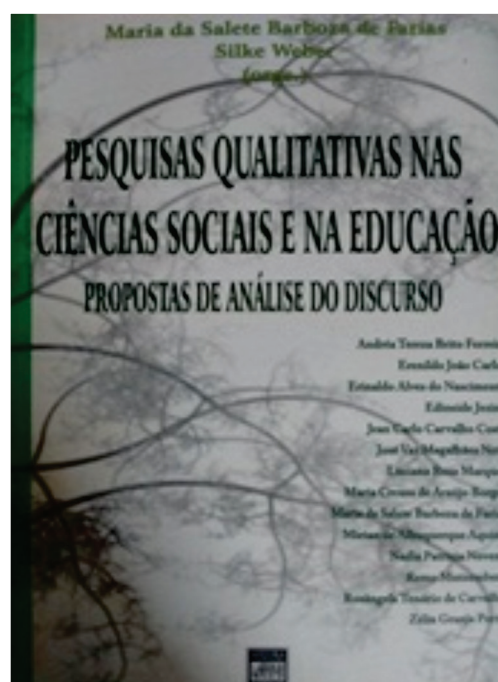
Participou do MCP (Movimento de Cultura Popular do Recife), criado em 1960, durante o governo Miguel Arraes na prefeitura da cidade e extinto em 1964 com o golpe civil militar. Reunia estudantes universitários, intelectuais e artistas com o objetivo de levar alfabetização e educação de base às classes populares.

Nesse período, indicada pela Juventude Universitária Católica (JUC), recebeu bolsa de estudos na França, para realizar curso de especialização em Planejamento da Educação, no IRFED (Institut international de recherche et de formation éducation et développement). Uma vez em Paris, além do curso no IRFED, explorou o mundo universitário mediante frequência a cursos, seminários e bibliotecas que lhe seriam de grande valia no momento em que foi instada a permanecer em Paris a partir do golpe de 1964 quando decidiu organizar-se visando sua pós-graduação. Fez o mestrado em Psicosociologia entre 1964 e 1966 na École des Hautes Études en Sciences Sociales, (EHESS), e obteve o doutorado em Sociologia na Université René Descartes – Paris V (1972), sendo a sua tese publicada em 1976 pelo CNRS. Realizou pós-doutoramento nas Universidade de Bremen, de Paris V e na London School of Economics and Political Sciences (LSE).

Teve, portanto, uma formação diversificada que a permitiu ver a realidade complexa, livrando-a das visões estreitas da complexa realidade social. É bom que se note que esse conhecimento extrapolou a pura compreensão do tecido social, esteve, também, a serviço da ação, seja em cargos executivos seja em movimentos de participação social. Foi secretária de Educação de Pernambuco em dois momentos, entre 1987-1990 e 1995 e 1998. Prestou assessoria e consultoria a órgãos como CAPES, CNPq, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social de Pernambuco (CEDES).

Tem mais de 50 trabalhos escritos e publicados entre livros, artigos, além de apresentações em congressos, conferências, entrevistas, etc...

Por 35 anos foi lotada no Departamento de Psicologia da UFPE – Área de Psicologia Social, onde se aposentou por exercício do tempo limite. Por todo esse tempo esteve como professora do PIMES (Programa Integrado em Economia e Sociologia), hoje PPGS (Programa de



Pós-Graduação em Sociologia), do qual participou de sua fundação em 1967, e onde continua como Professora Colaboradora.

É professora emérita da UFPE. Em 2009, recebeu o Prêmio “Florestan Fernandes” XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e em 2019, o Prêmio de Excelência Acadêmica em Sociologia “Antonio Flávio Pierucci” na 43a. Reunião Anual da ANPOCS.

Como se vê, é uma vida dedicada à Psicologia Social, à Sociologia e à ação no campo social. Ficamos com a impressão de existência de um tempo elástico.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Farias, Maria Salete B. (Org.) ; WEBER, S. (Org.) . **Pesquisas Qualitativas nas Ciências Sociais e na Educação** – propostas de análise de discurso. 01. ed. João Pessoa – PB: Editora Universitária da UFPB, 2008. v. 01. 306p .

WEBER, S.; LEITHAUSER, T. . **Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social**. 1a. ed. Recife -PE: Editora Universitária UFPE, 2007. v. 1. 330p .

MARTINS, C. B. ; WEBER, S. . Sociologia da Educação: democracia e cidadania. In: Carlos Benedito Martins; Heloisa Helena T. de Souza Martins. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. 1ed.São Paulo: ANPOCS, 2010, v. 1, p. 131-201.

WEBER, S.. A RBEP e as políticas educacionais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (Impresso), v. 93, p. 323-352, 2012.

WEBER, S.. Alguns aspectos das contribuições francesas para o debate eo sistema educacional brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 26, p. 161-168, 2011.



SÔNIA MARIA KARAM GUIMARÃES

Por **Sandro Ruduit Garcia**
(UFRGS)



notável contribuição de Sônia Guimarães à Sociologia fez-lhe merecer o honroso Prêmio Florestan Fernandes, da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Sônia nasceu em Porto Alegre, aos 18 de fevereiro de 1944. Realizou o Curso Ginásial e o Curso Normal no Instituto de Educação General Flores da Cunha, uma escola pública estadual de referência em Porto Alegre que lhe instigou o cuidado com a língua portuguesa. No início da agitada década de 1960, decide prestar provas de seleção para o recém-criado curso de Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Realiza a graduação entre 1965 e 1968. Essa escolha ocorre no momento em que a Faculdade de Filosofia, situada em campus no Centro Histórico de Porto Alegre, reunia os jovens estudantes da URGs e do entorno, inclusive do vizinho Instituto de Educação, em um vibrante conjunto de atividades políticas e culturais em que Chico Buarque era uma das preferências.



A jovem egressa assume, em 1973, a posição de professora auxiliar em Métodos e Técnicas de Pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (que fora federalizada em 1968), sendo aprovada em concurso público alguns anos depois junto como uma nova geração de docentes no Departamento de Ciências Sociais. Uma passagem como pesquisadora pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, antes de ingressar na docência na UFRGS, despertou-lhe o interesse pela pesquisa empírica, na área de demografia, referenciando-se em especial em Durkheim para a investigação e o ensino sobre mudanças demográficas da população gaúcha. Note-se que a pesquisa não era uma prática afirmada entre docentes do curso nesse período. Prossegue sua formação com o mestrado em sociologia na

California State University, com a oportunidade de uma bolsa Fulbright. Em seguida, ingressa no doutorado em sociologia que foi realizado na London School of Economics and Political Science (LSE), concluído em 1986, dessa vez com suporte de uma bolsa da CAPES. Nos estudos de pós-graduação, acompanha os debates, que marcam o período, sobre o Estado e as ideologias populistas na transformação de estruturas sociais dependentes (a tese trata do Governo Vargas), recorrendo às leituras das obras de Fernando Henrique Cardoso, Ralph Milliband, Ernest Laclau, Louis Althusser, entre outros, e aprofundando conhecimentos de análise de discursos tão marcada pelo estruturalismo e pós-estruturalismo.

Sônia tem um percurso intelectual em torno da prospecção das forças sociais e políticas capazes de impulsionar a transformação social no Brasil, sem guardar fidelidade a autores e a teorias. Depois de concluir o doutorado, passa a prestar a atenção em outras forças consideradas potencialmente transformadoras: as classes de profissionais de educação superior e sua organização em movimentos sindicais das classes médias, especialmente de engenheiros. Havia testemunhado a ascensão desse fenômeno na Inglaterra, assim como se aproximado da obra de Weber, de Anthony Giddens e de Alain Touraine. Investe no conhecimento da autonomia dos sujeitos de classe, de movimentos sociais e sindicais nas sociedades pós-industriais. Estuda também a experiência do orçamento participativo recém-implantado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.



Nos anos 1990, a Sociologia do Trabalho torna-se alvo de seu interesse científico, dedicando-se à investigação das mudanças nos setores de serviços relacionadas à reestruturação produtiva. Registra a novidade da introdução das tecnologias de automação bancária e seus impactos nas qualificações dos trabalhadores e nas relações e condições de trabalho. Analisa ainda as respostas de diferentes sindicatos de bancários à automação. Depois, acompanha as implicações para as relações de trabalho decorrentes dos processos de privatização-desregulamentação-liberalização-digitalização no setor de telecomunicações que tiveram enorme repercussão do debate público da época. As estratégias sindicais, em resposta às mudanças no trabalho em telecomunicações, integram também esse conjunto de interesses de investigação. Manuel Castells e sua teoria da era da informação tornam-se balizas para o avanço dessa linha de pesquisas. No período entre 2001 e 2002, realiza estágio de pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), com bolsa CAPES, aprofundando estudos sobre os sindicatos de telecomunicações em redes de atuação em âmbito global.

Ao final dos anos 2000, desloca sua atenção para o estudo do empreendedorismo em setores intensivos em conhecimento no país, acionando abordagens da Sociologia Econômica. Os objetos de pesquisa passam a ser expressões do paradigma de desenvolvimento informacional, como o suporte das universidades ao empreendedorismo e a internacionalização de pequenas empresas de alta tecnologia, em meio aos quadros institucionais do país.

Esse percurso de análise das forças de transformação social – apelo das ideologias populistas, classes médias escolarizadas, novas tecnologias no trabalho e empreendedorismo high tech – combina-se com valores acadêmicos que marcam sua prática docente. O rigor com o texto, com a precisão conceitual e com as fontes empíricas dificilmente lhe escapa. O ensinamento é que o cuidado com a linguagem permite a sofisticação do argumento, aproximando-o de alguma verdade. Ao mesmo tempo, a agenda é intelectualmente engajada com as questões pertinentes ao debate público de cada período do país, sem aderir à militância nessa ou naquela grei política, em favor da autonomia crítica do Sociólogo. Assim, tem formado gerações de pesquisadores e professores, seja orientando trabalhos de pesquisa (da iniciação científica ao doutorado), seja em seminários de sociologia clássica, de pesquisa social, de sociologia do trabalho, de sociologia econômica e de sociologia do desenvolvimento. É defensora entusiasmada dos programas de bolsas de iniciação científica e dos projetos integrados de pesquisa no treinamento de jovens pesquisadores.

Outra expressão de suas contribuições é o compromisso com a construção institucional da Sociologia. Teve participação ativa nas diferentes fases de constituição, afirmação e internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Esteve nas diretorias da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). No CNPq, foi membro do Comitê de Assessoramento de área e do Conselho Deliberativo. Como uma construtora de “pontes acadêmicas”, foi pesquisadora visitante em diversas universidades estrangeiras, destacando-se University of London (Ingla-

terra), Universidade de Coimbra (Portugal), Cornell University (Estados Unidos), University of Pensylvania (Estados Unidos) e Brown University (Estados Unidos).

Sônia Guimarães aposentou-se no ano de 2013, como Professora Titular do Departamento de Sociologia da UFRGS, prosseguindo como docente convidada do PPG Sociologia com Bolsa de Produtividade em Pesquisa na Categoria Sênior do CNPq.. Tem se dedicado à leitura de filosofia, em especial a obra de Nietzsche, mas lamenta não conseguir ler tudo o que lhe interessa. A digitalização, uma das principais forças de transformação social, é o tópico de seu interesse de pesquisa.

Quando perguntada sobre a longevidade de sua carreira, responde: “é o amor pela ciência”.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

GUIMARÃES, Sônia M. K.. Empreendedorismo intensivo em conhecimento no Brasil. **Cadernos CRH**, v. 24, p. 575-592, 2011.

GUIMARÃES, Sônia M. K.. Reestruturação das telecomunicações e o desafio aos sindicatos: Brasil numa perspectiva internacional. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, Brasil, v. 18, n.52, p. 81-106, 2003.

GUIMARÃES, Sônia M. K.. Reestruturação produtiva e qualificação nos anos 90. Aspectos do contexto internacional no setor de serviços.. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, São Paulo, v. 12, n.33, p. 35-47, 1997.

GUIMARÃES, Sônia M. K.. Classes Médias e Movimento Sindical: o caso dos profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n.1, p. 64-71, 1991.

GUIMARÃES, Sônia M. K.. **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO

1980-2000



Foto: Editora UFRJ.
Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/autor/83/ana-maria-galano>

ANA MARIA GALANO

Por **Eliska Altmann**
(UFRJ)

“Fotografias de um assentamento da reforma agrária na indecisa transição urbano-rural da Baixada Fluminense (1987). Fotos de acampamentos de trabalhadores sem terra no centro do Rio de Janeiro (1987). Fotos de comemorações do centenário da Abolição (1998). Fotos de moradias sob viadutos em ‘instalações’ de rua e em carroças (1989-1992). Reproduções de fotos de professores e alunos de Ciências Sociais da UFRJ entre as décadas de 1940 e 1980 (1991). Fotos de cortiços, favelas e loteamentos periféricos (1990-1993). Reproduções de fotos do Arquivo da Memória Operária (1992); de álbuns fotográficos impressos sobre províncias de Moçambique, nos anos 1920 (1992) e de iconografia do século XIX (1994). Essas fotografias fazem parte do acervo que vem se constituindo desde a criação, em 1987, do Núcleo Audiovisual de Documentação (NAVEDOC), do Laboratório de Pesquisa Social (LPS), do IFCS/UFRJ” (Galano, 1998: 173).



ninguém melhor que Ana Maria para dar início à sua memória acadêmica. Neste trecho já é possível ter ideia da pluralidade temática abraçada pela pesquisadora, pode-se dizer, pioneira no cam-



po da Sociologia da Cultura (*stricto sensu*), cujos interesses principais compreendiam estudos da imagem, mais particularmente, fotografia, retratos e paisagens, cinema e audiovisual, e literatura.

Nascida em 12 de março de 1943, Ana Maria Mochcovitch Linhart ingressou aos 19 anos no curso de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Entre 1970 e 1972 realizou graduação em sociologia na Universidade de Paris VIII, onde também finalizou a dissertação de mestrado “Alphabetisation, pedagogie et politique (conceptions de culture pour le peuple au Bresil 1961-1964)”, em dezembro de 1976. Sete anos depois, na Universidade de Paris X – Nanterre, defendeu a tese de doutorado intitulada “Ouvriers agricoles et paysans dans la reforme agraire au Portugal”, sob orientação Michel Gervais. Antes de ingressar como professora adjunta no Departamento de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, em 1986, ministrou disciplinas no Institut des Hautes Études de L’Amérique Latine (IHEAL), na Universidade de Paris VIII e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Entre 1996 e 1998 realizou pós-doutorado no Centre de Sociologie de l’Éducation et de la Culture da École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Referência daquela área de conhecimento ainda em formação no Brasil, em 1986, além de “Sociologia rural”, Ana já assinalava como linha de pesquisa em seu currículo “Sociologia da cultura”. Em interlocução com a Antropologia visual, coordenou na ANPOCS, entre 1993 e 1996, o grupo temático “Usos da imagem”. Sua contribuição no referido campo também pode ser vista em sua atuação na pós-graduação, quando em 2001 ofereceu, no PPGSA/UFRJ, a disciplina optativa “Sociologia de imagens visuais: retratos e paisagens”, em que buscava dar ênfase a duas vertentes: a historicização da noção de paisagem e suas repercussões sobre estudos iconográficos; e a transformação de espaços físicos em representações visuais. Como renovação da bolsa de produtividade do CNPq, naquele mesmo ano, apresentou o projeto integrado “Processos de modernização agrícola, reconfigurações de paisagens e suas representações visuais”.

Se a fundação do NAVEDOC, sob sua coordenação, se deu no final da década de 1980, a sedimentação de sua trajetória, por meio de projetos de pesquisa, orientação e ensino, se fortalece na década seguinte. Em janeiro de 1990, Ana coordena e desenvolve, junto a alunos/as e orientandas/os, o projeto “Imagem e som na pesquisa social”, com a aspiração de criar um “inventário bibliográfico”. Em agosto do mesmo ano, o grupo dá início ao projeto “Fotografando a moradia popular no Rio de Janeiro”, com o objetivo de efetuar estudos sobre tipos de habitação na cidade, privilegiando a fotografia como temática de documentação.

Em paralelo a orientações de iniciação científica e mestrado, nos meados/fins dos anos noventa, Ana coordena dois outros projetos. “Interpretações da cultura e o tema da nacionalidade” – integrado com demais professoras/es – visava verificar “diferentes circuitos da produção cultural contemporânea, a partir de sua dimensão discursiva e simbólica bem como de

suas condições sociológicas e institucionais”. (Seu subprojeto “Intelectuais de província” tinha como base a pesquisa anterior “Paca Tatu Cutia-Não”).

“Imagens do campo e representações do Brasil na produção cinematográfica nacional (1960-1990)” – desenvolvido entre 1996 e 1999 – voltava-se à “análise crítica do tratamento da produção cultural à luz da problemática da identidade nacional, [...] à importância política da questão agrária e, em particular, do Nordeste rural, no início dos anos 60; e ao empenho dos diretores de cinema da época e sua participação política através de seus filmes”. Aqui, verifica-se, uma vez mais, a junção dos temas trabalhados ao longo de sua carreira: campesinato, espacialidades rurais, identidades nacionais, imagem e cinema.

Numa das inúmeras pastas do acervo físico da professora e de seu núcleo, no prédio do IFCS/UFRJ, há a de nome “Textos escritos em 1998”. Nela encontram-se documentos como a análise intitulada “A propósito do bandido da luz vermelha (6/8/98) – para a tese de Ana Lúcia”; “Comentários sobre o projeto de dissertação de mestrado ‘Dois livros, dois filmes, um cineasta’, de Ariana Timbó Mota – 16/9/98” e escritos “Sobre Vidas Secas – após projeção 24/07/98 em minha casa”. Em sua dedicação aos usos da imagem em base teórica, prática e didática, Ana Maria reuniu gerações de jovens – na universidade e em sua casa – revolucionando entendimentos e fazeres sobre a ciência.

Ana realizou filmes – “Oxalá Jesus Cristo” (1989), “E por aqui vou ficando...” (1994) e “Continuidades e rupturas. 50 anos do curso de ciências sociais da UFRJ” (1991), este último com a parceria de Glaucia Villas Bôas – e deixou artigos inéditos, tais como: “Cinema Novo e imagens do Nordeste rural: processo de criação e análise de filmes ou Representações do Nordeste rural no cinema brasileiro do início dos anos 60”; “Tensões e legados coloniais no cinema”; “Guerra e paz em português: do colonial ao pós-colonial no cinema”, entre outros.

Para documentos, publicações e imagens de Ana Maria Galano, visitar seu acervo virtual: <https://www.grua.art.br/acervo-do-navedoc>.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Galano, Ana Maria. Iniciação à pesquisa com imagens. In: Feldman-Bianco, Bela e Moreira Leite, Míriam (orgs.) **Desafios da imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 1998; p. 173-193.

Galano, Ana Maria. Um filme da crise ou o cinema fora da televisão. In: Villas Bôas, Glaucia e Gonçalves, Marco Antonio (orgs.) **O Brasil na virada do século**: o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

Galano, Ana Maria. Particulares de “Campo Geral”, novela de Guimarães Rosa. **Novos Estudos**, n. 38, março de 1994; p. 206-224.

Galano, Ana Maria. O uso da imagem na pesquisa científica. **Boletim da Associação Brasileira de Antropologia**, n. 14, 1993



SOBRE A AUTORA

Villas Bôas, Glaucia; Guimarães, Roberta; Gaspar, Natália. Homenagem à memória da professora Ana Maria Galano. **Enfoques**, n. 1, v. 1, 2002.



Foto: Notícias da UFSC.
Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2009/10/faleceu-a-professora-cecile-helene-jeanne-raud/>

CÉCILE HÉLENE JEANNE RAUD

Por **Marcia da Silva Mazon**
(UFSC)



écile Hélène Jeanne Raud nasceu em 16 de janeiro de 1968 em Charenton-le-Pont, Departamento de Val de Marne nas proximidades de Paris e faleceu em 28 de outubro de 2009 em Florianópolis – Santa Catarina.

Graduada em Administração de Empresas pela École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales em 1990, já em 1991 finalizou seu mestrado em Sociologia do Desenvolvimento na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. O tema do desenvolvimento e os desenvolvimentistas brasileiros estavam em destaque neste momento assim como as preocupações ambientais da agenda 21. Foi um convite de Ignacy Sachs o que trouxe Cécile para conhecer, investigar e transformar em tese o modelo de desenvolvimento do estado de Santa Catarina. Rompendo fronteiras entre Sociologia, Economia e Geografia, Cécile aborda os condicionantes básicos do processo de industrialização catarinense tomando como referência a experiência de modelo descentralizado em pequenas e médias empresas – nomeado como industrialização difusa – da terceira Itália. Ela finaliza o



doutorado em 1996 na mesma instituição. Em 1998 ingressa na UFSC como docente do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na mesma Universidade. Igualmente na UFSC ela criou e liderou o Núcleo de Estudos Sociológicos dos Mercados – NUSMER até o ano de sua morte em 2009.

O estudo da tese transforma-se em livro em 1999, uma referência para qualquer estudo de desenvolvimento no Sul do Brasil a partir de então. Se por muitas décadas o crescimento econômico expressava-se pela concentração de estruturas de produção apoiadas em grandes cidades, novas tecnologias de produção e comunicação teriam tornado possível a virtuosidade do arranjo em rede de pequenas e médias empresas. Cécile soube apontar o papel fundamental do Esta-

do promotor do ambiente que torna a competitividade descentralizada possível. O interesse pelos arranjos institucionais direcionou Cécile para os temas da Sociologia Econômica. Foi em 2003 numa experiência de estágio pós-doutoral sob a supervisão de Philippe Steiner na Universidade de Paris IX – Paris-Dauphine a aproximação decisiva com esta área de estudos. No seu retorno ao Brasil ela convida Ricardo Abramovay e Roberto Grun para organizar o primeiro – depois do qual viriam muitos outros – Grupos de Trabalho de Sociologia Econômica na ANPOCS. Em 2009, Cécile convida Marcelo Carneiro da UFMA e Cristiano Monteiro da UFF para organizar o GT de Sociologia Econômica agora na Sociedade Brasileira de Sociologia. Entre outras pesquisadoras e outros pesquisadores, estes nomes participaram do grupo precursor da Sociologia Econômica no Brasil com a organização de vários eventos e dossiês temáticos na área a partir de então.

A presença de Cécile ao mesmo tempo discreta e confiante marcou diversas conferências, seminários, palestras, minicursos. Difícil para alguém que conheceu Cécile Raud esquecer a sua fala sempre clara, tranquila e com ideias instigantes acompanhadas de gestos com as duas mãos abertas que auxiliavam uma mulher francesa a praticar um português impecável: ela desejava ser compreendida. Esta compreensão se fez presente em artigos, livro e orientações que marcaram sua breve carreira. No NUSMER ela orientou mestrands e doutorands que se tornaram professores de universidades públicas (cito aqui a UFMG e a própria UFSC) os quais também formaram e formam mestres e doutores dando continuidade ao seu legado.



Cécile nos deixou em 2010 e continua viva pelos seus ensinamentos e por sua obra. Dotada de singular sabedoria e bondade, fez de sua carreira universitária um ato de dedicação à ciência.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

RAUD, Cécile. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 19, p. 203-232, 2007.

RAUD, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber. Uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 57, p. 127-142, 2005.

RAUD, Cécile. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, v. 6, p. 59-82, 2005.

RAUD, Cécile. **Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil**. Florianópolis/Blumenau: UFSC/FURB, 1999.

RAUD, Cécile. O mercado dos iogurtes funcionais no Brasil: análise de uma nova tendência da indústria alimentar. In: GUIVANT, Júlia; RIAL, Carmen. (Org.). **Consumo e alimentos na globalização**. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2008.



Foto: Programa de
Pós-graduação em Sociologia UFC.
Disponível em: https://posgradsoc.ufc.br/pt/professores/cesar_barreira/

CÉSAR BARREIRA

Por **Glaucia Mota Brasil**
(LABVIDA-UECE),
Geovani Jacó de Freitas
(COVIO-UECE) e
Luiz Fábio S. Paiva
(LEV-UFC)

César Barreira, nasceu no ano de 1947, em Fortaleza (CE). O quinto de nove filhos (quatro mulheres e cinco homens) de família católica, tradicional de classe média, cujos pais eram filhos de proprietários rurais, naturais do município de Quixadá, no sertão central do Ceará. Estudou no colégio dos Jesuítas, em regime de semi-internato e concluiu o Científico no Colégio Castelo Branco, em Fortaleza. Participou dos movimentos estudantis secundarista e universitário, e da política de esquerda, tornando-se próximo do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Se graduou em Ciências Sociais pela UFC (1972), fez mestrado em Sociologia na UnB (1977), doutorado em Sociologia na USP (1987) e pós-doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris (1990) e no Instituto de Ciências Sociais – Lisboa (2008).

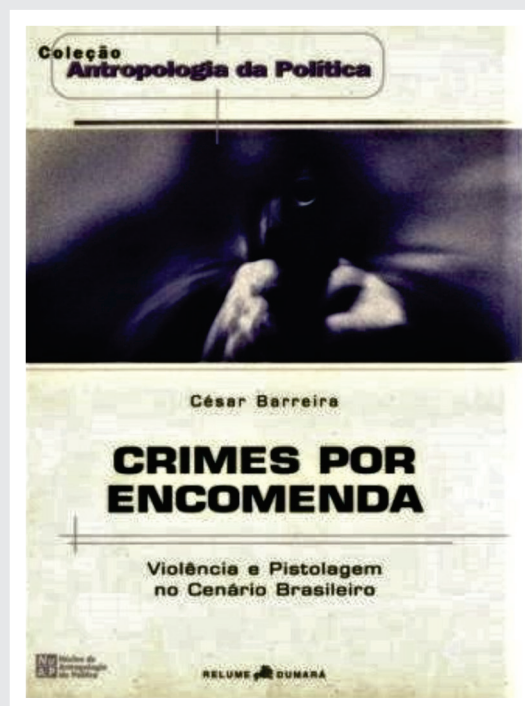
Seu percurso como sociólogo pode ser descrito antes e depois do seu ingresso como professor assis-



tente do Departamento de Ciências Sociais da UFC (1980). Primeiro, após graduado, foi convidado para ser professor horista no Curso de Ciências Sociais da UFC, mas foi barrado pelo SNI por ter ‘posições esquerdistas’. Foi trabalhar no Piauí no setor de pesquisa da Fundação Projeto Piauí (1973). Em 1975, iniciou seu mestrado em Sociologia na UnB, pesquisando as relações de trabalho na cultura do algodão. Tornou-se professor visitante na UFPB, no então campus de Campina Grande (1978-1980), onde ministrou as disciplinas Movimentos Sociais Rurais e Mudanças Sociais no Brasil. Essas experiências serviram-lhe de laboratório aos estudos sobre conflitos sociais no campo. Segundo, já como professor da UFC, ingressou no doutorado na USP (1982), com pesquisa sobre estruturas de poder e movimentos sociais

no campo. Foi no doutorado que as influências trazidas da docência em Campina Grande se fizeram sentir: a violência no campo. No seu pós-doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris (1990), César não só delimitou seu objeto de pesquisa relacionado à violência rural no Brasil, como identificou a temática do “crime por encomenda” no seu interior, operando um recorte a partir das relações entre o pistoleiro (autor material do crime), o mandante (autor intelectual do crime) e as relações socioculturais, políticas e morais que estruturam o ‘crime por encomenda’ nas tessituras da questão agrária no país.

A pessoa César Barreira funde-se ao sociólogo numa rica trajetória acadêmica, intelectual e afetiva, construída nas ‘trilhas e atalhos’ do poder. Tais trilhas não o levam a um lugar de poder, mas às redes de poderes por meio de seu exercício coletivo. É nesta conjugação que ele contribuiu para consolidação da Sociologia brasileira, especialmente no campo da Sociologia do conflito, da violência e da segurança pública no país. Barreira tem como característica principal a construção de espaços coletivos em estreita relação com a sociedade civil. Como costuma dizer, seu trabalho se caracteriza pela capacidade de envolver pessoas e conduzir equipes em diversas atividades de pesquisa que marcam sua história como professor-pesquisador. Não à toa foi presidente da SBS (2001 a 2003), o que lhe permitiu ampliar o debate sobre “a história, os embates, as dúvidas, os aspectos relevantes e as perplexidades da sociologia no Brasil, e nos oferece um panorama de seu desenvolvimento como ciência, e como um conjunto de instituições e de trabalhos coletivos múltiplos”, como bem assinalou Lúcio Oliver Costilla (2003).



No Ceará, contribuiu na construção do PPGS/UFC e foi um dos responsáveis pela sua consolidação e internacionalização por meio de redes de diálogos que conectaram o Ceará a outros centros de estudos, sobretudo com a França, onde foi Titular da Cátedra em Ciências Sociais Sérgio Buarque de Holanda – Maison des Sciences de l’Homme/ Université Lumière Lyon 2 (2000/2002). A sua dedicação ao PPGS contribuiu para que este se tornasse referência e se consolidasse como espaço de conhecimento de excelência e interdisciplinar. Isto possibilitou que sua trajetória fosse marcada por parcerias como a do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) do Museu Nacional/UFRJ. Sua rara competência interdisciplinar pode ser mensurada pela qualidade de trabalhos, como seu livro Crimes por encomenda.

César nos faz passear para além das fronteiras disciplinares, em uma verdadeira aula sobre como fazer pesquisa com diferentes recursos teórico-metodológicos.

A importância de César Barreira tem se dado não apenas nacional e internacionalmente. O seu *modus operandi* contribuiu para a criação da Sociologia da violência no Ceará e responsável pela formação de gerações de pesquisadores(as) sobre violência e conflito social nos diversos espectros multidisciplinares. A criação do LEV – Laboratório de Estudos da Violência, vinculado ao Departamento de Sociologia da UFC, em 1994, é emblemático desse *modus operandi*.

Barreira conseguiu, com sensibilidade e liderança, fomentar boas práticas e exemplos de como a vida acadêmica, apesar de competitiva, pode ser feita com respeito e fraternidade. Assim, o LEV inspirou a criação de outros laboratórios de estudos e pesquisas como o LABVIDA – Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética; o COVIO – Laboratório de Estudos sobre conflitualidade e Violência, ambos na UECE; o LEVIS – Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública da Universidade Estadual do Cariri; e o Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

César idealizou e foi o primeiro diretor do Colégio de Estudos Avançados da UFC (criado em 2016), um ambiente interdisciplinar de produção e promoção do conhecimento acadêmico. Também vivenciou a experiência de gestor público como diretor geral da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará -AESP/CE, (2011-2012). Sua passagem pela AESP trouxe mudanças significativas ao processo de educação das polícias do Estado.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BARREIRA, César. Le pistolet et la politique: la mort sur ordonnance. **CAHIERS DU BRESIL CONTEMPORAIN**, Paris, v. 17, p. 35-52, 1992.

BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do poder:** conflitos sociais no Sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda:** a pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, César. (Org.) **Questão de segurança:** políticas de segurança e práticas governamentais. de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado:** cenas de uma violência difusa. Campinas (SP): Pontes Editora, 2008.

COSTILLA, L. F. O. Resenha. A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia
BARREIRA, C. (Org.). São Paulo: Cortez, 2003. **Revista das Ciências Sociais** – Volume 34 – número 2 – 2003. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9811/1/2003_art1_lfocostilla.pdf



Foto: CPDOC-FGV

CLARISSA ECKERT BAETA NEVES

Por **Amurabi de Oliveira**
(UFSC)



Clarissa Eckert Baeta Neves nasceu em Tuparendi, Rio Grande do Sul, de ascendência alemã (aprendeu português apenas aos seis anos de idade na escola), era filha de um pastor luterano e a mais velha dentre três irmãs, sendo Córdula a do meio, e Cornélia, a mais nova, também é professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando na Antropologia.

Sua trajetória escolar iniciou-se em uma escola unidocente em Vila Doutor Augusto Pestana. Quando seu pai foi convidado para ir para Cachoeira do Sul assumir a comunidade luterana nesta cidade, ele se mudou com sua família e Clarissa continuou seus estudos lá, onde concluiu a Escola Normal e o Clássico. Surgiu daí seu interesse pelo campo das ciências humanas e sociais, tendo tido seu primeiro contato com a Sociologia através do livro do Amaral Fontoura (1912-1987) *Introdução à Sociologia*. Em Cachoeira do Sul, começou sua trajetória de o envolvimento com as ações sociais promovidas pela Igreja Luterana, tendo pensado em fazer a faculdade de teologia, mas que na época não aceitava mulheres.



Buscou, então, outro curso que convergis-se com seus interesses pelas dimensões da vida social. No emblemático ano de 1968, mudou-se para Porto Alegre para realização do curso pré-vestibular, tendo ingressado em 1969 no curso de Ciências Sociais da UFRGS. Foi aluna de alguns docentes que posteriormente se tornariam seus colegas de trabalho como Helgio Trindade e Ruben Oliven. Também foi no curso de Ciências Sociais que conheceu seu futuro marido Abílio A. Baeta Neves. Os dois seguiram juntos a carreira nas Ciências Sociais, porém ele optou pelo caminho da Ciência Política.

A realização de seus estudos de graduação ocorreu, portanto, durante os chamados “anos de chumbo” da ditadura civil militar brasileira, com presença de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em sala de aula muitas vezes. Durante esse tempo cumpriu uma dupla jornada como estudante e como professora da educação infantil. A Reforma Universitária de 1968 teve impactos significativos no sistema universitário brasileiro, inclusive sobre a pós-graduação. No momento em que Clarissa estava se formando criou-se o mestrado de Sociologia e Ciência Política da UFRGS. Ao final de sua graduação realizou pesquisas no SENAC, e a convite do professor Darcy Closs participou de uma pesquisa encomendada pela CAPES que buscava realizar um diagnóstico da pós-graduação brasileira.

Com o apoio de um programa da Igreja Luterana da Alemanha, Clarissa e seu marido realizaram um curso de doutorado na Alemanha. Ainda que o programa financiasse também a realização de estudos pós-graduados em outros países, sua opção foi pela Alemanha, considerando que ela já dominava o idioma, seguindo para Münster, onde foi orientada pelo professor Achim Schrader. Entre 1976 e 1979 produziu a tese *Die Post-Graduierung im brasilianischen Hochschulwesen. Entwicklung und Ergebnisse. 1965-1975* (A Pós-graduação no ensino superior brasileiro. Desenvolvimento e resultados. 1965-1975), tendo assumido uma posição de professor assistente na mesma universidade, período no qual ajudou a fundar o Centro de Estudos Latino-americanos (Cela) e a organizar uma revista intitulada *Anuário de Estudos Latino-americanos*. O período de sua formação acadêmica na Alemanha foi decisivo no processo de construção de suas principais referências teóricas. Foi nesse momento que entra em contato com a obra de Niklas Luhmann (1927-1998).



De volta ao Brasil, ingressou na UFRGS com uma bolsa de recém-doutor do CNPq em 1981, tornando-se professora adjunta desta instituição no ano seguinte. Ao longo de quase quatro décadas, como professora e pesquisadora, Clarissa Neves, realizou um intenso trabalho na graduação e pós-graduação, tendo supervisionado 28 dissertações de mestrado e 20 teses de doutorado e foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia por três vezes. Foi ainda uma das fundadoras do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) da UFRGS.

É considerada como uma das principais referências no campo da Sociologia da Educação no Brasil, especialmente no que tange ao debate e a pesquisa sobre Ensino Superior.

Em termos institucionais coordenou inúmeros grupos de trabalho em congressos nacionais e internacionais, com destaque para sua atuação na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), nas quais fundou e tem coordenado grupos de trabalho sobre Ensino Superior. Além de ser atualmente bolsista nível 1A do CNPq, também foi agraciada com o Prêmio Florestan Fernandes no XIX Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 2019.

No plano internacional destaca-se sua atuação como professora visitante em diversas instituições tais como a Universidade do Arizona, Universidade do Sul da Califórnia, Universidade de Lisboa e Universidade de Münster. Foi selecionada em 2007 pelo Fulbright New Century Scholar Program, um projeto que envolveu mais de 30 pesquisadores de diversas partes do mundo, sendo a representante do Brasil.

A sua vasta produção de alta relevância para o campo de pesquisa atestam a seriedade com que Clarissa encara o trabalho intelectual. Clarissa mostra grande generosidade para com seus estudantes e seus pares, sempre disposta a abrir portas e criar novas parcerias e colaborações.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. **Sociologias**, v. 22, n. 54, p. 144-175, 2020.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 19/rbs.243-41, 2018.

NEVES, C. E. B.; CAVALCANTI, J. S. A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, p. 104-121, 2018.

NEVES, C. E. B.; ANHAIA, B. C. . Políticas de Inclusão Social no ensino superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? Reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul. In: Maria Ligia de Oliveira Barbosa. (Org.). **Ensino Superior: expansão e democratização**. 1ed.Rio de janeiro: 7Letras, 2014, p. 371- 401.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Universidade & Pesquisa: Institucionalização, Produção e Políticas de Pesquisa na Universidade**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (Org.). **Niklas Luhmann: A Nova Teoria dos Sistemas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Goethe-Institut, 1998.



Foto: Fundação Perseu Abramo.
Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2021/03/15/beth-lobo-feminismo-e-historia-do-trabalho/>

ELISABETH SOUZA-LOBO

Por **Rosana Sorbille**
(IFSP/UFSCar)

Elisabeth Escobar de Souza Lobo nasceu em Porto Alegre em 30 de agosto de 1943.

Aos dezoito anos, em março de 1962, ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coursou Letras Neolatinas: “lembro-me menos das aulas do que do movimento estudantil”, escreveu. Graduada, seguiu para Paris e, entre os efervescentes e feministas anos de 1967 a 1969, compartilhou os seminários de Lucien Goldmann – “Sociologie de la Philosophie et de la Littérature” – , de Anouar Abdel-Malek – “Sociologie des mouvements sociaux” – e de Louis Althusser – “Philosophie spontanée des savants”.

Novamente em Porto Alegre, no Brasil da ditadura militar de 1969-1970, lecionou literatura no ensino médio. Não pôde permanecer e, impedida de voltar à França para a realização do projeto de tese, partiu para o Chile onde vinculou-se, como docente de metodologia das ciências sociais, à Escola de Estudos Econômicos Latino-Americanos (ESCOLATINA) até o golpe de estado de 1973. Desterrada pela segunda vez, com trinta anos



e, como registrou – com a “experiência da derrota” – integrou a Universidade de Paris VIII – Vincennes lecionando nos departamentos de Sociologia e de Ciências Políticas e defendendo, sob a orientação do filósofo Jean-Marie Vincent, a tese de doutorado em Sociologia – Crise de domination et dictature militaire au Brésil. O ciclo formativo iniciado por meio das obras-pensamento de György Lukács, Lucien Goldmann e Jean-Paul Sartre encontrava-se com Antonio Gramsci. Retornou ao Brasil, definitivamente, em 1979.

Nos anos 80’, trabalhando nas universidades paulistas – Universidade Metodista de Piracicaba (1980), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Marília (1981-1982), Universidade de São Paulo (1982-1991) e Universidade Estadual de Campinas (1989-1991) –, Elisabeth Souza

Lobo projetou uma agenda de pesquisa feminista, marxista e heterodoxa pensando, concretamente, o feminino e o masculino, a divisão sexual do trabalho, nas relações e nos movimentos sociais sob a ótica da dominação e da resistência

Emma Goldman: a vida como revolução foi, em 1983, seu primeiro livro. Tinha paixão por biografias – em especial por história de vida de mulheres – dimensão integrada às pesquisas que realizou, sobre a condição operária. Em 1986 apresentou, bem-humorada, a edição brasileira de O sexo do trabalho: “se trabalhador não é igual trabalhadora, a classe operária tem dois sexos. Ou terá ela o sexo dos anjos?”. Resultado de um trabalho coletivo, iniciado no X Congresso Mundial de Sociologia (México – 1982) e organizado pelo Ateliê Produção-Reprodução (APRE-CNRS), a publicação reuniu dezoito pesquisadoras e pesquisadores no desafio de “pensar a classe operária no feminino”.

Na Universidade de São Paulo, a experiência profissional mais longa, atuou no departamento de Ciências Sociais e, a partir de 1987, no departamento de Sociologia. Tornou-se responsável pelas disciplinas “Introdução à Sociologia do Trabalho” (graduação) e “Trabalho, Dominação e Resistência” (pós-graduação). Instaurou, desenvolveu e orientou, de modo cooperativo, coletivo, interinstitucional e transnacional, (n)a linha de pesquisa: “Divisão sexual do trabalho na indústria: padrões tecnológicos e modalidades de gestão da força de trabalho/práticas operárias”. Posteriormente, na Universidade Estadual de Campinas, como professora visitante na pós-graduação do departamento de História, implantou as disciplinas “Historio-



grafia dos Movimentos Sociais” e “Gênero, História e Sociedade: Estudos Brasileiros” e participou do processo de criação do Centro de Estudos de Gênero Pagu. No segundo semestre de 1989, esteve como professora visitante no departamento de Ciência Política da Université du Québec à Montréal (UQAM).

Inquietou-se com as provocações do historiador Michael Hall, ocasionadas na escrita de Emma Goldman: a vida como revolução e publicou, em 1989, na Revista Brasileira de História o artigo Emma Goldman – revolução e desencanto: do público ao privado. Tendo, como fonte primária, a correspondência da anarquista Emma Goldman – selecionada a partir da pesquisa realizada no Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG-Amsterdã) –, buscou, para além de sua constante preocupação com os elementos objetivos e subjetivos das transformações individuais e coletivas, analisar as “paixões de uma mulher, ao mesmo tempo pária e militante”.

Para além dos muros do trabalho acadêmico, em ação política permanente, Elisabeth Souza-Lobo, publicou nos jornais – Em Tempo, Mulherio, Leia e O Estado de São Paulo – e nas revistas Desvios, Teoria e Debate e Tempo e Presença. Compôs conselhos editoriais, entrevistou, resenhou e polemizou. Participou de organizações de mulheres e encontros feministas, congressos científicos, associações e conselhos profissionais, sindicatos e partidos. Manteve-se irredutível e persuasiva na crítica à desigualdade social e às hierarquias e assimetrias de toda e qualquer interação.

Nascida no Rio Grande do Sul, esta mulher, feminista, professora e socióloga do trabalho, deixou-nos na Paraíba. Lá estava para um, sempre renovado, ciclo de trabalho: na universidade, nos sindicatos e com as mulheres trabalhadoras rurais. Em 15 de março de 1991, com Maria da Penha Nascimento Silva – a Penha – fundadora do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CN-CUT) –, foi vítima de um acidente automobilístico. Tinham 47 e 42 anos respectivamente.

Seguiram-se ao abrupto, em muitas partes do país e nos mais diversos grupos sociais, manifestações de condolências e atos em memória. Nesses encontros de perda, inúmeras mensagens sobre Beth, sobre seu ser-fazer. Amigas, amigos, colegas, estudantes, companheiras e companheiros expressaram admiração e saudade. A Comissão Estadual das Mulheres do Partido dos Trabalhadores fez circular Cartas a Beth. As cartas, muitas com fotografias e ilustradas com estrelas, traziam trechos de seus trabalhos e reafirmavam a presença-ausente “que com seu brilho contagiava existências”. Na primavera deste mesmo ano, em São Bernardo do Campo – um dos centros das pesquisas realizadas por Elisabeth Souza-Lobo –, o I Congresso do Partido dos Trabalhadores instituiu a participação de 30% de mulheres em todas as suas instâncias e definiu 10% do orçamento partidário para a formação política. Na conquista deste grão foi ela, também, lembrada. A presença da mulher na política, como princípio, e a formação política permanente foram, cotidianamente, suas lutas.

No mesmo ano, por iniciativa de Ana Maria Goldani, Helena Hirata, Leila Blass, Marco Aurélio Garcia, Maria Berenice Delgado, Maria Célia Paoli e Vera Soares, editou-se *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência* um conjunto de dezenove artigos escritos e apresentados – por Elisabeth Souza-Lobo – entre os anos de 1982 a 1991 e, quatro anos depois, sob a coordenação de Hélène Le Doaré, uma seleção de *A classe operária tem dois sexos* foi publicada na França: *Domination et résistance: travail et quotidien*.

No ano da posse da primeira presidente eleita no país – a economista Dilma Vana Rousseff – reeditou-se, versão ampliada de *A classe operária tem dois sexos*. O livro foi lançado em meio ao Seminário “Trabalho, Dominação e Resistência – Revisitando a obra de Beth Lobo – 20 anos depois”. De certo e de curioso modo, duas mulheres de uma mesma geração, cujas trajetórias de vida foram marcadas pela “experiência da derrota”, encontraram-se: vivas.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho, **Perspectivas**, São Paulo: UNESP, 1981, n. 4, pp. 43-47. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1710/1391>.

LOBO, Elisabeth Souza; PAOLI, Maria Célia. Notas sobre o movimento no feminino, **Desvios**, São Paulo, n. 1, 1982, pp. 44-55.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Experiências de mulheres. Destinos de gênero. **Tempo Social**, São Paulo: Departamento de Sociologia-USP, vol. 1, n. 1, 1989, pp. 169-82. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ts/v1n1/0103-2070-ts-01-01-0169.pdf>.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Emma Goldman – Revolução e Desencanto: do Público ao Privado, **Revista Brasileira de História (A Mulher no Espaço Público)**. Apresentação e organização de Maria Stella Martins Bresciani. Capa de Jorge Cassol. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH); Marco Zero, vol. 9, n. 18, 1989, pp. 29-41. Disponível em <https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência, **Tempo Social** (Dossiê Modos de Vida), São Paulo: Departamento de Sociologia-USP, vol. 4, n 1-2, 1992, pp. 7-15. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ts/v4n1-2/0103-2070-ts-04-02-0007.pdf>.



GLAUCIA VILLAS BÔAS

Por **Lígia Dabul**
(UFF) e
Sabrina Parracho Sant'Anna
(UFRRJ)

Ao longo de sua trajetória como docente e pesquisadora, Glaucia Kruse Villas Bôas (Recife, 1947) vem se notabilizando por contribuições científicas e institucionais nas áreas do pensamento social brasileiro, da sociologia da cultura e da sociologia da arte. É pesquisadora do CNPq e professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde esteve vinculada desde 1980 ao Departamento de Sociologia, aposentando-se em 2018. Atualmente integra o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, colabora com o Programa em Artes, Cultura e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora, desenvolve pesquisas e efetua orientações em Teoria Sociológica e Sociologia da Arte e da Cultura.

Glaucia Villas Bôas iniciou sua graduação em ciências sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ em 1966, sendo desligada em 1968 por sua atuação contra a ditadura militar. Concluiu sua graduação na Universidade Federal Fluminense em 1971. Iniciou o doutorado em 1975 na Universidade Erlan-



gen-Nueremberg orientada por Hanns-Albert Steger, desenvolvendo então intenso interesse e pesquisa sobre diversos aspectos da sociologia alemã. Junto com o estudo da obra de Weber e outros autores, formula questões inovadoras a respeito do pensamento social brasileiro e da própria presença da sociologia alemã na sociologia brasileira. Estudos feitos nessa época estão registrados em artigos e nos livros *Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro* (2006) e *A recepção da sociologia alemã no Brasil* (2006).

Voltando da Alemanha em 1980, insere-se no IFCS da UFRJ como professora colaboradora e, conduzida por Maria Isaura Pereira de Queiroz, participa do Grupo de Estudos da Cultura Brasileira da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Nesse grupo, apresenta seu primeiro artigo, publicado na Alemanha, “Cultura Brasileira: subcultura européia e/ou mera noção ideológica?”, e participa de rede de cientistas sociais que atuam vivamente nas universidades, na formação de pós-graduações e novas gerações de pesquisadores.

Glaucia Villas Bôas concluiu o doutorado em 1992 na Universidade de São Paulo (USP), orientada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, em pesquisa sobre publicações em ciências sociais e outras áreas, que a levou a constatar a incidência de concepções de tempo que marcaram muito fortemente as ciências sociais brasileiras no período de 1945-1964. Sua tese foi publicada com algumas alterações em 2008 no livro *A vocação das Ciências sociais (1945-1964). Um estudo de sua produção em livro*. Na USP aproxima-se de diversos colegas e professores. O contato com Gabriel Cohn, por exemplo, a estimulou a produzir o texto “O tempo da Casa Grande”, que viria a publicar como artigo na revista *Dados* em 1988, e que trata dos valores incluídos na produção do conhecimento sociológico, tema que visitaria em outros momentos. Foi também na USP que fez sua pesquisa de pós-doutorado sobre a recepção de Karl Mannheim no Brasil.

Ao lado dos outros interesses, linhas de pesquisa e de publicações que já tinha há mais tempo, Glaucia Villas Bôas volta-se nos anos 2000 também para o estudo sociológico da arte. Esse interesse se realiza em pesquisas sobre as transformações no campo da arte do Rio de Janeiro que viabilizaram o projeto concretista, e se expressa em cursos, orientações, filmes



e publicações. E também, associado a isso, em diversas iniciativas que concorreram para o fortalecimento e institucionalização da sociologia da arte no Brasil e das suas ligações com outros lugares. Três livros que organizou recentemente consistem, sobretudo, no resultado de um processo longo de interlocução que estabeleceu com seus orientadores, seus colegas e seus alunos.

Do livro *Um vermelho não é um vermelho: estudos sociológicos sobre as artes visuais*, onde Glaucia Villas Bôas reúne artigos de pesquisadores que orientou em diversos momentos e situações, teremos um quadro interessante e vasto de desdobramentos de suas proposições e perguntas sobre o pensamento social brasileiro, sobre a arte na vida social, sobre o concretismo, a trajetória de Mario Pedrosa e outros temas que pesquisou e sobre os quais publicou em muitas situações. Vemos também aí, nas pesquisas e nos escritos de seus alunos, formas de fazer pesquisa que expressam bem a familiaridade que construiu com o trabalho com arquivos durante a pesquisa para a sua tese de doutorado, estimulada por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Nesse livro encontramos um artigo da diretora Nina Galanternick que bem retrata os interesses de Glaucia na produção fílmica na pesquisa sociológica sobre a arte, que levaram à realização de dois filmes baseados em suas pesquisas: *Almir Mavignier. Memórias Concretas* (2006) e *Formas de Afeto. Um filme sobre Mario Pedrosa* (2010).

Em 2016 publica Georg Simmel. *Arte e vida. Ensaio sobre estética sociológica*, livro organizado com Berthold Oelze. Atado a antigas indagações que acompanharam sua formação, e correspondendo também ao que formula em torno de objetos que investigou, sobre os quais escreveu e que foram tema de trabalhos que orientou, como o concretismo carioca, esse livro é um exemplo de sua constante tentativa de aproximar “assuntos”, “temas”, de suas pesquisas, com pressupostos, noções ou conceitos de uma tradição sociológica alemã.

No livro que organizou com Alain Quemin, *Arte e Vida Social. Pesquisas recentes no Brasil e na França* (com versão online e volumes em português e em francês), também publicado em 2016, vamos encontrar um vasto quadro de resultados de investigações sobre arte de pesquisadores brasileiros e franceses, o que expressa bem o lugar de Glaucia Villas Bôas na conexão de um número muito grande de pesquisadores e de reflexão sobre a sociologia da arte praticada no Brasil. Sua participação na criação da *Todas as Artes. Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura* em 2018, marcou a atuação na rede *Todas as Artes | Todos os Nomes* de pesquisadores voltados para o estudo da arte como vida social. Divulgando para além da academia o conhecimento sociológico, Glaucia teve importante papel tanto na já mencionada difusão de suas pesquisas em linguagem fílmica, quanto na atuação em cursos de extensão e na criação da *Plataforma Mario Pedrosa*, para digitalização e consolidação de pesquisas sobre o autor.

Glaucia Villas Bôas investiu na reflexão sobre temas ligados ao seu engajamento na universidade. Sobre a formação do cientista social, currículo do curso de graduação e evasão escolar, desenvolveu com colegas do IFCS diversos projetos de pesquisa voltados para questão que a acompanhou por muito tempo, a das formas de exclusão dentro da universidade. Um

conjunto grande de artigos foi escrito em torno desse problema. E sua atividade de ensino, diretamente, por conta da interlocução com alunos, resultou em trabalhos, que foram depois publicados como artigos.

Glaucia Villas Bôas atuou intensamente, junto com os colegas da universidade, para a fundação do Laboratório de Pesquisa Social (LPS) e do curso de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ na década de 1980. Mais tarde, em 2009, dentro dos projetos de expansão universitária, teve profícua atuação na criação do curso de Licenciatura Noturna da UFRJ. Seu investimento na formação de sociólogos e pesquisadores se faz notar pela orientação de 60 bolsistas de Iniciação Científica e 42 orientações de pós-graduação em mestrado e doutorado. Seus orientandos levaram à frente projetos que se inseriram em importantes redes de pesquisa do país, desenvolvendo investigações sobre o pensamento social brasileiro; sobre a obra de Mario Pedrosa; sobre instituições museais; sobre a autoria em coletivos de artistas; sobre a consagração de jovens artistas; sobre a crítica cinematográfica; sobre a recepção do público de cinema; sobre a música em Arto Lindsey; sobre o mercado de arte e inúmeros outros temas que não caberiam no limitado espaço deste texto.

Do ponto de vista institucional, a atuação de Glaucia Villas Bôas é também digna de menção. Em 1986, criou o NUSC – Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura da UFRJ, que coordena até os dias atuais. Também na UFRJ, Glaucia foi chefe do departamento de Sociologia (2002-2004), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, coordenadora do LPS (1997), vice-diretora (2008-2009) e diretora de graduação (2010-2011) do IFCS. Foi membro da diretoria da ANPOCS (2006-2008), diretora adjunta da Sociedade Brasileira de Sociologia (1999) e presidente XIV Congresso da SBS (2007-2009). Em 2011, participou da fundação da Revista Sociologia e Antropologia do PPGSA/UFRJ, da qual foi a primeira editora responsável e na qual permaneceu atuando até 2014.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Villas Bôas, Glaucia K.; Pucu, I. (Org.) . **Mario Pedrosa Atual**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2019. v. 1. 542p .

Villas Bôas, Glaucia K.; Oelze, Berthold . **Georg Simmel**. Arte e vida. Ensaio sobre estética sociológica. São Paulo: Hucitec, 2016. v. 1. 221p .

Villas Bôas, Glaucia K.; Quemin, Alain . **Arte e Vida Social**. Pesquisas recentes no Brasil e na França. 2016.

Villas Bôas, Glaucia K. **Um vermelho não é um vermelho**. Estudos sociológicos sobre as artes visuais. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

Villas Bôas, Glaucia K. **A Vocação das Ciências Sociais**. Um estudo de sua produção em livro 1945-1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

Villas Bôas, Glaucia K. **Mudança provocada**. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Villas Bôas, Glaucia K. **A Recepção da sociologia Alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

Almir Mavignier, Memórias Concretas. Nina Galantenik (dir.), Glaucia Villas Bôas (coord. de pesquisa), Brasil, 26, 2006 . Disponível em: <https://ninagalanternick.com/Almir-Mavignier-Memorias-Concretas-1>

Formas de afeto. Um filme sobre Mario Pedrosa. Nina Galantenik (dir.), Glaucia Villas Bôas (coord. de pesquisa), Brasil, 33', 2010 . Disponível em: <https://ninagalanternick.com/Formas-do-Afeto-um-filme-sobre-Mario-Pedrosa>



SOBRE A AUTORA

Villas Bôas, Glaucia K. Entrevista com Glaucia Villas Bôas. (depoimento, 2020). **100 de UFRJ**. https://100anos.ufrj.br/ufrj_tl_video/100-anos-da-ufrj-entrevista-com-glaucia-villas-boas/

Villas Bôas, Glaucia K. Gláucia Kruse Villas Bôas (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas** (FGV), (3h 34min). <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/glauciavillasboas>



Foto: Programa de
Pós-graduação em Sociologia UFC.
Disponível em: [https://posgradsoc.ufc.br/
en/professors/irllys-barreira/](https://posgradsoc.ufc.br/en/professors/irllys-barreira/)

IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA

Por **Glória Diógenes**
(UFC)

Irllys nasceu em Fortaleza em 1950, mas pode-se dizer que é cidadã do mundo. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP, professora titular de Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do CNPq, com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS (Paris) e Instituto de Ciências Sociais – ICS (Lisboa), também recebeu bolsa da DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst) para ir à Alemanha, onde pesquisou guias turísticos e visões de cidade, passando por Berlim, estendendo posteriormente a experiência à Lyon e Lisboa. Sua trajetória acadêmica move-se em malhas entrecruzadas de lugares, atores, temas e campos teórico-metodológicos.

A imagem da tapeçaria, técnica que conduz um tipo de entrelaçamento entre linhas, urdiduras de fios, assemelha-se aos processos empreendidos pela pesquisadora, na contumaz interface que estabelece entre áreas diversas e temáticas de investigação (cidade, antropologia/sociologia, cultura e política). Como bem

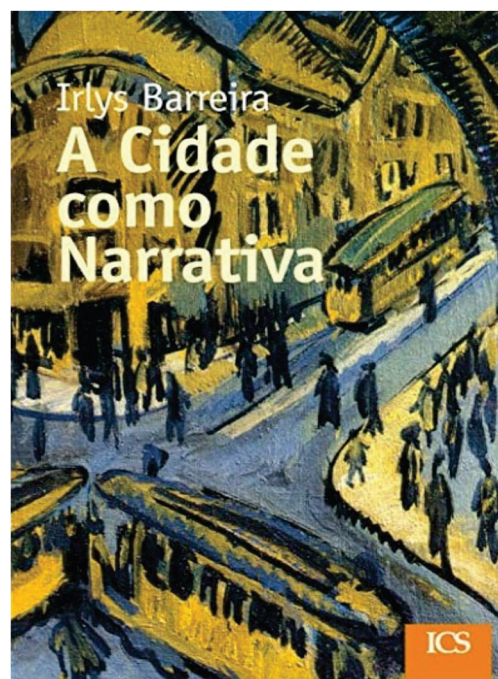


lembra José de Souza Martins, no seu artigo sobre o “artesanato intelectual na sociologia”^[1], os artesãos eram tidos, comumente, como alquimistas, tendo em vista se tratar de um trabalho que transforma a natureza em coisas inúteis (p. 14). Arteiros que, na vizinhança com dádivas divinas, operavam a transformação das coisas, “a metamorfose de uma coisa em outra” (p. 15). Ao longo de sua trajetória acadêmica, Irllys soube, com maestria, entremear encontros, “misturas”, experimentos entre variadas constelações de estudos e de observação sociológica.

Tal qual costuma afirmar em entrevistas e exposições orais, Irllys considera que embora exista um eixo lógico que perpassa o escopo de sua produção, suas escolhas temáticas são muitas vezes frutos do desejo e do acaso. A passagem da pesquisadora no terreno de estudos dos movimentos sociais, dos rituais e representações da política, sobretudo das candidaturas femininas, suas deambulações antropológicas em Lisboa, Berlim e Lyon, com guias turísticos e na apreciação das imagens e narrativas de cartões postais, dar a ver que é a cidade, suas tramas culturais, as experiências de sociabilidades, que alinham o conjunto de suas investigações. O substrato da obra de Irllys é o deslocamento, assim como a fricção operada pelas modulações que perfilam contextos, práticas cotidianas e instituições.

Transitando entre a sociologia e a antropologia, Irllys vai suscitando arremates entre campos teóricos, criando estratégias metodológicas próprias de um tipo de pesquisador que caminha, descreve, apura sensibilidades, narra no espaço entre o que viu, observou e o salto de suspensão da análise. Falar sobre esta eminente intelectual brasileira significa bem mais que enumerar seus temas de investigação, sua vasta produção. Demanda, também, evidenciar sua verve criativa, a singularidade de seus modos de pesquisar, as engenhosas “chaves de leitura que costumam agenciar sua lida de cientista social. Disse ela em uma entrevista “acho que me encantei com a possibilidade da sociologia como uma forma de olhar o mundo, como se fosse uma câmera fotográfica sociológica”^[2]. Assim como o fotógrafo, que carrega lentes para micro e macro distâncias, a pesquisadora aciona sua câmera de visão na medida da aproximação e/ou amplitude dos seus objetos de análise.

Escreveu inúmeras obras que possibilitam ver a diversidade de temas que atravessam sua trajetória, assim como artigos publicados nas mais reconhecidas revistas científicas brasileiras e internacionais: “O Reverso das Vitrines, Conflitos Urbanos e Cultura Política” (1992), “Chuva de Papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil” (1998); “Imagens ritualizadas, apresentação de mulheres em cenários políticos” (2008); “A cidade como narrativa” (2013); “O



labor criativo da pesquisa: Experiências de ensino e investigação em Ciências Sociais” (2017), também organizou diversas coletâneas em parceria com outros autores.

Vale dizer que além da exitosa carreira acadêmica, Irllys acumula formação em escrita literária, psicanálise, e como hobby, canta e toca violão nas horas vagas. Certamente, essa interface com a arte, a música, a literatura, os mistérios do inconsciente, aguça sua escuta dos “sintomas sociais”, o discernimento das emoções que movem seus narradores de pesquisa, seus campos imaginários, desejos e subjetividades.

Em 1992, na produção da resenha de seu livro “Reverso das Vitruínas”^[3], o que eu ali destacava, diz muito da forma como a autora vai organizando suas narrativas de pesquisa, sua forma original de construção da narrativa sociológica: “a pedra de toque do trabalho de Irllys aparece na forma como a exposição vai levando, nós leitores, a adentrar no labirinto plenamente povoado de atores que se espriam nos movimentos sociais. A leitura é uma forma de descortinar a “pureza” e a homogeneidade, a um certo tempo atribuída a estes movimentos. Vamos percebendo os múltiplos e entrecortados de significantes. Assim, como a reflexão do cotidiano assinalada por Irllys, sua investigação é uma forma de desnaturalizar os movimentos sociais. Ela vai, lentamente, em cada faceta dos movimentos, inscrevendo-se por dentro da trama social”. É com esse desvelo, que a pesquisadora de olhar arguto, movimenta-se entre lugares de representação, conduz e exercita sua acuidade de entendimento dos universos simbólicos que regem mundos de vida e a existência singular de atores sociais.

Participa, juntamente com outros pesquisadores de várias Instituições do Brasil, do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), fundado em 1997, tem sua sede no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional. Tem desenvolvido junto a esse grupo de pesquisa investigações acerca de campanhas eleitorais, destacando conflitos, promessas e, mais recentemente a dualidade entre o amor e ódio na política. Teve destaque como consultora e representante em diversificadas Instituições acadêmicas como Capes, CNPq, FUNCAP-Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (representante na Câmara de Ciências Sociais). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (2012-2013), representante do Brasil na direção da Associação Latino-americana de Sociologia – ALAS (2013-2015). Foi também diretora da ANPOCS e participou de vários comitês dessa instituição.

Seguindo as palavras de Foucault^[4] (1984, p. 68), a pesquisadora em destaque consegue, tal qual a movimentação do boto nas águas do mar, modular a natureza do seu olhar sociológico. Impulsiona, dá um salto de extensividade, vê muito, vê longe e mergulha profundo, no zigue-zague contínuo entre singular e universal. Acompanhando o curso das palavras de Irllys, na obra sobre “o labor criativo na pesquisa” (2017, p. 16), percebe-se que o fazer artesanal da pesquisa é atualmente pressionado por uma agenda “na qual os escritos vivem a descontinuidade das exigências de exposição e publicação”. Como diz a canção de Chico Buarque, “qual o quê”^[5], nos fluxos ligeiros, na malha vital dos fios de pesquisa empreendidos por Irllys, há uma arte, uma estética, feitura de quem escreve como quem borda, como quem lustra as palavras. No encantador artigo escrito sobre as canções de Chico Buarque, dispõe-se o segredo de seu sopro inspirador: “recriar o cotidiano do ponto de vista poético é reinscrevê-lo no espaço de inesgotável dizer” (1998, p. 106).



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das Vitruines. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.**

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis** – ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Sinfonias do cotidiano brasileiro (poesia e música em Chico Buarque de Holanda). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.29, n.1/2, 1998, p.92-108.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Cidades narradas** – Memória, representações e práticas de turismo. São Paulo: Pontes, 2012.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **A cidade como narrativa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2013.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O labor criativo da pesquisa** – Experiências de ensino e investigação em Ciências Sociais”. Fortaleza: Imprensa universitária, Fortaleza, 2017.

NOTAS

^[1] MARTINS, José de Sousa. Artesanato intelectual na sociologia. Revista Brasileira de Sociologia, Vol 1, n 2, Jul/dez. 2013.

^[2] LOPES, Gleison Maia. Trajetória, experiências e pesquisa: entrevista realizada com Irllys Alencar Firmo Barreira. Revista Café com Sociologia, V.9, n.2 | pp. 01-19 | ago./dez. 2020. p.56.

^[3] DIÓGENES, Glória. Resenha – Reverso das Vitruines. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, V XXIII/XXIV, n. (1/2), 267-289, 1992/1993; Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.8 n.23 São Paulo, out. 1993.

^[4] FOUCAULT, Michel. A microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Graal, 1984

^[5] Canção “Com açúcar, com afeto”.



JOSÉ MIGUEL RASIA

Por **Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski**

(UFPR) e

Rubia Carla Formighieri Giordani
(UFPR)

ENTRE OS LIVROS E A COZINHA

José Miguel Rasia é apaixonado por cozinha. Também é um entusiasta da artesanaria sociológica. Em suas receitas, cuidadosamente preparadas, misturam-se sabores, aromas e muitas histórias que compõem a sua trajetória, pessoal e intelectual. Costelinha com aspargo fresco e polenta é uma, dentre tantas receitas, que remetem à sua infância em Coronel Bicaco, no Rio Grande do Sul, onde nasceu em 1949. Filho de ferreiro, caçula de nove irmãos, cresceu num ambiente rural, onde a descendência italiana era evidenciada nos pratos preparados pela mãe com produtos feitos em casa, no vinho colonial, na mesa repleta de gente e onde sempre cabia mais um prato para receber um amigo ou vizinho. A alegria de partilhar a comida, a generosidade em receber os amigos e comer junto o acompanharam por toda a vida, ganhando novos saberes e sabores quando conheceu a mineira Iara Bemquerer

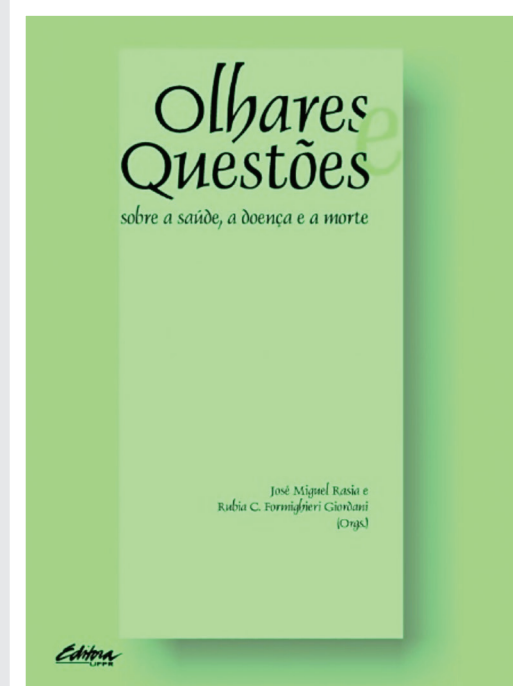


Costa, cozinheira de mão cheia, que, assim como ele, fez sua pós-graduação em Campinas e se dedicou à vida acadêmica.

A estada em Campinas foi decisiva em sua trajetória. Fez mestrado em Sociologia (1976-1980) e doutorado em Educação (1984-1987) na UNICAMP. Durante esse período dedicado aos estudos encontrou Iara, que se pós graduava em Linguística, sua companheira da vida e com quem teve seus filhos, Francisco e Miguel. O título de doutor por uma das instituições mais reconhecidas do país coroou o esforço e dedicação de José Miguel, que saiu de casa aos 14 anos de idade para poder prosseguir nos estudos, fazer o segundo grau em Porto Alegre e cursar Pedagogia na Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Em Curitiba, em 1987, foi pesquisador do Instituto

Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e professor visitante da Universidade Federal do Paraná, onde Iara já era professora. Em 1990, Rasia se tornou professor com dedicação exclusiva na UFPR e desenvolveu, até 1994, pesquisas sobre representações sociais da morte de produtores familiares na região de Ijuí, onde passou a infância. A temática da morte lhe rendeu algumas orientações, na graduação em Ciências Sociais e na pós-graduação em Sociologia, inclusive a primeira tese de doutorado em Sociologia defendida na UFPR. Todavia, a maior parte de suas pesquisas e de suas orientações na pós-graduação – o mestrado foi implantado em 1995 e o doutorado em 2004 – versa sobre temas da saúde e da doença e sobre o trabalho em saúde.

Em 1996, se tornou professor titular da UFPR com a tese “Hospital: Sociabilidade e Sofrimento”, desenvolvida a partir de pesquisa de campo realizada no Hospital Erasto Gaertner, em Curitiba, para entender os processos de sociabilidade entre doentes e médicos, na presença do câncer. Já há tempos em companhia de Freud (foram anos dedicados a uma sólida formação psicanalítica), a Sociologia da Saúde vem se inscrever definitivamente em sua agenda de pesquisa. Em 2005 criou o Grupo de Pesquisa em Sociologia da Saúde, o qual lidera com muito vigor e entusiasmo. Em 2007 o Grupo publicou seu primeiro livro, “Olhares e questões sobre a saúde, a doença e a morte”, pela editora da UFPR. Neste mesmo ano, foi organizada a I Jornada de Sociologia da Saúde, voltada aos temas fundamentais sobre a vida, e sob os quais a Sociologia da Saúde é convocada a se debruçar. Torna-se esta Jornada um espaço fecundo e



que passa a movimentar os debates regionais e a produção do conhecimento, dando início a uma série de doze edições consecutivas até 2018, sempre brindadas com um bom vinho em um banquete comemorativo no acolhimento de sua casa.

Suas reflexões e publicações, fruto de duas décadas de pesquisas na área, o consagraram como um dos principais nomes da Sociologia da Saúde no Brasil. Importante registrar que Rasia foi eleito diretor da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 2007 e presidiu o Congresso da SBS realizado em Curitiba, em 2011. Para quem a Sociologia tem o fino propósito de responder às angústias humanas, organizou a seção especial Pandemia Covid-19 para a Revista Brasileira de Sociologia, nº 21 de 2021, com uma apresentação sobre a “Crise no tempo acelerado e o mundo em descompasso”, nas suas palavras uma escrita “para que a vida não fique em suspensão”.

Um exímio cozinheiro e um notável sociólogo. Rigor e criatividade na panela e cuidado e delicadeza na feitura da sociologia. Este artesão segue intenso e desafiador no trato daqueles que o acompanham, no seu Grupo de Pesquisa e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Durante a pandemia permanece na cozinha com a Iara, na sua biblioteca ouvindo música, cuidando das plantas do seu jardim, além dos seus gatos (outra de suas paixões).



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

RASIA, J. M.; GIORDANI, R. C. F. (Org.) **Olhares e questões sobre a Saúde, a Doença e a Morte**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

RASIA, J.M. Interacionismo Simbólico e Transplante Hepático. **Soc. estado**. Brasília, v. 28, n. 2, p. 279-296, 2013 .

RASIA, J. M.; LAZZARRETTI, C. T. (Org.). **Saúde e Sistema Único de Saúde**: estudos socioanalíticos. Curitiba: UFPR, 2014.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. T.; RASIA, J. M. Continuity and Ruptures in Brazilian Funeral Rites. In: Helaine Selin and Rakoff Robert M (orgs). (Org.). **Death Across Cultures**: Death and Dying in Non-Western Cultures – Col History of non-western Science. Cham: Springer, 2019, v. 9, p. 243-260.

CORBANEZI, E.; RASIA, J. M. Apresentação do Dossiê: Racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos. **Mediações**, v.25, n.2 p. 287-301, 2020.

RASIA, J. M. Crise no tempo acelerado e o mundo em descompasso: apresentação da seção especial sobre a Covid-19. **Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia**. v. 9, n.21, 2021.



Foto: LinkedIn.
Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/jos%C3%A9-ricardo-ramalho-94591546>

JOSÉ RICARDO RAMALHO

Por **Rodrigo Salles Pereira dos Santos**
(UFRJ)

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho é Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo nascido em 13 de setembro de 1950, no Rio de Janeiro (RJ). Filho de Lucília Garcia Ramalho e Jether Pereira Ramalho, que viria a ser seu professor na UFRJ, José Ricardo ingressou na primeira turma de Ciências Sociais (1970-1973) a ser formada no novo prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Lgo. São Francisco, Centro do Rio.

A origem popular e a formação religiosa e política iniciada no ambiente familiar explicam, em parte, uma trajetória pessoal e profissional em que a reflexão sobre o mundo do trabalho se tornou indissociável do engajamento na transformação das condições de vida dos trabalhadores e, especialmente, pela redemocratização da sociedade brasileira. Essa sociologia pública esteve, desde as origens de sua formação, fortemente vinculada à pesquisa empírica. Suas primeiras publicações o atestam, privilegiando inicialmente os trabalhadores rurais e a questão agrária – em parceria com Carlos Rodrigues Brandão e Neide Esterici, com quem se casaria em 1976



– e, cada vez mais, o trabalho urbano e industrial, ainda nos anos 1970.

Entre 1974 e 1979, no entanto, durante o curso de Mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), seu talento o levaria a pesquisar a vida das pessoas presas na então Penitenciária do Carandiru. Essa investigação, pioneira quanto ao tema, à área e à abordagem, derivou na publicação, em 1979, de “Mundo do crime: a ordem pelo avesso” (hoje em sua 4ª edição), prenunciando a centralidade da perspectiva dos atores na conformação do mundo social.

A tese de doutorado (1981-1987) defendida na USP consolidaria esse direcionamento, agora decididamente no campo do trabalho. Em parte resultante de um ambiente de colaboração interdisciplinar que congregava o IFCS e o Museu Nacional, “Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM”, publicado em 1989, constitui uma representação magnífica das etnografias do trabalho de inspiração thompsoniana produzidas nos anos 1980, não apenas conferindo voz, mas convertendo a perspectiva do trabalhador na própria matriz da compreensão do trabalho.

A trajetória de José Ricardo Ramalho também assume traços institucionais largos, se confundindo com o próprio desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Tendo ingressado na carreira docente em 1979, se vincularia ao hoje denominado Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ, estando à frente de sua coordenação em duas ocasiões (1987-1989; 1997-1999), integraria comitês de assessoramento da FAPERJ (2006-2009) e da CAPES (2006-2010), além de tornar-se Vice-Presidente da SBS (2003-2007) e Presidente da ANPOCS (2014-2016). Em todas essas atividades e funções, sua intervenção foi marcada pela expansão, cooperação interinstitucional, e excelência das Ciências Sociais. Em particular, seus esforços de constituição de parcerias no exterior foram fundamentais para a expansão e democratização das oportunidades de internacionalização que marcaram a área a partir dos anos 1990.

Por sua vez, a agenda de pesquisa que criou e consolidou em torno do polo automotivo do Sul do estado do Rio de Janeiro a partir de meados dos anos 1990 é uma das expressões mais relevantes de sua capacidade ímpar para reunir e coordenar um conjunto amplo e diversificado de pesquisadoras/es, investigando temas relacionados às dinâmicas ambientais, de desenvolvimento e de trabalho de modo eminentemente coletivo e interdisciplinar. Através do enfoque regional conferido à indústria automotiva, José Ricardo Ramalho vem se dedicando, desde então, à compreensão das dinâmicas globais do capitalismo, com ênfase nos novos implantes



industriais e padrões de controle do processo de trabalho; na questão do desenvolvimento e nas formas “consensual” e confrontacional da ação coletiva em perspectiva comparada; assim como nos padrões em rede assumidos pela corporação e nas novas formas de solidariedade sindical transnacional.

Finalmente, suas atividades de ensino e pesquisa resultaram na orientação de mais de 70 discentes de iniciação científica, mestrados/es e doutorados/es, em grande medida atuando no treinamento de novas levas de cientistas sociais. Somados aos mais de 140 artigos em periódicos e capítulos de livros e quase 20 livros autorais ou editados, é possível obter uma amostra de uma vida inteira dedicada à ciência e à formação de incontáveis pesquisadoras/es comprometidas/os com um entendimento aprofundado e orientado, fundamentalmente, à transformação da realidade brasileira.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. D. S.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Configurações do desenvolvimento, trabalho e ações coletivas**. São Paulo: Annablume, 2021. 581 p.

RAMALHO, J. R.; ESTERCI, N. (Orgs.).: **Compromisso com as classes populares e resistência à ditadura**. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2017. 358 p.

RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. D. S. (Orgs.). **Ações coletivas em complexos minero-siderúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste Brasileiro**. São Luis: EDUFMA, 2015. 352 p.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P.; LIMA, R. J. C. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 3, p. 175-200, 2013.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. 165 p.

RAMALHO, J. R. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 147-178, 2005.

RAMALHO, J. R.; BEYNON, H.; ABREU, A. R. P. The Dream Factory: VW's Modular Production System in Resende, Brazil. **Work, Employment and Society**, v. 14, n.2, p. 265-282, 2000.

RAMALHO, J. R. **Estado patrão e luta operária: o caso FNM**. São Paulo: Paz e Terra, 1989. 244 p.



Foto: Conferências UFRGS.
Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cres2018ufrgs/palestrantes/jose-vice-tavares-dos-santos/>

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS

Selena Comerlato Tavares (UFRGS) e
GPVC (Grupo de Pesquisa Violência
e Cidadania, UFRGS)

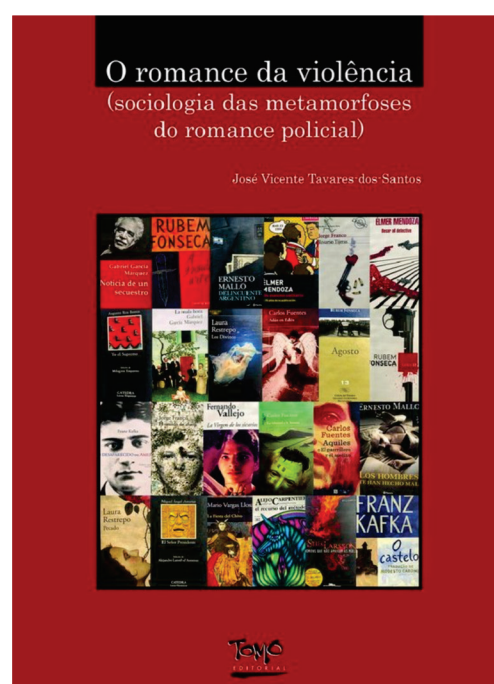
José Vicente nasceu em Paris, em 29 de janeiro de 1949, sendo o mais novo de seis filhos, três homens e três mulheres. Seu pai, Rosauro Tavares, advogado, e sua mãe, Ophélia Ortiz, descendente de uma família de fazendeiros tradicionais de Soledade/RS, junto de seus irmãos, migraram do interior do Rio Grande do Sul para a França em 1946. Deste ano até 1951, durante o governo Eurico Gaspar Dutra, Rosauro Tavares assumiu o cargo de gerente geral da Companhia de Navegação Lloyd, com sede em Paris. À época ele era filiado ao Partido Social Democrático (PSD) e havia sido preso por dois anos por participar da Revolução Constitucionalista de 1932. Com o retorno de Getúlio Vargas à presidência, a família voltou ao Brasil, vivendo por cinco anos no Rio de Janeiro e, posteriormente, em São Paulo, onde permaneceu de 1956 a 1962. Na capital paulista, além de acompanhar seu pai nas reuniões do diretório do Partido Social Progressista (PSP), o menino José Vicente frequentou cinemas, livrarias, a faculdade de direito da Universidade de São Paulo (USP), e acessou os

livros da biblioteca paterna. Desde a infância sempre leu muito, seguindo a prática e o incentivo familiares.

Com o falecimento do pai, em 1963, quando tinha catorze anos, a família mudou-se para Porto Alegre. José Vicente ingressou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, àquela época uma escola pública de grande prestígio e formadora da elite política gaúcha. Membro do grêmio estudantil do “Julinho” e participante de uma mobilização contra a postura autoritária do diretor da escola, ele foi expulso no penúltimo ano do ensino médio. Assim, concluiu o terceiro “clássico” noturno em uma escola municipal em 1966, aos dezessete anos de idade, quando já trabalhava como auxiliar de escritório. Conforme declarou em entrevista (BASTOS et al., 2006), foi a inserção no movimento estudantil secundarista que o atraiu para a questão social.

Em 1967 foi aprovado no concurso vestibular para ingresso na UFRGS em dois cursos: o de Direito e o de Ciências Sociais. Naquele ano cursou-os simultaneamente, mas depois desligou-se do primeiro. Em sua trajetória universitária engajou-se no movimento estudantil, na luta contra a ditadura civil-militar e na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Participou da Associação Gaúcha dos Sociólogos, a partir da qual conheceu vários professores da USP: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, Marialice Foracchi, dentre outros.

Graduou-se como cientista social pela UFRGS (1971), mestre em Sociologia pela USP (1977), com a dissertação “Colonos do Vinho”, orientada por José de Souza Martins, e “Docteur d’État en Sociologie” pela Université de Paris, Nanterre (França, 1987), com a tese “Matuchos, le rêve de la terre: Étude sur les processus de colonisation agricole et les luttes des paysans méridionaux au Brésil (1930-1984)”, orientada por Marcel Jollivet. Esta tese demarcou sua transição da questão agrária para as conflitualidades e as violências. Realizou o pós-doutorado na University of Cambridge (UCAM, Inglaterra, 2008). Desenvolveu pesquisa visitando escolas de polícia dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, visando conhecer as suas metodologias e currículos, bem como realizou seis missões científicas à China.



Na UFRGS também ocupou vários cargos de direção, dentre eles: Pró-reitor de Pesquisa, Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA). Na representação universitária, foi membro do Conselho Universitário e presidente do Conselho Deliberativo da Fundação de Apoio à UFRGS (FAURGS). Foi presidente da Associação de Docentes da UFRGS (ADUFRGS) e, desde 2019, como diretor da entidade.

Manteve-se, também, sempre muito ativo junto às mais diversas associações científicas. Foi secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e dirigente de associações nacionais e internacionais de Ciências Sociais e Sociologia: presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS, 1998-2001) e da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), membro do Conselho Diretivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e do Comitê Executivo da International Sociological Association (ISA).

Coordenou os seguintes grupos de pesquisa: Violência, Segurança e Cidadania (CLACSO), Research Committee Social Control and Deviance (RC29-ISA) e Violência e Cidadania (GPV-C-UFRGS/CNPQ), do qual foi o idealizador e fundador. Orientou mais de cem trabalhos de conclusão de curso, na pós-graduação, especialização e graduação.

Atuou como consultor junto ao Governo do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) e participou de comissões de assessoria no Ministério da Justiça (MJ). Entre 1995 e 2015 esteve à frente de várias edições do Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania, promovido pelo MJ, com cerca de 500 especialistas concluintes, entre profissionais da segurança pública e membros de organizações sociais. Em paralelo, organizou inúmeros eventos científicos e publicou (individual ou coletivamente) vários livros e artigos, alguns dos quais constam em lista no final deste texto.

José Vicente Tavares dos Santos é um dos pioneiros do campo de estudos sobre as conflitualidades, as violências e a justiça criminal no Brasil (LIMA; RATTON, 2011), no qual criou uma linhagem de descendência acadêmica (FACHINETTO et al., 2020). Introduziu uma perspectiva qualificada sobre os processos de mundialização da violência e violência difusa, partindo das contribuições de Michel Foucault para dar conta da produção social da violência na vida cotidiana, especialmente no contexto latino-americano. Cunhou o termo “romance da violência” para designar e refletir sobre um novo gênero literário que abarca a crítica literária e sociológica do romance policial.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente. **Matuchos**: Exclusão e Luta, do Sul para a Amazônia Ocidental. Petrópolis: Vozes, 1993.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente et al. **Violência e cidadania**: práticas sociológicas e compromisso social. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. (Disponível no Scielo: <http://books.scielo.org/id/ycrrp>)

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente et al. **A mundialização da sociologia contemporânea**: diálogos entre as sociologias na América Latina, na Índia e na China. Sociedade e Estado, v. 30, p. 243-265, 2015.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente et al. (Org.). **Violência, segurança e política**: processos e figurações. Porto Alegre: Tomo, 2019.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente. **O romance da violência**: sociologia das metamorfoses do romance policial. Porto Alegre: Tomo, 2020.



SOBRE O AUTOR

BASTOS, Elide R. et al. Vicente Tavares dos Santos. In: **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 375-390.

FACHINETTO, Rochele F. et al. As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018). **BIB**, São Paulo, n. 91, p. 1-39, 2020.

LIMA, Renato S.; RATTON, José L. (Org.). As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**; Urbania; ANPOCS, 2011.



Foto. ANPOCS.

Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/1786-nota-de-falecimento-leila-maria-de-silva-blass>

LEILA MARIA DA SILVA BLASS

Por **Magda de Almeida Neves**
(UFMG/ PUC MINAS)

Neila Maria da Silva Blass nasceu em São Paulo, em 1944, e nos deixou em 2017. Pertencia a uma família de três irmãos, da qual era a mais nova. Teve dois filhos Alexandre e Tatiana.

Fez sua graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, onde se formou em 1971. Nesta mesma universidade realizou seu Mestrado em Ciência Política, concluído em 1982, e Doutorado em Sociologia em 1990.

Sua preocupação com a redemocratização do Brasil, a inserção dos trabalhadores no local de trabalho e suas lutas, assim como a organização sindical, foram os motivos que a levaram a se dedicar a estudos e pesquisas sobre estes sujeitos. Para dar suporte às suas inquietações teóricas, além de autores da Sociologia do Trabalho, teve como esteio para suas questões, o historiador Edward Thompson, cuja obra “A formação da classe operária inglesa”, influenciou estudiosos do mundo do trabalho, nesta época.



A pesquisa sobre o trabalho, os trabalhadores e suas lutas foram o principal foco de suas pesquisas. Na dissertação de Mestrado procurou estudar os trabalhadores gráficos de São Paulo. Sua dissertação “Imprimindo a própria história- o movimento dos trabalhadores gráficos em São Paulo no final dos anos 1920”, foi publicada, posteriormente. No doutorado esta preocupação de tornar visível a organização dos trabalhadores e suas reivindicações, que desde o final dos anos 1970 ocupavam a cena política no Brasil, tornou-a responsável por uma das principais obras sobre a greve dos bancários de 1985. Orientanda de Elizabeth Souza Lobo, encontrou nesta extraordinária professora e pesquisadora da Sociologia do Trabalho na USP, um diálogo fértil e imprescindível para dar conteúdo as suas indagações. Quando da perda de Beth Lobo, num trágico acidente de carro, ela escreveu uma homenagem à sua orientadora e seu texto “Agora sou uma estrela” foi publicado na Revista Tempo Social, da Sociologia da USP.



Mas, estimulada por sua orientadora e procurando aprofundar suas reflexões sobre o tema, se inscreveu para uma bolsa sanduiche no GEDISST/CNRS, em Paris, onde teve a oportunidade de desenvolver, no contato com Danièle Kergoat, Helena Hirata e outras pesquisadoras do grupo, suas inquietações sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero.

Em 1998, voltou ao GEDISST/CNRS para um pós doutoramento, e neste mesmo ano, frequentou o Centro de Estudos Sociais, na Universidade de Coimbra, onde foi orientada nos seus estudos por Boaventura de Souza Santos. Posteriormente, voltou a Portugal, em 2003/2004 no Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa. Esta ida à Lisboa lhe suscitou um outro tema de pesquisa e em parceria com José Machado Pais, professor desta instituição, desenvolveu o projeto – Tribos urbanas: produção artísticas e identidades. Neste projeto ampliou seu foco de análise, sendo que o objetivo do estudo foi o de investigar as relações entre a produção artística e a construção de identidades.

Em parceria com José Machado Pais desenvolveu várias pesquisas e publicações na área da Sociologia da Vida Cotidiana. Desde a pesquisa de doutorado, quando estudou a greve dos bancários, ela já percebia o caráter festivo nas lutas destes trabalhadores, com um forte congraçamento coletivo que contribuía para o fortalecimento da identidade de classe. A partir deste encontro com Andrade Pais procurou lançar seu olhar para a vida cotidiana, e as escolas

de samba passam a ser seu objeto de análise. Interessante notar que vai estar preocupada em perceber todo o processo de produção de uma escola de samba, e quem são os trabalhadores que produzem a festa. Um dos seus objetivos seria refletir sobre a chamada noção moderna do trabalho, muitas vezes qualificada como relação de emprego. Mas, ao adentrar nesta realidade, como pesquisadora atenta aos indícios do universo estudado, ela se depara com o que vai denominar “a força da idade” e os “guardiões do samba”. E, se interroga sobre as tradições culturais herdadas da cultura africana. O encontro com os “guardiões do samba” e todo um processo de preservação da herança cultural presente nos desfiles, suscitaram uma série de indagações sobre a velhice. Nesta perspectiva, seu último projeto se insere no debate contemporâneo em torno da ideia de velhice ativa, de práticas de trabalho envolvendo saberes acumulados, e na trajetória de vida destes sujeitos. Além de diversos livros publicou também, inúmeros artigos em periódicos e capítulos de livros.

Sua vida foi dedicada à docência e a pesquisa. Foi professora da PUC de Campinas, da UNESP e por fim se fixou na PUC São Paulo, no departamento de Ciências Sociais, na graduação e pós graduação, onde trabalhou desde 1985 até o ano de sua morte. Obteve a livre docência em 1999 com a tese intitulada “De volta ao futuro. O discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina”. Posteriormente tornou-se professora titular. Ocupou vários cargos institucionais contribuindo de diversas maneiras com os cursos aos quais se dedicou com competência. Era líder do grupo de estudos, “Trabalho, Trabalhadores e trabalhadoras” (NETT) registrado no diretório de grupos de pesquisas do CNPQ. Ministrou diferentes disciplinas na graduação e na pós-graduação como: “Sociologia do Trabalho”; “Trabalho e sociedade, velhos temas e novas questões”; “Trabalho, emprego e vida cotidiana: imagens e representações”; “Vida cotidiana e sociedade: a questão contemporânea do trabalho”; entre outras.

Participou da diretoria da SBS de 1994/1997 onde se dedicou com entusiasmo no crescimento da Sociedade e na sua consolidação. Foi também diretora da Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2000/2002.

Leila Maria da Silva Blass nos deixou em 2017, mas seu legado de pesquisadora arguta e professora dedicada deixou uma marca indelével não só nos seus colegas, mas nos seus inúmeros alunos e, principalmente, nos seus orientandos mestres e doutores, professores em diversas universidades do Brasil.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BLASS, LEILA MARIA DA SILVA. **Desfile na Avenida-Trabalho na Escola de Samba: a dupla face do carnaval.** São Paulo: Annablume, 2007.

BLASS, LEILA MARIA DA SILVA. **Ato de Trabalhar:** imagens e representações. São Paulo: Annablume, 2006.

BLASS, LEILA MARIA DA SILVA; PAIS, Machado. **Tribos Urbanas: produções artísticas e identidades.** São Paulo: Annablume, 2004.

BLASS, LEILA MARIA DA SILVA. **De volta ao futuro.** O discurso empresarial e digital no fim da Autolatina. São Paulo: EDUC-Cortez- FAPESP, 2001.

BLASS, LEILA MARIA DA SILVA. **Estamos em greve!** Imagens, gestos e palavras do Movimento dos Bancários. São Paulo: Hucitec, 1992.

BLASS, LEILA MARIA DA SILVA. **Imprimindo a própria história:** o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo, no final dos anos 20. São Paulo: Loyola, 1986.



LEILA STEIN

Por **Ricardo Luiz Sapia de Campos**
(UFG/IIFA)

Leila de Menezes Stein foi uma socióloga curiosa e sagaz que atuou a vida toda construindo conhecimento que servisse às causas populares e democráticas. Nasce no Rio de Janeiro em 1944 e, em 1967, conclui o curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ. As preocupações acerca da chamada “questão nacional” permeavam as correntes democráticas e de esquerda conjugando estudos acadêmicos com intervenção social. O ambiente pulsante do Rio de Janeiro e os debates que tinha com o pai, membro do PCB – Partido Comunista Brasileiro, foram centrais na sua formação.

A efervescência dos “anos 60”, o trabalho como educadora popular levaram Leila ao Centro de Estudos Noel Nutels, que congregava ex presos políticos e estudantes de pós graduação. Influenciada pelo trabalho de campo e pelos encontros sobre mão de obra volante do Departamento de Economia Rural da Unesp publica na Revista Contrapontos texto sobre a organização dos trabalhadores na agricultura. A publicação, junto com outras do grupo, ganha notoriedade, e é referenciada pelos cientistas sociais David Goodman e Michael Redclift (1977).



Em 1973, influenciada pela ideia de que o capitalismo cria condições para construção de focos de resistência, Leila vai para o sudoeste paulista estudar os chamados “Gatos e Boias Frias”. Este trabalho levaria a socióloga para o Departamento de Economia Rural da Unesp Botucatu, atuando, diligentemente, orientada pelo entendimento, segundo o qual, os trabalhadores agrícolas constroem resistências à exploração no próprio processo de trabalho. Em 1991 conclui mestrado na PUC São Paulo com o tema “Corporativismo e Sindicato na agricultura no Brasil nos anos 1930 a 1945”; em 1997, o doutorado na UNICAMP com a tese: “A formação do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil – 1954-1964”.

Em 1977 com a mudança para São Paulo, compõe juntamente com outros estudantes de Pós Graduação e profissionais da área, a informalmente conhecida “Liga Agrária”, grupo de pesquisa na ASEP – Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Em 1985 presta concurso e vai para Unesp, onde permanece como professora pesquisadora até se aposentar em 2011.

Nos últimos vinte anos de vida, Leila priorizou temas ligados ao sindicalismo urbano, migrantes, reestruturação produtiva, e organização do mundo do trabalho, resultando na livre docência: “Sindicato, Globalização e Representação: velhos e novos paradigmas”. Seu último trabalho ligado ao tema da ruralidade foi em torno do projeto que coordenou no âmbito do CNPQ: “O perfil da liderança sindical rural paulista”, no rescaldo da linha de pesquisa: “Classes sociais e representação, sindicatos e novas institucionalidades”, projeto que formou uma geração de pesquisadores no âmbito do extinto Departamento de Sociologia da Unesp Araraquara.

Em 2008, a partir da atuação como líder do Grupo de Estudos – “Trabalho e Trabalhadores” – criou a REDD – Revista de Estudos Diálogo e Desconexão, juntamente com orientandos e alunos do antigo PPGS – Programa de Pós Graduação em Sociologia. A publicação, interrompida com a morte de Leila Stein, congregava uma linha e uma proposta editorial originais. Entre as referências intelectuais mais fortes que estimulava nos orientandos e alunos leitura atenta destacam-se Leo Panitch, David Harvey, Andre Gorz, Clauss Offe, e sobretudo Edward Thompson. Tinha especial admiração pelo trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos, com quem realizamos, conjuntamente, entrevista publicada na Revista Estudos de Sociologia. (2004).



Entre seus vínculos ativos, é possível destacar a atuação envolvente e propositiva junto a associações e escolas para inclusão de pais e portadores de paralisia cerebral, um envolvimento tributário da contingência pessoal de ter uma filha portadora.

Em 2012, logo após a aposentadoria, em meio ao furacão Sandy, realizou pós doutorado no Instituto Murphy de Estudos do Labor – CUNY, em Nova Iorque. Leila Stein deu o último trago no seu cigarro na manhã do dia 31 de julho de 2018 na cidade de Araraquara – SP.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

STEIN, L. M.. **Trabalhismo, círculos operários e política** – a formação do sindicato dos trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964). 1. ed. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2008.

STEIN, L. M.; CAMPOS, R. L. S. Ciências Sociais e trajetória intelectual. Entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos. **Estudos de Sociologia** (São Paulo), Araraquara, v. 16, p. 37-56, 2004.

STEIN, L. M.. Trabalho Informal e Migrantes nos Estados Unidos. A nova via de organização sindical. **Estudos de Sociologia** (São Paulo), Araraquara, v. 17, p. 172-177, 2004.

STEIN, L. M.; PELEGRINI, T. (Org.) ; CARMO, S. M. (Org.) . **Cidadania e Educação: Leituras em Direitos Humanos**. Araraquara: Cultura Acadêmica/Editora UNESP, 1999.

STEIN, L. Gatos e 'Bóias - Frias', Centro de Estudos Noel Nuts, **Cadernos**, Niterói (3), 1976.



SOBRE A AUTORA

GOODMAN, D. e REDCLIFT, M. The Bóias- Frias: rural proletarianization and urban marginality in Brazil, pag.348 – 363 – In **International Journal of Urban and Regional Research**, vol. I, Number 2, 1977, London: Edward Arnold Publishers.



Foto: Scielo.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/5p9LNZH9v6NY48HGrNtKFSr/?lang=pt>

LÍSIAS NOGUEIRA NEGRÃO

Por **Flávio Munhoz Sofiati**
(UFG)

UM SOCIÓLOGO DA RELIGIÃO USPIANO

Lísias Nogueira Negrão (1945-2015) foi um sociólogo da religião formado pela USP. Fez na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas a graduação em ciências sociais (1967), especialização em ciências sociais (1969) e doutorado em sociologia (1973). Nasceu em Araraquara-SP, mas mudou-se ainda na infância para São Paulo onde passou a maior parte de sua vida.

Teve uma carreira de aproximadamente 40 anos na referida universidade, com breves passagens como professor visitante por instituições do Nordeste: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1977, e Universidade Federal de Alagoas, em 1986-1987. Coordenou o Centro de Estudos da Religião Duglas Teixeira Monteiro após a morte do amigo e colega. Fez parte dos conselhos (de redação e editorial) da revista *Religião e Sociedade* e participou de diversas atividades promo-



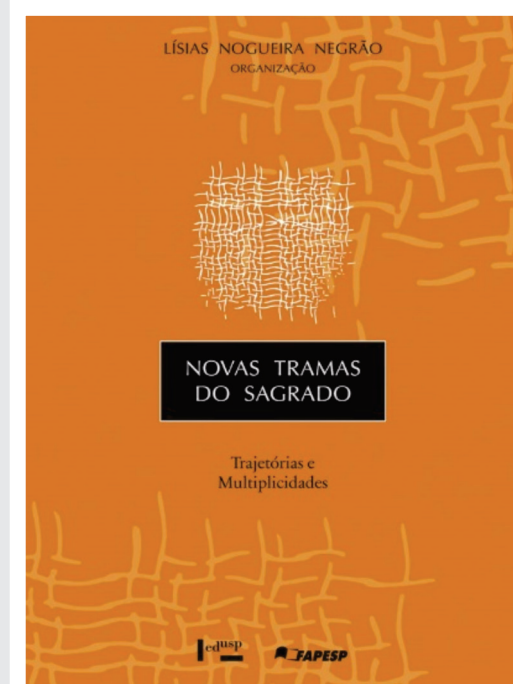
vidas pelo ISER. Em 1993, obteve o título de livre-docente com a sua pesquisa sobre a umbanda e, em 2003, foi aprovado como professor titular no Departamento de Sociologia da USP.

Durante as décadas de 1980 e 1990, coordenou vários Grupos de Trabalho sobre religião nos encontros da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Sua última participação no evento ocorreu em uma mesa redonda que coordenou no 31o Encontro Anual, em 2007, intitulada “O fenômeno religioso: experiências internacionais comparadas”. Lísias Nogueira Negrão também fez parte da ACSRM – Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul de 1998 a 2003.

Influenciado por Duglas Teixeira Monteiro e orientado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, desenvolveu pesquisas sobre o messianismo. Todavia, pensou prioritariamente o messianismo urbano presente nas modernas sociedades industriais – ou os novos movimentos messiânico-milenaristas brasileiros – tendo a sociologia compreensiva alemã, principalmente Max Weber, como referência teórica fundamental. Todavia, em todas as suas pesquisas soube aplicar criticamente as noções weberianas, complementadas com a literatura produzida no país e seus trabalhos de campo, percebendo que o campo religioso brasileiro não era nem um caso radical de encantamento, nem um exemplo de modelo totalmente secularizado. Negrão mostrou que, apesar da tendência a tornar-se cada vez mais escasso no ambiente das grandes cidades, o messianismo-milenarismo não era expressão exclusiva de sociedades tradicionais (ou rurais), havendo compatibilidade entre este fenômeno e o mundo moderno. Em um de seus últimos escritos sobre o tema, faz uma afirmação surpreendentemente atual:

“Como profecia final, devemos estar preparados para o surgimento de novos movimentos nos centros urbanos, orientados não mais por visões religiosas específicas, mas por perspectivas ecléticas e plurais, introduzindo elementos do imaginário da vida moderna de alguma forma ligados a antigas tradições ocultistas e esotéricas. O pluralismo religioso e a difusão pela mídia das mais variadas práticas religiosas e sistemas alternativos de conhecimento criam um caldo de cultura místico capaz de produzir os mais surpreendentes resultados” (NEGRÃO, 2001, p. 128).

Lísias Nogueira Negrão também produziu um amplo estudo acerca da umbanda. Ele utiliza o termo “afro-brasileiras” para se referir às religiões de matrizes-africanas e produz um inventário denso acerca do campo umbandista paulista. Seus estudos sobre o tema eviden-



ciaram as contradições e rupturas da umbanda, expressas em suas complexas diversificações. O autor entendia que cada terreiro possui sua própria “idiossincrasia” em virtude da incorporação de um conjunto diferenciado de influências religiosas, principalmente de três polos formadores: o catolicismo, o kardecismo e o candomblé. Diante disso, seu exercício analítico culminou em uma caracterização da composição social dos terreiros que possibilitaram entender a formação e constituição do campo umbandista paulista. Lísias Nogueira Negrão compreendia que havia uma “ética pragmática” na umbanda que permitia sua permeabilidade na sociedade brasileira urbanizada.

Os últimos estudos de Negrão tiveram como foco de análise o tema das múltiplas filiações religiosas do Brasil contemporâneo. Ele estudou os mais variados percursos religiosos e hibridismos do cenário religioso, encontrando novas formas de duplicidade religiosa, entre elas, católica-protestante e católica-religiões orientais (como, por exemplo, as novas religiões japonesas), além das duplicidades clássicas: católica-afro-brasileiras e católica-espírita. Negrão inferiu acerca das mais variadas seleções, fusões e mutações das religiões na atualidade e constatou que as dinâmicas contemporâneas do campo religioso levam a uma aproximação com práticas religiosas individualizadas e solitárias, em detrimento das vivências religiosas sacramentais e eclesiais.

Além de contribuir para o desenvolvimento das temáticas tratadas, os três grandes estudos de Lísias Nogueira Negrão colaboram com a avaliação da validade do paradigma da secularização para o caso brasileiro, mostrando que não há um modelo único de modernidade. Seus estudos evidenciam as controvérsias desse fenômeno no país, permeando os caminhos que mais recentemente foram percorridos por Peter Berger que anunciou, em um de seus últimos livros, a necessidade de um novo paradigma para se pensar as religiões na contemporaneidade: o paradigma do pluralismo religioso.

Lísias Nogueira Negrão aposentou-se na USP em 2009 e passou os últimos anos de vida encruzilhando outros caminhos para além do acadêmico. Disse-me em uma ocasião que era tempo de experimentar outras possibilidades, enfrentar novas jornadas. Quem o conheceu pôde testemunhar sua cordialidade frente às relações estabelecidas na academia, sua capacidade de conviver com as diferenças e sua sofisticada performance nos debates acerca das interpretações que tratam da função social das religiões e das práticas religiosas no contexto presente.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

NEGRÃO, Lísias Nogueira (org.). (2009). **Novas tramas do sagrado**: trajetórias e multiplicidades. São Paulo: EDUSP.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. (2005). Nem “jardim encantado”, nem “clube dos intelectuais desencantados”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20(59), 23-36. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000300002>

NEGRÃO, Lísias Nogueira. (2001). Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 16(46), 119-129. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000200006>

NEGRÃO, Lísias Nogueira. (1997). Refazendo antigas e urdindo novas tramas: trajetórias do sagrado. **Religião e Sociedade**, 18/2, p. 63-74.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. (1996). **Entre a cruz e a encruzilhada**: formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: EDUSP.

NEGRÃO, Lísias Nogueira & Consorte, Josildeth Gomes. (1984). **O Messianismo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FFLCH/USP-CER.



Foto: Departamento de Sociologia UNESP.
Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/#!/departamentos/sociologia/docentes/lucila-scavone6412/>

LUCILA SCAVONE

Por **Lara Facioli**
(FURG) e
Gisele Rocha Côrtes
(UFPB)

Ao decidir cursar Ciências Sociais na ainda pacata Porto Alegre de 1968, Lucila Scavone não tinha a dimensão de como poderia conduzir sua trajetória acadêmica, consolidada, fundamentalmente, no campo de construção de uma sociologia feminista. A pesquisadora relata, em memorial para o concurso de titularidade da UNESP de Araraquara, defendido no ano de 2010, que sentia ecoar, na capital gaúcha e no ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a efervescência política cultural internacional do maio de 1968 francês, dos movimentos estudantis, dos chamados novos movimentos sociais e dos feminismos, solo histórico e epistemológico que comporá as bases de seu pensamento.

Ao contexto de entrada na Universidade somavam-se o clima nacional de ditadura militar pós-64 e a perseguição política aos(às) intelectuais e estudantes de esquerda e às forças de oposição em geral, ambiente histórico que aproximava a participação política estudantil do estudo das Ciências Sociais.



A reflexão sobre a relação entre movimento social e conhecimento científico comprometida com os grupos historicamente subalternizados, em especial, as mulheres, compõe as preocupações de Lucila Scavone, desde a realização de seu trabalho de conclusão do Curso de Graduação, cujo tema acerca dos quilombos na sociedade escravocrata apontava, já naquele momento, para uma preocupação com a pesquisa histórica, qualitativa e engajada.

A pós-graduação no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, em Paris, cujo início se deu no ano de 1974, coincidiu com uma época de significativa efervescência da luta pela legalização do aborto em contexto francês, aprovado por lei em janeiro de 1975. Tal dinâmica marcou, para Lucila, o primeiro contato com o feminismo francês e o europeu.

De tal forma estimulada e apaixonada, a socióloga se dedicou a buscar na Sociologia teorias e fundamentos que a auxiliassem a construir a questão social das mulheres como uma problemática para essa área do conhecimento, mesmo que tivesse que enfrentar os revezes do campo científico canônico, aquele que considerava os estudos sobre mulheres e de gênero como “perfumaria” das Ciências Sociais brasileiras.

Nesse sentido, Lucila Scavone problematizou cânones hegemônicos da ciência moderna, assentados no androcentrismo e construiu, ao longo de sua trajetória, sob diferentes vertentes e práxis, quadros de referência de análise das teorias feministas e de gênero.

Sua atuação no movimento social a posiciona em uma fronteira de tensão entre a teoria e a prática política, cujo ponto nodal se dá por meio de sua participação no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, já antes do início de seu doutorado, grupo que chegou a reunir mais de cem brasileiras (exiladas políticas ou não) associado ao movimento feminista francês.

Para se dedicar às pesquisas empíricas e à própria crítica da produção do conhecimento sociológico, Lucila se debruçou sobre a especialização dos saberes e de seus campos de luta e de poder acerca de aspectos teóricos e metodológicos que problematizam dimensões a respeito da objetividade do conhecimento e da neutralidade científica e se dedicou a recuperar a contribuição da crítica feminista à própria teoria sociológica.



O mestrado, defendido em 1976, na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, cujo título é *La participation Politique des femmes au Brésil: une mobilisation conservatrice*, buscou compreender a ausência das mulheres nos noticiários de política no Brasil, exceto em situações especiais, como no período das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Em seu doutorado, também defendido na França, nos anos de 1980, Lucila intensificou a compreensão acerca da relação entre as mulheres, a igreja e a sociedade e realizou a interface teórica entre as teorias de Antonio Gramsci, os feminismos marxistas e a Psicanálise.

No período entre 1980 e 1985, Lucila teve uma marcante atuação no nordeste brasileiro, no estado do Maranhão, ao ingressar na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Participou ativamente do Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís do Maranhão e, dentre as ricas experiências compartilhadas com mulheres e pesquisadoras da região, publicou o artigo ‘As múltiplas faces da maternidade’, referência para os estudos sobre a maternidade como fenômeno social, e enfatizou as contribuições das mulheres no processo de cuidar e na formação do saber médico.

Em 1988, Lucila seguiu sua trajetória de docente e pesquisadora na Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), em Araraquara (SP), no Departamento de Sociologia. Atuou como professora de Sociologia na Graduação e Pós-Graduação, estimulando reflexões e leituras de mundo por meio do olhar e da imaginação sociológica. Priorizou temáticas e linhas de pesquisa vinculadas a gênero, saúde, tecnologias reprodutivas, teorias sociais contemporâneas, métodos de pesquisa, feminismos, maternidade e sexualidades. É pioneira na implantação da disciplina Estudos de Gênero, contribuiu para formar novas gerações de sociólogas feministas, e seu engajamento se expressa também na interlocução constante com órgãos e organizações de mulheres e feministas no município de Araraquara (SP).

Os dois pós-doutorados realizados na França, em 1991 e 2002, depois de ter solidificado sua experiência docente e como pesquisadora no Brasil, conduziram-na ao que seria um tema central em suas pesquisas empíricas: as questões de saúde da mulher e as relações de gênero nas práticas de saúde, por meio de uma articulação entre os campos da Sociologia do Trabalho, da Sociologia da Saúde, da Família e das Relações de Gênero.

Somada à sua trajetória no exterior, o olhar voltado para os problemas nacionais reverberou em pesquisas futuras, por meio de estudos comparativos, como o Acordo Bilateral Institut National Santé Études Recherches Médical (INSERM)/CNPq, com a pesquisa Doenças profissionais: conhecimento-reconhecimento e consequências sociofamiliares. Abordagem comparativa franco-brasileira, o Projeto Norte/Sul Saúde, flexibilidade do trabalho e precarização: abordagem comparativa franco-brasileira, financiado pelo INSERM, e o projeto Estudos de Gênero e Feministas: relações norte e sul.

Dentre os estudos precursores de Lucila Scavone atinentes à saúde, ao gênero e à questão ambiental, destaca-se o projeto ‘Amianto: aspectos sócio-familiares das doenças profissio-

nais – Uma abordagem comparativa franco-brasileira’, que foi realizado no Brasil nos anos de 1995-1997, financiado pelo Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale/França e CNPq/Brasil. A pesquisa, realizada em parceria com pesquisadoras francesas, explicitou a invisibilidade das doenças associadas ao amianto e seus impactos nas famílias e analisou a incidência em mulheres e a interface entre a saúde, o trabalho e as relações de gênero.

O ofício da Sociologia, como artesanato intelectual, tem sido transmitido pela socióloga ao longo de sua trajetória acadêmica e do processo de criação de redes e grupos de pesquisa, com destaque para o grupo NEGAr (Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara). O rigor metodológico se expressa na condução dos processos de orientação atravessados pela construção de ferramentas qualitativas e quantitativas capazes de aprofundar a apreensão do real, tornando visíveis as experiências das interlocutoras e dos interlocutores.

Dentre as influências mobilizadas como referenciais epistemológicos e metodológicos de suas pesquisas, destacam-se: Simone de Beauvoir, Luce Irigaray, Joan Scott, Danièle Kergoat, Heleieth Saffioti, Judy Wajcman, Gayle Rubin, Donna Haraway, Marisa Correia, Maria Lygia Quartim de Moraes, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michel Thiollent e Wright Mills.

Lucila é autora de diversos artigos e livros e uma das pioneiras na reflexão a respeito das relações de gênero e das teorias feministas, desde a década de 1970, dedicando-se aos estudos sobre direitos sexuais e reprodutivos, aborto, tecnologias reprodutivas, feminismo, sexualidade, maternidade e violência contra as mulheres.

Por fim, Lucila Scavone, importante pesquisadora e referência feminista da Sociologia brasileira, inspirou e inspira a práxis por uma Sociologia posicionada, engajada e feminista.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. **Rev. Estud. Fem. [online]. 2013, vol. 21, n.2, p. 587-596.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v21n2/10.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SCAVONE, Lucila . Religião nas Revistas Acadêmicas de gênero e feministas. In: Maria José Rosado. (Org.). **Gênero, feminismo e religião.** Sobre um campo em constituição. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2015, v. 1, p. 209-222.

SCAVONE, Lucila. **Memória, História e Sociedade.** 20. ed. Araraquara: Laboratório Editorial, 2015. v. 1. 220p.

SCAVONE, Lucila. Ciência, Tecnologia e Inovação. 37. ed. Araraquara: Laboratório Editorial, 2014. v. 1. 229p.



Foto: Folha de São Paulo.
Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/professora-da-usp-formou-geracoes-de-intelectuais.shtml>

MARIA CÉLIA PAOLI

Por **Cibele Saliba Rizek**
(USP/UFSCar)

Maria Célia Pinheiro Machado Paoli foi uma socióloga curiosa, inquieta. Tinha ideias e intuições que a dirigiam para uma centena de focos e olhares ao mesmo tempo. Essa inquietação e essa multiplicidade de interesses era uma enorme qualidade, um impulso vital e, também, na mesma proporção, um obstáculo, sobretudo à sistematização desses insights, ideias, iluminações. Trazia essa riqueza de apontamentos e questões para as aulas – fonte inesgotável de diálogo e de reflexão – o que permitia a quem quer que estivesse em sala acompanhar seu pensamento como uma espécie de aventura sem ponto de repouso. Por isso as disciplinas sob sua responsabilidade eram frequentadas por um grande número de estudantes, orientandos, ouvintes. Essa longa aventura de 40 anos foi, pouco a pouco, esmaecendo. Sem que ninguém percebesse ou se desse conta do que estava de fato em curso, Maria Célia ia adoecendo devagar. Sempre tinha esquecido chaves, livros e papéis... fazia parte dela uma espécie de desatenção às coisas miúdas. Mas esses esquecimentos foram se ampliando, abrindo fendas que eram preenchidas pela riqueza das imagens e das palavras de que era dona.



Por quatro décadas – interrompidas por uma passagem pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo na gestão Luiza Erundina, Maria Célia Paoli formou muitos intelectuais, professores, pesquisadores, transmitindo e recriando linhagens. Uma delas – de grande importância para a renovação dos estudos sobre o trabalho e as classes sociais – foi resultado dos anos de seu doutorado na Inglaterra, sob a orientação de Eric Hobsbawm. Nesse período teria conhecido e se apaixonado – como era de seu feitio – pela obra de E. P. Thompson, o que a faria aproximar em amálgama as contribuições da história e da historiografia e as da pesquisa sociológica. Um fazer-se classe dos trabalhadores se constituía nesse diálogo que historicizava o olhar sociológico e sociologizava as questões colocadas pela história e pela historiografia. Nesse diapasão escreveu um belo trabalho de doutorado que jamais foi traduzido ou publicado no Brasil. A contribuição da abordagem de Thompson ressoou em textos, cursos, debates como contraponto a um marxismo endurecido pelas determinações, envelhecido pela impossibilidade de ação ou pela palidez das classes como sujeito. A contribuição de Maria Célia se somava aos enfoques renovados pelos “novos personagens” de Eder Sader, mas também pela reflexão densa e cheia de dimensões surpreendentes de Marilena Chauí e dos autores que sua reflexão filosófica introduziria no âmbito da sociologia paulista. Tudo a ver com o novo sindicalismo, com o nascimento do Partido dos Trabalhadores, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores, com o que mais tarde poderia ser denominado como a era das invenções, tal como identificada por Francisco de Oliveira. Além de Thompson, muitas outras paixões a tomaram de assalto: as relações entre público e privado no Brasil, o pensamento social brasileiro e as matrizes da violência como mediação das relações sociais, os temas de pesquisa de cada um de seus orientandos, a elaboração cidadã, as questões da cidadania que nasciam da luta pela democracia no Brasil, democracia permanentemente impedida, truncada, e o pensamento de Hannah Arendt – sua última paixão. Para além das publicações e artigos, sua elaboração conceitual, que ancorava uma sociologia política voltada para as relações sociais brasileiras e suas matrizes, acontecia por meio de uma pesquisa de autores e fontes, da leitura abundante e do discurso em classe. Algumas de suas aulas, como me relataram Gabriel Feltran, José Lira, Joana Barros, Fábio Sanchez, Luiz Jackson entre tantos outros, foram momentos inesquecíveis porque permitiam ver e ouvir o pensamento em ato.



Maria Célia Paoli também foi um exemplo de amizade e de afeto sem que suas opiniões e modos de pensar se impusessem aos seus colegas e orientandos. Um exemplo dessa amizade na diferença foi a relação delicada e densa que manteve com Francisco de Oliveira, na reciprocidade de uma profunda admiração e respeito pelas diferenças que os separavam e os uniam ao mesmo tempo. Ambos fundaram o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC) na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que mais tarde ganharia o estatuto de centro, transformando-se em Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC). Maria Célia adoeceu devagar como uma luz intensa que perdia brilho muito lentamente. Mesmo assim seu último texto, publicado em 2006, em diálogo com um conjunto de pesquisas e questões de um lado e em conversa permanente com a filosofia política de Arendt, anunciava os processos que transformariam a cena política brasileira no pastiche da indistinção.

No curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo, Maria Celia Paoli despontava como uma outsider que vinha do Sul, muito loura, dona de uma imaginação sociológica extravagante. A partir de seu mestrado sobre o fenômeno da marginalidade e de seu ingresso na docência nos anos de chumbo, Maria Célia abraçou a Universidade de São Paulo e a viveu com intensidade. Muitos de seus orientandos estão espalhados por cursos de sociologia do Brasil inteiro, dando continuidade às linhagens que trouxe e reinterpretou à luz dos desenhos e dos meandros que plasmaram as formas de sociabilidade política no Brasil. Depois de um período longo de reclusão, Maria Célia morreu em 2019. Esse país da indistinção, do ranço autoritário que atravessa relações sociais e de poder, desse horror às distâncias, a lenta metamorfose dos engajamentos militantes em ativismos sociais, à luz de uma forte modulação das formas de intervenção empresariais, as formas e fóruns participativos que se tingiam não de politização ou democratização, mas de gestão, de administração tecnicizada da pobreza e amenização tênue da miséria, uma espécie de momento thompsoniano do avesso – um desfazer-se da classe – esses são os temas que povoam sua produção mais recente. Mesmo assim procurava horizontes, continuava apostando em todos e em cada um dos orientandos, continuava embarcando em novas aventuras. Talvez a última de que se tenha notícia tenha sido um grupo de jovens pesquisadores que se identificaram como um coletivo de pós graduandos “em busca da política”. Automearam-se como Os Embuscados. À luz da obra de Jacques Rancière procuram, tal como Maria Célia, um horizonte, uma esperança para além do social como gestão da vida, uma outra saída para a invenção, para a ação política, uma nova janela por onde fosse possível entrever a reinvenção do mundo.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

PAOLI, M. C. P. M. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: F. Oliveira; C. Rizek. (Org.). **Cidadania e Democracia**: o pensamento nas rupturas da política. São Paulo: Editora Vozes, 2007.

PAOLI, M. C. P. M. Invenção e emergência em Chico de Oliveira. In: C. Rizek; W. Romão. (Org.). **Franciso de Oliveira**: a tarefa da crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PAOLI, M. C. P. M.; DUARTE, Adriano. São Paulo no Plural: espaços públicos e redes de sociabilidade. In: Paula Porta. (Org.). **História da Cidade de São Paulo**: A cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2005, v. III, p. 67-92.

PAOLI, M. C. P. M. Os amores citadinos e a ordenação no mundo pária: as mulheres, as canções e seus poetas. In: B. Cavalcanti; H. Starling; J. Eisenberg. (Org.). **Decantando a República**: Inventário Histórico e Político da Canção Popular Moderna Brasileira. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, v. 1, p. 67-92.

PAOLI, M. C. P. M. Movimentos Sociais, movimentos republicanos? In: F. T. Silva; M. Naxara; V. Camilotti. (Org.). **República, Liberalismo e Democracia**. Piracicaba/SP: Editora Unimep, 2003, v. 1, p. 163-191.

PAOLI, M. C. P. M. Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania. In: Boaventura Sousa Santos. (Org.). **Democratizar e Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PAOLI, M. C. P. M. Dismantling State regulations, Remaking Public Rights: The Dispute for Social Regulation in Brazil. In: Jane Jenson; Boaventura de Sousa Santos. (Org.). **Globalizing Institutions** (Case studies in regulation and innovation). 1ªed. Aldershot: Ashgate, 2000, p. 105-120.

PAOLI, M. C. P. M.; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: S.E. Alvarez; E. Dagnino; A. Escobar. (Org.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PAOLI, M. C. P. M.. Direitos Humanos e Cidadania: Um Comentário. In: M. C. Paoli. (Org.). **Direitos Humanos**. 1ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, v. 1, p. 50-60.

PAOLI, M. C. P. M.. Rights And Social Justice: Conflicts And Negotiations In Brazil. In: M.C. Paoli; J. Durhan (Org.). **Culture of politics/politics of cultures**: Latin America Social Movements Revisited. 1ed. Colorado: Boulder, 1997, v. 1, p. 150-180.



MARIA STELA GROSSI PORTO

Por **Ana Luisa Fayet Sallas**
(UFPR)

Fleita a primeira mulher presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (2003-2005), Maria Stela Grossi Porto, tem sua trajetória construída intimamente associada a essa instituição científica – sua instituição “de coração”, segundo suas próprias palavras. Talvez esse vínculo possa ser medido ou vislumbrado quando olhamos para ele como mônada, como janelas que permitem o vislumbre de uma infinidade de linhas, objetos, temas e questões que vêm mobilizando o interesse de uma vida: de socióloga de ofício, de pesquisadora, de docente e também de trabalhadora na construção institucional à qual vem se dedicando de corpo e alma.

Nascida em Ponte Nova (MG) em 26/02/1945, junto com sua irmã gêmea univitelina Maria das Graças Grossi (1945-1994) seguiram unidas também pelos caminhos da sociologia. O pai era de uma família de migrantes italianos calabreses, havia estudado até o científico e era funcionário do Estado que atuava na coleta de impostos; a mãe de família de origem portuguesa que vivia no interior e era professora primária, com especia-



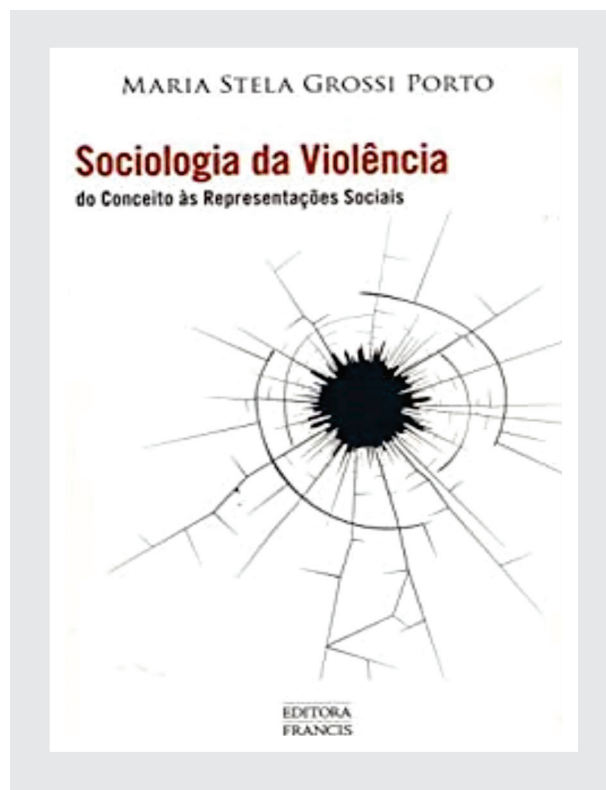
lização em Biblioteconomia, encantada com os livros e com a escrita de poesias.

Telinha (como a chamamos carinhosamente) passou boa parte de sua infância e juventude em Belo Horizonte. Estudou no Colégio Pio XII, escola tradicional católica de freiras salesianas, onde fez do primário até o normal. Nos conta que era excelente em termos de formação acadêmica e ao mesmo tempo extremamente conservadora com relação à questão da moral e dos costumes (2018, p.20). Mas foi justamente nesse espaço que ela descobriu, aos 17 anos, a sua vocação e a escolha de um caminho científico na sociologia. Em que pesem as resistências de seu pai, ingressam, ela e a irmã, na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG em 1963, no curso de Sociologia e Política. Nesse curso conheceu seu companheiro de vida, Sérgio Porto com quem se casou

(1964) e teve três filhos: Sergio, André e Luís Guilherme, todos nascidos em Belo Horizonte e uma filha Daniela, nascida em Brasília, com Síndrome de Down. O casamento e a maternidade fizeram com que sua etapa de formação na graduação fosse estendida do começo em Minas Gerais para sua conclusão na Universidade de Brasília (1976) para onde migraram em meados dos anos 70. Iniciou seu mestrado na Sociologia na UnB e mais uma vez a família se colocou em movimento, desta vez para acompanhar Sérgio que estava iniciando seu doutorado em Comunicação em Montréal, no Canadá.

Na Universidade de Montréal, Telinha fez o mestrado (1979) e o doutorado (1987) tendo por orientador Mohamed Sfia. Seu mestrado foi sobre o mercado de trabalho informal urbano no processo de desenvolvimento do capitalismo, marcando assim a necessidade de reflexão para além das dualidades estabelecidas entre “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”. Em seu doutorado mudou o foco – procurando a compreensão da relação entre o capitalismo e a pequena produção familiar no Brasil; Diante de um processo de intensas transformações no campo, procurou situar o lugar ocupado por essa produção familiar num contexto de modernização da agricultura brasileira no período.

Através de seu caminho de formação teórica e acadêmica, já no exercício pleno do ofício de socióloga, atuando como professora concursada no departamento de sociologia da UnB (1987) vai gradativamente convertendo seus interesses de pesquisa, que se deslocam para a questão da violência, da segurança pública e dos direitos humanos. Foi na sociologia do mundo rural, que emergiram suas reflexões conceituais no estudo sobre a violência, aprofundadas com a realização de seu pós-doutorado no Centre d’Etudes de la Vie Politique Française



(CEVIPOF), Paris, quando acompanhou os seminários de Michel Wieviorka, com quem estabeleceu uma relação de afinidade teórica na compreensão da violência como fenômeno sociológico, procurando interpretar de forma mais sistemática o lugar do sujeito e de sua condição de ator no mundo social. Procurou pensar se era possível uma sociologia da violência e em que medida. Assim, buscou trabalhar a relação objetividade/subjetividade da violência, visando a avançar teoricamente em suas reflexões. Desse seu movimento teórico e epistemológico inicia uma reflexão refinada e inovadora para pensar a violência a partir das representações sociais, inspirada pelas contribuições de Serge Moscovici e Denise Jodelet.

Da imagem da mônada que evocamos no início temos, ao longo de sua trajetória a sua inserção no campo da sociologia da violência, tendo sido coordenadora do Núcleo de Estudos da Violência e Segurança (NEVIS/UnB), no qual atua ainda hoje, associando-se a uma constelação de pesquisadores como Luiz Antônio Machado da Silva, que formulou a categoria de “sociabilidade violenta” para compreender o fenômeno no Brasil. Participou do INCT ‘Violência, democracia e segurança cidadã’, juntamente com Sérgio Adorno (USP), seu coordenador, José Vicente Tavares (URGS), César Barreira (UFC), Renato Sérgio de Lima (FBSP) e Michel Misse (UFRJ), dentre outros que em meados dos anos 90, criaram Grupos e Núcleos de Pesquisa sobre a Violência, atraindo toda uma nova geração que se debruçou sobre a compreensão da temática, em suas múltiplas faces.

Professora titular em 2011, e professora Emérita em 2017 pela Universidade de Brasília, mesmo ano em que foi a presidente do 18º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia que novamente se realizava nessa cidade, depois de 30 anos do congresso de retomada da Sociedade Brasileira de Sociologia, ocorrido em Brasília em 1987 sob a presidência de Gabriel Cohn (USP), datando dessa época seu envolvimento de coração com a SBS.

Para além de sua atuação na construção de um campo de estudos como é o da sociologia da violência, Telinha tem atuado de forma significativa nos espaços de produção e troca acadêmicas extra muros da universidade, como a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e na Internacional Sociological Association (ISA) onde foi vice-presidente do RC 29-Research Committee on Deviance and Social Control (2006-2010). Da mesma forma, teve uma atuação importante junto a agências de Ciência e Tecnologia como o CNPq e a CAPES, atuando em Comitês de Área de Sociologia em ambas instituições.

Temos de sua presença iluminadora na Sociologia Brasileira três aspectos que valem ser destacados: uma visão crítica dos “ismos” e da visão redutora e meramente instrumental da ciência sociológica, a necessidade constante do avanço teórico em relação direta com o mundo social, e finalmente a necessidade de ler os clássicos, com um olhar curioso e criativo para perceber o sentido profundo de suas contribuições para a compreensão do mundo contemporâneo.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) **Sociedade e Estado**. 02. ed. Brasília: Editora UnB-, 1995. v. X. 260p

PORTO, Maria Stela Grossi (Org.) **Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro**- Dimensões e Olhares. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência do Conceito às Representações Sociais**. 1a.. ed. Brasília: Ed. Francis/Verbena, 2010. v. 1. 336p

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência, Democracia e Segurança Cidadã**: o caso das polícias no Distrito Federal. 1. ed. Brasília: Verbena, 2017. v. 1. 224p

PORTO, Maria Stela Grossi. **Repensando Travessias** – o Fazer Sociológico. Curitiba: Appris Editora, 2018.



SOBRE A AUTORA

LIMA, Renato S.; RATTON, José L. (Org.). As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**; Urbania; ANPOCS, 2011.

PORTO, Maria Stela Grossi. Maria Stela Grossi Porto (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 5min). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/mariastelagrossi>

FACHINETTO, Rochele F. et al. As linhagens de descendência acadêmica dos pesquisadores “pioneiros” nos estudos sobre violência, crime e justiça criminal no Brasil (1970-2018). **BIB**, São Paulo, n. 91, p. 1-39, 2020.



Foto. Site Racismo Ambiental.
Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/05/01/isto-se-chama-genocidio-por-michael-lowy/>

MICHAEL LÖWY

Por **Flávio Munhoz Sofiati**
(UFG)

UM INTELLECTUAL ORGÂNICO

Michael Löwy (1938-) é um sociólogo franco-brasileiro preocupado com temas relacionados às grandes utopias transformadoras. Trata-se de um intelectual orgânico, na acepção gramsciana, comprometido com as lutas da classe trabalhadora. Militante da IV Internacional, de caráter trotskista, atualizou, ao lado de Daniel Bensaïd, as narrativas do marxismo revolucionário deste início de século XXI.

Nascido na cidade de São Paulo, filho de imigrantes judeus austríacos, fez ciências sociais na USP (1960). Muda-se para a França no intuito de dar continuidade à sua formação universitária, fazendo seu doutorado com Lucien Goldmann (1964) sobre o tema da revolução na obra de Marx. Löwy oferece uma análise do itinerário político-filosófico do fundador do materialismo-histórico, tendo como objeto a teoria da autoemancipação do proletariado em direção à revolução comunista.

Michael Löwy é professor Emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) ao qual o



homenageou em 1994 com a medalha de prata do CNRS. Em sua carreira acadêmica na França está vinculado principalmente à EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), no Centre d'études en sciences sociales du religieux, antigo Centre d'études interdisciplinaires des faits religieux.

Em 2011 foi homenageado por este centro de pesquisa com um livro que retrata sua carreira e analisa os múltiplos temas de estudo e pesquisa que vão desde a cultura judaica da Europa central (estuda notadamente o messianismo) até o cristianismo da libertação na América Latina, passando pela análise das revoluções europeias, os escritos de Che Guevara, as utopias latino-americanas, a obra de Rosa Luxemburgo e de Franz Kafka, o romantismo, o surrealismo e o marxismo libertário, além da sociologia de Weber e, mais recentemente, o ecossocialismo.



Além de Marx e Engels, evidentemente, e Rosa Luxemburgo, um autor central em sua abordagem teórica é Walter Benjamin, considerado como uma referência fundamental do marxismo libertário. Michael Löwy dedicou anos de estudo à obra deste autor e colaborou com a difusão de escritos importantes como o texto inacabado “O capitalismo como religião”. Além disso, corroborou na interpretação de produções densas como as famosas teses “Sobre o conceito de história”. Em 2019 recebeu na Alemanha o “Prêmio Walter Benjamin” por seu livro “A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin”.

Michael Löwy pode ser considerado um marxista inventivo por articular o materialismo-histórico dialético com outras abordagens teórico-metódicas como, por exemplo, o romantismo e o messianismo, baseando-se na própria obra de Benjamin que o influenciou profundamente. Sua perspectiva marxiana é acompanhada de alguns elementos da sociologia compreensiva alemã de Weber. Em seu livro “A jaula de aço” apresenta as chaves de sua sociologia marxista weberiana, fundamentalmente baseada no emprego do conceito de “afinidades eletivas”.

O autor sistematiza em Weber uma definição do conceito, entendida como uma relação de atração e influência recíprocas, e a utiliza para pensar seus temas de estudo, como o Cristianismo da libertação na América Latina e suas convergências com o marxismo libertário. Löwy entende que o próprio Marx possuía uma interpretação ambivalente da religião, sendo consi-

derado não apenas “o ópio do povo”. Significa que, diferente das interpretações amplamente divulgadas, a ação religiosa para Marx pode significar tanto uma manifestação ideológica das angústias geradas pelas condições individuais na sociedade existente como também um protesto contra ela.

Os estudos acerca do Cristianismo da libertação possuem um espaço central na obra de Michael Löwy. Seu livro “A guerra dos deuses” ganhou o “Prêmio Sérgio Buarque de Holanda” no Brasil e colaborou com a consolidação de uma perspectiva interpretativa desse fenômeno religioso, influenciando as novas gerações de cientistas sociais da religião que tratam do tema na América Latina e Europa. Conforme o autor, há o entendimento de que a Teologia da libertação é a expressão intelectual e espiritual de um movimento sociorreligioso anterior e muito mais profundo que é chamado de Cristianismo da libertação.

Michael Löwy entende que esse movimento sociorreligioso é ao mesmo tempo um tema de pesquisa e uma experiência de encontro com teólogos e militantes de grande qualidade humana, moral e ética. O estudo desse fato religioso diz respeito ao seu trabalho de pesquisador, mas também ao seu engajamento político como socialista.

Seus mais recentes escritos tratam da temática do ecossocialismo. Essa produção tem contribuído com a renovação do pensamento de esquerda no movimento anticapitalista mundial. Michael Löwy apresenta o ecossocialismo como uma alternativa radical àquilo que considera a catástrofe ecológica capitalista. Assim, o ecossocialismo consiste na transformação profunda das relações de produção e dos padrões de consumo dominantes. Portanto, a proposta significa a construção de um novo tipo de civilização planetária que estabeleça uma ruptura com os fundamentos da civilização industrial ocidental moderna, principalmente com a ideia de progresso. Para Michael Löwy se o problema é sistêmico, a solução deve ser antissistêmica, anticapitalista; e deve ser profundamente radical, atacar a raiz do sistema e se distinguir antagonicamente dos socialismos e comunismos do século XX, principalmente o stalinista e maoísta.

Ao se estabelecer na França, tornou-se um embaixador das ciências sociais brasileiras por receber, orientar e supervisionar, um número significativo de estudantes, pesquisadores e intelectuais na EHESS em Paris. Esse papel, acompanhado de sua produção acerca do marxismo e da análise dos mais variados temas, rendeu-lhe uma homenagem com o livro “As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado” com textos de intelectuais renomadas como Alfredo Bosi, Carlos Nelson Coutinho, Emir Sader, Maria Orlanda Pinassi, Roberto Schwarz, entre outros.

Michael Löwy continua produzindo conhecimento acerca da realidade contemporânea e contribuindo com sua militância para a transformação radical da sociedade.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LÖWY, Michael. **Redenção e Utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2007.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, Michael. **A Jaula de Aço**: Max Weber e o marxismo weberiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

LÖWY, Michael. **O que é o ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. **A revolução é o freio de emergência**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.



SOBRE O AUTOR

JINKINGS, Ivana e PESCHANKI, Alexandre (orgs). **As utopias de Michael Löwy**: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007.

DIANTEILL, Erwan e DELECROIX, Vincent (dir.) **Cartographie de l'utopie**: l'oeuvre indisciplinée de Michael Löwy. Paris: Éditions du Sandre, 2011.



NEYARA ARAÚJO

Por **Joannes Paulus Silva Forte**
(UVA-CE)

Maria Neyara de Oliveira Araújo nasceu em 24 de abril de 1951, às margens do Rio Preguiça, no município serrano de Maranguape, região metropolitana de Fortaleza. Neyara é a filha mais velha de cinco irmãos, com os quais se criou entre as brincadeiras da infância, as descobertas da juventude, o trabalho familiar e a escolarização. Em sua auto apresentação, impressa no ano 2000 em seu principal livro, ela se revelou como mãe e estudiosa por alegria. Revelou-se ainda muito comprometida com o futuro de nossas vidas e de nosso país. E, sobretudo, mostrou o desejo que a faz uma pessoa e uma socióloga singular em um mundo no qual se diz que “tempo é dinheiro”: “do que mais gostaria era de viver sem pressa” (ARAÚJO, 2000)^[1].

Em 1971, ingressou no curso de Comunicação Social (jornalismo) da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo se formado em 1974. Entre 1976 e 1980, em busca de “compreender melhor”, cursou o mestrado em Sociologia na UFC, tendo desenvolvido a dissertação intitulada *Ter ou não ter: estudos sobre crediário entre a população de baixa renda*, sob a orientação da Prof.^a Tereza Maria Frota Haguette, uma das fundadoras do primeiro



curso de Ciências Sociais do estado do Ceará, em 1968.

Em 1977, Neyara se tornou professora do então curso de Ciências Sociais da Universidade de Fortaleza (Unifor), onde lecionou até 1984, exercendo a docência no difícil contexto da ditadura civil-militar brasileira. Mas Neyara, que fazia parte da resistência contra o autoritarismo e em defesa das liberdades democráticas, seguiu sua marcha docente inspirada pela vontade de um Brasil de todos/as. Não por acaso, fez parte do movimento estudantil secundarista e universitário, no início dos anos 1970, vinculando-se política e ideologicamente à Liberdade e Luta (Libelu), uma das tendências da época, e, entre 1979 e 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no Ceará, do qual se tornou militante e filiada.

Nos idos de 1980, Neyara, que já era mãe de três “criaturinhas”, Yara, Neyara e Luís Paulo, ingressou, por meio de concurso público de provas e títulos, no Departamento de Ciências Sociais da UFC como professora da área de Sociologia. Com a abertura política, continuou a busca de “compreender melhor”, analisando temas caros à Sociologia e às Ciências Sociais, tais como os processos de trabalho, as transformações capitalistas e as utopias contemporâneas que se desenharam, nos anos de 1990, a exemplo da Economia Solidária.

Entre 1992 e 1996, Neyara fez o doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do Prof. Francisco de Oliveira, na análise e reconstituição da “história dos sem-trabalho”, daquelas e daqueles que viviam a mendicância no Ceará e no Brasil, ajudando-nos a conhecer e a compreender a trama entre a formação sócio-histórica e econômica do Brasil, a questão da terra, o desemprego estrutural e a desproteção social. Com uma escrita poética e inovadora, que mostra bem a relação entre os rigores da Ciência e a estética literária e teatral realista, Neyara desenvolveu a sua tese de doutoramento com grande potência etnográfica e astúcia intelectual, mostrando o drama da história social da mendicância e seu cenário em quatro atos, que, além da riqueza de detalhes e da refinada análise sociológica, enredam e emocionam o/a leitor/a pelas vidas e circunstâncias sociais de cada um de seus protagonistas (*mendigos do Sertão, de favela, de rua, do abrigo*). Fruto da tese, em 2000, foi publicado o livro *A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*, com prefácio de Francisco de Oliveira. À época, o editor teria dito que o livro de Neyara era para o futuro. Ele tinha razão.

A MISÉRIA E OS DIAS: HISTÓRIA SOCIAL DA MENDICÂNCIA NO CEARÁ



MARIA NEYARA DE OLIVEIRA ARAÚJO

PREFÁCIO DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

EDITORA HUCITEC

Sempre interessada em estudar e aprender para interpretar e intervir no mundo, a 11^a tese de Marx sobre Feuerbach lhe cai como uma luva: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo” (MARX, 2007 [1845], p. 29)^[2]. Foi com esse espírito que entre 1999 e 2000, Neyara deu prosseguimento aos seus estudos no estágio pós-doutoral que realizou na Université Lumière Lyon II, sob a supervisão do antropólogo François Laplantine, oportunidade em que se dedicou à análise dos sistemas de troca locais (troca local e sem dinheiro) – SELs. Pensando com as noções de *fundo público* (Francisco de Oliveira) e *esfera pública plebeia* (Habermas), Neyara examinou a hipótese de que os SELs enunciavam uma modalidade de regulação dos conflitos, podendo constituir um aspecto do que foi denominado de *sociedade do bem estar* (Pierre Rosauvallon). A hipótese geral era de que, tendo o século XIX feito surgir a forma acabada de uma *esfera pública burguesa*, que seguidamente tão bem se consolidou como face sociocultural da mercadoria, no início do século XXI, os SELs começaram a dar sinais da emergência de uma *esfera pública plebeia*, como face sociocultural do *fundo público* (ARAÚJO, 2004).

Na trilha das “novas utopias”, em meados dos anos 1990, Neyara e seus colegas de outras unidades acadêmicas da UFC fundaram um núcleo da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), uma demanda da Central Única dos Trabalhadores (CUT) às/aos intelectuais, com o objetivo de avançar em pesquisa e assessoria a trabalhadores/as em grupos, associações e cooperativas de autogestão. Em 1997, Neyara esteve presente à primeira reunião que o Professor Paul Singer convocou, através da Unitrabalho, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com professores/as universitários/as e membros de movimentos sociais, sindicatos e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de várias partes do Brasil para que fossem compartilhadas informações sobre as experiências de autogestão e cooperativismo nomeadas de Economia Solidária.

No final dos anos 1990, Neyara passou a analisar o trabalho associado, em parceria com o Prof. Jacob Carlos Lima (UFPB/UFSCar), coordenador de equipe interinstitucional de pesquisadores/as que estudaram cooperativas de trabalho e produção percebidas, ora como estratégia de trabalho assalariado disfarçado, ora como alternativa de autonomia e democratização do trabalho para os/as trabalhadores/as na perspectiva da Economia Solidária (LIMA; ARAÚJO, 1999; ARAÚJO; LIMA, 2003).

Nos anos 2000 e 2010, Neyara liderou o Grupo de Estudos sobre Trabalho e Transformações Capitalistas (GET), vinculado à linha de pesquisa *Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFC, coordenando projetos de pesquisa e orientando alunos de graduação, mestrado e doutorado, atividades realizadas, paralelamente, com o desenvolvimento de ações de extensão e as aulas na graduação em Ciências Sociais, que coordenou em diferentes períodos entre 1991 e 2017 e no PPGS-UFC, do qual foi vice-coordenadora (2006-2008) e coordenadora (2008-2010)^[3].

Em 2017, Neyara defendeu tese para ingresso na categoria “Professora Titular” com o trabalho *Sociedade, política e pensamento: em busca dos primórdios do ensino de sociologia no Ceará. Trajetória de construção do objeto de pesquisa*.

Ao longo de décadas de vida acadêmica, Neyara formou muitas/os sociólogos/as e professoras/as de Sociologia. No Ceará, ela foi pioneira na luta pela obrigatoriedade da sociologia no ensino médio, somando-se, no cenário nacional, a professoras/es de grande relevância nesse processo. Como professora e pesquisadora dedicada ao ensino das ciências sociais, de 2003 a 2014, foi coordenadora-geral do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada para o Desenvolvimento das Humanidades (Humanas), integrante da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (Rede) do Ministério da Educação (MEC), dentro da Política Nacional de Formação de Professores. Nesse projeto nacional, Neyara abraçou a grande tarefa de formar, na universidade e no chão da escola, os/as professores/as das novas gerações.

Após sua aposentadoria, a Prof^a Neyara dedica-se a seus netos, plantas e bichos, lendo suas poesias na Reserva do Jucá (Caucaia-CE), sem olvidar da luta contra as desigualdades, por liberdade e democracia, dividindo-se entre as atividades domésticas, os estudos que realiza todos os dias e as reuniões políticas. E segue a olhar os processos sociais com a Sociologia, uma vez que ela tomou o lugar que se esperava na trajetória de Neyara: o de fazer “compreender melhor” para ousar mudar o rumo das coisas...



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. A colonização do Brasil: marcas de dor e resistência. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 70-72, 2000.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. Sob o SELs de França: uma esfera pública plebéia despona. Ensaio de interpretação sociológica do Système d’Exchange Local. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 35, n. 1, p. 31-44, 2004.

ARAÚJO; Maria Neyara de Oliveira. Sociologia no ensino médio: por que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? In: ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; SOUZA, Vinícios Rocha; FICK, Vera Maria Soares. **Epistemologias e tecnologias para o ensino das humanidades**. Fascículo 2 – O ensino de Sociologia. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. p. 13-27.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. Mémoire et imaginaire du travail au Brésil. In: LAPLANTINE; François Laplantine; PORDEUS, Ismael (Org.). **Usages Sociaux de la mémoire et de l'imaginaire au Brésil et en France**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2001. p. 107-118.

ARAÚJO, Neyara; LIMA, Jacob Carlos. O trabalho sem utopias: novas configurações produtivas e os trabalhadores. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 34, n. 1, pp. 19-30, 2003.

LIMA, Jacob Carlos; ARAÚJO, Neyara. Para Além do Novo Sindicalismo: a crise do assalariamento e as experiências com trabalho Associado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999. p. 229-248.

NOTAS

[1] ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: HUCITEC, 2000.

[2] MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Tradução Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 27-29; 611-613.

[3] VIEIRA, Sulamita. **Caminhos das ciências sociais na UFC**. 2.ed. Fortaleza: Edições UFC; Memorial UFC; Imprensa Universitária, 2018. p. 65-66; 259.

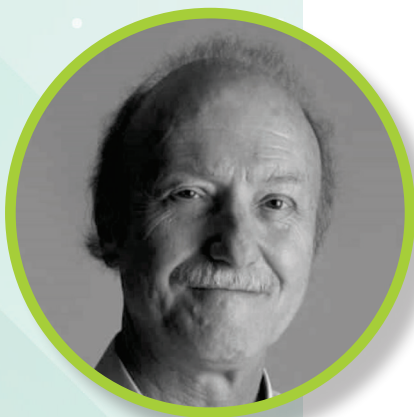


Foto: UFMG.
Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/morre-o-professor-otavio-dulci-aposentado-do-departamento-de-sociologia>

OTAVIO SOARES DULCI

Por **Mercês Somarriba**
(UFMG)



otavio Soares Dulci nasceu em Santos Dumont, Minas Gerais, em 8 de março de 1948 e faleceu em Belo Horizonte em 9 de outubro de 2018.

Graduou-se em Ciências Sociais pela UFMG em 1970, tornou-se Mestre em Ciência Política, também na UFMG, em 1977, e concluiu seu Doutorado no IUPERJ em 1997.

Sua trajetória profissional é de enorme riqueza: realizou intensas atividades de pesquisa nos campos da sociologia e das ciências políticas tendo produzido obras originais e duradouras nas seguintes áreas de conhecimento: Sociologia Política, Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Brasileira, Política Comparada, Política Internacional, Política Brasileira e Políticas Públicas.

Em algumas dessas áreas, tematizou principalmente o estado de Minas Gerais. Firmou-se, por exemplo, como o pesquisador com maior conhecimento da história do Legislativo de Minas ao publicar, em 2005, o livro *Diálogo com o Tempo – 170 anos do Legislativo mineiro*, em coautoria com Maria Auxiliadora de Faria. Nessa obra de consulta obrigatória sobre o Legislativo Mineiro, os autores analisam a atuação desse poder es-



tadual reconstituindo sua trajetória desde sua fundação, em 1835, passando pela Assembleia Provincial durante o Império, pelo Congresso Mineiro na Primeira República e, finalmente, pela Assembleia Legislativa a partir de 1947. Outro livro seu, *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*, sua tese de Doutorado publicada pela UFMG em 1999, é uma análise sociológica, em diálogo com a Economia a Política e a História, acerca da concertação política em torno da recuperação econômica de Minas Gerais entre 1930 e a década de 1950. Sua premissa é que “...a história da industrialização brasileira envolve uma pluralidade de experiências regionais irreduzíveis à via paulista” calçada em fatores de mercado (p.32). Distintamente, a marca característica do projeto modernizador mineiro teria residido numa via que empregava recursos políticos para aproveitar condições potenciais de mercado.

O processo se daria por impulso interno, pela combinação de fatores políticos e econômicos. Assim, com a análise do caso mineiro Dulci joga luz nova sobre a variabilidade de padrões de desenvolvimento em situações de atraso, e convida a novas análises sobre o desenvolvimento desigual em perspectiva comparada.

Otávio Dulci conciliou, como poucos, sua expressiva produção intelectual, registrada nesses e em muitos outros livros e num grande número de artigos e ensaios publicados em conceituadas revistas especializadas, com uma dedicação fora do comum ao ensino. Otávio foi, sobretudo, um grande professor. Um Mestre. Com seu jeito sereno, discreto e terno ofereceu no Departamento de Sociologia da FAFICH-UFMG, onde atuou por mais de trinta anos, desde as disciplinas introdutórias do antigo Ciclo Básico, passando pelas optativas e obrigatórias da Graduação, até disciplinas do Mestrado em Sociologia e do Doutorado em Ciências Humanas às quais acorriam numerosos alunos de outros programas de pós-graduação da UFMG.

Na PUC MINAS, aonde foi trabalhar após se aposentar na UFMG em 2005 e permaneceu até sua morte, Otávio continuou atuando tanto na graduação como na pós-graduação, pon-do em prática o salutar princípio pedagógico de que a formação dos alunos só tem a ganhar, quando os melhores professores se dedicam também a disciplinas introdutórias. Expressão clara do reconhecimento dos alunos de graduação à atuação de Otávio como professor é o fato de ele ter sido escolhido 15 vezes Paraninfo ou Professor Homenageado pelos formandos, nas duas instituições em que atuou. Em seu currículo Lattes, Otávio registrou essas homenagens no item Prêmios, numa clara validação afetiva das iniciativas dos alunos. Orientador prolífero



em todos os níveis de ensino nas duas universidades, Otavio orientou 35 dissertações de Mestrado, 10 de Doutorado e, ao todo, quarenta trabalhos divididos entre Monografias, Trabalhos de Conclusão de Curso e de Iniciação Científica.

Deu também contribuições relevantes para a construção institucional no âmbito nacional e local. Foi o principal responsável pela organização do XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Belo Horizonte em 2005, e consultor da CAPES e do CNPq. Na UFMG, foi membro do Conselho Universitário nos períodos 1983/85 e 1995/98 e participou ativamente na criação e implantação do Mestrado em Sociologia; na PUC MINAS, atuou na criação e implementação da Graduação em Relações Internacionais.

Intelectual público profundamente dedicado à compreensão do seu tempo, Otavio compartilhou e difundiu seus estudos, descobertas e interpretações da economia, da política e das sociedades brasileira e mineira, não só no âmbito acadêmico, mas também junto a um contingente numeroso e diversificado de audiências compostas por trabalhadores organizados em sindicatos, associações de classe empresariais, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais populares. Com sua peculiar solicitude, atendia, até mesmo, a frequentes demandas de pequenos grupos informais de pessoas ansiosas por compreender a situação política do País, notadamente nos momentos de maior perplexidade e angústia que temos vivido em anos recentes. Assim, participou, ao longo de sua vida, de numerosos congressos, seminários, encontros e simpósios nacionais e internacionais de Sociologia e Ciência Política, ao lado de incontáveis debates, encontros e rodas de conversa, desenvolvendo suas famosas e indispensáveis Análises de Conjuntura.

Por tudo isso a morte de Otavio Dulci deixou um enorme vazio no meio acadêmico e político mineiro e belo-horizontino; e muita saudade entre os que, como eu, tiveram o privilégio de conviver e trabalhar com ele.



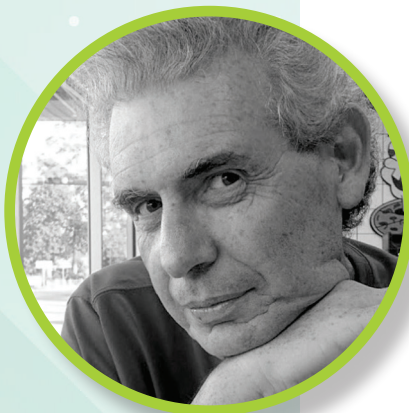
SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

DULCI, O. S. (1986) **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**, 1ª. ed. Belo Horizonte: UFMG/PROED, v.1, 230 p.

DULCI, O. S.; FARIA, M. A. (2005) **Diálogo com o Tempo** – 170 anos do Legislativo mineiro, 1ª, ed. Belo Horizonte: Assembleia do Estado de Minas Gerais, v. 1, 390 p.

DULCI, O. S. (1999) **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**, 1ª. ed. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, 301 p.

DULCI, O. S. (2017) **Minas Gerais 2000 – 2015**, 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, v. 1, 115 p.



ROBERTO GRÜN

Por **Maria Chaves Jardim**
(UNESP-Araraquara)

Roberto Grün nasceu em São Paulo, em 1954. Filho de uma família judia, fez seus estudos secundários no Colégio Rio Branco. É graduado em Administração de Empresas pela FGV (1976), mestre em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo (1985) e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp (1990) com estágio de doutoramento pela EHESS-FR. É professor titular aposentado da UFSCar e professor visitante sênior na UFABC. Foi “Directeur de Recherches” na Maison des Sciences de l’Homme de Paris, “Directeur d’Etudes” na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e ocupou a cadeira “Joaquim Nabuco Chairman in Brazilian Studies” na Universidade de Stanford, EUA. Na França e mais recentemente nos Estados Unidos, estão sua rede de pesquisa internacional.

Trata-se de um nome central quando se fala em sociologia econômica no Brasil, tomando por base de interlocução teórica a sociologia política e a sociologia da cultura, com aprofundamento analítico sobre os sentidos da ação relacional, na fronteira com as ciências cognitivas; e considerando a cultura e a sociedade como lócus empírico para entender a economia. Ao longo da sua



formação, foi aluno de grandes nomes das Ciências Sociais, como Maurício Tragtemberg, Florestan Fernandes, Sergio Miceli, Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin.

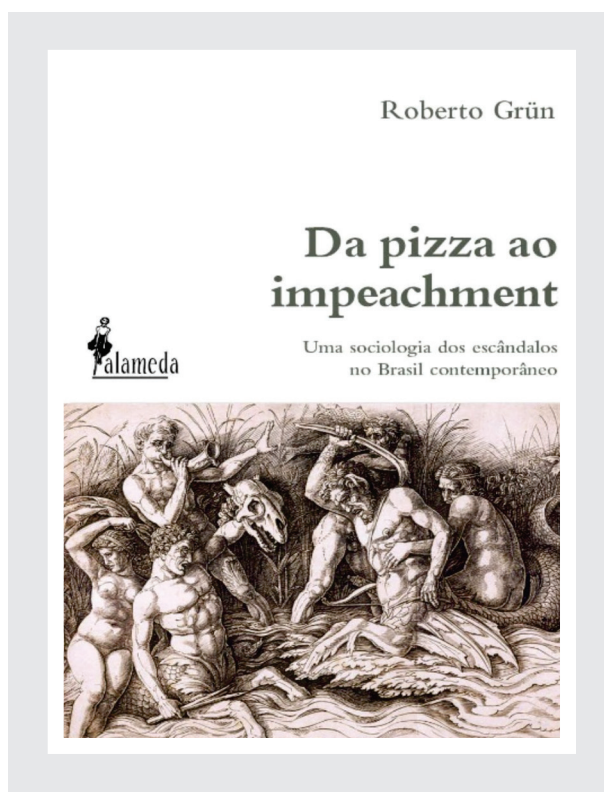
Sua trajetória é singular pois, antes de ingressar na UFSCAR, em 1984, trabalhou no Banco Central do Brasil e em diversas empresas estrangeiras. Essa experiência como insider em uma grande instituição pública voltada à política monetária e o contato com o mercado financeiro é, em alguma medida, um marcador para questões que irão sensibilizá-lo como pesquisador.

Com um olhar provocador, contra intuitivo e sempre sustentado por dados empíricos, sua influência, apesar de central na sociologia econômica, não se restringe a ela, pois Grün influenciou outros espaços da sociologia brasileira, tais como a sociologia da cultura, sociologia política, sociologia do trabalho e sociologia das organizações, fazendo uso da importação – naquele momento, quase inédita – dos instrumentos teóricos e metodológicos da sociologia bordieusiana para estudar o mundo econômico.

Lembro sua dissertação de mestrado A produção de uma empresa moderna: Os bancários e a automação, que registrou as dimensões objetivas e simbólicas da dominação no mundo do trabalho naquele momento e que inovou ao propor um olhar simbólico para temas até então restritos a análise materialista. Aqui teve início dois vetores fundamentais de sua trajetória: a pesquisa do mundo das finanças e a pesquisa intrigada pela questão da dominação, desde a dominação nas relações de trabalho, até a dominação de grupos e especialmente elites na sociedade mais geral.

No final dos anos 1990, iniciou uma fértil agenda em sociologia econômica e das finanças, a qual desdobrou na objetivação das elites econômicas brasileiras, caracterizadas em diálogo com o campo político do país. “A sociologia das finanças pode contribuir para esclarecer o jogo de poder no Brasil contemporâneo”. (Grün, 2004: 157), além de oferecer uma interpretação de como funcionam as convenções culturais da sociedade brasileira.

O conjunto dos seus escritos dos anos 2000 produziu as bases teóricas e empíricas para uma análise contemporânea do que Grün classifica como “capitalismo de autoajuda”. É neste momento que fica claro que o autor se utiliza do recorte dos espaços sociais e campos da eco-



nomia, no sentido de Bourdieu, em diálogo com a sociologia da cultura e da sociologia política, para entender as elites que exercem influência sobre o econômico; o autor mostra que embora assimétricas na ocupação dos espaços de poder, algumas elites, como as elites sindicais, abrem margem para a confrontação e inversão contra intuitiva à inércia cognitiva estabelecida.

Em suas pesquisas mais recentes, partindo do conceito de guerras culturais e, mais especificamente da sociologia dos escândalos, o projeto analítico de Grün ganhou distinção em relação à literatura que trata dos mesmos temas, pois entende os escândalos não só como disposições, mas também como dispositivos de disputa na ação relacional. O autor torna mais robusto seu sistema interpretativo ao complementar a forte base bourdiesiana com a sociologia da crítica de Boltanski e Thévenot e a sociologia política de Michel Dobry. A pesquisa de Roberto Grün permite entender ao mesmo tempo as regularidades do espaço social e dos campos, mas também as margens para inversão do jogo por elites desfavorecidas pela inércia cognitiva no mundo econômico e das finanças.

Herdeiro da tradição de pesquisa coletiva, Roberto Grün criou e liderou desde 2000, o Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFI-UFSCar), grupo de pesquisa formado por seus alunos de mestrado e doutorado. Portanto, sua influência na sociologia brasileira, passa, também, pela formação de doutores, que se tornaram professores em universidades públicas do país (USP, Unesp, UFSCar, UFT, UFGD, UFRB, FATEC, UFS, UFPEL), transformando, em alguma medida, seu pensamento em um marcador simbólico, que tem sido produzido e reproduzido geracionalmente, com desdobramentos relevantes – já que seus alunos também já formaram inúmeros doutores – sobretudo no campo da sociologia econômica e das finanças.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

GRÜN, R. **A produção de uma empresa moderna**: os bancários e a aotumação. São Paulo: PUCSP, 1985.

GRÜN, R. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2.

GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment**: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo, Alameda, 2018.



Foto: UFMG.

Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/001692.shtml>

VILMA DE MENDONÇA FIGUEIREDO

Por **Maria Stela Grossi Porto**
(UnB)

Vilma de Mendonça Figueiredo nasceu em Uberaba, Minas Gerais, mas foi no Rio de Janeiro que fez sua formação inicial, com graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica em 1966 e, mestrado no IUPERJ (atual IESP-UERJ), em 1971. Realizou uma especialização em Sociologia do Desenvolvimento na Université Catholique de Louvain (1965) e fez o doutorado pela George Washington University, em 1976. Em sua tese, analisou a questão do “desenvolvimento dependente brasileiro”, trabalho cuja publicação em livro, tornou-se referência para estudos e pesquisas em Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Econômica e outras sociologias como, por exemplo, Sociologia Rural, temática à qual se dedicou, por muito tempo, na pesquisa tanto quanto na docência. Em 1982, Vilma fez pós-doutorado em Paris, na Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Por sua vocação cosmopolita e aberta ao mundo usufruiu academicamente de todos os momentos vividos fora do Brasil interrogando, com o olhar penetrante e curioso, de quem faz a boa sociologia, os valores, usos



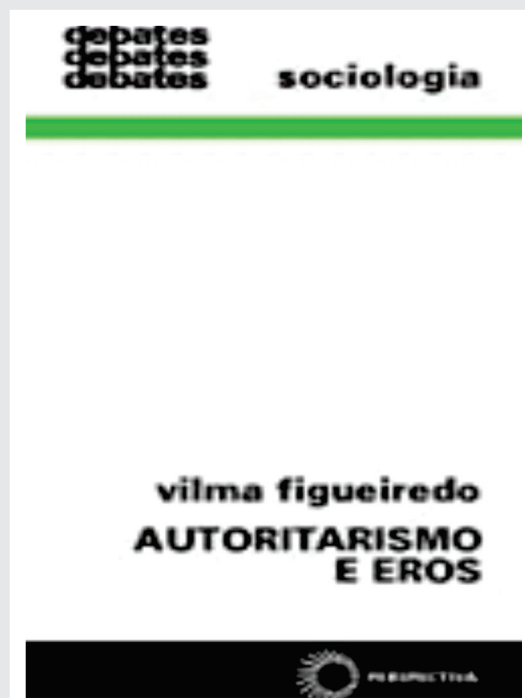
e costumes das sociedades por onde passou, para daí retirar experiências, conhecimento e material para a trajetória sociológica. Exemplo desta afirmação, dos tempos vividos em Moscou, escreveu *Autoritarismo e Eros: uma viagem à União Soviética*, livro publicado em português e em russo, sobre as transformações da União Soviética na era Gorbachev.

Um agudo olhar sociológico conformou sua forma de conceber a vida intelectual e se refletiu na vivência acadêmica, da qual usufruíram alunos e colegas que com ela compartilharam o fazer sociológico, as pesquisas e a vida institucional.

Vilma está hoje aposentada; é Professora titular e Professora Emérita da UnB, instituição na qual passou boa parte de sua vida acadêmica, dedicada à docência, à pesquisa e à formação de gerações de sociólogos que com ela aprenderam o sentido do que seja o valor do trabalho em equipe, condição por excelência da verdadeira vida universitária. Mas ela não se ocupou apenas da área estritamente acadêmica: Vilma sempre aliou competência acadêmica à importante tarefa de construção institucional e a doses, sempre fartas, de generosidade, incentivando e dando oportunidade profissional a jovens vocações com capacidade e potencial acadêmicos. Estes foram traços marcantes de sua trajetória intelectual.

Em Brasília, na UnB, teve atuação decisiva na consolidação institucional do departamento e do curso de Ciências Sociais (atualmente separados em distintos departamentos: a Sociologia e a Antropologia, juntamente como o ELA (Departamento de Estudos Latino Americanos), constituem o Instituto de Ciências Sociais e a Ciência Política, está em outro instituto); neste contexto, participou ativamente da constituição do programa de pós-graduação, assim como da consolidação da atividade de pesquisa.

Sob sua coordenação, e graças a sua dedicação e empenho, a área de Sociologia Rural se constituiu em uma fortíssima linha de pesquisa na Sociologia da UnB e, entre as décadas de 80 e 90, trouxe grande prestígio ao Departamento, contribuindo enormemente para o que aqui se está chamando construção institucional. Da mesma forma, teve atuação destacada na linha de pesquisa em C&T, espaço que fortaleceu por meio da articulação entre tecnologia e mundo rural, com produções que resultaram em reflexão teórica e pesquisa empírica sobre a introdução da tecnologia agropecuária no contexto da modernização conservadora, modelo de desenvolvimento que caracterizou a penetração do capitalismo no campo brasileiro. Ainda na UnB, Vilma teve papel destacado nas áreas de Teoria Sociológica e Sociologia do Conheci-



mento, bem como nas de Sociologia Política e Sociologia da Educação. A toda esta substantiva trajetória de atuação, imprimiu seu *modus vivendi*, influenciando a forma de pensar e o sentido profundo do que significa universidade e vida acadêmica, para os que com ela conviviam. Como estudantes ou como colegas.

É nesse mesmo diapasão que ressalto sua preocupação com a construção institucional que se projeta para além dos muros e do campus da UnB: atuou como consultora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA-, foi membro atuante da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais -ANPOCS- tendo sido membro de sua diretoria e coordenado o GT Estado e Agricultura. Atuou como representante da sociologia na área de avaliação da Capes. Em 2001 foi homenageada com a Medalha Capes 50 Anos; entre 2001 e 2002 foi membro do Conselho Nacional de Educação. No âmbito das sociedades científicas, participou como membro do grupo que se encarregou da restauração da Sociedade Brasileira de Sociologia (cujas atividades haviam sido interrompidas pela crise institucional originada pelo golpe de 1964), e assumiu a Secretaria Geral da SBS, juntamente com o professor Gabriel Cohn, que então ocupou a Presidência (1987/1989). Em 2005 foi homenageada pela SBS com o Prêmio Florestan Fernandes instituído na gestão 2001/2003, de César Barreira. Também participou ativamente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da qual foi vice-presidente, entre 1995 e 2001.

Em síntese, produção acadêmica e construção institucional foram sua marca e os objetivos maiores de sua atividade intelectual. Aliás, essa articulação entre acadêmico e institucional é também marca de alguns dos formados em sua tradição, entre os quais gostaria de dizer que me incluo.

A seriedade e a excelência acadêmicas são marcas impregnadas na vida profissional de quem com ela conviveu e /ou passou por sua orientação, o que significa comprometimento com o avanço do conhecimento científico na área da Sociologia, e com a formação de novos docentes e pesquisadores.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Figueiredo, V. M **Desenvolvimento Dependente Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1978.

Figueiredo, V. M. **A Racionalidade do Empresariado Brasileiro**: Um Estudo sobre Filantropia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977.

Figueiredo, V. M. **A produção Social da Tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.

Figueiredo, V. M. **Autoritarismo e Eros**: Uma viagem à União Soviética. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA

